

**PAULO RODOLFO BORK ZANATA**

**VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: A COLONIZAÇÃO E A AGRICULTURA ITAPORANENSE  
ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1970**

**DOURADOS-MS, AGOSTO - 2019**

**PAULO RODOLFO BORK ZANATA**

**VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: A COLONIZAÇÃO E A AGRICULTURA ITAPORANENSE  
ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1970**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Eudes Fernando Leite**.

DOURADOS-MS, AGOSTO - 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Z27v Zanata, Paulo Rodolfo Bork

VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: A COLONIZAÇÃO E A AGRICULTURA  
ITAPORANENSE ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1970 [recurso eletrônico] / Paulo  
Rodolfo Bork Zanata. -- 2019.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Eudes Fernando Leite.

Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Colônia Municipal. 2. Itaporã. 3. História. 4. Memória. 5. Modernização Agrícola. I.  
Leite, Eudes Fernando. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**PAULO RODOLFO BORK ZANATA**

**VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: A COLONIZAÇÃO E A AGRICULTURA ITAPORANENSE  
ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1970**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Paulo Roberto Cimó de Queiróz (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Suzana Arakaki (Dr<sup>a</sup>., UEMS) \_\_\_\_\_

À dona Francisca Marques Bork Zanata e ao seu Paulo Moreira Zanata.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao final desta “empreitada” gostaria de agradecer a todos e a todas que contribuíram para a sua concretização.

Em primeiro lugar, aos meus pais dona Francisca Marquez Bork Zanata e o senhor Paulo Moreira Zanata, por terem sido desde a minha infância, minhas referências de vida, meus primeiros orientadores! Mesmo contrariando a vontade deles, saí de casa e fui trabalhar como peão em fazendas logo que concluí o Ensino Médio. Em 2009, incentivaram a minha volta aos estudos e me acolheram em seu lar novamente para que eu pudesse me dedicar ao vestibular e olha no que deu. Escrevi uma dissertação!

À minha amada e querida esposa Ana Lucia Machado Benites Zanata, por ter sido mais que uma companheira, uma pessoa maravilhosa, paciente, e guerreira, sempre me apoiando e incentivando mesmo quando decidi deixar meu emprego para seguir no mestrado, quando não tínhamos nada certo. Na verdade, desde a graduação temos seguido uma luta juntos, às vezes com bolsas de estudo, outras sem, com aluguel e tudo mais, seguimos a vida e seguimos vencendo.

Ao meu orientador, desde às iniciações científicas na graduação, Dr. Eudes Fernando Leite, por ter enxergado e apostado no meu potencial, quando nem mesmo eu acreditava. Sua paciência e virtudes o tornaram uma referência para mim. Sempre disponível, atendia as minhas aflições a qualquer hora e qualquer dia, até em finais de semana. Eu ia sempre confuso, cheio de dúvidas, mas sempre retornava para casa mais confiante e certo de que eu era capaz.

Aos professores Dr. Leandro Baller e Dr. Paulo Cimó Queiroz, por suas contribuições em minha qualificação e por terem se colocado à disposição para me ajudar.

Aos entrevistados por se disponibilizarem e confiarem a mim suas histórias de vida.

Ao colega Alan Jara por ter me acompanhado e ajudado com algumas entrevistas.

Ao professor Crodoaldo por ter se disponibilizado e me levado em seu carro em um dia de muita chuva para entrevistar seu sogro em seu sítio.

Ao ex-vereador Antonino Rebeque por ter me atendido em sua casa mesmo tendo outros compromissos, além de também ter ajudado a localizar e a entrevistar outros moradores.

A Capes, por ter investido em minha pesquisa por dois anos possibilitando minha dedicação por tempo integral.

Ao programa de Pós-Graduação da UFGD, e à universidade pública porque se não fosse por ela, esse peão de fazendas jamais teria cursado e concluído o ensino superior.

Estaria ainda hoje trabalhando de sol a sol, em cima de um trator, comendo marmita gelada, bebendo água quente em dias de calor, sem saber nem mesmo onde tudo iria dar. Temendo por perder meu emprego talvez eu iria até fazer parte do grupo “seleto” de ignorantes que não enxergam hoje a importância da universidade pública para nossas vidas.

Não é só currículo, a universidade pública me fez uma pessoa melhor, tive os melhores professores, desde a graduação, que um universitário poderia ter. Passei a enxergar o mundo com outros olhos e, por isso, ou melhor, por ela, é que vou seguir na luta.

[...]

*Tudo aqui é muito simples  
Diferente da cidade  
Mais nossa alimentação  
É da melhor qualidade*

*Remédio aqui são as plantas  
Bebemos água da fonte  
Que nasce no pé da serra*

*Comemos o que plantamos  
Com as nossas próprias mãos  
Nessa abençoada terra*

*Eu nasci aqui  
Aqui vou morrer  
Eu sou sertanejo e tenho  
Orgulho em dizer*

(Música: *Sertanejo de Coração*, Compositor:  
Lucas e Luan).



## RESUMO

Este estudo tem como proposta compreender as transformações do meio rural do município de Itaporã a partir de experiências de vida e trabalho de pessoas que se envolveram diretamente nesse processo. Tendo as fontes orais como principais recursos para esse trabalho, seguindo os pressupostos teórico-metodológicos através da História Oral, a memória se torna um objeto de grande importância para essa dissertação. Ao lado dessas, também se tem como estratégia o diálogo com fontes de outros tipos como as fotografias de época e periódicos impressos. A partir da análise dessas fontes buscar-se-á compreender o percurso envolvendo desde o processo de colonização com a criação da Colônia Municipal de Dourados (CMD), e meados da década de 1940, passando pela emancipação de Itaporã em 1953/4, chegando até a década de 1970, quando a agricultura estabelecida e desenvolvida desde as décadas de 1940 a 1960, passa por profundas transformações alterando essa quase que por completo em termos socioeconômicos e de técnicas de produção.

**Palavras Chave:** Colônia Municipal; Itaporã; História; Memória; Modernização Agrícola.

## RESUMEN

Este estudio tiene como propuesta comprender las transformaciones del medio rural del municipio de Itaporã a partir de experiencias de vida y trabajo de personas que se involucraron directamente en ese proceso. Con las fuentes orales como principales recursos para ese trabajo, siguiendo los presupuestos teórico-metodológicos a través de la Historia Oral, la memoria se convierte en un objeto de gran importancia para esa disertación. Al lado de éstas, también se tiene como estrategia el diálogo con fuentes de otros tipos como las fotografías de época y periódicos impresos. A partir del análisis de esas fuentes se buscará comprender el recorrido envolviendo desde el proceso de colonización con la creación de la Colonia Municipal de Dourados (CMD), y mediados de la década de 1940, pasando por la emancipación de Itaporã en 1953/4, llegando hasta la década de 1970, cuando la agricultura establecida y desarrollada desde las décadas de 1940 a 1960, pasa por profundas transformaciones alterando esa casi por completo en términos socioeconómicos y de técnicas de producción.

**Palabras-llave:** Colônia Municipal; Itaporã; History; Memoria; Modernización Agrícola.

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Tabela 1</b> – Resultado do censo demográfico realizado pelo IBGE em Itaporã entre os anos de 1960 e 1990 ..... | 200 |
|--|-----|

## LISTA DE MAPAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Mapa 1</b> – Município de Itaporã – Área que correspondia à CMD em destaque .....               | 41 |
| <b>Mapa 2</b> – Divisão geográfica das demarcações da CMD .....                                    | 44 |
| <b>Mapa 3</b> – Áreas da CAND e CMD inseridas na área de abrangência da Cia. Mate Laranjeira ..... | 58 |
| <b>Mapa 4</b> – Localização do município de Itaporã .....  | 63 |

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 1</b> – Trecho da primeira página do jornal <i>O Douradense</i> com destaque para a disponibilização parcial do Decreto nº 70 da CMD ..... | 47  |
| <b>Figura 2</b> – Recorte da página 4 do jornal <i>O Progresso</i> que apresentou a nova Lei da CMD em 1951.....                                     | 48  |
| <b>Figura 3</b> – Recorte do jornal <i>O Progresso</i> sobre a nova regulamentação das vendas de lotes pelos colonos .....                           | 48  |
| <b>Figura 4</b> - Escola construída no sítio do Sr. Miguel Moura .....   | 51  |
| <b>Figura 5</b> - Fotografia da reunião realizada para coletar assinaturas pró-emancipação político-administrativa de Itaporã .....                  | 65  |
| <b>Figura 6</b> - Fotografia citada no livro de Cordeiro (2010), em referência à reunião pró-emancipação de Itaporã.....                             | 65  |
| <b>Figura 7</b> - O senhor Lauriton e a fotografia referente à emancipação de Itaporã .....  | 66  |
| <b>Figura 8</b> - Fotografia com numeração identificando alguns dos colonos presentes na época da criação de Itaporã.....                            | 67  |
| <b>Figura 9</b> - Serraria comprada pelo proprietário do Estúdio Santana em 1971 .....   | 82  |
| <b>Figura 10</b> - Colonos e a madeira retirada dos lotes no início da década de 1950 .....  | 83  |
| <b>Figura 11</b> - Caminhão da família Nishimura transportando algodão .....   | 85  |
| <b>Figura 12</b> - Sr. Joaquim Domingos ao lado de sua moradia construída na década de 1940 .....  | 89  |
| <b>Figura 13</b> - Antonio Minoru Ichijo (Antonio Japonês) e sua farmácia de pau-a-pique .....   | 90  |
| <b>Figura 14</b> - Prédio do estúdio de fotografias da família Santana .....   | 91  |
| <b>Figura 15</b> - Prédio da delegacia de polícia local .....  | 92  |
| <b>Figura 16</b> - Caminhão utilizado para o transporte de troncos .....   | 93  |
| <b>Figura 17</b> - Técnica empregada por paraguaios para serrar troncos grandes .....  | 94  |
| <b>Figura 18</b> – Paraguaios no trabalho com o traçador .....   | 95  |
| <b>Figura 19</b> - A senhora Evanilde Benites mostra o traçador que guarda até hoje .....  | 96  |
| <b>Figura 20</b> - Algumas das ferramentas do senhor Sebastião Benites para o trabalho com madeira .....   | 97  |
| <b>Figura 21</b> - Fotografia tirada na década de 1950 em frente à Igreja Matriz São José .....  | 119 |
| <b>Figura 22</b> - Oração para estancar sangue utilizada pela senhora Evanilde Benites .....   | 126 |
| <b>Figura 23</b> - Oração contra febres e dores de cabeça .....  | 127 |
| <b>Figura 24</b> - Livro de orações utilizado pela senhora Evanilde Machado Benites .....  | 128 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 25</b> - Plantas de café em fase de crescimento.....   | 147 |
| <b>Figura 26</b> - Lavoura de café da família Moura (início da década de 1950) .....   | 148 |
| <b>Figura 27</b> - Lavoura de café de Aurenô Cordeiro em seu sítio na região do Baixo Sardinha (início da década de 1950) .....                              | 149 |
| <b>Figura 28</b> – Disposição de um lote da CMD com base em Carli (2008) .....   | 153 |
| <b>Figura 29</b> - Ilustração de como era feita a cova para a semeadura do café .....  | 157 |
| <b>Figura 30</b> - Café em processo de secagem em terreirão. Município de Itaporã, década de 1960 .....  | 159 |
| <b>Figura 31</b> - Terreirão para secagem do café construído em inícios da década de 1950 pela família Nonato em sua propriedade .....                       | 160 |
| <b>Figura 32</b> - Terreirão e tulha construídos pela família Nonato para armazenagem do café .....  | 160 |
| <b>Figura 33</b> - Abertura para armazenagem de grãos em tulha da família Nonato construída no início da década de 1950 .....                                | 161 |
| <b>Figura 34</b> - Abertura (bica) feita na tulha para a retirada dos grãos armazenados a granel .....   | 161 |
| <b>Figura 35</b> - Recorte do jornal O Progresso com dados referentes à produção agrícola de Itaporã em 1964 .....   | 163 |
| <b>Figura 36</b> - Jornal impresso <i>Correio da Manhã</i> , edição de 4 de agosto de 1955, com manchete sobre a forte geada daquele ano no Paraná .....     | 167 |
| <b>Figura 37</b> - Jornal <i>O Progresso</i> destaca atuação do Prefeito de Dourados em favor dos cafeicultores da região .....                              | 169 |
| <b>Figura 38</b> - Manchete do jornal O Progresso referente à disponibilidade de um financiamento para a recuperação dos cafezais atingidos pela geada ..... | 170 |
| <b>Figura 39</b> - Notícias sobre a erradicação de cafezais na região de Dourados .....  | 172 |
| <b>Figura 40</b> - Destaque do jornal <i>O Progresso</i> para a situação da lavoura cafeeira do Paraná acometida pela geada de 1975 .....                    | 173 |
| <b>Figura 41</b> - Print da página do site <i>Dourados News</i> com a matéria sobre os 42 anos da Geada Negra .....  | 173 |
| <b>Figura 42</b> - O senhor Lauriton posa para foto com seu rodo de mexer grãos .....  | 176 |
| <b>Figura 43</b> - Matraca: ferramenta utilizada para a semeadura de grãos .....   | 177 |
| <b>Figura 44</b> - Colonos e seus instrumentos de trabalho no início da década de 1950 .....   | 178 |
| <b>Figura 45</b> - O jornal O Progresso incentiva os agricultores da região a plantar trigo .....  | 181 |
| <b>Figura 46</b> - Anúncio de um micro-trator (Tobata) no jornal O Progresso .....   | 189 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 47</b> - Anúncio das colhedeiras Massey Fergusson, publicada no jornal O Progresso .....   | 191 |
| <b>Figura 48</b> - Anúncio apresentando a colhedeira Massey Ferguson modelo MF 210 .....             | 191 |
| <b>Figura 49</b> - Anúncio da colhedeira Santa Matilde .....   | 192 |
| <b>Figura 50</b> - Jornal O Progresso em um de seus primeiros anúncios apresentando o trator .....   | 193 |
| <b>Figura 51</b> - O trator Ford apresentado no anúncio carregando uma espiga de milho gigante ..... | 194 |
| <b>Figura 52</b> - Anúncio apresentando o trator Ford carregando sacos de arroz empilhados .....     | 194 |
| <b>Figura 53</b> - Anúncio do trator Massey Fergusson .....  | 196 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ACARMAT** - Associação de Crédito e Assistência Rural do Mato Grosso

**CAND** - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

**CDR** - Centro de Documentação Regional (UFGD)

**CMD** - Colônia Municipal de Dourados

**DNT** - Departamento Nacional do Trabalho

**Dr.** - Doutor

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**EMPAER** - Empresa mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio

**IBRA** - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

**INDA** - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola

**PIBIC** - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

**PIVIC** - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica

**RID** - Reserva Indígena Dourados

**SMT** - Sul do antigo Mato Grosso

**SPI** - Serviço de Proteção ao Índio

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| RESUMO .....  | 09         |
| LISTA DE TABELAS .....  | 10         |
| LISTA DE MAPAS .....  | 11         |
| LISTA DE FIGURAS .....  | 12         |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....   | 15         |
| INTRODUÇÃO .....  | 17         |
| <b>CAPÍTULO 1 – <i>Ka’Aguyrussu</i>, COLÔNIA AGRÍCOLA, EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL E MIGRAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS.....</b>                                     | <b>27</b>  |
| 1.1 - <i>Ka’Aguyrussu</i> : O “Grande Território” ignorado pela política de colonização .....   | 28         |
| 1.2 - Consequências das reservas e o superpovoamento das aldeias .....  | 34         |
| 1.3 - Sobre a criação e implantação da Colônia Municipal de Dourados (CMD) .....  | 40         |
| 1.4 - O caso dos migrantes nordestinos .....  | 51         |
| 1.5 - Seguindo os caminhos da Erva Mate .....   | 57         |
| 1.6 - Sobre a criação do município de Itaporã .....   | 62         |
| <b>CAPÍTULO 2 – DIZENDO AOS BICHOS QUE “AQUI TEM DONO”: VIDA E TRABALHO NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL ITAPORANENSE .....</b> | <b>73</b>  |
| 2.1 - Aspectos da região: memórias da chegada à CMD .....   | 73         |
| 2.2 - “Abrindo” o lote: o trabalho com a derrubada da mata nativa e as melhorias das picadas .....  | 80         |
| 2.3 - As primeiras construções e o trabalho com a madeira .....   | 86         |
| 2.4 - Os primeiros cultivos .....   | 98         |
| 2.5 - A caça de animais silvestres .....  | 105        |
| 2.6 - Fortalecendo laços: relações de trocas e ajuda mútua .....  | 108        |
| 2.7 - Nem tudo era trabalho: formas de lazer e sociabilidade entre os colonos .....   | 116        |
| 2.8 - A “medicina popular” no meio rural itaporanense .....   | 124        |
| <b>CAPÍTULO 3 – DO CAFEZAL AO TRATOR: O TRABALHO COM O CAFÉ E AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA ITAPORANENSE ATÉ A DÉCADA DE 1970 .....</b>                | <b>142</b> |
| 3.1 - A escolha do café .....   | 142        |
| 3.2 - Formadores e meeiros .....  | 150        |
| 3.3 - O trabalho com o café .....   | 155        |
| 3.4 - As geadas e o declínio do café .....  | 165        |
| 3.5 - Experiências com a mecanização da agricultura em Itaporã .....  | 175        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>204</b> |
| <b>FONTES .....</b>   | <b>206</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>   | <b>208</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>215</b> |



## INTRODUÇÃO

Esta dissertação compreende um estudo a respeito das transformações no meio rural entre 1940 e 1970, na região que originou o município de Itaporã no início da década de 1950. Estas mudanças tiveram como protagonistas sujeitos que vivenciaram experiências diversas envolvendo desde migração, colonização da região, e a modernização do campo iniciada na década de 1960 com sua agudização na década de 1970.

Dentre as motivações que levaram a realização deste trabalho, além da experiência pessoal do autor enquanto filho de agricultor, duas iniciações científicas realizadas durante a graduação contribuíram em despertar o interesse em dar continuidade aos estudos envolvendo o mundo rural.

No primeiro trabalho com pesquisa de iniciação científica na condição de voluntário, PIVIC-UFGD<sup>1</sup>, entre 2013 e 2014, o estudo se concentrou na análise de memórias de peões de fazendas que trabalharam com a pecuária no Pantanal sul-mato-grossense tendo como principal metodologia de pesquisa a História Oral. Este trabalho teve continuidade em uma segunda iniciação científica, desta vez, na condição de bolsista, PIBIC-UFGD, entre 2014 e 2015, tendo um foco ligeiramente mais acentuado na região do município de Dourados e Itaporã.

Durante a realização desse segundo trabalho de iniciação científica, até então voltado ao universo pastoril, a partir de novas entrevistas e conversas informais realizadas com sitiantes e outros trabalhadores rurais na região de Itaporã, o universo agrário ganhou espaço na medida em que as memórias dessas pessoas evidenciavam as mudanças que ocorreram por longa data não apenas envolvendo relações de trabalho como o próprio estilo de vida no meio rural em questão.

Tais informações a respeito do universo agrário, naquele momento, foram deixadas em segundo plano já que ultrapassavam os objetivos da segunda iniciação científica. Com a conclusão dessa, em 2015, as atenções se voltaram para aquelas informações e então buscou-se um maior aprofundamento do assunto com novas leituras, envolvendo sobretudo, trabalhos de autores, como José Graziano da Silva (1981) e Angela de Castro Gomes

---

<sup>1</sup> A primeira iniciação científica foi realizada dentro do Programa Institucional Voluntário de Iniciação a Científica da Universidade Federal da Grande Dourados (PIVIC-UFGD) entre 2013 e 2014, resultando no relatório de iniciação científica intitulado *Memórias de Peões em Fazendas de Gado no Pantanal*, enquanto a segunda, pelo Programa Institucional com Bolsa de Iniciação Científica da mesma universidade (PIBIC-UFGD) foi realizado entre os anos de 2014 e 2015, resultando no relatório de iniciação científica intitulado *O Trabalho de Campo: memórias de peões de fazendas (Pantanal e Fronteira)*.

(1998) que ajudaram na maturação da ideia, culminando na proposta da pesquisa de mestrado da qual essa dissertação é resultado.

Esses trabalhos ao lado de José de Souza Martins (1975) e outros que serão apresentados ao longo da dissertação, em seus estudos, contribuem para se pensar nas transformações pelas quais passou o meio rural em âmbito nacional, sobretudo na década de 1970 com a modernização da agricultura.

Antes de pensar nas transformações do meio rural da década de 1960 e 1970 foi visto que se tornava necessária uma releitura de alguns trabalhos envolvendo o processo de colonização da região de Itaporã e Dourados na década de 1940.

Sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, foi possível encontrar trabalhos como o de Suzana Gonçalves Batista Naglis, *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, 1943-1960* (2007), enquanto que sobre a Colônia Municipal de Dourados – CMD<sup>2</sup>, foi localizado apenas a dissertação de Maria Aparecida Ferreira Carli, *Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Municipal de Dourados (1946-1956)* (2008).

A partir desses trabalhos, e aqui também é necessário incluir Oliveira (1999) que trata mais especificamente da análise da política de colonização da década de 1940, notou-se que havia (e ainda há) muito por se fazer a respeito da história do meio rural itaporanense.

Vale acrescentar ainda a monografia de Ademir Aparecido Boni intitulada *O Processo de concentração de terras e a introdução da monocultura da soja em Itaporã* (BONI, 2000). A discussão emcampada por esse autor é relevante no sentido de que aponta a sojicultura como um marco na transformação da agricultura itaporanense.

A importância da agricultura para a economia do município já era apontada na década de 1990 quando o *Perfil Histórico de Itaporã* (1996) trouxe um balanço da situação econômica do município naquele momento: a agricultura, correspondia a 46,85% da movimentação econômica de Itaporã, seguida da avicultura e pecuária, com 16,7% e 16,61% respectivamente. A indústria e o comércio seguiam na quarta posição com 11,54% (ITAPORÃ, 1996, p. 48)<sup>3</sup>.

Nesse sentido, esta dissertação teve como proposta reunir e analisar experiências pretéritas de sujeitos que vivenciaram desde o processo de colonização agrícola, na década

---

<sup>2</sup> A exemplo de Carli (2008), será utilizada a sigla CMD em referência a Colônia Municipal de Dourados.

<sup>3</sup> Sobre a situação econômica do município, que é essencialmente agrícola, o *Perfil Histórico de Itaporã* aponta ainda que “Devido a situação geográfica do município, desde sua criação enfrenta grandes dificuldades na expansão do comércio, devido a grande proximidade do município de Dourados, que é o centro comercial e industrial da região” (ITAPORÃ, 1996, p. 40).

de 1940, passando pelas tentativas de estabelecimento de culturas agroexportadoras como o café e o trigo, até a consolidação da soja e da modernização do campo.

Com isso, este trabalho teve como principal metodologia a produção e análise de fontes orais com os pressupostos da História Oral tendo como referências os estudos de Meihy (1996), Alberti (2013), Leite e Fernandes (2013). A História Oral, a partir dessas leituras, pode ser caracterizada como um recurso de documentos “provocados” que devem respeitar uma série de procedimentos que vão desde a seleção dos entrevistados, a preparação para a gravação das entrevistas, a análise das informações até a concessão de autorizações para a sua publicação integral ou parcial respeitando a autoridade do entrevistado em decidir sobre as correções ou alterações do conteúdo gravado, caso não concorde com o mesmo<sup>4</sup>.

No entanto, a necessidade de dispender um maior tempo com a transcrição total das gravações fez com que fosse adotada a estratégia de trabalhar com fichas de conteúdo<sup>5</sup> a respeito das entrevistas transcrevendo-a parcialmente, focando apenas nos trechos entendidos como importantes para essa dissertação.

Com isso, foi possível trabalhar com outros tipos de fontes como as fotografias de época e os jornais impressos, nesse caso, dois periódicos: o jornal *O Douradense* e o jornal *O Progresso*. No caso das fotografias, o interesse em utilizar fotografias da época surgiu ao visitar o perfil do *Facebook* criado por um morador do município de Itaporã: *Itaporã MS: O Povo Contando Sua História*. Para ser mais preciso, a criação do perfil foi iniciativa do ex-vereador Antonino Rebeque, que reuniu uma série de fotografias que até então pertenciam a moradores do município e publicou-as no álbum *Túnel do Tempo* em seu perfil pessoal no *Facebook*. De acordo com ele a repercussão das fotografias em seu perfil pessoal junto com recomendações de alguns moradores locais o levou a criar o perfil *Itaporã MS* acreditando, assim, estar desvinculando os conteúdos, compostos basicamente de fotografias antigas, de sua conta pessoal nessa rede social (ENTREVISTA, Antonino Rebeque, ago/2018).

A partir desse perfil, os moradores contribuem eventualmente com publicações contendo basicamente fotografias de época com retratos de família e paisagens da cidade de Itaporã.

Em todo caso, a análise desse perfil por si só, exigiria uma pesquisa à parte; entretanto, optou-se por apenas reunir e analisar parte das fotografias publicadas no perfil

---

<sup>4</sup> Ao final desse trabalho essas entrevistas serão catalogadas e disponibilizadas ao público no acervo do Centro de Documentação Regional - CDR-UFGD e do Laboratório de Estudos e Pesquisas de História, Identidades e Região – LEPHIR-UFGD.

<sup>5</sup> Ver anexos.

juntamente com as fotografias publicadas em trabalhos como o de Naglis (2007) e Carli (2008) além das fotografias produzidas pelo autor dessa dissertação ao longo das entrevistas.

Vale mencionar que até então, desde a graduação através das iniciações científicas a metodologia de pesquisa se deu estritamente utilizando o trabalho com fontes orais. Nesse sentido, o trabalho com fotografias, agora como uma nova metodologia a ser adotada pelo autor, exigiu novas leituras que pudessem ajudar na análise dessas fontes.

Sendo assim, para a análise das fotografias nesta dissertação lançou-se mão de trabalhos como os de Dubois (1993), Kossoy (2001), Monteiro (2012) e Lima e Carvalho (2015). Essas leituras ajudaram a compreender não só a historicidade do uso das fotografias como fontes históricas como também a entender a subjetividade por trás do ato fotográfico. De acordo com Kossoy (2001, p. 36) “[...]. Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época”.

Nesse sentido, com base no pensamento de Kossoy, podemos dizer que o ato fotográfico é um ato de criação envolvendo o fotógrafo (ou quem encomendou a fotografia) que atua desde a escolha do ângulo, objetos a serem fotografados ou locais de fundo, vestuário e etc. com o objeto a ser fotografado. Assim, longe de ser objetiva ou neutra, a fotografia é subjetiva na medida em que produz, com base nas intenções de quem foi responsável por sua criação, um testemunho para a posteridade.

Sendo assim, a fotografia pode ser tomada para análise enquanto fonte histórica na medida em que o historiador (como faz com outros tipos de fontes) percebe essa enquanto um “monumento” a ser desconstruído. Na mesma linha de interpretação seguem os jornais impressos. Esses também foram novidade para esse trabalho e necessitaram novas leituras para o seu tratamento.

Com as leituras de Camargo (1971), Martins (2003), Cruz e Peixoto (2007), Luca (2008) e Müller (2015) é possível perceber que o uso de periódicos impressos como fontes foi por longa data visto com desconfiança além de alimentar discussão e debates envolvendo o seu aspecto enquanto veículo formador de opinião e cercado de parcialidades, sem mencionar ainda, seus agenciadores e financiadores. De certa forma, essas características impediam que os defensores da objetividade da ciência histórica e da

possibilidade dessa de “recuperar” o passado como realmente foi enxergarem as possibilidades investigativas com os periódicos impressos<sup>6</sup>.

Camargo (1971) já chamava a atenção para a possibilidade dos historiadores, através dos jornais, encontrarem uma “medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas” e que esse, o jornal, “mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas e opinativas, e omissões deliberadas” (CAMARGO, 1971, p. 225).

Nesse sentido, é sobretudo, a partir da terceira geração dos *Annales*, com a ampliação do próprio conceito de fonte histórica, que serão adotadas novas posturas por parte de historiadores tomando os periódicos não mais apenas como complementares a outras fontes, mas como fontes em si. Diante disso, os debates e discussões então serão em termos teórico-metodológicos quanto a sua utilização buscando uma melhor abordagem desses tipos de fontes. De acordo com Luca (2008):

[...]. Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso dos jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da **análise do discurso** que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa (LUCA, 2008, p. 139, grifo do autor).

Com isso, o historiador passa a ter que considerar, ao escolher adotar os periódicos como fontes, as condições de sua produção envolvendo o período, o material e sua qualidade, os financiadores e agentes com interesses em suas publicações além do público alvo a que se destinam suas informações. Só através desses mínimos cuidados é que o historiador poderá estar preparado para a análise do periódico.

No caso dessa dissertação, vale repetir, que a mesma tem como principal metodologia a História Oral, o uso de fontes como fotografias e jornais impressos acabou se dando de forma complementar, tendo em vista lacunas que precisaram ser preenchidas e que apenas com as entrevistas não seria possível.

A necessidade de ampliar o tipo de fonte para além das fontes orais se deu quando não foi possível avançar muito sobre as memórias envolvendo a criação do município de Itaporã no início da década de 1950.

---

<sup>6</sup> Vale mencionar que a própria fotografia foi pensada como uma forma de recuperar esse passado com objetividade ignorando, assim, o ato fotográfico como uma construção.

Foi a partir da leitura de Naglis (2008) que se tomou conhecimento dos posicionamentos do jornal *O Progresso* na época, quanto à polêmica criação do município de Itaporã entre 1953 e 1954. Criado em 1951 pelo vereador Weimar Gonçalves Torres do PSD esse periódico por sucessivas publicações se posicionou de forma contrária a emancipação de Itaporã.

Essa discussão que será abordada no primeiro capítulo dessa dissertação abriu a possibilidade de utilizar o jornal enquanto fonte complementar sobretudo com informações a respeito das mudanças no meio rural no período de 1950 a fins de 1970 contribuindo assim para as discussões subsequentes nos demais capítulos da mesma.

Durante essa etapa da pesquisa, também foi possível encontrar outro periódico, o jornal *O Douradense* que teve como diretor Armando Carmelo. O referido jornal teve curta duração (1948-1950) e as razões para este fato, com base nas informações de seus últimos números no ano de 1950, foram possíveis problemas financeiros.

A importância de cruzar as informações obtidas através da análise tanto de fotografias de época quanto dos periódicos em circulação na região com as fontes orais se mostrou na medida em que, essas últimas, demonstraram dificuldades em estabelecer datas mais precisas que possibilitariam uma certa sequência ou orientação cronológica. De certa forma, o jornal com seus volumes registrados cronologicamente e também as fotografias (quando datadas) possibilitam identificar com maior precisão a época da qual as memórias dos entrevistados fazem referência.

A memória muitas vezes pode ser evocada apresentando riquíssimos detalhes sobre um passado. No entanto, quando essa é obrigada a estabelecer uma data com precisão, a mesma se mostra muitas vezes falha já que para que um indivíduo estabeleça uma data com precisão segura é necessário que essa memória tenha sido suficientemente importante para ter ficado “marcada” em suas lembranças.

Durante as entrevistas teve-se grande dificuldade em estabelecer datas precisas pois os colaboradores, muitas vezes, tiveram inclusive dificuldades para estabelecer a década ou a idade que tinham no período correspondente dos episódios narrados. O tempo das memórias em sua maior parte é marcado por acontecimentos ou eventos e não por datas precisas. Quando se faz perguntas como: quando foi isso? Ou em que época isso aconteceu? O mais comum é os entrevistados utilizarem referências coletivas ou individuais ligadas, por exemplo, a acontecimentos ou eventos como o nascimento de um filho, a construção de uma igreja, um acidente que deixou uma cicatriz ou até a morte de um ente querido.

Com isso, vale lançar mão de estratégias como tentar estabelecer a partir da idade que o colaborador tem na data da entrevista e tentar situar as memórias enquanto lembranças da infância ou de períodos posteriores a essa. É claro que, quando se trata de lembranças de infância fica mais fácil situar cronologicamente o relato já que o mesmo compreende um período de tempo mais curto do que em comparação à vida adulta.

Tais estratégias adotadas foram cruciais para este estudo tendo em vista que o mesmo tem como objeto de análise a memória (ou memórias). Mesmo não sendo um objeto de investigação inédito ao autor desta dissertação, ao lembrarmos dos trabalhos da iniciação científica na graduação mencionados anteriormente, a abordagem da memória continuou sendo um desafio.

Nesse sentido, a presente dissertação também é uma contribuição para os debates e discussões envolvendo a Memória e a História.

Em palestra publicada no dia 1 de novembro de 2012 no *youtube*, pela Instrumental Sesc Brasil, o professor José Carlos Sebe Bom Meihy fala a respeito da relação da História e da Memória. Parafraseando a fala do professor Meihy, quando se estuda História e Memória, é necessário compreender que, com relação à História, essa se apoia em fontes de variados tipos como por exemplo documentos escritos que possuem uma vitalidade própria, com critérios de armazenamento nas quais podemos citar: acervos, bibliotecas e livros em que “há uma determinada organização que o escrito permite”. Já a Memória se trata de um “agente fluido”, que não pode ser determinado em um suporte concreto<sup>7</sup>.

Ou seja, ao estudar História e Memória é preciso considerar a “solidez” da primeira em contraposição à “fluidez” da segunda que, acabam em certa medida se confrontando.

Na mesma linha de pensamento, Joel Candéau afirma que: “[...] *la memoria no puede definirse em términos puramente estáticos, contrariamente a lo que sugieren las nociones prácticas de impresión, registro, fijación, conservación, almacenamiento, etc*” (CANDEAU, 2006, p. 24).

Diante dessas assertivas, é necessário reconhecer a Memória como uma aliada da História na medida em que, a Memória oferece evidências da ação humana no tempo. Além disso, a exemplo do que trata Gaddis (2003), o objeto da história é peculiar pois ele é pretérito, ou seja, irrecuperável. A título de exemplo do que Gaddis (2003) sugere como ilustração lançando mão da pintura de Caspar Friederich, *O Viajante sobre o Mar de Névoa*

---

<sup>7</sup> MEMÓRIA, História Oral e diferenças. Instrumental Sesc Brasil. **Encontros Sesc Memórias**: Encontros sobre temas das áreas de Arquivo e Patrimônio, História e Memória. – Sesc, São Paulo, 30 de julho de 2009. [Vídeo publicado em 1 de novembro de 2012]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QvPyJ-OjsuM&t=2128s>> Acesso em 12/09/2015.

(GADDIS, 2003, p. 14) a imagem de um observador do alto de uma montanha que observa abaixo a névoa que recobre todo um território, o historiador deve “olhar” para o acontecimento como se fosse coberto por uma névoa. Para que ambos descubram o que existe por trás da mesma, resta-lhes observar mais de perto, ou seja, se aproximar para “enxergar” de forma mais clara o que existe por trás da névoa.

A História como “[...] uma ciência dos homens no tempo [...]” (BLOCH, 2002, p. 67), a exemplo da metáfora usada por Gaddis (2003) sobre o passado coberto por uma “névoa”, deve considerar a impossibilidade de recuperar o passado como realmente foi necessitando assim voltar-se para os vestígios deixados pelos homens (e mulheres) no tempo que servem o presente como fontes para a pesquisa histórica.

A memória, conforme já mencionado, ajuda a ciência histórica na medida em que essa fornece subsídios para a construção do conhecimento histórico. Com base nos entendimentos e proposições estabelecidos no âmbito dos estudos sobre memórias, tendo como referências os trabalhos de Pollak (1989; 1992), Halbwachs (1990), Le Goff (1990) e Bosi (1994), que, apesar de serem produções de épocas diferentes, contribuíram para a análise das entrevistas de história oral desse trabalho -, a memória é, em si, uma construção. Uma construção com base na seleção de lembranças que, em certos momentos, tem o sentido de legitimar identidades, comportamentos e ações dos sujeitos sociais. Desta forma, no ato da edificação de um monumento ou da narrativa durante uma entrevista, a construção da memória atende a uma necessidade do momento em que é evocada.

Daí então, o sentido de o ato da entrevista ser um exercício por parte do entrevistado de (re) memoração em que esse, antes de narrar sua experiência pretérita, pensa, a partir de sua visão de mundo no tempo presente (momento da gravação da entrevista), e (re) constrói suas lembranças. Nesse sentido, vale lembrar o aspecto “fluido” da memória apontado pelo professor José Carlos Sebe B. Meihy em que a memória sempre quando evocada passa por um processo de reconstrução com base nas experiências e visões de mundo do indivíduo até aquele momento<sup>8</sup>.

De certa forma, a memória além de ter sua construção como resultado de relações de poder (LE GOFF, 1990), ou de experiências coletivas (HALBWACHS, 1990), também depende das condições de saúde da pessoa que será entrevistada, pois essa, pode ser uma limitação para trabalhar o processo de rememoração. Em vista disso, algumas entrevistas, conforme orientações de familiares em decorrência da idade avançada ou de problemas de

---

<sup>8</sup> Idem nota 6.



saúde, tiveram de ser descartadas. Isso causa, de certa forma, uma angústia ao pesquisador. Porém, conforme a metodologia de História Oral exige, o entrevistado é antes de tudo um colaborador e precisa ter suas necessidades respeitadas, pois qualquer ação de forma contrária a isso fere a ética da ação estabelecida, além de possíveis complicações serem geradas para a própria pesquisa.

A partir desses cuidados, o trabalho de campo com a gravação das primeiras entrevistas se iniciou já no ano de 2015, quando o pré-projeto de pesquisa ainda estava em elaboração<sup>9</sup>.

Como é sabido toda pesquisa calcada na metodologia de História Oral precisa estar alicerçada em um projeto que, com base em seus objetivos, estabeleça critérios para a seleção de entrevistados (ALBERTI, 2013, p. 167), ou seja, não se pode simplesmente sair entrevistando as pessoas sem que se tenha um perfil de entrevistado estabelecido. É preciso ter em mente com clareza quem são as pessoas que podem contribuir para a pesquisa com informações que tenham relevância para o trabalho.

Com isso, o primeiro cuidado tomado foi com relação à idade dos entrevistados. Para essa dissertação, considerando a necessidade de registrar histórias de vida de pessoas que vivenciaram as transformações no meio rural da região que atualmente corresponde ao município de Itaporã, desde o período de meados da década de 1940 até fins da década de 1970, estabeleceu-se os seguintes critérios: A idade mínima em torno de 50 anos além de, o entrevistado, ter habitado (e trabalhado) no meio rural da região em algum momento dentro do período do recorte temporal. De certo modo, a seleção a partir desses critérios levou a abordagem de um tipo específico de trabalhador rural: o colono.

Nesse sentido, os entrevistados para este trabalho ou foram pessoas que se envolveram diretamente com o processo de colonização agrícola da região, com a CMD, ou descendentes de colonos que, de certa forma, vivenciaram as transformações subsequentes a esse processo de colonização<sup>10</sup>.

Ao longo de seus três capítulos esta dissertação teve como pretensão analisar e compreender, a partir de fontes orais, de um periódico em específico e de algumas fotografias da época, como se deram e como foram vivenciadas as transformações do meio rural do então município de Itaporã desde o processo de colonização agrícola até o

---

<sup>9</sup> Vale destacar que, com exceção da entrevista gravada com a senhora Evanilde Machado Benites no ano de 2013, as demais entrevistas gravadas durante a graduação com os trabalhos de iniciação científica não foram utilizadas nessa dissertação pois, essas não traziam informações relevantes ao novo tema pesquisado envolvendo o trabalhador da agricultura.

<sup>10</sup> Sobre essas entrevistas ver informações gerais em Anexos.

processo de mecanização da agricultura iniciado na década de 1960 e agudizado na década de 1970.

Tendo como referência a “periodização” dos principais eventos apresentada nos relatos, a estruturação dos capítulos seguiu pelo mesmo caminho: período de existência da CMD, criação do município de Itaporã, época do predomínio do café, decadência do café, surgimento da soja e das primeiras máquinas pesadas no campo.

Assim, o primeiro capítulo terá como foco apontamentos a respeito da ocupação humana anterior a criação da CMD na região, sobretudo a presença indígena ignorada pela política de colonização do governo Estado Novo de Vargas (1937-1945). Além disso, também será trabalhada a análise do processo de migração para o Sul do antigo Mato Grosso, para a região da CMD no período, com atenção especial para o caso dos nordestinos.

No segundo capítulo, a discussão terá como foco a experiência de vida dos entrevistados com a chegada a área da CMD e com a preparação dos lotes para os primeiros cultivos. Nesse capítulo será dada uma atenção especial às relações de sociabilidade e de trabalho vivenciadas pelos entrevistados, relações essas que foram cruciais para o estabelecimento e desenvolvimento da agricultura na região.

No terceiro capítulo a discussão se dará em torno das transformações do campo com atenção especial ao desenvolvimento e predomínio da cafeicultura na região da CMD e a subsequente mecanização da agricultura com o declínio dessa. Esse capítulo irá apontar aspectos que evidenciarão uma mudança profunda não apenas nas relações de trabalho e de vizinhança, que até então, mantinham características que lembravam o período de colonização agrícola, como também a própria relação com a agricultura que passa a ser pensada de forma mais racionalizada com relação aos meios de produção e com a própria relação com a terra em termos de capital.

Sendo assim, esse estudo irá analisar ao longo de seus três capítulos a experiência com a colonização e desenvolvimento da agricultura tomando como referência um local específico, o meio rural de Itaporã, além das estratégias adotadas no âmbito da sociabilidade de sujeitos que se envolveram diretamente com as transformações do campo, sobretudo, considerando a modernização<sup>11</sup> agrícola entendida aqui, como o avanço da frente agrícola (Colônias Agrícolas) e a constante alteração dos cultivos agrícolas, além da própria mecanização.

---

<sup>11</sup> Sobre as relações entre o moderno e o tradicional ver Martins (2000) e Leite (2003).

## 1. *KA'AGUYRUSSU*; COLÔNIA AGRÍCOLA; EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL E MIGRAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS

Sobre a CAND, a historiografia regional já conta com significativa contribuição, pois, a colonização da região envolvendo essa colônia agrícola é tema de variados trabalhos acadêmicos, dentre os quais vale mencionar a dissertação de Suzana Batista Naglis (2008) *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, 1943 – 1960*, na qual a autora, a partir de diferentes tipos de fontes como entrevistas com remanescentes da CAND, jornais da época e documentos oficiais, tece sua análise sobre o processo de colonização envolvendo a mesma. Já com relação a Colônia Municipal de Dourados - CMD, só foi possível encontrar a dissertação de Maria Aparecida Carli (2007) *Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*, trabalho esse que apresenta uma análise com base em documentos oficiais, periódicos impressos e algumas entrevistas com remanescentes da colônia.

O trabalho de Carli (2007), entretanto, teve como foco de análise o processo envolvendo a aquisição dos lotes e a criação da CMD dentro do contexto das políticas de colonização da época. A autora chama a atenção para a lentidão da demarcação e distribuição dos lotes que teve continuidade mesmo após a emancipação municipal de Itaporã em 1953.

Naglis (2008), por outro lado, deu maior atenção às condições de vida e trabalho dos colonos da CAND, além de chamar a atenção para os problemas envolvendo a distribuição e demarcação dos lotes.

Somado a esses dois trabalhos a dissertação de Benícia Oliveira (1999) foi uma importante referência a respeito do processo colonização da região. Sua dissertação teve como foco a análise da política de colonização do governo no Estado Novo de Vargas (1937-1945) e suas implicações no processo de colonização da região do Sul do antigo Mato Grosso - SMT<sup>12</sup>.

Desta forma, tomando esses trabalhos como “ponto de partida”, esse primeiro capítulo irá trazer alguns apontamentos a respeito do processo de colonização agrícola da região da CMD, bem como, a migração de pessoas de outros estados para a mesma. Sobre

---

<sup>12</sup> A exemplo de outros autores como Naglis (2007) e Carli (2008), será utilizada a abreviatura SMT em referência ao extremo sul do Mato Grosso uno (sul do antigo Mato Grosso). Território esse que será parte do Mato Grosso do Sul, após 1977 com a divisão do Estado de Mato Grosso.

essa questão, será dada uma atenção especial ao caso dos migrantes nordestinos considerando o predomínio durante esse processo migratório da década de 1940.

Além disso, também será dada atenção para as discussões e trabalhos acadêmicos que apontam para a presença de grupos indígenas anteriores a chegada dos não-indígenas a região. Esses trabalhos contribuíram como contraponto ao discurso de espaços “vazios” disseminado pelas autoridades na época da “Marcha Para o Oeste”.

## **1.1 - *Ka'aguyrussu*: o “Grande Território” ignorado pela política de colonização**

A política de colonização iniciada no Estado Novo de Vargas, “Marcha para Oeste”, sob o discurso da necessidade de ocupar os espaços “vazios” de regiões como o SMT, ignorou a presença das comunidades indígenas nesses lugares. Leituras a partir de textos escritos por indígenas e por outros historiadores não-indígenas trouxeram importantes contribuições a respeito da colonização da região correspondente atualmente aos municípios de Dourados-MS e Itaporã-MS. Tais leituras foram importantes para se pensar os problemas que o processo de colonização envolvendo as colônias agrícolas desde o Estado Novo (1937–1945) de Getúlio Vargas trouxe para as comunidades indígenas que viviam nesse espaço.

Os textos escritos por indígenas ajudam na compreensão da visão que esses têm a respeito do processo colonizador não indígena. Leituras como a de Davi Kopenawa (2010) destacam a noção de território, que para os indígenas, pode-se fazer oposta à noção que os não-indígenas, referenciados por ele como “brancos”, na condição de colonizadores tiveram. Na visão desse autor o território pode ser um lugar de abrigo de diferentes culturas e pode satisfatoriamente abrigar tanto os não-indígenas quanto os indígenas.

A leitura de Davi Kopenawa (2010) apresenta uma visão da sociedade não-indígena a partir do olhar do indígena. De início, o trabalho desse autor apresenta o conhecimento indígena tradicional que envolve a vida em sociedade e a relação desses com o mundo natural e sobrenatural. O contato com os “brancos” inicialmente vai suscitar da parte do autor enquanto indígena, a curiosidade em conhecer a cultura desses novos habitantes da floresta. No entanto, Kopenawa (2010) lança mão de Lévi-Strauss (1993) como forma de explicitar a confusão com relação ao comportamento do não-indígena sobretudo, envolvendo a cobiça pelo ouro que poderia prejudicar o estilo de vida não apenas dos indígenas como também dos “brancos”:

[...]. Não são apenas os índios, mas também os brancos, que estão ameaçados pela cobiça de ouro e pelas epidemias introduzidas por estes últimos. Todos serão arrastados pela mesma catástrofe, a não ser que se compreenda que o respeito pelo outro é a condição de sobrevivência de cada um [...] (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 7 apud: KOPENAWA, 2010, p. 5).

Para Kopenawa (2010) a floresta era grande e garantiria a sobrevivência de todos, porém, os brancos tinham um cuidado diferente com a mesma e a forma como esses passaram a cuidar deste território explorando ao máximo seus recursos e efetuando desmatamentos para a construção de estradas fez com que seu olhar inicial de curiosidade e interesse em conhecer a cultura do “outro” mudasse para a afirmação e resistência (e sobrevivência) de sua cultura.

O trabalho de Kopenawa (2010) e, acrescentando-se também, o trabalho de Izaque João (2011), são escritos indígenas que tanto para a antropologia quanto para a História representam novos olhares e trazem um pouco da ciência indígena que foi tão importante para a sobrevivência e adaptação dos primeiros “brancos”.

Sérgio Buarque de Holanda na obra *Caminhos e Fronteiras* ([1956] 2017<sup>13</sup>) aponta a importância dos conhecimentos indígenas para a sobrevivência dos exploradores bandeirantes. O próprio sujeito sertanejo, que virá no decorrer dos séculos povoar os sertões, trará em sua cultura e seus costumes muitos dos hábitos e conhecimentos que provieram dos indígenas.

No entanto, a história da colonização não-indígena do território que se tornaria o Brasil se fez às custas da cultura indígena que, especialmente na década de 1930, em pleno governo de Getúlio Vargas, sentiu os efeitos da ocupação dos “brancos” que lhe custou muito de seus “*tekohás*”.

A região que hoje pertence aos municípios de Dourados e Itaporã foi povoada por povos indígenas das etnias Guarani-Kaiowá e conforme expõe Izaque João (2011, p. 47) “Os agentes do SPI, entre 1915 a 1928, havia encontrado diversos grupos Kaiowá espalhados no território da região da Grande Dourados, denominado pelos Kaiowá de *Ka’aguyrusu* [...]”. Segundo esse mesmo autor, esses indígenas faziam parte de um grupo que ocupava o “grande território” denominado *Ka’aguyrusu* e em seu trabalho o mesmo encontrou referências a esse território ao entrevistar famílias locais:

Segundo membros da família Aquino, da aldeia Panambizinho, a grande mata virgem, denominada como *Ka’aguyrusu*, ocupava imensos espaços da região da Grande Dourados até meados do século passado. A região

---

<sup>13</sup> A edição citada é de 2017, porém a primeira edição está datada de 1956.

geograficamente é cortada por rios e córregos, os quais são referências importantes para grupos kaiowá localizarem outros grupos aliados [...] (JOÃO, 2011, p. 43).

A evidência de um território único também pode ser constatada a partir da leitura de Nely Maciel (2012, p. 29). De acordo com a autora “[...] as aldeias de Panambi e Panambizinho, antes da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) faziam parte de um mesmo território Kaiowá. A divisão dessas aldeias foi resultado da implantação da colonização federal e seus desdobramentos [...]”.

Em outro trabalho também foi possível encontrar a menção sobre o referido território que:

[...] antes da ocupação das frentes agropastoris na região, toda a região, hoje compreendida pelos atuais municípios de Dourados, Rio Brillhante, Maracaju, Douradina e Fátima do Sul, compunha um único território ampliado. *Ka’ aguy Rusu* era o nome desse território (PEREIRA, 2014, p. 3)<sup>14</sup>.

O trabalho realizado por Izaque João ao pesquisar a especialidade e atuação dos xamãs, no período em que a região mencionada era o *Ka’aguyrusu* entre as décadas de 1920 e 1970, se destaca aqui no sentido de que esse é revelador da situação de ocupação do território que viria a ser povoado por colonos da CAND e da CMD, na década de 1940.

Izaque João (2011) aponta os problemas que a colonização da CAND e da CMD trouxeram aos indígenas da região do *Ka’aguyrusu*. Ao forçar a retirada desses indígenas de seus territórios originalmente ocupados o projeto das reservas alterou a dinâmica e a sociabilidade dessas pessoas. Esses povos mantinham com esse território uma ligação que ia muito além do que se podiam imaginar. Conforme Izaque João:

[...]. Para ter acesso a esse local e fixar o grupo, era necessária sua inspeção pelo líder espiritual, antes da ocupação, isso para constatar se o espaço era apropriado para morar e desenvolver suas atividades [...]. Hoje não é mais possível escolher um local viável, segundo as regras tradicionais, uma vez que o confinamento, assim chamado por Brand (1993, 1997), fez com que qualquer espaço seja ocupado, inclusive perto dos cemitérios, o que não é bom. (JOÃO, 2011, p. 37)

Trabalhos como o de Izaque João (2011) evidenciam como os projetos de colonização da CAND e da CMD foram agressivos para a sociedade indígena do *Ka’aguyrusu*. A ligação desses povos com o seu território (o seu *Tekoha*) se dava após a inspeção e o ritual onde o xamã invocava a “proteção” a todos: “[...] o local de uso

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt21-1/8809-a-atuacao-do-orgao-indigenista-oficial-brasileiro-e-a-producao-do-cenario-multietnico-da-reserva-indigena-de-dourados-ms/file>>. Acesso em 22/07/2017.

permanente era batizado e, para ser reconhecido, deveria ser um espaço amplo para possibilitar a ligação entre o novo habitante e os *jára* associados a ele, conferindo ‘proteção’ a todos [...]” (JOÃO, 2011, p. 37). A remoção desses indígenas de seu território para os locais destinados à Reserva foi uma ação que não respeitou o vínculo desses com seu espaço territorial.

O trabalho de Nely Maciel (2012) aponta para os conflitos que se deram entre colonos e indígenas em decorrência da distribuição de lotes da CAND e da CMD que, de acordo com a autora, não respeitou a ocupação indígena já existente atestada, inclusive, pela existência de um cemitério:

[...] Os Kaiowá resistiram às tentativas de retirá-los da área porque possuíam fortes vínculos socioculturais com aquele território, incluindo a existência de um cemitério no lugar. Durante muitos anos, tentou-se a transferência desses índios para o Posto Indígena de Dourados (Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa) [...]. (MACIEL, 2012, p. 30).

Nely Aparecida Maciel também aponta o que ela define por “processo de desterritorialização” que

[...] refere-se aos momentos de tentativas e concretizações da retirada dos indígenas de seus costumeiros territórios e, conseqüentemente, a fixação destes em áreas demarcadas pelo governo federal para suas moradias. Entende-se que estes indígenas não foram desterritorializados somente de suas terras, mas também de hábitos sócio-culturais que entrelaçavam suas redes de convivências no local por eles habitado (MACIEL, 2012, p.43).

Tais ações do governo federal e estadual para resolver os conflitos a respeito das terras indígenas e da reforma agrária, desde as reservas e a implantação das colônias agrícolas, pareceu negligenciar ou ignorar os direitos e a cultura dos povos indígenas. Essa questão necessita de uma análise mais aprofundada e melhor embasada, mas pode-se, por enquanto, dar maior espaço para a hipótese de que as intenções por trás dessa “reterritorialização” proposta pelos governantes nesse período, era a de submeter os indígenas ao processo colonizador de forma que esses aderissem ao projeto das colônias agrícolas sob o ideal da “Marcha para o Oeste”, que tinha como um de seus objetivos expandir as fronteiras do capitalismo (OLIVEIRA, 1999).

Além disso, de acordo com Maciel (2012, p. 30) “[...] os índios foram usados como mão-de-obra para a derrubada da mata e para serviços agrícolas [...]”. Os estudos dessa autora também apontam a Companhia Mate Laranjeira como outra beneficiária da mão de obra indígena disponível antes da implantação das Colônias Agrícolas. Empresa essa que se tornou o principal alvo do governo varguista. Segundo a autora:

Naquele momento, para a Mate Laranjeira, o que tinha valor era a erva-mate; para os colonos e fazendeiros o que importava era a terra. Os índios eram inseridos nessa nova ordem, usados como mão-de-obra barata e, depois, expulsos de suas terras e levados a viverem em reservas, apesar de suas tentativas de resistência e da manutenção de seu modo de vida (MACIEL, 2012, p. 36).

De acordo com Nely Maciel (2012, p. 44) “[...] O governo tinha interesse em transformá-los em trabalhadores brasileiros por intervenção do SPI [...]”. Sob a atuação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, criado em 1910, depois transformado em FUNAI a partir do ano de 1967 (JOÃO, 2011, p. 44), o governo passa a atuar com a “tutela” sobre os povos indígenas do Brasil.

É interessante pensar que o sentido do termo tutela quando se trata das relações, sobretudo do Estado com relação aos povos indígenas, não necessariamente significa “proteção” ou “assistência”. De acordo com João Pacheco de Oliveira (2016), a tutela pode ser entendida como um “poder polimórfico”, ou seja, ela assume vários aspectos, não apenas como, por exemplo, uma relação de pai para filho, mas ela também é punitiva e pode marcar o que pode e o que não pode, por exemplo e assim por diante. De acordo com esse autor:

A condição de tutor não é somente uma ferramenta para o cumprimento de finalidades econômicas, morais ou religiosas; ela outorga a alguém um poder de mando múltiplo e polimórfico, frequentemente exercido sobre outrem sem qualquer limite e fiscalização, raramente contestado e controlado (OLIVEIRA, 2016, p. 19-20).

Em outro trabalho a respeito da situação dos índios Yanomami no norte do Brasil, Davi Kopenawa (2010) faz apontamentos graves quanto a atuação dos inspetores da FUNAI na década de 1960.

Naquela época [década de 1960], o pessoal da Funai, que tinha substituído os antigos da Inspetoria, vinha muitas vezes nos visitar em Tootobi para fazer trocas. Trocávamos com eles castanhas-do-pará e também peles de jaguatirica, de ariranhas *kana*, de veados e queixadas. Eles nos traziam facões, facas e machados, anzóis e linha, redes e algumas roupas, e ainda espingardas e cartuchos. Às vezes nos ajudavam com remédios. E também impediam os brancos que moravam a jusante do rio de entrar em nossa floresta. Por tudo isso, eu achava bom que viessem nos visitar [...] (KOPENAWA, 2010, p. 281).

Da forma como Kopenawa aponta em seu texto a conduta de membros da FUNAI soa um tanto “duvidosa” a respeito das reais intenções desses para com os povos Yanomami do norte do Brasil. Na visão do autor representantes da FUNAI, que deveriam



atuar como protetores dos povos indígenas, atuaram contra seus interesses ao reduzir seu espaço de floresta habitual a “pedacinhos” que, de certa forma, os fizeram ficar presos:

Quando comecei a trabalhar na estrada, ouvi pela primeira vez o pessoal da Funai falar em fechar nossa floresta. Chamavam isso de demarcação. Diziam-me às vezes: “Vamos cercar a terra dos Yanomami e defende-la. Se garimpeiros, colonos ou fazendeiros invadirem a floresta, vamos mandá-los de volta para o lugar de onde vieram! Se caçadores vierem roubar peles de ariranha, jaguatirica ou onça, ou flechar tartarugas, vamos expulsá-los! Aqui é uma terra indígena. Depois da demarcação, eles nunca mais vão poder entrar!”. Gostei muito dessas palavras. Disse a mim mesmo: “Isso é bom! Também eu quero que nossa floresta seja fechada, como dizem eles. Haverá uma barreira onde começa a terra dos brancos. Vai impedir a entrada de quem não queremos e deixará passar quem nós convidamos. O caminho da floresta vai ser nosso!”. Mais tarde entendi, porém, que aquelas palavras eram tortas e que o pessoal da Funai não dizia tudo o que pensava. Diziam que iam fechar nossa floresta, é verdade. Mas o que queriam mesmo, e isso nos esconderam, era dividi-la em pedacinhos para nos prender neles (KOPENAWA, 2010, p. 324).

A atuação do SPI, da forma como apresentam autores como Kopenawa (2010) e Maciel (2012), dá a entender que o órgão indigenista teria contribuído para a alienação dos povos indígenas. De todo modo, é preciso considerar que apesar dos problemas mencionados, a atuação do SPI foi importante para as comunidades indígenas no sentido de que a mesma buscou pôr em prática a ideia de “integração” ao passo que essa combatia a ideia de “extinção”. De acordo com Oliveira (2016):

Em termos de imagens e representações sobre o indígena, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) não inovou, mas apenas deu seguimento a uma reversão ocorrida no Pós-Independência. Para o indigenismo rondoniano, o índio era um ser primitivo, que ainda desconhecia o homem branco, sendo sempre pensado como ameaçado de extinção por sua difícil adaptação ao mundo contemporâneo. A atenção do indigenismo se dirigiu exclusivamente ao *índio bravo* (na acepção colonial de aquele que não era batizado nem praticava regularmente de circuitos de troca ou de trabalho com os regionais), sobre o qual se propunha executar uma tutela protecionista, que o viesse a incorporar como um brasileiro [...] (OLIVEIRA, 2016, p.174-175).

A criação do SPI, com base em Oliveira (2016), apesar de inspirada em ideias positivistas da época, que consideravam esses povos como primitivos e à beira da extinção, foi uma forma de atribuir ao estado a tutela sobre esses povos e, nesse sentido, evitou que o genocídio fosse maior. De acordo com Oliveira (2016) a criação do SPI teve como inspiração:

Um projeto de constituição elaborado por Teixeira Mendes, destacado pensador positivista, atribuiu bastante relevo às formas políticas e culturais dos povos indígenas, ao reconhecer as zonas habitadas por eles como estados americanos autóctones, que deveriam vir a integrar o Estado

federativo republicano. Embora essa proposta não fosse apreciada, veio a marcar uma ascendência dos positivistas sobre a temática indigenista, logo consolidada pela atuação do engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon no contato e pacificação de tribos isoladas nos estados de Goiás e Mato Grosso e no território do Guaporé (depois Rondônia). A forma de intervenção cunhada durante esses trabalhos transformou-se na base da criação de uma agência indigenista federal, em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cuja equipe era constituída pelos colaboradores mais próximos de Rondon, em geral militares e positivistas (OLIVEIRA, 2016, p.242).

De certa forma, a atuação desse órgão por meio da criação das Reservas Indígenas possibilitou, ao inserir vários povos indígenas em um mesmo espaço “cercado”, a liberação das demais áreas para a ocupação pelos não-indígenas. Por outro lado, a ação do SPI por meio das Reservas evitou que houvesse um genocídio desses povos, já que, ao que parece, a expansão da colonização agrícola para o oeste brasileiro através de campanhas como a “Marcha para Oeste” poderia ter um resultado semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos, com a extinção de várias etnias indígenas.

## **1.2 – Consequências das reservas e o superpovoamento das aldeias**

A Reserva Indígena de Dourados, criada desde 1917, acomoda três etnias: Kaiowá, Terena e Guarani. Segundo Levi Pereira:

[...] em 1917, quando ocorreu a criação da RID em pleno território Kaiowá, os Guarani já viviam na região e já interagiam frequentemente com os Kaiowá nos acampamentos de coleta de erva. Dessa forma, os Guarani acompanharam os deslocamentos de famílias Kaiowá para o interior das reservas. O mesmo aconteceu com famílias terena, já inseridas nas formas de ocupação econômica introduzidas pelas frentes de expansão da sociedade nacional. Resulta daí que desde seu início a RID se constituiu como área de acomodação das três etnias, produzindo um sistema multiétnico *sui generis*, que já dura quase um século (PEREIRA, 2014, p. 4).

Os indígenas foram inseridos nessas reservas sem muita preocupação por conta das autoridades quanto ao vínculo desses povos com o seu território original. Nely Maciel chamou a atenção para a forma como os territórios indígenas, ocupados com a colonização não-indígena, foram explorados juntamente com a utilização dos indígenas alocados nas reservas como mão de obra disponível: “Os colonos ocuparam as terras pertencentes aos índios e rapidamente desmataram-nas. Enquanto havia mata para derrubar, os índios

serviam como mão-de-obra; depois foram colocados de forma aleatória dentro de áreas demarcadas [...]” (MACIEL, 2012, p. 38).

Como já apontado, a ocupação do território pelo indígena segue certas regras que, de início, exigem a liderança de um xamã para escolher e “preparar” o local adequado para a permanência de sua comunidade. De acordo com Izaque João:

Com a saída do seu espaço ideal, no *Ka’aguyrusu*, a mudança para uma área delimitada pelo governo, segundo a narração do rezador, não era sequer imaginada, pois, como já foi explicado anteriormente, antes de ser ocupado, o novo local deveria ser inspecionado na base de reza. Isso era feito para constatar se o espaço era apropriado para receber o grupo e para os Kaiowá se beneficiarem dos recursos ambientais ali existentes. No entanto, as reservas que o governo delimitou no período de *Ka’aguyrusu* serviam apenas para a circulação, passagem ou para caça e coleta. Mas quando os não-índios ocuparam esses espaços, os índios foram obrigados a se deslocar para locais extremamente perigosos, pois não havia outra opção, segundo a afirmação dos rezadores. Com isso, até hoje nesses locais os Kaiowá não se sentem confortáveis socialmente, fisicamente, ou espiritualmente, pois o espaço não foi purificado dos espíritos maléficos (JOÃO, 2010, p. 47).

Além disso, o espaço delimitado e fixo das reservas levou a mudanças significativas no estilo vida desses grupos. De acordo com Levi Pereira (2014), o próprio indígena tem consciência da condição dinâmica de sua cultura que, para sobreviver, muitas vezes precisa abrir mão do estilo de vida de seus antepassados:

Boa parte dos Kaiowá, Guarani e Terena, especialmente suas lideranças de maior expressão, apresentam plena consciência do caráter dinâmico de suas culturas. É comum expressarem que não é mais possível (e talvez para a maior parte deles, nem mesmo desejável) viver do mesmo modo como os pais, avós e antepassados viviam. A descrença na possibilidade de manter intacta a sua suposta “pureza cultural ancestral” não implica na renúncia do reconhecimento da condição de índio, contemporâneo de seu tempo. Facilmente reconhecem que se produzem culturalmente de modo distinto do branco – *Karai/purutuya*, mas também distinto de seus ancestrais históricos [...] (PEREIRA, 2014, p. 24-5).

Nely Maciel (2012, p. 39) chama a atenção para os problemas envolvendo as Reservas que seguiu até a década de 1970 por conta das influências de colonos e da forma aleatória como os indígenas foram inseridos nessas. A autora acrescenta ainda, que com o passar dos anos, a situação de superpovoamento das Reservas se agravou ao lado da sobreposição de chefias trazendo problemas sociais. De acordo com Maciel:

[...] os problemas socioculturais estão inflamados nas reservas, suas tradições são interrompidas, e outros hábitos diferentes dos indígenas são incorporados na cultura. O processo de marginalização dos Kaiowá da história de Mato Grosso do Sul, como consequência da política de reservas

e do processo de expropriação das terras indígenas, aponta a necessidade de pensar a história do Estado a partir da experiência de luta de diversos sujeitos, entendendo-se que os índios também fazem parte desta história (MACIEL, 2012, p.39).

Izaque João (2011), chama a atenção para o canto ritual *Jerosy Puku* entre os Kaiowá das aldeias Panambi, Panambzinho e Sucuri'y no Mato Grosso do Sul que, segundo esse, corre o risco de desaparecer. Realizado todos os anos especialmente no mês de fevereiro, período esse de colheita do milho *saboró*, cuja cerimônia consiste no batismo desse produto que se faz de grande importância para a continuidade de sua produção e de outros produtos agrícolas tradicionais. Conforme Izaque João:

[...]. Por meio deste ritual, o milho se torna apto para ser consumido socialmente, também servindo como forma de reafirmação do modo ser Kaiowá e para o fortalecimento das relações sociais entre membros de uma mesma comunidade e aliados de outras comunidades indígenas. Além disso, também serve para a reprodução física dos Kaiowá, sobretudo no sentido de perpetuar a continuidade do povo e o nascimento de crianças sem qualquer tipo de anomalia, e para manter o equilíbrio de elementos climáticos, como a chuva, imprescindível para as práticas agrícolas tradicionais (JOÃO, 2011, p. 10).

Esse canto ritual tão imprescindível para essas comunidades Kaiowá, tem sofrido alterações nas últimas décadas devido ao superpovoamento das aldeias. O milho *saboró Jakaira*, principal elemento do ritual, necessita de um preparo especial que se inicia desde o plantio. Um dos cuidados principais a ser tomado para o cultivo desse milho se deve ao local escolhido para o plantio, pois:

[...] o *jakaira* não deve ser cultivado próximo a estradas ou locais onde a circulação humana é constante. Isso porque o contato humano com o milho pode acarretar no fracasso total da roça. Durante o desenvolvimento do milho *saboró*, especialmente no período da floração, o acesso ao local só é permitido ao seu dono “rezador”, para verificar como está a plantação. Nas últimas duas décadas, a população da aldeia Panambi cresceu muito. A maior parte do espaço foi ocupada pelas pessoas e as trilhas ou “trieiros” – *tapepo'i* – atravessaram vários pontos da roça, impedindo as atividades de cultivo do milho *saboró* e da moranga, entre outros produtos agrícolas tradicionalmente cultivados (JOÃO, 2011, p. 34).

O trabalho de Izaque João (2011) destaca que, não só os produtos agrícolas estão sendo afetados, como também, a participação nos rituais. De acordo com o autor os xamãs já observam o declínio do interesse por parte da comunidade, não só em cultivar os tradicionais produtos, como também, em manter a tradição através de novos aprendizes.

De acordo com Izaque João (2011), nas duas últimas décadas a sociedade não-indígena tem influenciado os costumes tradicionais dos Kaiowá, sobretudo, em sua

constituição familiar quando o *jekoha* (líder) que é *nhamõi* ou *jari* (vovô e vovó) não é mais visto como líder do grupo. Conforme coloca o autor:

[...]. Os *jari* e *nhamõi* estão sendo modificados pelo sistema não indígena, principalmente ao se tornarem evangélicos. Isso afeta diretamente o núcleo da família, especialmente na sua organização religiosa, gerando insatisfação no coletivo da comunidade. Muitos se queixam da ineficiência da reciprocidade do *nhamõi*, cujos reflexos antissociais na vida comunitária são inaceitáveis no *tekoha* [...] (JOÃO, 2011, p. 48).

Além disso, Izaque João (2011) aponta para o fato de que o comportamento antissocial não seja aceitável nessas comunidades. A sociabilidade, mais do que união, significa a coesão do grupo. Para esses, o comportamento antissocial pode estar ligado ao consumo inadequado de alimento, reza, feitiçaria ou por ação de espíritos maléficos e fenômenos do tempo. O comportamento antissocial, dessa forma, pode ser resultado de elementos ligados a fenômenos naturais, comportamentais e espirituais (JOÃO, 2011, p. 36). Muitos dos problemas que surgem na aldeia, dessa forma, como por exemplo, consumo de drogas e bebidas alcólicas, violência e doenças são atribuídos às influências externas a aldeia. Segundo Izaque João (2011, p. 38), “[...] o Kaiowá e outros povos de língua guarani acreditam que a reza é instrumento extremamente importante para proceder ao controle do espaço social, de acordo com seus valores, na perspectiva de manter o equilíbrio e o domínio do grupo [...]”.

A falta de interesse dos mais jovens em aprender os tradicionais costumes como o canto ritual do *Jerosy Puku*, onde muitas famílias estão deixando de cultivar os produtos tradicionais como o milho *saboró jakaira*, como também, o ritual do *xiru* que representa proteção espiritual das casas, preocupa os líderes xamãs, pois são desses costumes que depende o equilíbrio da comunidade no interior das aldeias. Esses líderes passaram a utilizar a denominação de “Kaiowá puro” para identificar aqueles indígenas que mantêm os costumes tradicionais (JOÃO, 2011).

Os ditos “kaiowás puros” são poucos ao que parece, e isso pode significar a extinção de seus costumes tradicionais. Exemplo disso é o ritual de iniciação para a vida dos jovens *kunumi pepy* que devido a falta de interesse desses não foi transmitido as novas gerações e extinguiu-se após a morte de seu último rezador na aldeia Panambizinho conforme Nely Maciel (2012, p. 52):

Esse ritual era praticado pelo rezador mais velho da aldeia, Paulito Aquino, e tradicionalmente respeitado entre os Kaiowá. Devido ao agravamento dos problemas de saúde do rezador e o seu falecimento em 2002, o ritual do *Kunumi Pepy* deixou de ser realizado na Terra Indígena Panambizinho (MACIEL, 2012, p.52)

Para entender melhor o seu significado para a comunidade Kaiowá e o quanto isso afeta a mesma, cabe a descrição do sentido desse ritual no trabalho de Izaque João:

A festa de *Kunumi pepy* tem um sentido amplo, pois a conduta humana necessita ser cotidianamente controlada e o indivíduo, por sua vez, precisa respeitar seu princípio – *pepy tembeta* – que o orienta em todos os sentidos da vida física e espiritual. Portanto, quando a criança passa pelo processo de furar o lábio, significa que ela já está preparada para integrar o grupo do xamã, a fim de acompanhar todas as atividades, principalmente na aprendizagem xamanística (JOÃO, 2011, p.78).

Nesse sentido, trata-se de um ritual de suma importância para o equilíbrio e a coesão da comunidade que no caso da aldeia Panambizinho não possui mais um representante para realizá-lo, o que significa uma grande perda para a tradição de seu grupo. De acordo com Izaque João (2011), tanto o *Kunumi Pepy*, quanto o canto ritual *Jerosy Puku* estão em vias de acabar, pois, são poucos os seus adeptos. Na medida em que os anos passam, conforme o autor, há um desinteresse por parte dos mais jovens em aprender tais conhecimentos, prejudicando a transmissão desses para as próximas gerações.

Por outro lado, essas transformações no interior dos costumes dessas sociedades indígenas, a partir da leitura de Levi Pereira (2014), não significam o desaparecimento dessas, pois os números dos censos dos últimos anos apresentam um crescimento de sua população. Os indígenas estão se adaptando ao modo de vida atual tendo em vista que sua sobrevivência depende das ocupações fora da aldeia como o trabalho em usinas de álcool, por exemplo, o que possibilita o contato com os costumes de fora da aldeia (MACIEL, 2012). A própria noção de propriedade privada, estranha ao pensamento indígena segundo Kopenawa (2010), pode estar sendo adotada por esses, o que significa talvez um aspecto negativo para a vida em comunidade entre os Kaiowá principalmente.

Dessa forma, pode-se considerar que as alterações e influências externas para as comunidades indígenas como da região de Dourados e Itaporã – MS, cobram um alto preço que é às custas de seus costumes tradicionais, responsáveis pelo equilíbrio no interior dessas comunidades. Isso pode ser evidenciado pensando no caso da nomeação de capitães pelos governantes entre os indígenas que acabou alterando a hierarquia interna nessas comunidades onde antes o líder era o xamã. Para garantir sua sobrevivência fizeram-se necessárias adaptações relacionadas as suas tradições, o que pode ser um aspecto negativo considerando que muitos de seus costumes, conforme apontado anteriormente já estão desaparecendo.

De certa forma, essa é uma condição que não é particularmente apenas das comunidades indígenas. Esses povos quando inseridos nos sistemas de Reservas acabam renunciando grande parte de seus conhecimentos tradicionais como forma de sobrevivência. No entanto, esse aspecto que envolve adaptação para sobreviver também pode ser observado entre os não-indígenas, sobretudo aqueles envolvidos em processos migratórios.

Goettert (2008) utiliza a expressão “transitoriedade migratória” em referência a “adaptação” que o migrante realiza desde a decisão tomada de deixar um lugar até o deslocamento e o processo de adaptação ao novo lugar inclusive abdicando de valores, costumes, dentre outros elementos que necessitem de transformação no novo lugar. De acordo com esse autor:

Mais restritamente, *transitoriedade migratória* é o estado em *trânsito* dos sujeitos que se colocam em mobilidade, em migração. Um *ser deslocado* porque *não-locado* sobre um único lugar. *Trânsito e deslocamento* compõem a *transitoriedade migratória* que ultrapassa o momento – menor – do deslocamento em si, abarcando desde os preliminares da decisão de migrar até a definição de que o *seu* lugar é outro – não mais o de origem -, definindo o novo lugar como aquele que lhe *pertence*, ou mesmo o lugar de origem se o retorno vier a definir o “fim” da *transitoriedade*. A *transitoriedade* entre dois lugares, de origem e de destino: um *continuum* que depende de cada migrante e por isto mesmo um *processo* eminentemente individual, calcado pela subjetividade e pelas relações que a migrante ou o migrante vai desenvolvendo no lugar novo, como também, ainda, de proximidade ou distanciamento do lugar deixado (GOETTERT, 2008, p.41-42).

Esse processo de adaptação envolvendo uma “transitoriedade migratória” também envolve a construção de algo novo com base em “experiências do cotidiano”, conforme aponta Goettert (2008), lançando mão de Souza (1995):

[...] É fundamental, portanto, como também apontou João Carlos de Souza, investigar “o significado da experiência humana”, uma vez que a construção, a incorporação de valores, da cultura, é contínua e se dá em um processo histórico a partir das experiências do cotidiano (GOETTERT, 2008, p.46).

Dessa forma, de acordo com Goettert (2008), “Processa-se minimamente, uma dilaceração da identidade dos sujeitos envolvidos no movimento migratório, em especial naqueles que deixam o lugar [...]” ao passo que também “A cultura é construída em lugares onde os sujeitos vivem e *experenciam* relações. Vivências e experiências constroem uma *tradição* e os homens e mulheres com ela promovem relações no tempo e nos lugares [...]” (GOETTERT, p. 51).

Portanto, pode-se considerar que a “transitoriedade migratória” de Goettert (2008) e as experiências do cotidiano fazem parte desses processos de deslocamento envolvendo

migrantes e, também, de certa forma, pode ser pensada para o caso dos povos indígenas para as Reservas. No lugar novo ocorre toda uma “experienciação nova” às custas do conhecimento ou de valores tradicionais, pois, ao indivíduo é colocado o desafio da adaptação.

Sendo assim, é preciso levar em consideração que, mesmo o migrante deixando seus locais de origem por diversos fatores que favorecem a sua “expulsão”, o processo de deslocamento dos povos indígenas de seus locais de origem para as Reservas (outra expulsão) se difere no sentido de que no caso dos não-indígenas esses têm por opção migrar, enquanto os povos indígenas são meio que obrigados a deixarem seu local de origem. Além disso, no caso dos povos indígenas, deve-se levar em consideração outro fator que é a possível inclusão em um mesmo espaço, o da Reserva, de etnias rivais por conta da ignorância das autoridades.

Todavia, ainda é interessante pensar que esse processo de adaptação envolvendo novos lugares de destino, novas relações de sociabilidade e até relações de trabalho fez parte tanto do universo dos povos indígenas com as Reservas quanto dos migrantes envolvidos na colonização. Ambos, em algum momento, tiveram que “abdicar” de valores e costumes tradicionais para sobreviverem dando forma a um novo *modus vivendi*.

### **1.3 – Sobre a criação e implantação da Colônia Municipal de Dourados (CMD)**

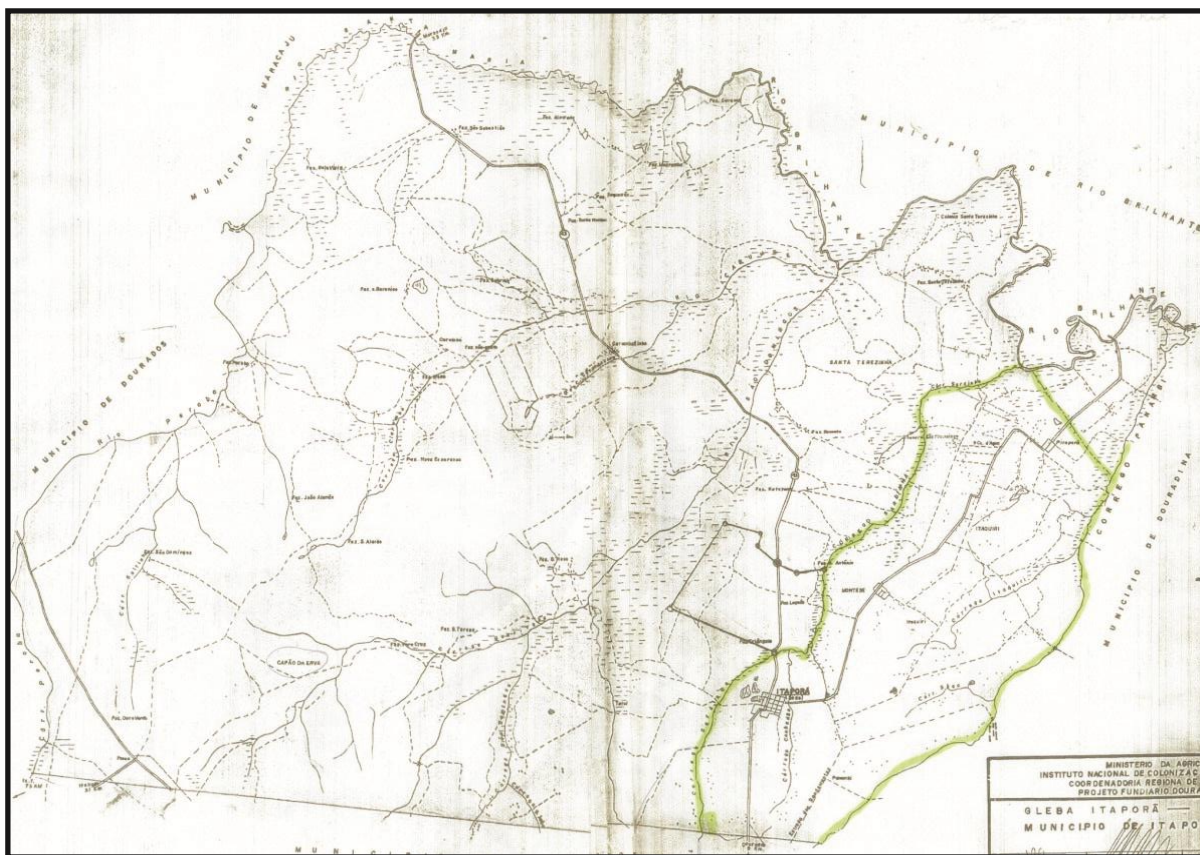
A área que atualmente pertence ao município de Itaporã já havia sido reservada para colonização em 1923. Desde então posseiros se estabeleceram nessa região juntamente com as comunidades indígenas ali existentes. Só depois, no ano de 1946, é que se dá início a criação da Colônia Municipal de Dourados (CMD), nessa mesma área que daria origem ao município no ano de 1953 (CARLI, 2008).

Em relação a referida área, antes da implantação da CMD, de acordo com Carli (2008), originalmente pertenceu ao município de Ponta Porã. Conforme a autora

[...]. Essa área, que nessa época pertencia ao município de Ponta Porã, passou a pertencer ao município de Dourados depois da criação deste, em 1935. Em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã, englobando o município de Dourados, e no mesmo ano foi criada pelo governo federal, nesse município, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em uma outra área, que não se confundia com aquela reservada em 1923 (CARLI, 2008, p. 76).



Mapa 1 – Município de Itaporã – Área que correspondia à CMD em destaque.



Fonte: CARLI, 2008, p. 161.

Conforme mencionado no início desse tópico, a área que daria origem à CMD em 1946, já contava com alguns posseiros. Parte desses, de acordo com Carli (2008), eram migrantes que tiveram dificuldades para conseguir lotes na vizinha CAND e desistindo dessa se deslocaram para a área da CMD acima referida, tendo em vista que, esta ainda se encontrava sem ser demarcada (CARLI, 2008, p. 82).

Os migrantes continuaram chegando e se estabelecendo nessa área, porém, de forma aleatória segundo Carli (2008). Segundo a autora, a morosidade com que o poder público conduziu o processo de assentamento dos colonos fez com que os memos tomassem por iniciativa própria a demarcação de seus lotes, que competia à administração da CMD (CARLI, 2008).

É necessário, porém, considerar que o período envolvendo a criação de colônias agrícolas como a CAND e a CMD, na década de 1940, envolve a passagem de diferentes administrações políticas<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Agradeço ao Professor Dr. Paulo Roberto Cimó Queiróz que na banca de qualificação chamou a atenção para o cuidado em se atribuir ao poder público a demora para a demarcação e implantação de colônias como a CAND

Apesar das memórias de alguns colonos evocarem a figura de Getúlio Vargas quando o assunto são essas colônias agrícolas, torna-se necessário frisar que a criação e implantação da CMD se deu no governo Dutra (1945–1950). A CAND, outro exemplo, criada em 1943, durante o Estado Novo (1937-1945), também “[...] foi efetivamente implantada no governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950) [...]” (NAGLIS, 2007, p. 33).

Se torna preciso ainda considerar as mudanças de administração nas esferas estaduais e municipais que, da mesma forma, podem ter contribuído para a demora na efetivação das colônias agrícolas. Carli (2008) aponta que as mudanças de administração acabavam por criar novas legislações e, não davam continuidade aos projetos das administrações anteriores por conta de interesses particulares que ignoraram, inclusive, a situação dos posseiros nessas áreas. De acordo com a autora:

[...]. Na verdade, essas legislações muitas vezes não eram criadas para legalizar as áreas daqueles que já estavam na terra, denominados *posseiros*, os quais ocupavam pequenas áreas, mas para regulamentar grandes propriedades ou colonizações particulares. A leitura que se pode fazer desse movimento está vinculado às questões políticas, em que os governadores de facção política diferente, ao assumirem o governo do estado, criavam nova legislação e dirigiam suas críticas à legislação existente e ao governo anterior, muitas vezes preocupados com interesses particulares [...] (CARLI, 2008, p. 71).

Cabe ressaltar aqui a iniciativa dos posseiros com pressões dirigidas à administração municipal preocupados em regularizar sua situação com relação a suas posses, resultando assim, na criação da CMD em 1946. De acordo com Carli (2008):

A implementação da Colônia Agrícola Municipal de Dourados teve início nesse momento – mas por iniciativa do município, haja vista que o governo do estado não havia demonstrado preocupação com as solicitações da população aqui existente (feitas por meio de abaixo-assinados, dos jornais e outros veículos de comunicações), que desejava a colonização por meio de assentamento e doação de títulos de aforamento aos colonos já instalados nas terras devolutas. De acordo com informações do Sr. Filismino Pires da Silva (conhecido como *Goiano* por ser originário do estado de Goiás), remanescente da CMD, havia-se avolumado de forma tão significativa a chegada de migrantes à região de Dourados que o prefeito municipal viu nesse momento a oportunidade para implantar a CMD (mesmo porque alguns colonos, que vinham com o objetivo de se estabelecerem na CAND e encontravam dificuldades, tratavam logo de se direcionar para a área que posteriormente seria a CMD, pelo fato de esta não estar ainda demarcada) (CARLI, 2008, p. 81-2).

---

e a CMD. Observou o professor a importância de se considerar outros aspectos como mudanças de administração em esfera estadual, municipal e também nacional e com as trocas de governos no período que envolve meados da década de 1940 e inícios de 1950.

Além disso, vale acrescentar a preocupação da administração municipal com a migração que se avolumava em Dourados, favorecendo deste modo a criação de uma nova colônia conforme aponta Carli (2008):

[...], havia-se avolumado de forma tão significativa a chegada de migrantes à região de Dourados que o prefeito municipal viu nesse movimento a oportunidade para implantar a CMD (mesmo porque alguns colonos, que vinham com o objetivo de se estabelecerem na CAND e encontravam dificuldades, tratavam logo de se direcionar para a área que posteriormente seria a CMD, pelo fato de esta não estar ainda demarcada) (CARLI, 2008, p.82).

Em 23 de agosto de 1946, é aprovado pelo então prefeito de Dourados João Augusto Capilé Junior o Decreto nº 70 que regulamentava a criação da Colônia Municipal de Dourados – CMD.

É interessante chamar a atenção para alguns pontos desse Decreto como o capítulo dois, a respeito dos colonos que, de acordo com esse regulamento precisavam apresentar alguns requisitos para a aquisição dos lotes como, por exemplo, atestar sua condição para a “profissão agrícola”:

Art. 6º - Os lotes somente [sic] poderão ser concedidos a indivíduos que se dediquem à profissão agrícola, maiores de 18 e menores de 60 anos, que não sofram de moléstias infecto-contagiosas nem sejam cegas, aleijados, loucos ou mutilados.

§ Único – Aos maiores de 60 anos serão concedidos lotes se tiverem filhos em condições de ajudá-los nos serviços agrícolas (DOURADOS, Decreto nº70, p. 4).

A ocupação e divisão dos lotes na CMD, de acordo com Carli (2008), se deu em três fases, dividindo a área por zonas de colonização. Segundo a autora, na medida em que se ocupava a primeira zona a segunda era liberada. Carli (2008), com base em um mapa do INCRA ilustra as três zonas de loteamento (Mapa 2).

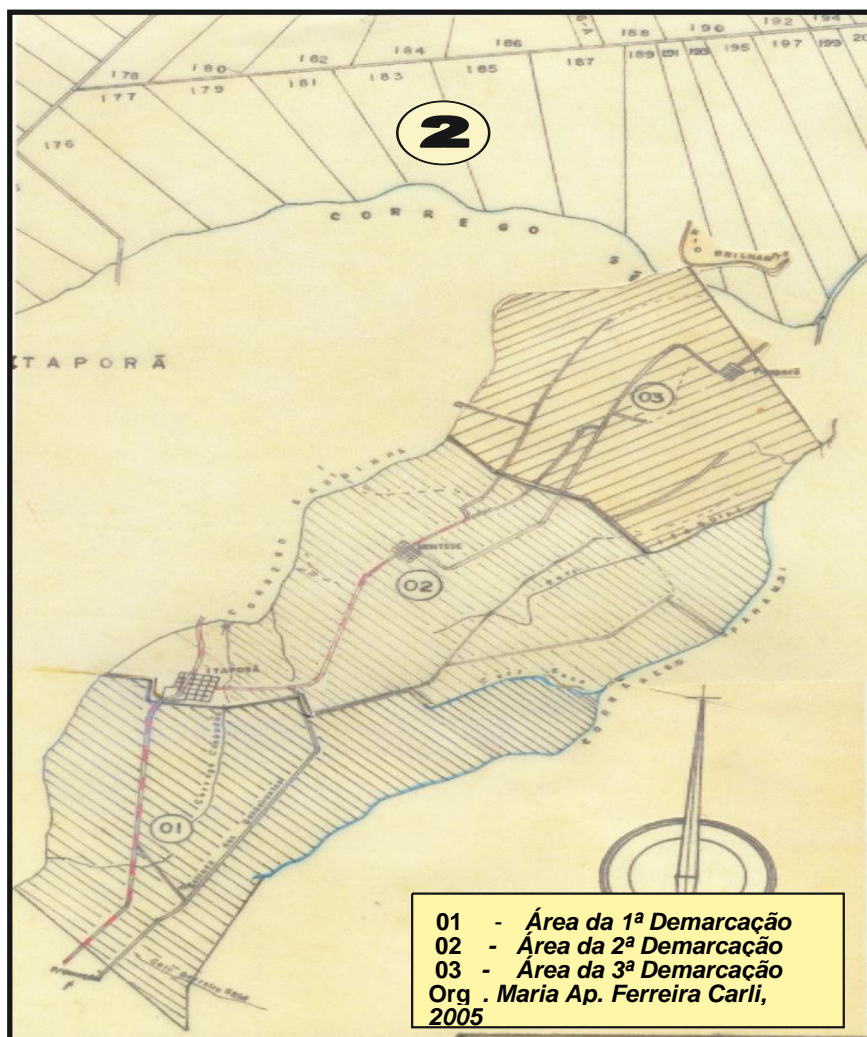
Correspondendo a área da primeira demarcação, conforme o Mapa 2, o Perfil Histórico de Itaporã (1996) dá destaque a sete famílias que se instalaram no ano de 1944 nas proximidades do Córrego Canhadão<sup>16</sup>, região essa que passa a pertencer em 1946 à CMD. O Perfil Histórico de Itaporã destaca ainda que:

---

<sup>16</sup> O Perfil Histórico oferece uma lista dessas famílias conforme segue: Sr. Rogério Moura e Sr<sup>a</sup> Isabel Moura; Sr. Inácio Félix e Sr<sup>a</sup>. Joaquina Moura; Sr. Miguel Moura e Sr<sup>a</sup>. Maria Carolina Gimenez Moura; Sr. Antonio Camilo Diniz e Sr<sup>a</sup>. Maria Licinda Diniz; Sr. Januário Rodrigues e Sr<sup>a</sup>. Odília; Sr. Benedito Pereira e Sr<sup>a</sup>. Maria Camilo; Sr. Joaquim Rodrigues e Sr<sup>a</sup>. Brolínia Camilo.

Chegando aqui, cada um foi marcando seu lote, fazendo uma picada. Segundo Dona Izabel Moura, ao chegar encontraram uma aldeia de índios e dois moradores na região, mas não soube informar quem eram eles. Após a demarcação dos lotes os homens seguiram à pé a cidade de Dourados (então sede do município) onde requereram na prefeitura a posse de seus lotes (ITAPORÃ, 1996, p. 7).

Mapa 2 - Divisão geográfica das demarcações da CMD.



Fonte: CARLI, 2008, p. 96.

Vale mencionar ainda, que as famílias citadas se estabeleceram na condição de posseiros, pois a CMD só seria criada em 1946 através do Decreto nº 70 de 9 de outubro de 1946. Em 2015, durante pesquisa de campo, foi possível encontrar uma cópia desse decreto em posse de um morador da zona rural de Itaporã, que infelizmente não se dispôs em gravar uma entrevista a respeito.

A versão de posse desse senhor, assinada pelo prefeito de Dourados na época, João Augusto Capilé Júnior, em seu capítulo 1, a respeito da colônia, no artigo 1º

regulamenta que “A Colônia Agrícola Municipal de Dourados será destinada à localização de lavradores nacionais e estrangeiros, formando um centro agrícola onde serão ministrados os ensinamentos de acordo com os princípios da agro-técnica moderna” (PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS, 1946, p. 2).

Sobre os princípios do que esse documento denomina “agro-técnica moderna” o capítulo cinco da referida lei, sobre a fiscalização, além de atribuir uma série de tarefas ao fiscal, que deveria ser inclusive morador da colônia, também menciona que o mesmo deveria ter conhecimento “de agricultura prática”:

Art. 27º - A fiscalização da Colônia será exercida por pessoa que tenha conhecimento de agricultura prática.

Art. 28º - Ao Fiscal da Colônia compete: -

- a) residir na sede da Colônia, não se ausentando a não ser em objeto de serviço;
- b) zelar pela conservação da Colônia, suas matas mananciais, estradas e bens confiscados a sua guarda;
- c) impedir a invasão de terras da Colônia por estranhos e a dos lotes, por colonos que não sejam seus foreiros;
- d) distribuir aos colonos sementes, mudas e o que se fizer necessário ao perfeito andamento dos trabalhos da Colônia;
- e) ministrar aos colonos ensinamentos práticos para o preparo do terreno, sementeiras, plantações, cultivos e colheita, convencendo-os da necessidade da utilização racional da terra, e das medidas preventivas e profiláticas contra as doenças e pragas que aniquilam e dizimam a agricultura;
- f) resolver as divergências entre os colonos, esforçando-se para que exista entre eles o máximo espírito de solidariedade e cooperação (PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS, 1946, p. 6).

Uma das atribuições ao fiscal da colônia, era de orientar os colonos sobre o trabalho com a agricultura já que este, o fiscal, deveria ter como um dos requisitos prévios, possuir conhecimentos técnicos de agricultura.

Além das atribuições do fiscal, é interessante citar também o capítulo nesse regulamento reservado aos “deveres dos colonos”:

Art. 24º - É livre ao colono escolher e explorar a cultura que mais lhe convier, obedecendo, porém, as indicações técnicas de trato da terra, da sementeira e da colheita.

Art. 25º - O colono deverá conservar os marcos assinaladores dos lido [sic] do seu lote, não os removendo sob pretexto algum. No caso de destruição pelo fogo ou outro acidente qualquer, deverá recoloca-lo imediatamente, dando ciência do ocorrido ao Fiscal da Colônia [sic]. Si não puder precisar o local de sua colocação, solicitará do Fiscal que o indique.

Art. 26º - Os colonos obedecerão às disposições regulamentares destinadas à Colônia e as determinações do seu Fiscal não só em relação á posse, conservação e utilização [sic] dos terrenos, como também, de sua conduta agrícola e social na Colônia (PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS, 1946, p. 5).

Além do Decreto nº 70, Carli (2008) aponta para a criação de mais dois regulamentos para a CMD: o Decreto-Lei nº 9, de 1948 e a Lei nº 2, de 1951. Segundo a autora:

[...]. Esses regulamentos, cada uma a seu tempo, foram instituídos para atenderem às necessidades do momento, tanto nas questões federais, estaduais como municipais. O Decreto-lei nº 9 foi criado devido às mudanças ocorridas com a extinção do Território Federal de Ponta Porã. Já a Lei nº 2 foi criada para atender a necessidades surgidas no desenvolver do próprio processo de colonização [...] (CARLI, 2008, p. 88).

Cabe ressaltar, que não será feita uma análise aprofundada dessas legislações aqui, a exemplo do que já foi feito por Maria Aparecida Carli em sua dissertação (2008). No entanto, a partir do trabalho dessa autora e da leitura dos artigos do Decreto nº 70, é possível tecer alguns apontamentos, sobretudo, com relação a um aspecto que a autora também chamou atenção: a tentativa de controlar a conduta dos colonos.

O fiscal da colônia tinha um papel fundamental conforme apontado nos itens “f”, (já citado anteriormente) e “n” no artigo 28 do capítulo V desse Decreto: “[...] manter a ordem na Colônia, providenciando para que sejam entregues às autoridades policiais, os ébrios e desordeiros, e expulsando os que se manifestarem indisciplinados, viciados, ou propagadores de doutrinas extremistas, contrarias ao regime” (BRASIL, 1946, p. 6).

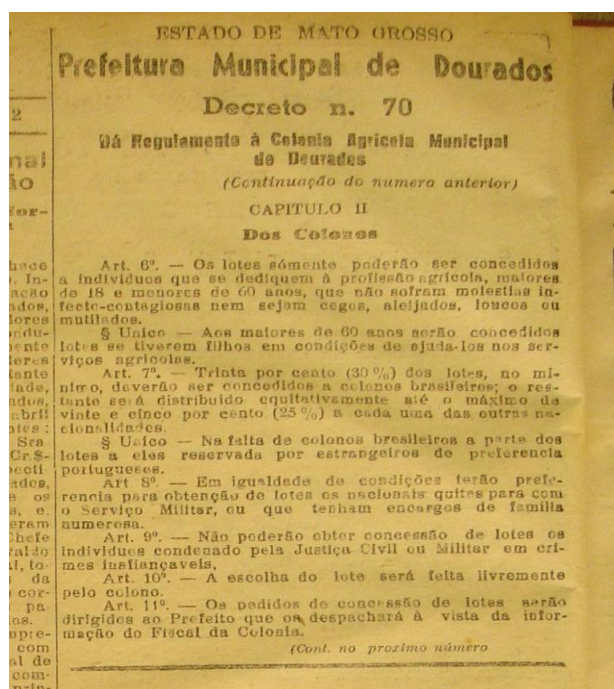
De certa forma, a partir do relato do senhor José Neves de Oliveira, evidencia-se a figura do fiscal semelhante a um delegado de polícia local já que, em sua fala, o fiscal aparece como a autoridade responsável por manter a lei e a ordem local. Ao descrever a figura do fiscal o senhor José Neves, além de destacar que o referido costumemente andava de posse de armas de fogo, também se fazia mais presente nas ocasiões de festas e bailes, sempre observando o comportamento dos colonos e confiscando armas brancas e armas de fogo de posse dos mesmos (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

De acordo com Carli (2008, p. 87) a atuação do fiscal da colônia era voltada para o “[...] exercício da mediação entre o poder público e o colono [...]” sobretudo, em se tratando de “[...] manter a ordem na CMD [...]”. Para a autora, esse foi um dos pontos que dificultou o estabelecimento dos primeiros colonos, uma vez que, a preocupação das autoridades em controlar a conduta dos colonos deixou em segundo plano a assistência desde a orientação a respeito dos possíveis cultivos a serem utilizados, bem como, outras necessidades que também não foram atendidas. De acordo com Carli (2008), considerando que o auxílio previsto no Decreto nº 70 aos colonos não foi devidamente efetivado e, a situação difícil em que muitos dos primeiros colonos se encontraram, levou a venda de seus lotes a valores irrisórios ou ao abandono dos mesmos.



Não foi possível averiguar o acesso e a disponibilidade do Decreto nº 70 aos colonos da CMD no período, condição essa, que dificulta estabelecer o quanto os mesmos conheciam o regulamento da Colônia. No entanto, uma das possibilidades verificadas de acesso na época, (além é claro, da consulta ao fiscal que certamente tinha em posse uma versão do Decreto) foi a disponibilização ao público por meio do jornal impresso local, *O Douradense*. Esse periódico, em seu primeiro ano publicou alguns artigos do Decreto nº 70 (Figura 1).

Figura 1 - Trecho da primeira página do jornal *O Douradense* com destaque para a disponibilização parcial do Decreto nº 70 da CMD.



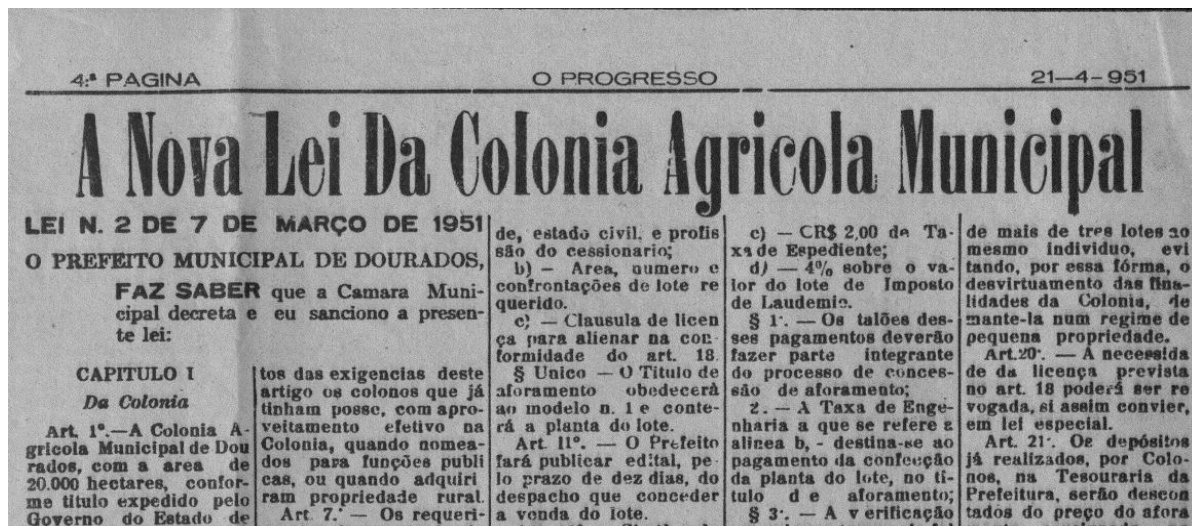
Fonte: O DOURADENSE, nº 2, 27 de maio de 1948, p. 1.

Mesmo assim, é preciso levar em consideração o público leitor desse periódico na época que possivelmente era diminuto. A partir das entrevistas ficou evidente que a maioria dos colonos na época não eram alfabetizados. Porém, considerando que a análise do público leitor dos periódicos da época exige uma pesquisa a parte, e isso “fugiu” à alçada desse estudo, tornou-se inviável estabelecer com exatidão quantas pessoas tinham acesso às informações por esses meios.

No ano de 1951, com a criação da Lei nº 2, de 7 de março de 1951, o então recém fundado jornal *O Progresso*, em seu primeiro número, publica na íntegra a Lei nº 2, de 7 de

março de 1951, que dava nova regulamentação para a CMD, sobretudo com relação a novas regras para a venda de lotes dessa (Figura 2).

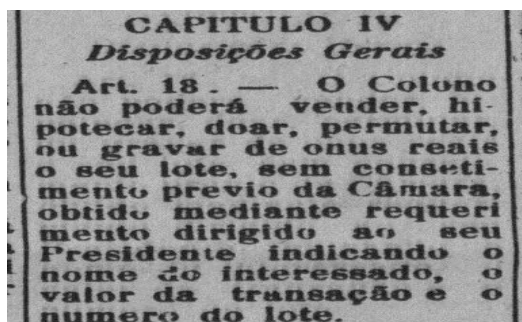
Figura 2 - Recorte da página 4 do jornal O Progresso que apresentou a nova Lei da CMD em 1951.



Fonte: O PROGRESSO, Ano 1, nº 1, 21 de abril de 1951, p. 4.

Sobre a nova lei para a CMD, é interessante destacar que apesar de manter boa parte do regulamento inicial de 1946, trouxe itens novos sobretudo com relação ao processo de aquisição do lote (Figura 3). A nova lei alterou o artigo 18º do Decreto nº 70 de 1946 que, de certa forma, proibia a compra e venda dos lotes da CMD. Conforme regulamentado na versão anterior da lei, no Decreto nº 70, em seu artigo 18º, “Nenhum colono poderá constituir-se proprietário do lote por aquisição onerosa ou gratuita, salvo por legítima sucessão hereditária” (BRASIL, 1946, p. 4).

Figura 3 - Recorte do jornal O Progresso sobre a nova regulamentação das vendas de lotes pelos colonos.



Fonte: O PROGRESSO, Ano 1, nº 1, 21 de abril de 1951, p. 4.



De certo modo, fica evidente que a nova legislação não foi incisiva em evitar as vendas dos lotes da CMD, e sim, forneceu disposições legais para essa operação. Nesse sentido, a venda de lotes tornou-se comum de tal forma que é possível que a própria administração da CMD tenha utilizado desse recurso para pagar serviços de terceiros conforme informou em entrevista o senhor Inacinho Moura Gimenez:

Aqui era tudo terra devoluta né! [...] Aí u finado Inácio Félix arrumo nu Estado pra eli dá essas terra [...] Intão eli era u... qui dava us lote pra tudo as pessoas daqui [...] Aí daqui eu fiquei di muda lá pro Barra Alegre pra cabá di dá as terra... a Malária e a Santa Terezinha... a Santa Terezinha foi dado pra pagá u engenheiro Teodorinho qui era engenheiro qui cortô tudo essas terra... aí deu essa greba Santa Terezinha em pagamento [...] desse Teodorinho. **No caso dos seus pais não eram... não eram os posseiros né?!<sup>17</sup>** Ééé... era ganhada a posse, aqui onde era posse. Depois daqui eli já vendeu por quatro real<sup>18</sup>. Aqui já tinha prantado café, e tudo, tava com quatro ano né, aqui no Canhadão. Aí eli acompanhô porque aqui não dava água... num dava poço, num tinha essis corgo nenhum... **Mais qui tamanho qui era u lote, assim... ? Mais ou menos?** Era... doze... doze alqueiro. **Vendeu por quatro real?** Quatro real [...] Aí eli pagô cinquenta centavos num lá... qui o cara já tinha derrubado [desmatado] um alqueire qui era vizinho do meu tio [...] Aí nóis fiquemo naqueli lá até... alguns anos atrás [...] Tinha genti qui trocô a troco duma espingarda, o lote né, de doze alqueire [...] teve gente qui trocô a troco di cachorro... eu lembro quando era criança... eu lembro dessas troca aqui (ENTREVISTA, Inacinho Moura Gimenez, out/2017).

Em todo caso, são muitas as questões em torno das dificuldades envolvendo desde a fiscalização efetiva de forma a aplicar os regulamentos da Colônia até, e principalmente, os colonos que ficaram muitas vezes “à própria sorte” conforme é evidenciado não apenas a partir de Carli (2008), como também, dos relatos dos entrevistados.

De todo modo, a partir dos relatos e dos trabalhos de Naglis (2007) e Carli (2008), notou-se que apesar do modelo de colonização proposto pelas autoridades, sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945), ter encontrado obstáculos em sua estrutura administrativa, a colonização seguiu e foi efetivada dando origem a duas colônias agrícolas na região: CAND e CMD.

No caso da CMD a implantação se deu paulatinamente segundo Carli (2008), pois de acordo com a autora, “[...]. Ainda em 1951 continuava em discussão o tema da demarcação de terras da Colônia [...]” (CARLI, 2008, p. 103). Ainda de acordo com essa autora:

[...], ainda no ano de 1951, muito se tinha para fazer, no que se refere à proposta inicial do processo de implantação da Colônia e de sua sede. Demarcação dos lotes, construção de estradas, propostas de compra e

<sup>17</sup> Os trechos das entrevistas em negrito identificam a intervenção do pesquisador.

<sup>18</sup> O entrevistado optou por converter os valores da época aos valores da moeda atualmente utilizada como uma forma de expressar melhor ao pesquisador/ouvinte como eram baixos os preços dos lotes na época.

venda das áreas aos colonos, essas questões evidenciam a morosidade do poder público, em relação ao desenvolvimento do processo (CARLI, 2008, p. 104).

Carli (2008) destaca também a demora da demarcação dos lotes se estendendo além do ano de 1953, quando da criação do município de Itaporã. De acordo com a autora “[...] a criação do município de Itaporã deu-se antes do final da demarcação e posse das áreas destinadas à colonização [...]” (CARLI, 2008, p. 123).

Todos esses fatores apontam, de certa forma, para o protagonismo dos colonos, responsáveis diretamente pelo sucesso da implantação e desenvolvimento da CMD. O trabalho de Carli (2008), destaca a participação dos colonos com iniciativas desde a demarcação dos lotes como também da estruturação da CMD envolvendo desde a melhoria de estradas até a construção de escolas em seus lotes.

Vale mencionar que a frequência dos filhos à escola fora obrigatória já no período de criação da CMD, com penalidades previstas aos pais em caso do não cumprimento dessa. Conforme o artigo 22º do capítulo III do Decreto nº 70:

Art. 22º - Os filhos dos colonos terão instrução primária gratuita.  
§ Único – A frequência a escola é obrigatória, sujeitando-se os pais dos menores desobedientes, às penalidades previstas neste regulamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS, 1946, p. 5).

Mesmo sendo uma condição obrigatória, o fato é, que a pressão para o cumprimento da lei se deu a partir da iniciativa dos próprios colonos que se colocaram a disposição da administração da Colônia Municipal, cedendo inclusive, partes de seus lotes para a construção de escolas conforme apontado em Carli (2008):

[...] solicitações, por escrito, dos colonos já estabelecidos na CMD, sendo que, anexada à solicitação, vinha uma relação dos filhos dos mesmos, no sentido de justificar o pedido, e ao mesmo tempo o colono oferecia uma área, em seu lote, para a construção de uma escola (isto na zona do rio Sardinha) (CARLI, 2008, p. 120).

Conforme mencionado anteriormente, no perfil *Itaporã MS* no *facebook*, encontram-se reproduzidas algumas fotografias que remetem ao passado do município. Infelizmente, a maioria está sem data precisa, como a fotografia referente a uma escola construída no sítio de um morador da região do Baixo Sardinha (Figura 4).

Vale acrescentar, conforme já mencionado, que essa participação dos colonos na estruturação da CMD não ficou apenas na educação. De acordo com Carli (2008, p. 121) as construções de estradas “[...] eram efetuadas por conta da prefeitura, mas a manutenção era por conta do colono, no espaço que correspondesse à frente de seu lote [...]”.

Figura 4 - Escola construída no sítio do Sr. Miguel Moura.



Fonte: ITAPORÃ MS: O Povo Contando Sua História. **Facebook**. 08 de maio de 2018<sup>19</sup>.

De todo modo, todas as assertivas apresentadas nesse tópico evidenciam o protagonismo dos colonos para a criação e implementação da CMD. Se a análise dos regulamentos aponta para uma tentativa de as autoridades “dirigirem” o processo de colonização agrícola, o que se verifica a partir de trabalhos como o de Carli (2008) e de relatos dos entrevistados, é que na prática, a legislação não teve efeitos significativos sobre esse processo. Em suma, se não fosse pela ação dos posseiros, talvez o projeto de colonização não teria “saído do papel”.

## 1.4 – O caso dos migrantes nordestinos

Boa parte, senão a maior parte dos migrantes que chegaram ao Sul do antigo Mato Grosso e se estabeleceram nas colônias agrícolas, eram provenientes do nordeste brasileiro, conforme se pode verificar nos trechos a seguir, tomados de trabalhos acadêmicos sobre as colônias agrícolas: “Sobre os colonos, tanto as obras acadêmicas como as escritas pelos memorialistas são unânimes em mencionar os colonos na condição de migrantes ou de nordestinos [...]” (NAGLIS, 2007, p. 37); “[...] atraiu-se gente de quase todos os quadrantes, principalmente nordestinos, em busca de realizar o sonho de adquirir um pedaço de terra [...]” (SANTOS, 2000, p.27); “[...] em número mais significativo do

---

<sup>19</sup>Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=itapor%C3%A3%20ms%20o%20povo%20contando%20sua%20historia>

Nordeste pela grande concentração de terra naquela região, portanto, maior pólo [sic] de origem da corrente migratória do país, nas décadas de 1940 a 1950 [...]” (CARLI, 2008, p. 65); “[...] Podemos considerar também que neste período (1940-1950), a região da grande Dourados recebeu a maior leva de migrantes nordestinos, essa migração teve uma continuidade nos períodos posteriores a 1960, porém, em menor escala” (MOISÉS, 2018, p. 46).

No entanto, sempre que se busca entender os motivos que levaram nordestinos<sup>20</sup> a deixar o Nordeste, é bom ter cuidado com assertivas que indicam o problema da seca. Em alguns trabalhos torna-se comum encontrar menções que colocam as secas como determinantes para a migração do Nordeste, reduzindo os nordestinos a “vítimas das secas do Nordeste” (OLIVEIRA, 1999, p.46). Ao que parece, desde a chegada de Vargas ao poder no início da década de 1930, grande parte dos problemas sociais e econômicos dessa região foram atribuídos a esse fenômeno climático. Com a “Marcha Para Oeste”, durante o Estado Novo (1937-1945), segundo Oliveira (1999, p.159), as secas foram impulsionadoras do movimento migratório: “[...] Na região nordeste, os flagelados da seca, os expulsos do campo e explorados pelos latifundiários constituíram-se em possíveis elementos a decidirem a migrar [sic]”.

A partir de Albuquerque Junior (2001), é possível identificar que o fenômeno das secas serviu ao propósito de construir uma imagem que, de certa forma, vitimizou o nordestino desde o século XIX, servindo para cobrar a atenção do governo brasileiro para que esse atuasse de forma mais enérgica no que tange recursos para combater o flagelo da seca no Nordeste. De acordo com Albuquerque Jr:

O discurso da seca, traçando “quadros de horrores”, vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas e econômicas que envolve todos “os Estados sujeitos a este fenômeno climático”. A descrição das “misérias e horrores do flagelo” tenta compor a imagem de uma região “abandonada, marginalizada pelos poderes públicos”. Este recurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, compondo a imagem de uma área “miserável, sofrida e pedinte”. Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocam como porta-vozes deste espaço sofrido. Aproxima os grandes proprietários da Zona da Mata dos comerciantes das cidades, e estes dos grandes produtores de algodão ou criadores de gado. Forma o que Freyre vai chamar de “elite regional”, capaz

---

<sup>20</sup> Infelizmente, mesmo com as leituras e entrevistas, não foi possível precisar quais Estados do Nordeste brasileiro tiveram maior participação na migração para a região de Dourados e Itaporã. A partir das entrevistas, e, principalmente, da leitura de Moisés (2018), notou-se um predomínio maior de pessoas provenientes dos Estados de Pernambuco e Ceará.

de sobreviver, durante décadas, com estes mesmos argumentos (ALBUQUERQUE JR, 2001, p. 59).

Não à toa o Nordeste recebera uma atenção especial desde o início da década de 1930, com Getúlio Vargas como por exemplo, com a criação do Departamento Nacional de Trabalho (DNT) em 1930. De acordo com Oliveira (1999):

A criação do D.N.T tinha como principal objetivo reordenar os trabalhadores no sentido de atribuir-lhes tarefas voltadas para resolver questões de ordem social, bem como para proporcionar o desenvolvimento da economia capitalista no País. Portanto, o encaminhamento, para o interior, de contingentes populacionais que se encontravam desempregados, vítimas da seca do Nordeste, ou expulsos do campo pelo latifúndio, estrategicamente objetivava esvaziar as tensões sociais, que ameaçavam a ordem nas cidades, além de tentar evitar o êxodo do campo (OLIVEIRA, 1999, p. 46).

A imagem do Nordeste e do nordestino, ligada a seca e a pobreza, não foi construída apenas por pensadores ou outras personagens de fora da região, mas pelos próprios nordestinos, sobretudo enquanto membros das elites locais e importantes escritores como Gilberto Freyre (ALBUQUERQUE JR, 2001). O resultado dessa construção pode ser observado também a partir de Garcia (1984), quando o mesmo descreve a ideia que se tornou simbólica a respeito do Nordeste:

Quando se fala em Nordeste, vem imediatamente à lembrança a imagem de uma região de extrema miséria, sujeita a secas periódicas que dizimam os rebanhos e frustram as lavouras, provocando o êxodo e a morte por fome e sede. Ou então a truculência dos “coronéis” proprietários de terras, mandando matar ou surrar os trabalhadores e tentando impedir que eles se organizem em ligas camponesas ou sindicatos. O Nordeste é ainda associado ao cangaço, forma de banditismo rural que algumas pessoas nos últimos tempos têm tentado transformar em movimento romântico de homens injustiçados que lutavam contra o desmando dos latifundiários em defesa dos pobres (GARCIA, 1984, p.7).

Yná Andrigueti (1998) também aponta a imagem estereotipada associada ao Nordeste:

Pensar Nordeste é pensar em seca. Imaginar Nordeste é visualizar imagens de pobreza. Nordeste/seca... Seca/pobreza... Pobreza/Nordeste... Parece que estas palavras tornaram-se sinônimas, tanto que qualquer referência à região de imediato nos remete a cenas de miséria, da seca desolando tudo, da seca causando fome, da seca “empurrando” o nordestino para longe de sua terra. De modo geral, quase todos os problemas do Nordeste são atribuídos às diversidades climáticas, à ausência ou à escassez das chuvas. É comum ouvirmos dizer que as secas assolam, maltratam os nordestinos [...] (ANDRIGUETTI, 1998, p.7).

Por outro lado, Garcia (1984) contribui para a desconstrução desses estereótipos a respeito do Nordeste, - que, de certa forma, homogeneiza equivocadamente essa região, - apresentando vários nordestes:

[...]. Existem vários Nordeste, de características climáticas, humanas e até culturais, diferenciadas entre si. Existem até Nordeste ricos, pequenas ilhas de riqueza incrustadas num imenso mar de miséria. A idéia[*sic*] da existência de muitos Nordeste surge em qualquer pessoa que viaje pela região. Até mesmo um observador desatento notará as diferenças. Os hábitos alimentares, por exemplo, são bem diversificados. O linguajar de um vaqueiro do semi-árido[*sic*] não é o mesmo de um trabalhador da cana ou do homem da capital. E, muitas vezes, até a mesma palavra traz outro significado quando transportada de uma área a outra. O Nordeste é uma região de contrastes [...] (GARCIA, 1984, p. 8).

Porém, Garcia (1984), apesar de desmistificar a noção do Nordeste como uma região homogênea, ao descrever seus contrastes não escapa de armadilhas conceituais como apontar dentro do Nordeste regiões que o mesmo define como atrasadas enquanto outras atravessavam progressos, não se distanciando muito assim, do pensamento da década de 1930 que via a região nordestina como atrasada em relação ao sul do país, ou a São Paulo, para ser mais exato, visto como região de progresso. A diferença, como já mencionada, é que Garcia (1984) estabelece cenários que, para esse, identificam o progresso e o atraso dentro do próprio Nordeste.

Outra questão é com relação a desmistificação do flagelo da seca ou pelo menos da forma como essa é enfatizada. De acordo com Andriqueti (1998, p.8):

A seca faz parte da história do Nordeste. O fenômeno tem sido registrado desde o início de nossa colonização: data de 1559 a primeira referência a uma seca, ocorrida no interior da Bahia. Desde essa época, foram registradas dezenas de grandes estiagens que atingiram alguns milhões de pessoas.

Para Garcia (1984), a forma como interpretamos a noção de seca no Nordeste não é correta, pois o mesmo define que:

A seca, no território semi-árido[*sic*] nordestino, não é exatamente a ausência de chuvas, pois todos os anos chove nas caatingas sertanejas. O que determina a seca é a irregularidade das precipitações pluviométricas. Instala-se uma seca quando, por escassez (mas às vezes também por excesso de chuvas), não há safras agrícolas. A seca é, assim, um fenômeno muito mais sócio-econômico[*sic*] do que meteorológico (GARCIA, 1984, p. 53).

De acordo com Andriqueti (1998, p.10):

O problema é que boa parte da água da chuva que cai no Nordeste evapora devido às altas temperaturas e ao solo pouco permeável. Além disso, as precipitações não estão bem distribuídas ao longo do ano. É comum a estação seca se estender por 7 ou 8 meses, e às vezes se prolongar por um ano ou mais. O que caracteriza o fenômeno da seca é a ausência total de chuvas por um, dois ou mais anos seguidos.

No entanto, é importante sublinhar que não se está negando aqui os efeitos que os fenômenos climáticos como as secas podem ter acarretado para os nordestinos e também do cangaço e de outros fenômenos envolvendo a disputa por terras. Mas a questão a ser destacada aqui é o fato de tomar esses fatores como determinantes para o fenômeno migratório. O que se verificou a partir das entrevistas de História Oral, realizadas com descendentes de nordestinos, é que as secas tiveram um aspecto secundário na decisão de migrar.

O senhor Lauriton Simplício, ou “Lorinho” Simplício, como é mais conhecido em Itaporã, com noventa anos de idade até a data da entrevista (julho de 2018), apresentou, com certa lucidez, suas lembranças de infância em um povoado de nome Canabrava no interior de Pernambuco. A respeito das dificuldades de viver nessa região na época - décadas de 1930 e 1940 -, o senhor Lauriton descreve da seguinte forma:

Seca qui as veis dava [durava] dois anu... dessi jeito que ocê tá vendo [remetendo a época da realização da entrevista em que a região de Itaporã passava por um longo período sem chuvas]. Partava... cabra partava... comia raíz di árvi [árvore], lá é... nós [família do pai] nunca comemu! Meu pai sempre era caçadô, trabalhava, tinha umas baixada, tirava u arrois pu gasto du anu... num era pa vendê... e vivia, mais era aquela vida (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, jul/2018).

Conforme o relato do senhor Lauriton Simplício, a região em que o mesmo nasceu e cresceu passou por períodos de secas longas que atingiam a criação de animais levando as famílias a buscarem alternativas na natureza local para obtenção de água, como as raízes de alguns arbustos. No entanto, ao mesmo tempo o senhor Simplício destaca que seu pai, enquanto um conhecedor da natureza nordestina teria, com isso, garantido a sobrevivência da família, seja através de reserva de alimentos, seja através da carne obtida com a caça de animais silvestres.

De forma semelhante ao relato do senhor Lauriton Simplício, Aurenô Cordeiro em sua autobiografia *A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos* (CORDEIRO, 2010), faz menção às dificuldades pelas quais passou sua família na década de 1930, no município de Exú, em Pernambuco:

A vida dos nossos pais no sertão de Pernambuco, não era nada fácil. Primeiro, eles mesmo depois de casado os filhos continuavam morando com os pais para prestar-lhes serviços braçais, no caso dos meus pais eles moravam nas terras do meu avô e ele chamava-se José Antonio, e que a minha mãe carinhosamente chamava o seu sogro de padrinho Zezinho. A penúria para quem lavrava a terra para dela tirar o sustento, não difere muito nos dias de hoje.

A seca era o que mais castigava o homem trabalhador, secava os açudes, os quais eram feitos no braço, talvez por isso não tivesse uma grande dimensão e secava mais rapidamente, deixando toda a criação de gado, os cabritos, e porcos e a nós mesmos sem o tão precioso líquido: a água (CORDEIRO, 2010, p. 10).

Apesar de Cordeiro (2010) dar bastante importância ao fenômeno das secas, o mesmo também menciona que as dificuldades pelas quais seus pais passaram, também estiveram relacionadas ao fato de os mesmos terem morado na propriedade de seus avós e, com isso, terem como obrigação a prestação a esses, de “serviços braçais”. Cordeiro (2010), apesar das assertivas em seu texto com relação aos problemas com as secas do Nordeste, a exemplo de Lauriton Simplício (ENTREVISTA, jul/2018), dá a entender que essas não foram “sozinhas” as responsáveis pelas dificuldades pelas quais sua família passou enquanto estiveram no Nordeste.

Não obstante, na entrevista com o senhor Lauriton Simplício, apesar das fortes referências quanto às dificuldades de viver na região em que cresceu, interior de Pernambuco, o mesmo, lembra com saudosismo os domingos quando as famílias se reuniam nas feiras, que além de ser um espaço de comércio era também um espaço de sociabilidade:

Tinha fêra todo domingo! Di vendê mandioca, vendê farinha, vendê pudim, vendê tudo... o que... se usa, nas casa! Mais todo essis domingo tinha uma fêra, tinha uma bagunça no mei da fêra lá... faziam roda di homi comu lá naquela beira d'água [apontando para uma poça d'água que estava a pouco mais de 50 metros do local da entrevista] qui tava aquele rolo... in roda tudo perto, i briga, i aparta, [risos] i vários! Todo domingo (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, jul/ 2018).

O relato do senhor Lauriton Simplício aponta para a importância das feiras realizadas aos domingos para as famílias do interior de Pernambuco, pois essas ofereciam a oportunidade de comprar/vender os produtos produzidos no sertão nordestino, movimentando assim a economia local. Ao mesmo tempo as “brigas” descritas pelo senhor Simplício, de certo modo, não devem em seu aspecto de violência serem levadas ao “pé da letra”, uma vez que, de acordo com ele, essas tinham mais um aspecto de ludicidade antes de qualquer outra coisa.



Diante do exposto neste tópico, pode-se considerar que existe alguns equívocos quanto a migração nordestina e a forma como a própria região denominada Nordeste são tratadas em alguns trabalhos. Conforme já anotado anteriormente não se trata de negar os efeitos que as secas podem ter causado aos nordestinos, mas sim, de não colocar esse fenômeno como determinante para a tomada de decisão de deixar a região. Como foi exposto, muitos fatores influenciaram a tomada de decisão por parte das famílias que deixaram o Nordeste. É mais correto apontar que as informações a respeito do SMT e do interior paulista sobre o clima e sobre a fertilidade do solo, essas sim, podem ter “pesado” na decisão por migrar.

Outra questão que é preciso destacar é quanto a forma equivocada de como o Nordeste é pensado muitas vezes. Um Nordeste que se resume as secas e a pobreza, quando na verdade existem muitos Nordestes. Nas lembranças do senhor Lauriton Simplício, por exemplo, mais do que as secas, o que marca sua infância no Nordeste é a alegria das feiras aos domingos (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, jul/2018).

A própria noção de região para se referir ao Nordeste é problemática, considerando que essa, como aborda Albuquerque Jr (2001; 2011), pode ser relativa uma vez que é uma “invenção”. Conforme o autor uma dada divisão espacial “[...] pode ser apenas aquela divisão que os grupos sociais dominantes naquele momento quiseram impor como sendo a divisão espacial de fato e de direito, divisão que poderia ter sido, naquele momento, objeto de questionamento por outras forças sociais [...]” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 26).

## **1.5 – Seguindo os caminhos da erva mate**

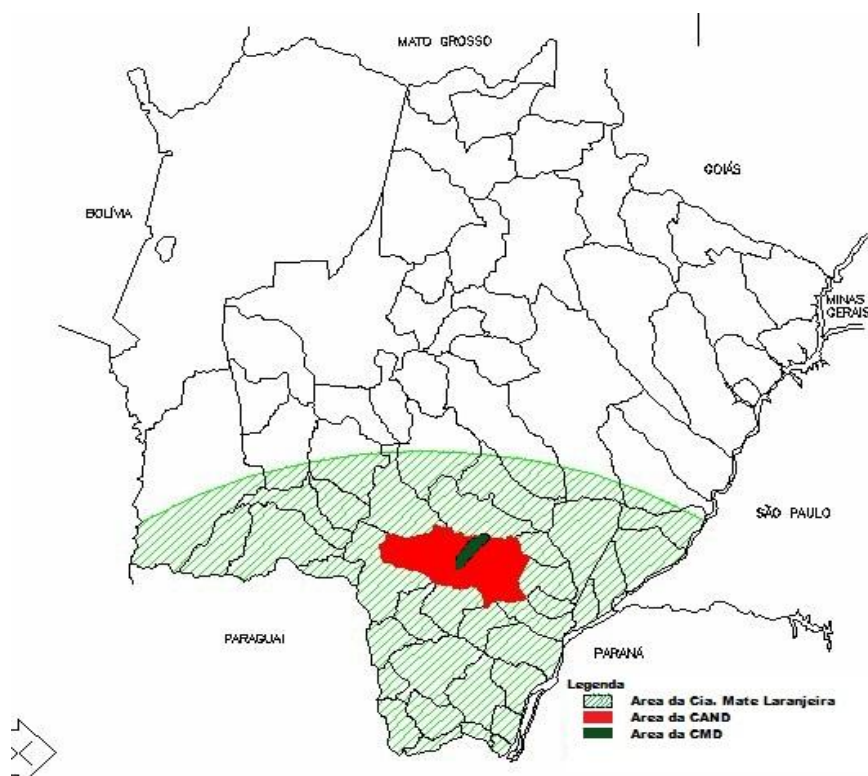
A história da exploração da erva mate no SMT já conta com uma significativa produção de trabalhos e autores que discutem esse fenômeno. No entanto, mesmo não sendo uma proposta inicial dessa dissertação trazer mais uma discussão sobre erva mate, não foi possível deixar esse tema de lado após o mesmo ser mencionado em algumas das entrevistas realizadas em 2018, e por isso necessitou-se de uma atenção especial nesse tópico.

Além das evidências encontradas nas entrevistas que atestam a presença da erva mate na região é preciso ressaltar que esse espaço, reservado para colonização da CAND e da CMD, fazia parte da área de abrangência da Cia. Mate Laranjeira (Mapa 3) conforme é apontado no trabalho de Naglis (2007, p. 29). Vale lembrar, conforme mencionado anteriormente, que o projeto de implantação das colônias agrícolas no SMT, desde o

governo Estado Novo de Vargas (1937-1945) teve como um de seus objetivos dismantelar o poderio dessa empresa.

A partir das entrevistas realizadas para esta dissertação, evidencia-se que antes da criação da CMD e da “abertura” dos lotes pelos colonos, havia algumas pessoas explorando ervais nativos nessa área. No entanto, não foi possível a partir das entrevistas apontar com clareza quem seriam essas pessoas ou se eram produtores independentes<sup>21</sup> ou não.

Mapa 3 – Áreas da CAND e CMD inseridas na área de abrangência da Cia. Mate Laranja.



Fonte: NAGLIS, 2007, p. 29 (Adaptado por Paulo R. B. Zanata).

O senhor Lauriton Simplício, ao ser perguntado a respeito da existência de ervais nativos na região, aponta para o fato de ter testemunhado o trabalho de secagem dessa:

Erva mate? Tinha muito! Nas terra mais fraca! Onde tinha essi cerradão... como daí du lado dessi corgo... terra tipo... fraca assim... até aqui nu Itaporã [sede da CMD] teve pé delis aqui tamém. Essa eu... conheci. Aí daqui a... cinco, seis quilômetro é... cinco quilômetro pra cá du meu sítio tinha até um... uns paraguaio que fazia erva mate. Nu mei du mato! Elis fazia aquela negócio diferente... fazia e cobria por cima, metia fogo por baixo, e o calor ia secano e aí... mais eu nunca prestei atenção tamém. Já meu... ramo se diz... era outro né (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, agosto de 2018).

<sup>21</sup> Sobre os produtores independentes ver a dissertação de Laercio Cardoso de Jesus (2004).

Mesmo não tendo trabalhado com a exploração da erva nativa, a experiência a partir da observação do senhor Lauriton do trabalho com a exploração dessa e até de seu processamento, feito “no meio do mato”, oferece informações importantes sobre essa atividade que precedeu a agricultura cafeeira na região da CMD.

Além disso, a fala do senhor Lauriton dá destaque a presença de trabalhadores paraguaios<sup>22</sup> nessa região. Também é interessante observar que o entrevistado se refere a área onde existia esses ervais nativos como área de “terra fraca”, ou seja, na visão desse entrevistado, os locais com erva mate nativa não eram próprios para a agricultura, segundo esse, o que leva a deduzir que essas áreas podem ter sido evitadas por colonos que pensavam da mesma forma que o senhor Lauriton.

Na entrevista com o senhor Ernesto Rodrigues Vieira, o mesmo afirmou ter trabalhado com o transporte da erva mate nativa no final da década de 40, junto com seu tio na região da CMD:

É eu andei puxando com meu tio aí... cum carreta di boi. [...] E tinha uma ranchada... fazia erva ali nu Cerretu. E puxemo erva du Cerretu pa Dorado... e du... aqui du Carumbé<sup>23</sup> tamém pa Dorado. Carreta di boi! [O caminho] Era picada nu mato... e chovia muito... [...] Tinha tempu qui... cruzava aquelis buraco chei di água. Cum barro, qui u lodo é barrentu pur cima (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

Vale mencionar, que o senhor Ernesto se ocupou na atividade de transporte de erva mate em carro de boi antes mesmo de sua família chegar a CMD, no ano de 1947. De acordo com o entrevistado, o mesmo já trabalhara ao lado do pai com transporte de erva mate na região de Juti. Segundo esse, a erva era colhida das fazendas aos arredores da região de Juti e depois era levada até as margens do Rio Ivinhema, onde era colocada em embarcações. Sobre o destino final dessa erva o entrevistado não soube informar, exceto pelo trajeto que era da região do atual distrito de Carumbé até o centro de Dourados. (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

Sobre a exploração dos ervais nativos pelos colonos da CMD não foi possível avançar muito, no entanto a entrevista com a senhora Maria Doreto traz algumas informações interessantes quanto a isso. De acordo com Dona Maria, sua família viu pela primeira vez a erva mate assim que chegou à região da CMD no ano de 1944 quando no

---

<sup>22</sup> Sobre a presença de trabalhadores paraguaios na região ver a dissertação de Alan Luiz Jara (2018).

<sup>23</sup> O entrevistado se refere a região do atual Carumbé, Distrito de Itaporã, no entanto, esse distrito só fora criado em 1958 (ITAPORÃ, 1996, p.18), antes dessa data, com base nos mapas que aparecem no Perfil Histórico de Itaporã (1996, p.17) e em Carli (2008, p.103), Carumbé fazia parte de uma região limítrofe a Colônia Municipal (CMD) separada dessa pelo córrego Sardinha.

caminho, enquanto tinham sua mudança transportada em carro de boi, passaram pela casa de um senhor que explorava a erva nativa:

A erva mate... tinha o Seu... [...] Seu José Rosa! Elis tinha muito! E a erva mate naquela tempo elis colhiam e faziam uma... elis diziam uma tarimba... num sei... acho qui... é qui nem um girau né, pra nós, e cortava a erva mate, colocava ali, e ali ficava... ali passava todo inseto, né, até secá aquilo ali [...] passamo nessi senhor lá... no Seu Zé Rosa... aí a genti viu a tal da erva mate (ENTREVISTA, Maria Dos Reis Doreto, nov/2018).

Dona Maria também aponta o fato de ter sido comum encontrar outros colonos explorando a erva mate, nesse caso, para o próprio consumo: “Agora aqui em Itaporã [sede da CMD] todo mundo fazia! Era nativo! [...] A pessoa cortava, secava ela, e depois socava do modo qui elis achava melhor. É! A erva mate aqui era assim” (ENTREVISTA, Maria Dos Reis Doreto, nov/2018).

Já com relação a colônia vizinha, a CAND, José Antônio Fernandes em sua Dissertação, destaca não apenas a exploração dos ervais nativos pelos colonos, mas também, a “importância da presença paraguaia” que, de acordo com esse, colaborou para a continuidade do trabalho com a erva mate, já que esses, os paraguaios “[...] transmitiram seu conhecimento sobre a lida da erva-mate às pessoas que vinham no processo migratório [...]” (FERNANDES, 2012, p. 119).

Mesmo não encontrando mais informações sobre esse tema a partir dos relatos dos entrevistados para essa dissertação é oportuno deduzir que esses colonos que exploravam os ervais, mesmo que para o consumo próprio, também tenham aprendido com os ervateiros que trabalhavam na região antes da chegada desses.

É importante notar também que nas entrevistas com o senhor Lauriton Simplício (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, jul/2018), o senhor Joaquim Moura Gimenez (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018), a senhora Maria Dos Reis Doreto (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018) e o senhor Ernesto Rodrigues Vieira (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018) estes, além de mencionarem os ervais nativos que existia na região quando chegaram (meados de 1940), também mencionaram a utilização das picadas que eram usadas pelos ervateiros e que essas serviram para o deslocamento dos colonos para o interior da área da futura CMD, já que, segundo os relatos, não existia estradas na região.

Ao ser questionado sobre como foi feito o deslocamento de sua família até a área do futuro lote de sua família, o senhor Joaquim Moura descreve que a mesma seguiu através

de “carriadores”, que na verdade se tratavam das picadas que eram usadas pelos ervateiros:

Pelos carriadô da Erva Mate Laranjeira né! Naquele tempo a entrada era só a da Erva Mate Laranjeira. E aí foi qui nós entrô, vinhemo de carro de boi, assim, o seu Anacletão tinha um carro de boi, era um... mato-grossense véio de Dourados. Mai... mei gaúcho o mato-grossense! Foi dois dia pra vim di carro de boi di Dourados [risos] Itaporã [sede da CMD]. Nós chegô im Itaporã [sede da CMD] mais elis tinha erva mate mais embaixo né. E tinha otro aqui na beira do [córrego] sardinha. Otra... barbacuá de erva. Era uma casona véia antiigi (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

Infelizmente não foi possível avançar mais sobre a questão da presença de trabalhadores da Cia. Mate Laranjeira na exploração dos ervais nativos dessa área que deu origem à CMD. Apesar do senhor Joaquim citar a Cia. Mate, essa menção não foi feita nas demais entrevistas. Nos outros relatos as referências são feitas apenas as pessoas que, ao que parece, não tinham envolvimento com essa empresa.

Entretanto, a partir da entrevista realizada pelos pesquisadores Alan Luiz Jara e Eudes Fernando Leite com o senhor Ramão Jara e a senhora Délcia Jara em abril de 2011<sup>24</sup>, houve menções a respeito da vinda de trabalhadores paraguaios para a região que originou a CMD e também a exploração de laranja azeda além dos ervais nativos:

Aquele tempo... vinha muito paraguai pra cá sob... um pouco a passeio outro a trabaio né, por que aquele tempo o paraguai já era meio fraco de serviço né, intão a maior parte dos paraguai procurava aqui essa frontera pra trabaia né, e aqui tinha muito trabalho de laranja azeda, fazia alambique de laranja azeda [...] a laranja era um... era um pé de laranja sabe? Só que era daquelas laranja azeda, num era laranja doce era laranja azeda né, então aqui tinha muito, e tinha um alambique lá no... no aracerva, aquele tempo tinha um alambique de laranja azeda, [...] aracerva! Pra lá de Itaporã ... é um distritozinho lá (ENTREVISTA, Ramão Jara, abr/2011).

Sobre essa exploração de laranja azeda o senhor Joaquim Moura também faz algumas menções: “Foi tudo tirandu erva mate e laranjeira né, laranja. Tinha muita laranja azeda... fazenu incensu. Tinha alambique di incensu” (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018). O senhor Joaquim Moura ainda menciona novamente em outro momento, nessa mesma entrevista, a exploração da laranja azeda na região após ser perguntado sobre os aspectos do lote de sua família assim que seu pai chegou:

**Mais essi sítio qui seu pai... quandu seu pai chegô... eli já tava derrubado [desmatado] ou tinha muita ma...?**<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Cordialmente o pesquisador Alan Jara disponibilizou a entrevista na íntegra para essa Dissertação além de ter participado de uma outra gravação em 2018 com outro morador de Itaporã.

<sup>25</sup> Para essa essa Dissertação optou-se por destacar trechos das transcrições em negrito como forma de identificar a fala do pesquisador.

Não tinha um pau dirrubado! [inaudível]. Tinha uns picadão nu mei da mata, qui a turma tirava erva, ondi achava erva... e laranjera, porque a erva mate é a... você conhece né... no mei da mata e as laranjera braba, essa laranja braba. Di incensu di fazê extratu da laranja. E a erva elis fazia... quebrava ela, saia tudu meia muída, elis tinha di prepará depois i pra... pra cabá di chegá. Moê na... insacá, fazê imbalagi dela né (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

De todo modo, além de considerar esse trabalho extrativo anterior a demarcação dos lotes e da criação da CMD, também é importante pensar na importância que essa exploração pode ter, considerando desde caminhos pela mata e até outros tipos de estrutura como poços de água potável que foram encontrados posteriormente pelos colonos e facilitaram, de certa maneira, a ocupação de algumas famílias.

Além disso, apesar das fontes orais não apontarem, também deve ser levado em consideração, que parte desses caminhos, por exemplo, podem ter sido feitos pelas populações indígenas que anteriormente habitavam a região que originou a CMD.

Nesse sentido não seria nenhum absurdo apontar que os caminhos para a criação e implantação da Colônia Municipal de Dourados – CMD se deram a partir dos caminhos da erva mate.

## 1.6 – Sobre a criação do município de Itaporã

Conforme o site da Prefeitura de Itaporã, a cidade é “[...] conhecida como “Cidade do Peixe”, pois possui a maior lâmina d’água do estado em matéria de criação e produção de peixes” (ITAPORÃ, 2018, n. p<sup>26</sup>). O café, um dos primeiros produtos a serem cultivados desde os primeiros anos da Colônia Municipal, contava com apenas um estabelecimento em 2006, conforme o Censo Agropecuário de 2006, enquanto a soja contava 144.000 toneladas seguida do milho com 113.118 toneladas e do arroz com 26.400 t (Censo Agropecuário de 2006<sup>27</sup>). Com relação à população, o município de Itaporã estava com 20.865 habitantes em uma área de 1.321,811 Km<sup>2</sup> em 2010 (IBGE, 2010<sup>28</sup>).

A emancipação política do município de Itaporã é datada de 1953 pela Lei nº 659 de 10 de dezembro daquele ano, e foi ratificada pela Lei nº 370 de 31 de julho de 1954, integrando-se “[...] à comarca de Dourados, sendo nomeado o Senhor Durval Gomes da Silva para administrar o Município até a primeira eleição” (Perfil Histórico de Itaporã, 1996, p.9). A primeira data de 1953 é alvo de polêmicas e controvérsias.

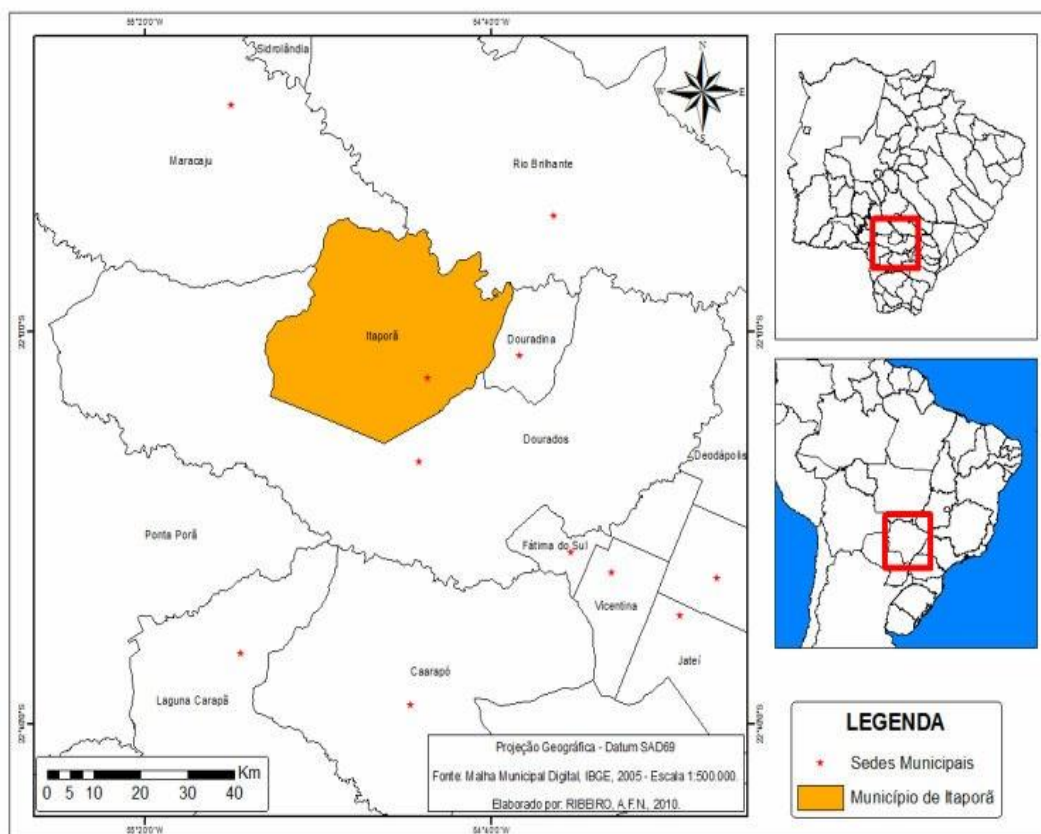
<sup>26</sup> Disponível em: <<https://www.itapora.ms.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em 9 de maio de 2016.

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/itapora/pesquisa/24/65644>>. Acesso em 02/08/2016.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500450>>. Acesso em: 02/08/2016.

O fato de Itaporã ter sido emancipado em dezembro de 1953, antes de se tornar um distrito do município de Dourados, gerou movimentos pró e contra o reconhecimento de sua emancipação. Na época, o vereador Weimar Gonçalves Torres não apenas tomou a frente do movimento contra a emancipação de Itaporã como passou a utilizar o Jornal *O Progresso*, do qual era o diretor de redação, como meio de se posicionar e de atacar o movimento pró-emancipação.

Mapa 4 - Localização do Município de Itaporã.



Fonte: OLIVEIRA, 2012, p. 16.

Apesar de defender a subdivisão de municipalidades para “[...] melhor governar países grandes como o Brasil [...]”<sup>29</sup> o vereador se posicionou contrário a criação do município de Itaporã ao mesmo tempo que adotava um discurso paternalista como pode ser verificado na edição de 10 de janeiro de 1954, do Jornal *O Progresso*:

<sup>29</sup> TORRES, Weimar Gonçalves. Município da Discórdia. *O Progresso*. Ano III, nº 141, 10 de janeiro de 1954, p.01.

Um município novo é como um filho que, atingida a maioridade, procura, naturalmente a sua independência. Mas deve sair da casa paterna unguido pela benção de seus pais, com a sua autorização, aconselhado por eles, guiado por eles em seus primeiros passos. Essa a ordem natural das coisas<sup>30</sup>.

Com isso, desde a edição do dia 13 de dezembro de 1953, o Jornal *O Progresso* passou a denunciar a ilegalidade da criação do município de Itaporã com destaque para o fato de não ter ocorrido a consulta a Prefeitura de Dourados na época. Além disso, nessa edição, o Jornal destaca a criação do município como um erro dos próprios moradores da CMD “Por outro lado, julgam má a medida eis que o município de Panambi<sup>31</sup>, caso venha a ser confirmada sua criação, será fatalmente um município pobre, sem recursos para sua própria manutenção”<sup>32</sup>.

O ato da criação do município, de acordo com Carli (2008), foi uma ação pensada pela elite política local em decorrência das eleições municipais de 1950. De acordo com a autora

[...] por ocasião das eleições municipais de 1950 as lideranças políticas do município perceberam a significativa força eleitoral da CMD<sup>33</sup>. Na verdade, segundo relatou o Sr. Ávido<sup>34</sup>, essas lideranças, que residiam em Dourados, ficaram “surpresas” com o volume de eleitores da Colônia. Seria, portanto, por esse motivo que alguns desses líderes se adiantaram e, ao invés de lutarem simplesmente pela criação de um distrito, conseguiram criar ali, de imediato, um novo município (CARLI, 2008, p. 158-9).

Na autobiografia de Aurenô Arnaldo Cordeiro *A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos* (2010)<sup>35</sup>, o desfecho de dezembro de 1953 com a criação do município de Itaporã é apresentado como o resultado de uma movimentação que se iniciou no início deste mesmo ano. De acordo com Cordeiro (2010, p. 41)

No início do ano de 1953, houve uma movimentação grande. A mesma foi convocada por moradores mais antigos do patrimônio Novo que tiveram uma decisão, em formar uma comissão para coletar assinaturas com a finalidade de encaminhar ao Governo do Estado, na época Dr. Fernando Correa da Costa e para a Assembléia Legislativa, nas pessoas dos

---

<sup>30</sup> Idem referência 14.

<sup>31</sup> Município de Panambi fora a proposta inicial do nome para esse, que após sua emancipação em 1953 fora alterado para Município de Itaporã.

<sup>32</sup> O PROGRESSO. **ILEGAL a criação do município de Panambi**. 13 de dezembro de 1953, p.1.

<sup>33</sup> A autora adota a sigla CMD para se referir a Colônia Municipal de Dourados em seu trabalho.

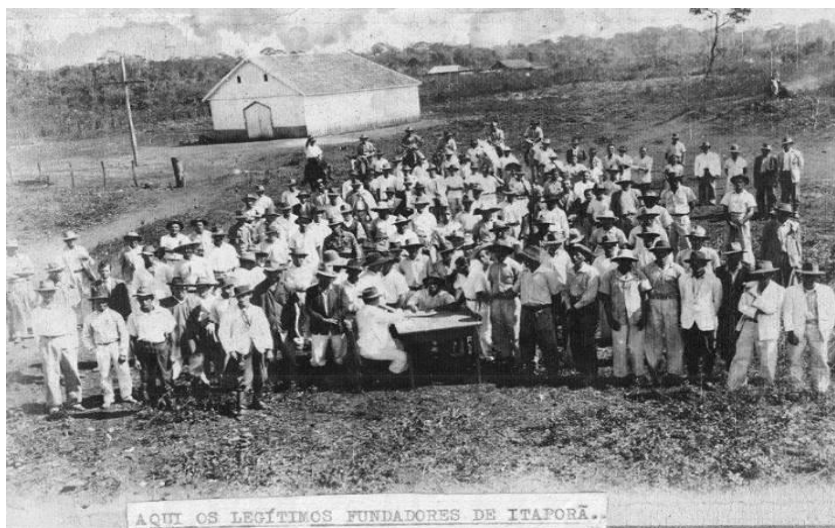
<sup>34</sup> Apesar da autora destacar em sua dissertação que não empregou a metodologia da História Oral, portanto, não produziu fontes orais para a pesquisa, a mesma utilizou as conversas informais com remanescentes da Colônia Municipal citando, inclusive trechos das conversas anotadas em seu caderno de campo.

<sup>35</sup> Considerando as entrevistas realizadas para essa dissertação como os entrevistados na época tinham entre 6 e 10 anos de idade, os mesmos não puderam informar sobre essa movimentação em torno da criação do município, nem mesmo souberam dizer a respeito do que ouviram dos mais velhos na época por isso, as fontes escritas e as fotografias serão, nesse momento as principais referências para essa discussão em torno da emancipação de Itaporã.



Deputados Francisco Leal de Queiroz e Camilo Hermelindo da Silva. Este documento tinha como finalidade, pedir a criação do Município de Itaporã, conhecido por patrimônio novo<sup>36</sup>, haja visto a grande população, até então, aqui residente, e o desenvolvimento alcançado em suas atividades agrícolas e extrativas (CORDEIRO, 2010, p.41).

Figura 5 - Fotografia da reunião realizada para coletar assinaturas pró-emancipação político-administrativa de Itaporã.



Fonte: ITAPORÃ MS: O Povo Contando Sua História. **Facebook**. 08 de maio de 2018.

Figura 6 - Fotografia citada no livro de Cordeiro (2010) em referência à reunião pró-emancipação de Itaporã.



Grande Reunião para coletar assinaturas pró-emancipação de Itaporã

Fonte: CORDEIRO, 2010, p. 43.

<sup>36</sup> É importante destacar que antes de sua emancipação a região que deu origem ao município de Itaporã aparece no Jornal O Progresso, pelo menos até 1953 com a denominação de Patrimônio Novo, o que também pôde ser constatado em algumas entrevistas com os moradores mais antigos (residentes na região desde o início da década de 1950) como, por exemplo, na entrevista realizada com o senhor Inacinho Gimenez (ENTREVISTA, out, 2017).

É importante destacar a preocupação do movimento pró emancipação em passar uma imagem que atestasse a mobilização dos moradores a favor da criação do município como, por exemplo, no caso da fotografia tirada na época da coleta de assinaturas (Figura 5). O interessante dessa fotografia é que a mesma possui diferentes versões como, por exemplo, em Cordeiro (2010) que lança mão da mesma fotografia, (figura 6) porém, sem a mensagem que aparece na figura 4 apresentada anteriormente.

Também existe uma terceira versão, que foi identificada em arquivo pessoal do senhor Lauriton Simplício. Nesta versão houve uma preocupação em identificar as pessoas que fizeram parte do momento de produção dessa, por meio de numeração com legenda no rodapé da fotografia (figuras 7 e 8).

Figura 7 - O senhor Lauriton e a fotografia referente a emancipação de Itaporã.



Fonte: Arquivo pessoal do senhor Lauriton Simplício. Agosto de 2018.

De qualquer modo, é importante assinalar que essa fotografia foi uma importante ferramenta propagandística em busca de legitimar e apontar elementos que favorecessem o movimento da emancipação municipal de Itaporã. Vale mencionar que naquele momento, dezembro de 1953, a Prefeitura de Dourados iniciou um movimento para interpor um mandado de segurança procurando anular a emancipação de Itaporã conforme matéria na primeira página do *O Progresso* de 20 de dezembro de 1953:

Segundo informações colhidas por nossa reportagem, é pensamento dos dirigentes do nosso município, interpor, ainda esta semana, Mandado de Segurança; contra o ato da Assembléia Legislativa do Estado que criou o Município de Itaporã ou Panambi, tendo já o Dr. Ney da Rocha se oferecido para interpor perante o Tribunal de Justiça aquele recurso (O PROGRESSO, 20 de dez. 1953, p.1).

Figura 8 - Fotografia com numeração identificando alguns dos colonos presentes na época da criação de Itaporã.



Fonte: Arquivo pessoal do senhor Lauriton Simplício. Agosto de 2018.

Nessa mesma matéria, o jornal enfatiza que “Caso venha a ser acolhido esse mandado de segurança, será uma lição de direito que a Prefeitura de Dourados dará aos legisladores de nosso Estado” (Jornal *O Progresso*, 20 de dezembro de 1953, p. 1). Além disso, também são apontados pelo periódico os principais motivos que tornavam ilegal a situação de emancipação de Itaporã que eram

[...] a falta de consulta ao nosso município, ferindo o preceito constitucional da Autonomia dos Municípios, a irregularidade da criação de município em território que não constituía ainda Distrito e finalmente a violação do direito de propriedade da Prefeitura de Dourados, sobre a área da Colônia Municipal, cuja propriedade continua sendo daquela Prefeitura que possui o competente título definitivo transcrito no Registro Imobiliário cabendo-lhe, exclusivamente o direito de dispor, vender e aforar as referidas terras (O PROGRESSO, 20 de dez. de 1953, p. 1).

Não seria nenhum absurdo no decorrer da pesquisa identificar uma quarta versão da mesma fotografia, o que reforçaria ainda mais o entendimento de que, além da preocupação em perpetuar aquele momento no tempo, essa fotografia tenha sofrido apropriações por diferentes personagens que efetuaram “ajustes”, seja adicionando ou suprimindo detalhes e

informações conforme suas necessidades de uso. Isso pode ser ainda reforçado considerando que a versão de posse do senhor Lauriton é datada de 1945/1946, período esse que na verdade corresponderia a criação da CMD e não da criação do município. Além disso, outra informação também reforça o anacronismo da referência dessa versão da fotografia pois no título aparece “Itaporã – MS” quando na verdade, na época de criação do município, o Estado de Mato Grosso do Sul ainda não havia sido criado.

Esse caráter de ilegalidade, quanto à criação do município de Itaporã, que primeiramente ficou conhecido como município de Panambi, foi enfatizado na edição do jornal *O Progresso*, de 13 de dezembro de 1953, ao publicar na página 4 uma nota de autoria de um “expectador” anônimo conforme foi identificada pelo jornal:

Foi com grande surpresa que tomei conhecimento das notícias que correm por aqui, sobre a criação, pela Assembleia Legislativa, do Município de Panambi, abrangendo a área da Colônia Municipal e Carumbé. Na verdade a minha surpresa decorre de essa decisão da Assembléia ser contrária a lei de Organização Municipal, cujo artigo 2, exige sejam consultadas as municipalidades interessadas para a criação, anexação, desmembramento ou supressão de municípios. Ao que me consta a Prefeitura e a Câmara não foram ouvidas, havendo assim uma quebra do princípio da autonomia municipal, consagrado pela nossa Constituição. Além disso, pelo que estabelece o art. 3 da mesma lei, só podem ser elevados a municípios as localidades que já forem Distritos de Paz. Aliás, por desrespeitarem esses princípios já foram anulados vários atos de criação de municípios, no Estado de Minas e São Paulo (JORNAL, O Progresso, 13 de dez. de 1953, p. 4).

Esse trecho do Jornal *O Progresso*, que também é citado no trabalho de Carli (2008, p. 159-160), é significativo na afirmação da ilegalidade da fundação do município de Itaporã tendo como base o artigo 2 da lei de Organização Municipal.

De qualquer modo, não cabe aqui nesse momento aprofundar uma análise dessas leis do período buscando esclarecer a situação da criação de Itaporã frente a legislação vigente na época. Isso demanda uma pesquisa a parte e ultrapassa as pretensões e objetivos dessa dissertação. Por outro lado, cabe aqui, apontar para a movimentação envolvendo a polêmica criação de Itaporã, tendo como importante agente o periódico impresso de circulação local que atuou a favor do movimento contra a emancipação de Itaporã.

Vale ainda destacar as disputas políticas envolvendo facções políticas na época. A dissertação de Fernando de Castro Além (2011) é de grande contribuição nesse aspecto ao discutir a questão da atuação do jornal *O Progresso* em meados da década de 1950 em que

esse atuou como um “porta voz” do PSD, partido político do qual pertencia seu diretor Weimar Gonçalves Torres. De acordo com esse autor:

[...]. O periódico se transformou em agente a serviço do partido político de Weimar, o PSD, em um momento em que o município passava por transformações que viriam mudar a sua configuração demográfica, econômica e política por conta da migração em massa ocorrida em virtude do advento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) (ALÉM, 2011, p. 20).

Sendo assim, a criação do município de Itaporã esteve inserida em um contexto envolvendo o embate entre os partidos do PSD e UDN, considerando os membros da elite política da época que lideraram o movimento pró emancipação, iniciado com o recolhimento de assinaturas de colonos da CMD pelo ex-prefeito de Dourados, o udenista Augusto Capilé Júnior (Sinjão), juntamente com o deputado estadual Dr. Camilo Ermelindo da Silva que, conforme aponta Carli (2008, p. 158), após ter o documento aprovado em Assembléia Legislativa, teve a assinatura do então governador do Estado Fernando Correa da Costa da UDN. Vale acrescentar que esse foi eleito para o governo do Estado no ano de 1950 derrotando o candidato do PSD Filinto Muller do Amaral, de quem Weimar Torres era aliado.

Do lado do movimento de emancipação, conforme Cordeiro (2010, p. 42) “[...] aquilo era como o recebimento de uma carta de alforria, em fim teríamos a nossa independência política e administrativa. Até então pertencíamos a Dourados [...]”. Toda essa movimentação, aliada a criação da Lei nº 63, de 23 de dezembro de 1953, que autorizou o prefeito a expedir os títulos da Colônia Municipal, mediante apresentação apenas do atestado de posse, levou ao que a edição do jornal *O Progresso*, de 03 de janeiro de 1954, descreveu como sendo uma “grande corrida dos interessados” que, em certa medida, o mesmo atribuiu à iminente emancipação que entraria em vigor após 31 de dezembro de 1953, e que contou com a expedição de mais de cem títulos conforme coloca o periódico.

De certo modo, a situação da emancipação de Itaporã, no início do ano de 1954, era de incerteza, como descreve Cordeiro (2010, p. 43), quando Weimar Torres munido de procuração feita pelos vereadores de Dourados decide dar entrada em ação judicial “[...] questionando a ilegalidade da lei de criação do Município de Itaporã [...]”. De acordo com Cordeiro (2010, p. 43), “A notícia correu logo ficamos com a barba de molho. Procurávamos fazer os nossos contatos. As opiniões se dividiam a respeito do sucesso ou não da proposta do Vereador Doutor Weimar Torres”.



Por outro lado, o clima era de otimismo perante o movimento contra a emancipação conforme nota intitulada: “Ninguém perde por esperar”, de autoria de Weimar Torres na edição do jornal *O Progresso*, de 24 de janeiro de 1954.

Se na verdade, de um lado, diminuem as esperanças de que o Mandado de Segurança impetrado pela nossa Prefeitura, venha a lograr êxito, de outro lado, pela própria informação prestada pelo Governador do Estado, no referido recurso, ninguém mais pôde duvidar de que, como remédio próprio, a representação do Procurador Geral da República, será fatalmente, vitoriosa, para anular a criação do município de Itaporã.

Trata-se apenas de mais dia menos dia.

Não se pôde dizer o tempo exato. Mas sabemos já o resultado final e, isso, servirá para que não desanimemos na batalha (JORNAL, *O Progresso*, 24 de jan. de 1954, p. 1).

A nota escrita por Weimar Torres fazia referência às notícias que chegavam de Cuiabá, como a matéria publicada nessa mesma edição do jornal, ainda na página 1, sobre o iminente julgamento do mandado de segurança em Cuiabá no período:

[...] o Governador do Estado, reconhece a inconstitucionalidade da criação daquele município [Itaporã] sem consulta á Câmara Municipal, mencionando mesmo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já firmada nesse sentido, mas alega que o recurso próprio para tais casos é a representação do Procurador Geral da República ao Supremo Tribunal Federal e não o mandado de segurança (JORNAL, *O Progresso*, 24 de janeiro de 1954, p. 1).

Do lado do movimento pró emancipação o otimismo tinha como base as relações com que a elite política de Itaporã mantinha com o Governador do Estado, Dr. Fernando Correa da Costa, que sancionou a Lei (CORDEIRO, 2010, p. 44) apesar do trecho acima citado apontar para uma previsão não tão otimista quanto ao julgamento da emancipação pelo próprio Governador do Estado, tendo em vista que agora o processo seguiria para as mãos do Supremo Tribunal Federal.

Ainda em janeiro de 1954, a edição de 31 desse mesmo mês do jornal *O Progresso* apresenta na primeira página matéria sobre a visita de Weimar Torres ao Rio de Janeiro.

[...], fui recebido pelo Procurador Geral, Dr. Plinio Travassos. Depois da primeira apresentação, o Dr. Plinio, fazendo blague, afirmou que havia pegado a moda de derrubar municípios em todo o Brasil, mostrando-me em cima de sua mesa numerosas representações provindas de diversos Estados.

Consultado sobre a representação do município de Dourados, e examinando os documentos a ela anexos o Dr. Plinio deu-me a resposta que eu esperava:

- Pôde ficar tranquilo que esta representação já constitue um atestado de óbito do município de Itaporã!

Indagado a época em que o Tribunal poderia decidir a matéria, respondeu-me:

- Vocês não tiveram sorte na época da entrada da representação, pois o Supremo Tribunal entrará em férias durante os meses de Fevereiro e Março, e assim, somente em Abril poderá ter lugar o julgamento.

Como os amáveis leitores estão vendo a opinião daquele eminente Jurista e Chefe Supremo do Ministério Público é de absoluta convicção e eu me apresso a dar essas notícias ao povo, dando-lhe satisfação do encargo que me foi confiado e pelo qual tenho trabalhado e trabalharei sem descanso até a vitória final (JORNAL O Progresso, 31 de janeiro de 1954, p. 1).

Pelo “silêncio” desse jornal, quanto às notícias sobre o processo envolvendo a emancipação de Itaporã até a data de 21 de fevereiro de 1954, a sensação é de que tudo seguiu normalmente até essa data, quando o jornal *O Progresso* publicou na primeira página a manchete: “A dignidade de Dourados não pode ser objeto de negócios, repelida pelos nossos vereadores a insinuação de um acordo no caso de Itaporã”, (JORNAL O Progresso, 21 de fev. de 1954, p. 1). A matéria fez alusão a um encontro de um representante do então prefeito interino de Itaporã Durval Gomes, um senhor de nome José da Costa Feliz, com o vereador Weimar Gonçalves Torres na tentativa de um acordo: “[...] sugeriu que o referido vereador apresentasse a Câmara Municipal uma proposta de acordo para que esta desistisse da representação encaminhada ao Procurador Geral da República, fazendo mil e uma promessas e propostas” (JORNAL O Progresso, 21 de fev. de 1954, p. 1).

Contudo, não se encontrou depois disso mais referências sobre o processo de emancipação de Itaporã a partir do jornal *O Progresso* naquele ano. Ao que parece o assunto se encerrou com a criação da Lei nº 370 de 31 de julho de 1954, que, com base no *Perfil Histórico de Itaporã* (1996, p. 9) ratificava a Lei nº 659, de 10 de dezembro de 1953 responsável pela criação do município, que agora, com essa nova lei, ficava “[...] integrado à comarca de Dourados, sendo nomeado o Senhor Durval Gomes da Silva para administrar o Município até a primeira eleição” (ITAPORÃ, 1996, p. 9).

Para finalizar esse primeiro capítulo, vale lembrar, além da discussão a respeito da origem do município de Itaporã, o contexto envolvendo o período anterior à ocupação dos colonos da Colônia Municipal. A presença indígena discutida nos primeiros tópicos, além de chamar a atenção para o problema que as reservas trouxeram para esses povos, ao passo que também foi uma forma de evitar um genocídio maior desses por conta do avanço da frente agrícola com as colônias, também denota para a introdução de uma agricultura de subsistência, com cultivos regidos por rituais inserindo culturas como o milho dentro de uma lógica de equilíbrio entre o mundo natural e sobrenatural do indígena.

Os trabalhos acadêmicos desenvolvidos tanto por indígenas como por não-indígenas chamam a atenção para os efeitos negativos causados pelo desequilíbrio desses dois mundos, na medida em que o indígena se relacionava/trabalhava com os não-indígenas, sobretudo, os colonos e, posteriormente, com o trabalho em fazendas fora da aldeia.

Por outro lado, os colonos também podem ser considerados “vítimas” da “Marcha Para Oeste”, uma vez que esses, principalmente os nordestinos, se tornaram a grande maioria no processo migratório da década de 1940, para o SMT, seguindo o sonho de adquirir um lote para a família, depararam-se com muitas dificuldades principalmente com relação as estruturas de colônias como à CMD. Sem esquecer que muitos desses, na condição de posseiros, foram responsáveis por pressionar as autoridades locais a efetivar o projeto de colônias agrícolas como a Colônia Municipal.

Vale ressaltar que a experiência em si com a colonização envolvendo desde a “abertura” de lotes até o desenvolvimento de culturas agrícolas visando o mercado são temas para os próximos capítulos.

Esse primeiro momento da dissertação foi reservado para trazer alguns apontamentos a respeito do cenário mais geral envolvendo o território que deu origem à Colônia Municipal e ao município de Itaporã, bem como, o cenário político da época sem deixar de mencionar a presença humana anterior à criação dessas unidades administrativas como paraguaios, posseiros e, em especial, os indígenas.



## **2. DIZENDO AOS BICHOS QUE “AQUI TEM DONO”:** VIDA E TRABALHO NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL ITAPORANENSE

Conforme já destacado no capítulo anterior, os colonos foram os protagonistas desde a criação até a implantação e o desenvolvimento da Colônia Municipal de Dourados - CMD. As dificuldades apontadas nos relatos dos entrevistados foram muitas desde o trajeto para se chegar a área de colonização e, sobretudo na adaptação ao local de chegada que exigiu uma série de técnicas que iam desde a construção do primeiro abrigo, até o preparo do lote para os primeiros cultivos, que em muitos casos, estava coberto por uma densa mata nativa. Nesse capítulo, parte dessa experiência será analisada com atenção especial aos primeiros cultivos, às relações de sociabilidade e ajuda mutua que irão caracterizar a comunidade do meio rural itaporanense.

### **2.1 – Aspectos da região: memórias da chegada**

Muitos foram os obstáculos enfrentados pelos colonos ao chegarem e se instalarem na área que deu origem à CMD em 1946. Além das dificuldades enfrentadas por conta das trocas de administração em esfera tanto municipal quanto estadual (e federal) já que o período envolvendo a criação e implantação da Colônia Municipal compreende a segunda metade da década de 1940 e inícios da década de 1950 acarretando, com isso, o atraso no processo de demarcação fazendo com que muitos colonos tomassem a iniciativa nesse processo, esses colonos também tiveram que lidar com as dificuldades decorrentes da natureza local.

Armando Carmello escreve e publica no jornal *O Progresso* de 11 de dezembro de 1955 um texto descrevendo os desafios/dificuldades enfrentados pelos colonos da região:

De início, o homem que chega para formar a sua pequena lavoura, passa a enxergar que em redor de si tudo é primitivo, que tudo está por fazer, para ser construído, desde [sic] a sua pequena casa de morada, o seu pequeno quintal, o seu poço de água, tudo, afinal, o que é preciso para a sua estabilidade no lugar.

Inicia [sic], assim, a sua luta quotidiana, a sua faina diária, com esperanças de dias melhores. E a luta é insana, começando pelas derrubadas das matas, onde proliferam os insetos venenosos [sic], a morada que não oferece garantia [sic], as caminhadas à pé ou a cavalo para atingir aos centros distantes onde há comércio.

E as plantações se sucedem, dia a dia, hora a hora; até as colheitas (CARMELLO, Armando. A vida de luta no sertão. *O Progresso*, Dourados, p.3, 11 dez. 1955).

O tom heroico do texto de Carmello a respeito do colono que se assemelha ao sertanejo de Euclides da Cunha (1901, p. 47) que “[...] é, antes de tudo, um forte [...]”, está presente, sobretudo, nas lembranças dos remanescentes da Colônia Municipal podendo ser encontrados inclusive nas memórias dos netos e filhos desses.

Os primeiros anos vivenciados nas colônias agrícolas foram de dificuldades principalmente para àqueles que, venderam o pouco que tinham em suas regiões de origem, e, ao chegar, perceberam que ali ainda havia um território todo por “abrir” conforme se verifica na autobiografia de Aurenô Cordeiro (2010), ao descrever o lote que comprara de um colono da CMD em 1951:

No sítio tinha uma casa pequena feita de paredes de pau-a-pique, coberta de tabuinhas, más [sic] deu para acendermos um fogo e fazermos uma refeição modesta para celebrarmos a chegada. Para isso tínhamos providenciado umas compras de alimentos para permanecermos ali um bom tempo.

[...]

Este direito de posse que estávamos, tinha somente um meio alqueire de terras derrubado, o resto era só mata virgem.

Ficamos por alí alguns dias tratando de limpar o mais que podíamos, do local onde estava a casa, queimando a sujeira, carpindo, roçando, rastelando, enfim já demarcando área para dizer aos bichos que pudessem aproximar: aqui tem dono (CORDEIRO, 2010, p. 28).

Em algumas das entrevistas fica perceptível um sentimento de arrependimento em determinadas famílias com relação à chegada na região de Dourados ou na Colônia Municipal que, ao deixarem para trás suas regiões tradicionais e ao se desfazerem de seus pertences, o tudo ou o pouco que tinham, se encontraram sem alternativas a não ser encarar a mata virgem.

Na entrevista com a senhora Maria dos Reis Doreto, a mesma, apesar de ter apenas cinco anos na época, lembra-se de alguns aspectos de Dourados e das dificuldades pelas quais passou sua família, mesmo trazendo dinheiro com a venda de sua propriedade em São Paulo:

Vendemos o que tínhamos lá e... né, meu pai vendeu... mais a genti num tinha ondi comprá! Entendeu? Cê tinha mai num tinha ondi comprá [...]. Nós viemos... Dorados... só era a [rua] principal. Não lembro si era asfaltadu. Acho que não [...]. Eu lembro qui as calçadas eram todo umas tábuas... assim... sabe? As calçada. Mais tinham lojas... já. Tinha u Ivo Rocha, em Dorados, e outros. Qui agora não mi lembro. Mas u Ivo Rocha eu lembro. Nóis tinha qui comprá tudu lá nu Ivo Rocha. Intão a genti ia a pé (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

O senhor Joaquim Moura, em seu relato, descreve a viagem de sua família até o município de Dourados em 1944 e os aspectos dessa região, ao passo que lembra do choro de sua mãe quando percebeu que não tinham como voltar:

Foi doze dia di Penápolis a Dorados. A... Campo Grande... di Campo Grande foi mais três dia até Dorado [...]. Chevrolezinho! Aí... in Dorado... num conhecia ninguém... aí fomu essi meu pai... meus pai foram recebido pela família Capilé. João Augusto Capilé... num sei si você tem histórico dus Capilé di Dorado. **Capilé Júnior, né?** É! Intão aí u... Sinjão na época era vereador di Dorados e eli si interessô muito na... nas família qui vinha. Aí fiquemo... num deu jeito di vortá pra trais... minha mãe chorava. Qui... num costumava aqui! Era só bicho né! E im Dorados tinha só barraquinho, num tinha uma... uma casa grande (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

Na entrevista com o senhor Lauriton Simplício, o mesmo fala de seu pai que, com pouco mais de cinco anos estando em São Paulo, após terem migrado do Nordeste, resolve conhecer as terras do Mato Grosso:

Aí meu pai resolveu vim olhá aqui in Mato Grosso. Qué dizê qui Mato Grosso a genti pensava qui era... eli todo qui era assim! Meu pai andô por Rochedo, andô muitos lugar aí... aí num achô qui agradá... resolveu vortá. Aí quando tava in Campo Grande, jantanu, aí si intreveu in conversa cum otro homi, u outro homi disse: Olha! Meu amigo, não volte sem conhecê Dorados! Qui dá... u governo tá dando terra, lá, u senhô vai lá u senhô vai vê mataria! – O meu pai vortô i dois companhero qui vei cum eli, qui era um irmão meu, u mais velho, vortaram tudo! Chegaram aqui num si agradaram! Vortaram nu oto dia! Meu pai ficô um... quatro dia aqui, aí um mato-grossense veio amostrá para eli. Vei cum eli di a pé, até na... nus índio alí... cê sabe? Nonde é aquela... vilinha di cá qui tem pra encostá nus índio [aldeia]. Alí... era tudo mato. Chegô alí num tinha nada aberto não! Era tudo mato! Us índio... usava frecha! Arco e frecha... alí! Só qui num era brabo. Já... era manso. Então meu pai quando olhô u mato... aí vortô pra trais, vendeu um, uns cabrito qui tinha, qui quem vem du norti, num mora nu qui é seu, tem nem vaca, nem essas coisa, mais vivia bem! Aí quando vinha, como lhi falei, foi nu anu já de [19]44... eu tinha compretado disesseis anu [...]. Aí vinhemu (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, jul/2018).

Conforme o relato do senhor Lauriton seu pai ao visitar o Mato Grosso acabou não se “agradando” com as regiões que conheceu e, quando estava decidido a voltar à São Paulo, um senhor insistiu para que o mesmo não retornasse sem antes conhecer a região de Dourados. Ao chegar em Dourados seus dois filhos que o acompanhavam não gostaram da região e decidiram continuar a viagem de volta à São Paulo, enquanto o pai do senhor Lauriton pensou em ficar por mais alguns dias e conhecer melhor a região.

De certa forma a região da sede do município de Dourados, onde as famílias em sua maioria chegavam, aparece nos relatos seguida dos adjetivos “atrasada” e “precária”. Em

contrapartida, expressões como: “mais civilizada” são usadas como referência à região de origem, mesmo quando se trata da zona rural do interior de São Paulo<sup>37</sup>.

Outro elemento que surge nos relatos, caracterizando a região como “perigosa” ou “inóspita”, é a presença das populações indígenas. Expressões como “mansos” utilizada por Lauriton Simplício (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, jul/2018), para caracterizar alguns grupos indígenas que o mesmo conheceu, reforça uma visão do “papel civilizador” do não-indígena que adentra a região.

Essas expressões utilizadas durante os relatos pelos entrevistados em referência à região da CMD em seus primórdios e dos próprios grupos indígenas presentes na mesma apontam para a visão do não-indígena na condição de colono na época. Com exceção dos senhores Lauriton Simplício e Ernesto Vieira, contando com 16 e 20 anos de idade respectivamente na época da chegada na região, os demais entrevistados eram ainda mais jovens. Nesse sentido, sobretudo os mais jovens, tiveram suas lembranças da chegada à região, de certa maneira, influenciadas pelas memórias dos pais ou de outras pessoas mais velhas.

Com isso, pode-se considerar que as expressões que esses entrevistados usam em seus relatos evocando elementos de progresso e atraso para se referirem a região de Dourados, na década de 1940 e 1950, estejam ligadas às visões de mundo dessa época ou como esses termos eram empregados e pensados nesse período. Infelizmente não há como voltar no tempo ou consultar as pessoas que foram adultas naquele momento restando buscar entender por meio das memórias de pessoas que se colocaram a disposição para falar desse período, mesmo sendo muito jovens na época.

Deste modo, não foram incomuns menções sobre o temor com relação aos indígenas que transitavam ou habitavam nas proximidades dos lotes da CMD. A senhora Maria Doreto, por exemplo, evidencia em seu relato, os temores que sua família passou a ter quando uma irmã foi morar na região do Panambi, região essa apontada nos relatos como de maior presença de grupos indígenas na época:

Só tinha uma irmã qui era casada, qui comprô um sítio, essa ela comprô um sitiozinho lá em... nu Panambi qui era da família du... Silva... dus mineiros... qui falava naquela época. Intão elis mudaram alí. Sofreram muito também! Nossa! Sofreram muito! Alí era mais assim... mais... povoado pelos índios né. Os índios transitavam alí (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

---

<sup>37</sup> Cabe notar que, entre os entrevistados apenas a família do senhor Everaldo José de Souza veio de uma região urbana no interior de São Paulo, os demais, vieram todos de zonas rurais.

A senhora Maria dos Reis relata também um certo receio após a construção da estrada que passou a ligar Dourados a Itaporã (atual MS – 156), atravessando a aldeia indígena: “Depois abriram a estrada daqui pra Dorados mais... era uma estrada di chão, quando chovia ninguém passava. Iii... tinha muito medo dos índios né. A genti tinha muito medo. Infelizmente, né. Naquela época” (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

É preciso levar em consideração que essas famílias de migrantes que chegaram a região de Dourados ainda na década de 1940 tinham uma certa concepção da região com base nas informações que receberam quando estavam em suas regiões de origem e que essas, contribuía para criar um imaginário que não condizia com a realidade local.

Nota-se o exagero com que se atribuía a fama de “sertão” às regiões como o SMT, enquanto sinônimo de “região sem civilização” ou “território a ser conquistado” e como essas visões, na década de 1940, ainda se faziam fortes<sup>38</sup>. Entende-se aqui que essas visões são construídas com base em pré-conceitos e são comuns as regiões nas quais Martins (2009) define como fronteiras. Esse autor conceitua a “fronteira” como: “o lugar da alteridade”. De acordo com o autor:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação do conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-lo. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizadores de outro; como os grandes proprietários de terras, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro [...] (MARTINS, 2009, p. 133).

Um elemento interessante de se notar em colonizações como a da CMD é o encontro com o “outro” que, no caso dessa região, com base nas entrevistas e nos trabalhos de Carli (2007) e Naglis (2008), envolveu diferentes povos e etnias como os indígenas, paraguaios, nordestinos, paulistas e os mato-grossenses. O imaginário a respeito do sertão e de regiões como o SMT fortaleceu preconceitos e, de alguma forma a vontade de migrar para o SMT e de possuir terras agricultáveis mostrou-se mais forte que os temores do “sertão” do Mato Grosso.

Ainda se tratando da relação entre povos, em alguns relatos, quando mencionam o contato feito diretamente com os indígenas da região, a relação entre não indígenas e indígenas é descrita de forma amistosa. O senhor Lauriton Simplício relatou que após a sua

---

<sup>38</sup> Ver Galetti (2012).

família ter a casa de taquara derrubada por um forte vendaval os mesmos foram acolhidos por uma família de indígenas vizinhos do lote:

Aí quando meu pai saiu um dia pra Dorado, ficô eu i meu irmão. Aí vei um ventu du sul... uma chuva boa... i eli vei cum ventu ajudando bem... pego u barraquim i dirrubô pur cima di nós! Qui era di dia! Quandu dirrubô nós pulemu fora, iscapemo! Aí vimo qui começô balangá...! Aí dispois moremu... um anu i poco... juntu cum índio. Qui morava mais numa casinha assim... tinha chegado alí... morava pertim... casado cuma índia... Terenu... aí eli chamô nós: Vem ficá nessi barraco aqui! - Fiquemu cum eli (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, jul/2018).

Apesar de só serem mencionados por força de insistência das perguntas do pesquisador, a relação com os indígenas, conforme mencionado anteriormente, é sempre mencionada de forma amistosa<sup>39</sup>.

No relato do senhor Joaquim Moura, o mesmo aponta para o fato de existirem pequenos grupos de indígenas próximos a área da CMD que, por vezes, orientavam os colonos para os perigos da natureza local como, por exemplo, as onças:

**Tinha muito índio quando vocês chegaram? Índio? É!** Tinha us... bróquim [grupo pequeno] [...]. Tinha uns bróquinho. Lá memu im Itaporã [sede] num tinha quase agora aqui elis já... na beira du [córrego] Sardinha aí tinha um bróquim di índio... uns... divia tê uns doze, o... o bróquim qui elis era bróquim di déiz, doze, quinze, nu máximo. E tinha mais lá na... ali na Doradina. Era um acampamentu delis. Ficava na basi dus... corguinho lá... du... du Rio Briante [Rio Brilhante]. **E elis chegaram a trabalhá assim... ni... cafezal, essas coisa?** Trabaiava! Ajudava! Era bom di serviçu! Só num intendia, né. Vixi elis gostava dimais dus... dus brasileiro qui vinha. Us índio na época... a turma tinha medu delis mais era... elis eram genti fina. Elis tinha medo di onça e tinha muita onça. Elis diz qui a onça era perigosa. Então elis ajudava: Cuidado da onça ein! Se a onça pega ocêis aí, inda ocêis piquinininho, não facilita não! Nós só anda cum frecha (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

A relação na qual os colonos mantinham com os indígenas se mostrou mais complexa na medida em que relatos como o da senhora Francisca Zanata evidenciaram momentos de possíveis “conflitos” e momentos de “amizade”:

Aquele tempo tinha... elis falava Baxada do Cataiama, né qui era uns Cataiama qui tinha alí, tinha uns japonês, tinha uma horta, tudo né, du ladu direito otros du ladu isquerdu, depois da Curva da Morti. Antes dessa baxada, aí tinha uns colonhão né, us índio costumava ficá ali, acho qui pra caçá peria [preá] né, até quando a genti estudava, eu parei di istudá por

---

<sup>39</sup> É necessário lembrar aqui que as entrevistas foram feitas com um roteiro, elaborado com base em informações da pré-entrevista e, esse roteiro serviu como um meio de levantar temas/assuntos em meio ao relato do entrevistado; ou seja, não responderam a um “questionário”, mas ficaram “livres” para narrar sua trajetória de vida desde o nascimento. Com isso, o pesquisador se limita a fazer pequenas intervenções quando sente a oportunidade de fazer uma pergunta ou levantar um tema ou assunto, sempre com o cuidado de não interromper em demasia o ato de rememoração do entrevistado.

causa disso. A genti passava as vês elis... talvez pra assustá a genti... elis atirava frecha i tudu né, as veis quando eli reconhecia a genti elis falava: Não! Não ataca não porque é a filha du seu Rodolfo! Purque sempri u pai assim quandu a vaca tolava, quebrava uma perna, eli ia lá i chamava us índio, falava pra elis: Ó tem uma vaca pra vocês lá! Intão elis gostava muito du meu pai. Mais... elis era assim... elis gostava num sei si éra atacá mesmo ou era assustá as pessoa. Intão... elis sempri tavam alí caçandu. **Aí nu caso essa vaca qui... quando us índio ia lá desatolá ficava pra elis? Ou o Rodolfo pegava assim... ?** Sim elis carniava! Até elis faziam a festa né, u pai dexava, elis pidia as vês pu pai mata pra elis, né. Quandu u pai vinha avisá: Ó seu Rodolfo, chega lá e já mata pra nós qui nós já vamu! Aí elis chegava, elis pulava im cima, elis ficava pulando im cima daquela vaca, aquelas criança, aí depois arrancava u coro aí cada um saía com um quartu, uma paleta, tudu, aquelis índio forte cum aquelas carne tudu contente com a carne qui elis tinha ganhadu i levava pra aldeia qui era próxima a vila, a Vila Cruz. Ondi elis morava. Teve até uma vês qui u pai avisô qui tinha uma vaca, tinha atoladu, ia dá pra elis né, aí elis falô: Ó seu Rodolfo! Chega lá i mata pra nós! E era tardizinha, u pai matou a vaca disatolô i elis num vieram. Vieram nu otro dia busca essa vaca aí u pai falô pra eli: Ò... bom dexá! Aí elis: Não! Não! Ainda elis levaram (ENTREVISTA, Franscisca Marques Bork Zanata, mar/2016).

De todo modo, o que se pode evidenciar a partir das falas dos entrevistados, é uma visão do não-indígena como “civilizador”, e que, na medida em que o referido avançava sobre as matas e as ocupava com seu trabalho sobre a terra e com seus costumes, o mesmo estaria trazendo um certo “progresso” à região. A senhora Maria dos Reis Doreto, por exemplo, emprega o termo “civilizado” em referência aos locais mais afastados dos territórios ocupados pelos indígenas e já contando com o cultivo realizado pelos não-indígenas: “Muito! Muitos indígenas! Muito! Bom... perto da... da... da aldeia pra cá era lugarzinho... mais civilizado qui u povo... plantava, né. Colhia” (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

Para Galetti (2012), o Mato Grosso, desde o século XIX, passou a ser enxergado tanto por estrangeiros, brasileiros e até por mato-grossenses, com base nas concepções ocidentalistas de progresso e civilização. De acordo com a autora somaram-se a isso ideias com base em teorias evolucionistas e raciais de fins do século XIX e início do XX que se refletiram na forma como os migrantes que chegaram ao SMT “enxergaram” a região.

No caso do relato da senhora Maria dos Reis Doreto ocorrem comparações da região de chegada, escolhida para a criação da CMD em 1946, com a região de saída, zona rural do interior paulista. Tais comparações são feitas com base na estrutura da casa em que tiveram que morar na colônia e como a mesma era “precária” em comparação com a estrutura que tinham em São Paulo, considerado um lugar mais “civilizado”:

**A casa ela já tava construída quando vocês chegaram? Ou vocês... ?**  
Tava! Num sei si meu pai mandô fazê... eu sei qui quando chegamos tava.

**Já tava pronta?** É! Mais é... era muito precário demais. A porta... você enfiava uns paus assim ó... eles faziam com isso aqui, não sei explica como... e aí fechava com aqueles paus. De manhã tirava aqueles paus. Pra quem veio de um estado civilizado igual São Paulo... a gente sofreu muito (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

Em suma, boa parte dos entrevistados, senão a maioria, se apresentam em seus relatos como sujeitados às condições da natureza local, ao mesmo tempo em que se colocam como civilizadores e brasileiros de fato, excluindo os indígenas. Seus relatos evidenciam um imaginário em que se consideram fomentadores do progresso à região das colônias agrícolas, como foi o caso da CMD. Com isso, foi comum nesses relatos o emprego de palavras como: “atraso” e “precário”, ao se fazer referência à região de chegada.

Diante de todas essas “representações” do lugar chegado, ou do SMT e, mais especificamente, da região de Dourados e da futura Colônia Municipal – CMD, se torna de difícil compreensão o fato de essas famílias terem deixado seus lugares de origem, mesmo que, em alguns casos, isso se justifique pela permanência relacionada a impossibilidade do retorno imediato.

Ao que parece, houve uma grande expectativa com relação a prosperidade que a agricultura poderia trazer para os colonos, tendo em vista aspectos, como a presença de densa mata nativa na região da CMD. Com isso, na medida em que essas pessoas testemunhavam árvores de dimensões variadas e o mato denso a ser roçado aumentavam suas expectativas com relação a fertilidade do solo. Esses fatores podem auxiliar na compreensão do fato de esses entrevistados permanecerem na região, apesar das dificuldades apontadas, sobretudo, com relação ao período de criação e implantação da Colônia Municipal.

## **2.2 – “Abrindo” o lote: o trabalho com a derrubada da mata nativa e as melhorias das picadas**

Chegando a área da futura CMD<sup>40</sup> os colonos se viram diante de dois obstáculos: o deslocamento utilizando as picadas para se chegar ao lote e a mata nativa a ser derrubada.

Conforme as fontes orais apontaram, a exemplo de Cordeiro (2010), ainda em 1951, grande parte dos lotes da Colônia Municipal contavam com uma densa mata virgem. Além

---

<sup>40</sup> Isso vale também para os colonos que chegaram à região após a criação da CMD em 1946 e também para os que chegaram quando a emancipação de Itaporã estava concluída, na década de 1950. Com base em Carli (2008) e em alguns dos relatos dos entrevistados, a demarcação e derrubada de árvores nos lotes dos colonos seguiu pelo menos, até fins da década de 1950.



disso, o desafio não se resumia em derrubar as árvores, mas também era preciso dar um destino à madeira retirada. Considerando que relatos como o do senhor Sebastião Rebeque (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018), evidenciam a inexistência de serrarias na área da CMD, pelo menos até o final da década de 1940. Assim, o colono optou pela queima de boa parte da madeira que não utilizava:

Era tudo dirrubado no machado e na foice! E era tora memo! Tora di... Peroba, Canafista, Minduim... uma pena du cara num tirá umas foto [...] **o quê fazia com essa... maderá?** Queimava! **Queimava?** Queimava! liichi [...] as madeira do jeito que cê ia por é... dirrubando, ia queimanu. Aí você ia juntanu as arvi mais piquena, em cima da maior e... dêli fogo! Dêli fogo! Cabava tudo ínu fogo (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Mesmo com a criação das serrarias, já no início da década de 1950, os problemas envolvendo o destino da madeira retirada dos lotes permaneceram, pois, além das mesmas não darem conta de comprar toda a madeira que era retirada pelos colonos existiram divergências nas negociações entre esses colonos e os compradores, conforme relato do senhor Sebastião Rebeque:

Aí começô aparece qui nem serraria já aqui em Itaporã, Montese, só qui aí... nego comprava... pagava quando bem quiria. Aí u pai como era muito sistemático i eli falava: Si é pra mim arrumá briga, arrumá encrenca... queima! Queima! Aí nós metia fogo (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Na figura 9 é possível identificar, considerando o ângulo escolhido pelo fotógrafo às dimensões das árvores na época que, de forma estratégica, ficam em primeiro plano na fotografia tendo ao fundo parte da estrutura de uma serraria e algumas pessoas em pé. Além disso, esses elementos registrados na fotografia evidenciam as dificuldades encontradas pelos colonos que, na época, contavam apenas com algumas ferramentas rústicas para o trabalho na abertura dos lotes.

Esse sistema de “limpeza” dos lotes também é analisado no trabalho de Suzana Naglis (2008) onde

[...] em sua maioria, ocorria de acordo com os métodos da época, usando-se como instrumento de trabalho inicialmente a foice, o machado, o facão e o serrote, e depois a enxada. Fazia-se a derrubada e deixava-se o mato secar por alguns dias. Antes de atear fogo era preciso fazer um aceiro, prevenindo-se contra a possibilidade de o fogo saltar para a roça do vizinho. Após a queimada alguns colonos usavam a técnica da “coivara”, que já era utilizada no Brasil pelos indígenas [...] (NAGLIS, 2008, p. 139).

De acordo com Naglis (2008), o emprego da técnica da coivara, queimando a madeira e o mato seco, favorecia o primeiro cultivo devido ao enriquecimento de potássio

em decorrência das espessas camadas de cinza sobre o solo. Entretanto, Naglis (2008), aponta que as boas safras só se deram nos primeiros anos, pois, a ocorrência das chuvas provocou a lavagem da cinza e a queima das matérias orgânicas pelo fogo, durante a “limpeza” da área, prejudicava a fertilidade do solo para os próximos anos.

Era, portanto, um método agressivo ao solo que não garantia bons resultados a longo prazo. Porém, o uso da coivara entre os colonos da CMD, com base nas entrevistas, está mais relacionado com a necessidade de desfazerem-se da madeira derrubada e com a urgência de iniciar o mais rápido possível os primeiros cultivos do que necessariamente beneficiar o solo.

Figura 9 - Serraria comprada pelo proprietário do Estúdio Santana em 1971.



Fonte: ITAPORÃ MS: O Povo Contando Sua História. **Facebook**. 09 de maio de 2018.

Da madeira que se faziam a derrubada pouco era aproveitado com exceção de algumas árvores como a aroeira e também a laranjeira que eram utilizadas para construções ou outras necessidades, como cercar alguns animais de criação. A aroeira, conforme Naglis (2008), era:

[...] uma árvore que fazia parte desse acervo natural da floresta regional e que era utilizada e, pelos colonos para cercar pastagens para a criação de animais domésticos (suínos, caprinos, ovinos e bovinos). Grande quantidade dessa madeira era usada também nas edificações levantadas pelos colonos, como base para a construção de suas residências. De fato, inicialmente grande parte dessas residências eram feitas de lascas de

aroeira (rebocadas com barro escuro do brejo) e cobertas com *tabuinha* [...] (NAGLIS, 2008, p.136).

Figura 10 - Colonos e a madeira retirada dos lotes no início da década de 1950.



Fonte: CARLI, 2008, p. 137.

Na figura 10 é possível identificar as lascas de aroeira em segundo plano na fotografia. Em primeiro plano os colonos posam para a foto ao lado de uma bicicleta que, com base na entrevista com o senhor José Neves de Oliveira (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015), era um item raro de se adquirir na época e um caminhão, provavelmente utilizado para o transporte da madeira. Não se sabe a data precisa da fotografia, o que configura um distanciamento com relação às pessoas responsáveis por sua produção que seriam as únicas, provavelmente, que poderiam datá-la. No entanto, conforme Carli (2008), com base em informações a partir das pessoas que forneceram a fotografia a autora, trata-se de uma fotografia tirada no início da década de 1950.

Pelo plano escolhido para a fotografia, torna-se difícil identificar o local de sua produção podendo ser uma serraria, onde a madeira acabara de ter sido empilhada após ser descarregada do caminhão, ou até mesmo o fato de que os colonos simplesmente

aproveitaram a oportunidade<sup>41</sup> de poder tirar uma fotografia, atuando juntamente com o fotógrafo na produção da mesma, através dos itens a serem fotografados, bem como do local.

É importante considerar também que, além das atividades envolvendo a derrubada de árvores nos lotes, outra atividade em que os colonos tiveram que se empenhar foi com relação à abertura de estradas. No entanto, não necessariamente se tratou de abrir estradas novas, na verdade o que se verifica a partir das entrevistas é que muitas estradas podem ter surgido devido as “melhorias” das picadas que já existia antes dos colonos da CMD chegarem, ainda na década de 1940.

O senhor Sebastião Rebeque, em seu relato, aponta para as dificuldades encontradas para o deslocamento até Dourados na década de 1950, citando a necessidade do transporte de algumas ferramentas como precaução diante das condições das estradas que ainda se tratavam de picadas abertas em meio a mata em alguns casos:

Aí esse Paulo Japoneis... uma veis por mês eli ia em Dorado pra fazê compra. Aí eli reunia os vizinho, aí muntava tudu naqueli caminhãozinho, aí levava machado, enxadão, trançadô[traçador], qui naqueli tempo não existia motosserra. Porque aí dáveis cê ia... tinha uma arvi caída, aí cortava, i era tudo triero [...] era tudo triero! Aqui nós pra [ir até] Itaporã [sede da CMD até 1953] [...] aí saía aqui, aqui assim falava qui tinha uma passagi nu corgo... era pedra. Cruzava [...] aí essi fordim [como era chamado o caminhão da marca Ford] cruzava aqui, passava pro outro lado da fazenda Russafa [...] aí di lá rodava, chegava em Montese, cruzava dinovo pu lado di cá, aí pegava aqui por dentro, aí saía aí nu Banderante, Canhadão, até tu chega em Dorados. Aí saía daqui duas e meia, treis hora da manhã, pa chega meia noite, quando chegava... certo. Aí ficava aqueli resto di madrugada... u dia... aí a turma fazia as comprinha aí o japoneis... só qui aí pra elis fazê isso aí uma vêz por mês, eli [...] cobrava passagi né, intão, aí reunia. Dez... quinze famia, muntava tudo nu Fordim e ia. Até abri!

[...]

Acontecia de ir e tê uma arvi caída. Hove às vêis [...] formava dentu das mata, formava como daqui pa aqueli otro carro lá ó [distância de cem metros mais ou menos] água, água qui cê via assim, qui chega ficava verdi aqueli lodo. Aí das vêis u caminhão não conseguia passá! Aí elis tinha qui fazê u desvio... pra disviá [...] então o negócio era sofrido [...] Aí pois já começô quem, fazê essis triero<sup>42</sup> aí (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

---

<sup>41</sup> Alguns dos entrevistados como o senhor Ernesto Rodrigues Vieira (ENTREVISTA, nov/2018) e o senhor Lauriton Simplício (ENTREVISTA, jul/2018) descrevem com lamento a ausência de câmeras fotográficas na época. Além disso, o senhor Reinaldo Doreto mencionou inclusive, que parte das fotografias do período provavelmente foram produzidas pelos próprios colonos já que um ou outro, (mesmo que de forma rara) possuíam uma câmera.

<sup>42</sup> O entrevistado usa a palavra “trieiro” para se referir aos desvios que eram feitos em meio a mata por conta de obstáculos que bloqueavam estradas. Nesse sentido a estrada seria o caminho aberto seja em decorrência de um planejamento mais elaborado ou a própria picada pode se tornar estrada na medida em que essa é melhorada alargando-a e retirando as plantas ou árvores que podem se tornar obstáculos enquanto os “trieiros” seriam picadas improvisadas e por isso não recebendo a mesma manutenção se configurando como provisório.

O relato do senhor Sebastião Rebeque aponta para as dificuldades das famílias que precisavam se deslocar até Dourados para comprar mantimentos e, assim, além da distância, se viam diante de eventuais obstáculos comumente encontrados pelos caminhos em meio às picadas. No caso relatado pelo senhor Sebastião Rebeque, se trata de famílias estabelecidas nas proximidades de Montese, correspondente a segunda zona de demarcação da CMD, que puderam contar com o auxílio do caminhão da família Nishimura (Figura 11) que, uma vez por mês, se disponibilizava a levar as famílias que se prontificassem a pagar pelo serviço.

Figura 11 - Caminhão da família Nishimura transportando algodão.



Fonte: Itaporã MS: O Povo Contando Sua História. **Facebook**. 23 janeiro de 2019.

Considerando que o caminhão referido se tratava de um veículo grande, (além de rústico, o que provavelmente não trazia muito conforto, sobretudo para os passageiros que ficavam na carroceria), o mesmo necessitava de um caminho um pouco mais largo ou que não houvesse muitos obstáculos que poderiam impedir a sua passagem. Com isso, conforme o relato do senhor Sebastião Rebeque, era necessário o transporte de algumas ferramentas como: machado, enxadão e o traçador, pois, de acordo com o entrevistado, eventualmente era necessário abrir novo caminho para a passagem do veículo, uma vez que, como por exemplo em épocas de chuvas, o caminho rotineiro poderia estar bloqueado, seja por uma árvore caída, ou até mesmo, pelo acúmulo de águas das chuvas, criando um risco de atolar o veículo.

Cordeiro, em sua autobiografia de (2010), enfatiza dentre as dificuldades que teve em seu primeiro mandato como prefeito de Itaporã eleito no ano de 1959 os problemas envolvendo as condições das estradas:

Os colonos vinham até mim, com a reclamação, normalmente por causa das péssimas condições do que chamavam de estradas. A princípio uma trilha que se tornou uma picada e esta picada dava o sentido da necessidade de tornar-se uma estrada trafegável, para locomoção e transporte dos produtos das colheitas, que eram feitos, ora por carroças ou carretas de bois. Já existiam alguns caminhões: como no caso do Sr. Luiz Nishimura, do baixo-sardinha, Sr. Fiori Nonato, que morava na cidade, Sr. Osmar Debossan, das imediações da cidade, Sr. Sadayoshi Yamada, já adentrando o Carumbé, Sr. Lázaro Bueno, em Montese [...] (CORDEIRO, 2010, p. 78).

Para tanto, Cordeiro (2010) aponta para o fato do mesmo enquanto prefeito, solicitar a ajuda dos moradores da zona rural para melhorias nas estradas:

Quando em determinada linha, a tida como estrada não dava passagem, o que fazíamos: eu chamava os colonos daquela região e combinávamos um mutirão, para dar socorro, tentando eliminar os atoleiros. Aí eu vinha junto com os únicos funcionários: Alvim Ferreira Neto e o Meu[sic] compadre Marcelino Alves, munidos de picaretas, pá, enxada, enxadões, machado, traçador e alavancas. [...] (CORDEIRO, 2010, p.78).

Nesse sentido observa-se que ainda em fins de 1950 e início de 1960, havia uma grande dificuldade com relação às condições das estradas. Mesmo contando com um número já considerado de caminhões na região, os relatos enfatizam as perdas de algumas lavouras inteiras por falta de escoamento por conta das dificuldades do deslocamento dos mesmos até as lavouras.

## **2.3 – As primeiras construções e o trabalho com a madeira**

Os colonos que chegaram a CMD, ainda na década de 1940, não tiveram como desafio apenas a derrubada da mata, mas também, a construção de um abrigo ou uma casa. No entanto, a urgência em iniciar os primeiros cultivos fez com que esses colonos não se preocupassem de início em construir casas mais estruturadas. Com base nas entrevistas, as primeiras casas foram construções bem simples, sendo utilizados materiais que podiam ser encontrados na natureza local.

Na entrevista com o senhor Mario dos Santos Nonato há menção sobre a existência de muitos coqueiros na região da CMD e seu pai os aproveitou para construir seu primeiro abrigo: “O meu pai... a casinha deli era... era... casinha... de coqueiro. Coqueiro que... tinha

muito coqueiro naquela época. Partia us coqueiro... e fazia casa... cercada di... di coqueiro” (ENTREVISTA, Mario dos Santos Nonato, nov/2017).

De forma semelhante o senhor Lauriton Simplício também relata como foi o primeiro dia no lote recém adquirido de uma viúva na CMD, em que o mesmo juntamente com seu pai e seu irmão mais velho tiveram que construir um abrigo para ficarem enquanto aguardavam a saída da antiga proprietária que havia vendido a propriedade a eles:

Eli já trazia foice, cavaderinha já trazia, machado, alí eli já mandô nós... já ìii carpindo u lugar di fazê u barraco nu mei dum vajão dessa artura... macegão<sup>43</sup>... di capim! Na bêra du mato! Já mandô meu irmão meu já... carpino alí, eli já foi cortanu as furquia assim cum ganchim lá... ìii já indicô nós cavava, eu meu irmão meu cavanu, eli cortando pau... chegava, colocava... cum inxada quando tê... quando foi quatro hora da tarde... foi duas hora... não! Levô mais um poco! Alí pras cinco hora... nosso prédio tava feito! Falo logo prédio, cum cavadera di cavá buraco, foice di roçá um matu, a fartá, jaracuçu, qui é essa cobra braba, deste tamanho, dessa grussura assim, a cabeça-di-sapo, ela chamava cara-di-sapo, era u qui tinha... dessa época... então alí quando foi... quatu i meia pa cinco hora, tava feita a casa, cortemo essi coquero, chamava pindó<sup>44</sup>, u qui dá u... caxim di pindó, qui é, cortemu us coquero, rachemo, abrimo, pusemu travesseiro[cruzado] assim, um lá... i oto aqui assim, lascô a, us pedaço grande lasquemo, tinha aquelas... sujera di época, aí forremu, fizemu pranchas assim, forremu, com u... capim du vajão, fumo peganu aquele capim i fazenu u sistema du cochão... assim, pertim du macegão assim! E aí eli já... foi duas na bêra du mato duas furquia assim, otra assim, e uma varinha assim cum cauderão de [inaudível] assim, i u cauderão dipinduradu i u fogo dibaixu! Já esquentando pra fazê a janta! Alí foi iscurecendu, jantemu, nem lampião num tinha, era uma lamparinazinha di noite, u bicho qui quisesse vim arriscá podia vim! Nós tava us três alí! Nu mei du mato (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, jul/2018).

Conforme o relato do senhor Lauriton Simplício, a casa de coqueiro improvisada precisou de menos de um dia de trabalho para ficar pronta. Utilizando praticamente todo o material que podia dispor da natureza seu pai lançou mão de seus conhecimentos que envolviam desde a escolha do material, bem como, a forma na qual a casa deveria ser feita, contando com algumas ferramentas como: foice, cavadeira, machado e enxada. É interessante notar que até o colchão foi improvisado com capim. Esses relatos evidenciam, de certo modo, que o relativo “conforto” de uma casa mais estruturada cedeu espaço para a “emergência” de ocupar o lote através de abrigos improvisados.

Além da macega, outros obstáculos foram as cobras peçonhentas descritas pelo senhor Lauriton que traziam um risco considerável aos moradores. O senhor Lauriton

---

<sup>43</sup> Com base na página [www.lexico.pt](http://www.lexico.pt) trata-se de “Erva daninha, que aparece nas searas [...]. Campo, em que há muito capim ou pequenos arbustos”. Disponível em: <<https://www.lexico.pt/macega/>> Acesso em 25/01/2019.

<sup>44</sup> De acordo com a página [www.dicionarioinformal.com.br](http://www.dicionarioinformal.com.br) “Pindó, em tupi-guarani, é o termo usado para definir genericamente as palmeiras” Disponível em:<<https://www.dicionarioinformal.com.br/pind%C3%B3/>> Acesso em 25/01/2019.

ênfatiza ainda esse perigo ao falar: “[...] u bicho qui quisesse vim arriscá podia vim! Nós tava us três alí! Nu mei du mato [...]” (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, jul/2018).

Alguns detalhes sobre as casas construídas pelos colonos antes da década de 1950 também aparecem no relato da senhora Maria dos Reis Doreto:

Eu lembro qui tinha o Seu Joaquim Domingos... eu lembro até da casinha deli alí na Rua João José de Souza, era a casinha deli. Um barraquinho... elis... num tinha tábua né intão... rachava u coquero nu meio i fazia as casinhas. Coberta com tabuinha... elis cortava aquelas laranjeira du mato [...]. Laranjera du mato, rachava, tinha um negócio lá [...] mas isso aí... isso aí pra nós já era uma evolução! Né, porque... muitos num tinha! A casa qui nós viemos, o rancho qui nós viemos, tantu eli era cobertu cum... cum coquero, comu era... cercadu di coqueru. Tô dizendo qui meus irmãos não cabiam, elis tinha qui andar arcadinho dentru da... **A casa ela já tava construída quando vocês chegaram? Ou vocês... ? Tava! Num sei si meu pai mandô fazê... eu sei qui quando chegamos tava. Já tava pronta? É! Mais é... era muito precário demais. A porta... você enfiava uns paus assim ó... elis faziam comu isso aqui, não sei explicá como... e aí fechava com aquelis paus. De manhã tirava aquelis paus** (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

O relato da senhora Maria dos Reis Doreto acrescenta o uso da madeira da laranjeira, além do coqueiro para a construção das primeiras casas na CMD. Além disso, essa senhora também faz menção a casa do senhor Joaquim Domingos (Figura 12), que, inclusive, é apontado por Cordeiro (2010, p.53), como o primeiro morador do Patrimônio Novo, nome que a sede da CMD recebeu antes da emancipação municipal em 1953/4: “O Sr. Joaquim Domingos foi um dos primeiro[sic] morador do patrimônio[sic] Novo, o mesmo tratou de levantar uma pequena casa, feita de coqueiro e coberta de tabuinhas de madeira”.

A menção ao senhor Joaquim Domingos também é feita no relato do senhor Joaquim Moura:

E daí tinha u Joaquim Domingos qui era um... pretinho qui morava junto meu avô... na casa ondi meu avô [incompreensível]nu sítio di Penápoles. E eli mandô... esse, era um negão forte né, ajudá meu pai abri qui meu pai era fraquinho... u sítio pra cá, era pião deli lá. Eli [Joaquim Domingos] foi o primeiro moradô di Itaporã, qui aí já eli... terminô... aqueli tempo era café, us primero café, eli falô: Ah Miguelzinho vô tirá um sítio [inaldível] uma casinha, requerê duas data in Itaporã [ainda sede da CMD na época], tirá pra mim - eli já tinha demarcado – vortá lá dentro sinão elis vão mi tomá! Aí eli entrô! Ficô lá. Primeiro morador di Itaporã, Joaquim Domingos. Nessa época di cinquenta iii... não cinquenta não! In quarenta i sete [1947] por aí! Di quarenta i seis... quarenta i sete... tudu mei carriadim [entre 1946 e 1947, data aproximada] (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

A partir da figura 12, - fotografia produzida em época bem posterior a construção da casa já que é possível identificar uma casa de alvenaria ao fundo – é possível identificar



alguns dos materiais citados nas entrevistas como a “tabuinha” que era utilizada para cobrir, feita a partir da madeira da laranjeira, além das lascas – provavelmente de aroeira.

Figura 12 - Sr. Joaquim Domingos, ao lado de sua moradia construída na década de 1940<sup>45</sup>.



Fonte: ITAPORÃ MS: O Povo Contando Sua História. **Facebook**. 08 de maio de 2018.

A entrevista com o senhor Nelson Ferreira Brito, deixa evidente que o trabalho com a madeira para a construção da moradia exigia algumas técnicas, por parte do colono, e o mesmo se coloca como um exímio construtor dessas:

E as casa a gente cobria di tabuinha! Tirava tabuinha da laranjeira... eu sô especialista em limpá tabuinha e cobrí! Cubro do jeitu qui a pessoa quisé! Só qui dá trabaio! Só qui num móia também! Sabendo cubrí num móia di geitu nenhum! Num quebra cum [chuva de] pedra, nada! Mais tinha genti qui estranhava. Cê num dava conta di... di fazê uma casa toda di tábua. Cê fazia di barrote<sup>46</sup> di coqueiro, di lasca di laranjinha... e aí... quadriculava ela assim di... di ripa du mato, e aí rebocava... cum barro (ENTREVISTA, Nelson Ferreira Brito, nov/2015).

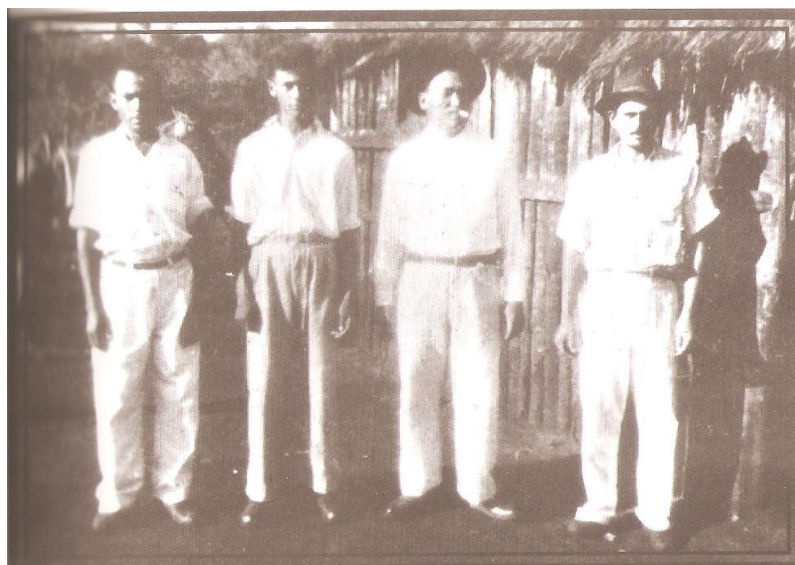
<sup>45</sup> Um dos usuários do perfil “Itaporã MS: O Povo Contando Sua História” publicou essa fotografia apontando o colono da fotografia como o senhor Joaquim Domingos. O usuário apontou esse como um dos primeiros moradores a construir uma casa (a casa que aparece nessa fotografia) em área que pertence atualmente à sede do município de Itaporã. No Perfil Histórico de Itaporã (1996, p. 8) também foi feita referência a um senhor de nome Joaquim Domingos, como um dos primeiros colonos a se estabelecer na região da CMD na década de 1940.

<sup>46</sup> De acordo com o minidicionário de língua portuguesa Miniaurélio, trata-se de “peça de madeira onde se pregam as tábuas dos assoalhos e tetos” (FERREIRA, 2000, p.90).

Como se pode observar, essas coberturas utilizando “tabuinhas” não eram construções simples. As “tabuinhas” exigiam o emprego de técnicas envolvendo desde sua fabricação, que era feita de forma artesanal, até o seu manuseio e fixação. Eram, portanto, construções mais complexas do que aquelas que eram cobertas com folhas de coqueiro, como foi o caso da casa construída por Lauriton Simplício. A casas que utilizavam as “tabuinhas” exigiam mais tempo de trabalho, porém, mesmo assim, ainda eram mais rápidas em comparação a uma casa feita de tábuas (figura 14), que exigiam a sua fabricação por meio de ferramentas e/ou equipamentos que talvez só pudessem ser encontrados em uma serraria.

Além da casa do Sr. Joaquim Domingos, Aurenô Cordeiro, em sua autobiografia também destaca a farmácia do Sr. Antonio Minoro Ichijo, “[...], conhecido por Antonio Japonês [...]” (CORDEIRO, 2010, p. 54), que também fora construída antes da década de 1950 (Figura 13).

Figura 13 - Antonio Minoro Ichijo (Antonio Japonês) e sua farmácia de pau-a-pique.



Fonte: CORDEIRO, 2010, p. 53.

Com base na fotografia, é possível identificar ao fundo parte da estrutura da farmácia construída pelo senhor Minoro Ichijo. Ao que parece, se trata de uma estrutura um pouco mais simples em comparação com a casa construída pelo senhor Joaquim Domingos (figura 12).

Na entrevista com o senhor Nelson Florêncio, e sua esposa, Dona Elisa Aguiar Florêncio, ambos mencionam a casa do senhor Antonio Ichijo, conhecido popularmente como “Antonio Japonês”:

Dona Elisa: A casa mais boa qui tinha era a do... Antonio Japonês, né! [...] é ele era médico! Assim memo o buraco mais piqueno cabia u cachorro lá dentro! Éra a casa melhor qui tinha in Itaporã [...]. Senhor Nelson: Inda feita di coqueiro! Eli médico na época! Ali perto du cemitério véio<sup>47</sup> aqui (ENTREVISTA, Nelson Antônio Florêncio, nov/2015).

Não foi possível precisar quando se iniciaram as primeiras construções utilizando tábuas de madeira. De todo modo, a complexidade dessas construções exigia o emprego de técnicas e ferramentas mais elaboradas, tornando assim, dificultoso o trabalho do colono caso esse não dispusesse de uma serraria:

Figura 14 - Prédio do estúdio de fotografias da família Santana.



Fonte: CORDEIRO, 2010, p.103.

Não foi possível a partir das entrevistas obter maiores informações a respeito dessas fotografias sobretudo, com relação às datas de suas produções. Vale lembrar a fotografia referente à coleta de assinaturas para a emancipação de Itaporã, citada no primeiro capítulo (Figura 5) dessa dissertação, em que ao fundo é possível identificar uma igreja construída com tábuas de madeira e telhas de cerâmica. Essa referência, em se tratando do período da

---

<sup>47</sup> Atualmente a cidade de Itaporã conta com dois cemitérios sendo o mais antigo popularmente conhecido por “Cemitério Velho” que é o cemitério mencionado pelo senhor Nelson Florêncio em sua entrevista.



criação do município evidencia que construções desse tipo já existia na região nos primeiros anos da década de 1950.

O senhor Nelson Florêncio, inclusive, - de forma cômica - menciona a ocorrência de algumas fugas da delegacia de polícia local dando a entender que a estrutura da mesma não era adequada para manter as pessoas presas (Figura 15): “Qui nem lá im cima... ondi é u postu di saúdi, postu grandi lá hoji... era cadeia. Cadeia di tauba [...]. Prendia u cara nu oto dia tava sorto [risos]! Pulava pur cima ia imhora” (ENTREVISTA, Nelson Antônio Florêncio, set/2015).

Figura 15 - Prédio da delegacia de polícia local.



Fonte: ITAPORÃ MS: O Povo Contando Sua História. **Facebook**. 08 de maio de 2018.

A “evolução” das construções entre 1940 e 1950, com base nos relatos e nessas fotografias apresentadas aqui trazem indícios do quanto também “evoluiu” o trabalho com a madeira nesse período com a presença das serrarias.

Por outro lado, o trabalho com a madeira não foi exclusividade das serrarias na região. Alguns entrevistados mencionaram o trabalho com a madeira envolvendo técnicas mais complexas, além das eventuais derrubadas e “limpezas” das picadas.

O senhor Ernesto enfatiza em seu relato às dimensões que algumas das árvores da região da Colônia Municipal atingiam: “Rancava Peroba... ia cavanu im roda iii cortanu a raíz [...] Tinha Peroba qui... alguma Peroba tinha mais di um metru di grussura” (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

Figura 16 - Caminhão utilizado para o transporte de troncos.



Fonte: CORDEIRO, 2010, p.102

As dimensões que algumas árvores da região atingiam, também podem ser percebidas em fotografias da época como na figura 16. Nota-se nesta figura alguns colonos posando para foto, (incluindo duas crianças sentadas acima do tronco), ao lado do caminhão que era utilizado para o transporte de troncos. Além disso, é possível notar a rusticidade do próprio veículo que não contava com uma cobertura em sua cabine.

O senhor Ernesto Vieira também relata a ocasião em que testemunhou troncos de árvores com diâmetros entre 2m<sup>3</sup> e 3m<sup>3</sup> ao visitar um paraguaio que trabalhava com madeira na CMD:

Aqui im Itaporã mesmu, tinha um homi qui trabaiava pa serrá as maderá aí. I uma veis eu vim aí... aqui... eli tava cum... cum... quatro tora di Angilin dessa grussura assim [apontando para um altura de pouco mais de um metro do chão] [...] Tora di três metru [diâmetro]. Tinha di dois metru i di três (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

Além da fala do senhor Ernesto reforçar os indícios que apontam as dimensões que algumas árvores derrubadas na CMD podiam ter, o mesmo também descreve uma técnica utilizada por paraguaios para serrar os troncos dessas árvores: “O paraguaio... pas serraria maior [madeira maiores] tinha um buracu assim né, travessa us pau assim i botava a tora di pau im cima alí i um ficava dentu du buraco pa puxá a serra né, i oto pa soltá” (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

O senhor Ernesto também descreve a ocasião em que teve a oportunidade de trabalhar com essa técnica. De acordo com esse, havia um paraguaio em Itaporã (década de 1950), que trabalhava serrando troncos de árvores e, certa vez, ao visitar esse senhor o mesmo solicitou a ajuda de Ernesto:

Eli tava cum... cum... patru tora di angilim[angelim] dessa grussura assim [apontando para um altura de pouco mais de um metro do chão] [...] Tora di três metru [diâmetro]. Tinha di dois metru i di três! Aí eli falô pra mim - nós ia imbora, nós morava nu sítio -: Ah mais eu tô... eu tenho um angilim aí pa serrá - serrá tábua né -, num tem companheiro. Fica i posa aí amanhã eu uso ocê pa [inaldível] - Eli era crenti antigamenti, eli era né -. Ah seu Riquel eu nunca puxei serra! Isprementa aí! Si der certu... vô ti pagá pu cê mi ajuda serrá essa madera. Aí eu fui puxá ela i deu certu rapai. Angilim é maciiio pa cortá né! Aí eu puxei bem a serra nu cumeço, aí cabemu di serrá aquela madera aí eu fui imbora (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

Em *El Chaco paraguay em la guerra y en la paz*, Milda Rivarola, (2011, p. 116), apresenta uma fotografia em referência a uma técnica descrita pela mesma como “técnica ancestral”, para serrar madeiras e essa possui grande semelhança a técnica descrita pelo senhor Ernesto, que era utilizada por paraguaios na região de Itaporã (Figura 17).

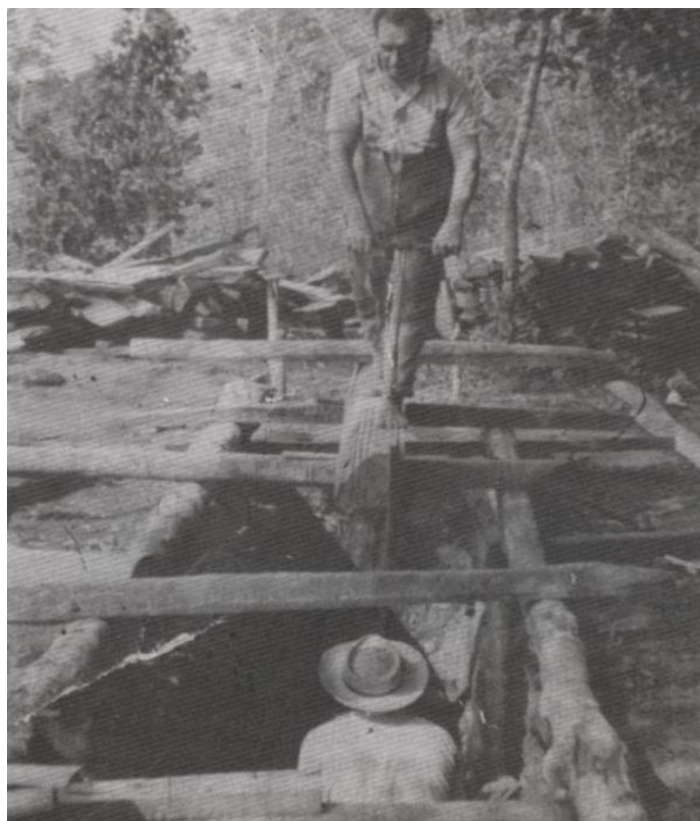
Figura 17 - Técnica empregada por paraguaios para serrarem troncos grandes.



Fonte: RIVAROLA, 2011, p. 116

Nota-se com base na figura 17, que a estrutura era composta de um buraco feito no chão e troncos menores cruzados para dar sustentação ao tronco maior que seria serrado. Além disso, também é possível notar a posição em que os trabalhadores ficavam, além do traçador que era utilizado para o trabalho.

Figura 18: Paraguaio no trabalho com traçador.



Fonte: Revista ARCA, Campo Grande, 1993, p. 41. In: Jara, Alan Luiz. Paraguaio. Paraguaio e descendente...Dourados: UFGD, 2018.

Sobre essa técnica, Alan Jara em sua dissertação também apresenta uma fotografia em que é possível identificar dois paraguaio no trabalho com o traçador (Figura 18). De acordo com o autor: “[...]. Na serraria de chão, aquele que ficava em cima orientava o corte da madeira [...]” (JARA, 2018, p. 102).

O trabalho com a madeira exigia o emprego de ferramentas rústicas e, algumas delas, podem ser encontradas ainda hoje em posse de pessoas que as utilizam como ferramentas de trabalho.



A senhora Evanilde Benites, por exemplo, guarda até hoje um traçador (figura 19) que pertenceu à sua família quando morava em Bonito, (na época Bonito ainda fazia parte do Estado de Mato Grosso).

Figura 19 - A senhora Evanilde Benites mostra o traçador que guarda até hoje.



Fonte: Acervo de Paulo R. B. Zanata.

O traçador foi uma ferramenta de grande importância para os colonos da CMD, já que o mesmo ao que parece era empregado rotineiramente desde a derrubada da mata que cobria o lote até a abertura de novos caminhos em meio às picadas.

Outras ferramentas também puderam ser encontradas na residência do senhor Sebastião Benitez que também as guardou como lembranças da época em que trabalhava com madeiras (figura 20).

O senhor Sebastião Benitez, filho de pai e mãe paraguaios, na ocasião da entrevista concedida aos pesquisadores Paulo Zanata e Alan Luiz Jara, descreveu as técnicas de uso de algumas delas como o enxó e uma ferramenta que o mesmo criou para lampinar madeira (ENTREVISTA, Sebastião Benites, jan/2018). O enxó era utilizado para cavar a madeira, enquanto a ferramenta que o senhor Sebastião criou era utilizada para “alisar” a madeira tirando as farpas que ficavam após passar o enxó (ENTREVISTA, Sebastião Benites, jan/2018).

O torquês também era outra ferramenta necessária para arrancar pregos grandes de algumas madeiras (ENTREVISTA, Sebastião Benites, jan/2018).



O senhor Pedro Benites, (outro descendente de paraguaios), também fez menção a técnica de “lampinar<sup>48</sup>” madeira que o mesmo aprendeu observando desde criança seu pai e outros trabalhadores mais velhos. Apesar do senhor Pedro Benites ter chegado a Itaporã no início da década de 1990, tendo trabalhado antes disso com madeira nos pantanais das regiões de Bonito e Bodoquena, esse também contribui para o presente estudo com seu relato ao descrever o uso de algumas técnicas usadas por ele no trabalho com madeira. Entretanto, o senhor Pedro aponta o uso apenas do machado para lampinar madeiras, não citando assim outras ferramentas (ENTREVISTA, Pedro Benites, jun/2013).

Figura 20 - Algumas das ferramentas do senhor Sebastião Benites para o trabalho com madeira.



Fonte: Acervo de Alan Luiz Jara (adaptado por Paulo Zanata).

A partir dessas fotografias e entrevistas nota-se a empiria que envolvia desde a escolha do local até o material retirado da natureza para as construções, mesmo quando se tratavam de abrigos improvisados. Mesmo a mais simples das construções, utilizando folhas de coqueiro, envolviam técnicas complexas que apenas pessoas com um certo conhecimento do mundo natural poderiam desenvolver. Além disso, ao que parece, na

<sup>48</sup> A atividade de “lampinar” a madeira, com base em algumas conversas informais com o senhor Pedro Benites, consiste na retirada de farpas, além da própria casca do tronco da árvore para deixar a superfície da madeira “lisa”. Essa técnica era bastante utilizada, de acordo com o senhor Pedro Benites, para a fabricação de postes a partir de lascas de algumas árvores como as aroeiras, que são as mais indicadas pelo senhor Pedro Benites por se tratar de uma madeira mais pesada e mais resistente.

medida em que se estabeleciam e podiam dispor de mais tempo, os mesmos tratavam logo de melhorar suas moradias e também as estradas.

Vale lembrar, que nem todos precisaram construir suas moradias do zero. Alguns dos lotes adquiridos pelos colonos já contavam com alguma estrutura construída como, por exemplo, poços de água doce e/ou casas. Nesses casos, o esforço poderia ser “canalizado” para o início dos primeiros cultivos, no caso de lotes com áreas de mata já derrubadas e, ou a melhoria das construções existentes.

## 2.4 – Os primeiros cultivos

Após a derrubada de boa parte da mata virgem que cobria o território dos lotes o próximo passo dos colonos foi decidir o que plantar. Com base nas entrevistas ficou evidente que o interesse no plantio do café era quase consenso entre os colonos. Mesmo assim, outros cultivos como o arroz, o feijão e o milho, por exemplo, ganharam espaço, principalmente levando em conta que esses exigiam um tempo menor de espera para as primeiras colheitas. Esse fator era importante, sobretudo, considerando a necessidade do colono de obter alimentação para a família.

Suzana Naglis (2007), ao discorrer a respeito dos primeiros anos da CAND, destaca que: “[...] mesmo estando o colono sobre uma terra fértil e próspera, os primeiros anos foram de fome [...]” (NAGLIS, 2007, p. 73). A autora ainda é enfática em afirmar que: “A maior dificuldade, após o recebimento do lote, foi o processo de limpeza e preparação da terra para a agricultura. Enquanto a mata dava lugar à terra para plantar, as necessidades básicas, de alimentação e moradia, eram enormes [...]” (NAGLIS, 2007, p. 73).

Na entrevista com o senhor Joaquim Moura Gimenez, o mesmo utilizou o termo “roças<sup>49</sup> de índio” em referência às culturas de arroz, feijão e milho. Culturas essas que eram de suma importância para a subsistência das famílias de colonos.

Quando perguntado sobre as mudanças que ocorreram com as lavouras na região, o senhor Joaquim Gimenez respondeu da seguinte forma: “Nóis ficô pa trais! Era pra nóis tá rico! [...]. É... intão aí começô mudá, aí começô a vim genti di fora na... naquela rocinha di... di... di índio qui era antigamente! **Era o quê qui era?** Arroiz, feijão, milho [...]” (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

---

<sup>49</sup> Segundo Motta (2010, p. 408) “Denomina-se roça o terreno em que se roça mato, a sementeira plantada em terreno roçado, o terreno de pequena lavoura, em especial de mandioca, milho e feijão [...]. No vocabulário popular, roça é sinônimo de propriedade, de posse e até autoria. Roça, no Brasil, passou a denominar a propriedade agrícola onde se cultivam gêneros alimentícios, da mesma forma que chácara [...]”.

Nota-se que o senhor Joaquim Moura Gimenez atribui com ênfase um certo “atraso” de sua família com relação aos cultivos chamados por esse de “roças de índio”. De certa forma, em se tratando de cultivos de produtos importantes para a alimentação dos colonos, pode-se acrescentar a esses o cultivo da mandioca, principalmente considerando as menções feitas a essa em obras como *Os Caipiras de São Paulo* de Carlos Brandão (1983) e em *Os parceiros do Rio Bonito* de Antônio Candido (2010).

De todo modo, alguns autores contribuem para se pensar a importância de cultivos como esses, como herança da agricultura indígena, para o sucesso da colonização não-indígena na história do Brasil. De acordo com Mesgravis (1997): “O sucesso da colonização só foi possível com a consolidação do povoamento, garantido pela colaboração dos indígenas. Os índios transmitiram seus conhecimentos da natureza e foram instrumento de apropriação dos recursos naturais” (MESGRAVIS, 1997, p.19).

Não é novidade pensar no pioneirismo indígena com relação a alguns cultivos como a mandioca e o milho na história do Brasil. Alimentos como esses podem ser entendidos como heranças desses povos, adquiridas pelos colonizadores portugueses desde o período colonial. Laima Mesgravis (1997, p.13-14), destaca a utilidade que a mandioca enquanto um “Alimento vegetal básico dos índios [...]” teve para os colonizadores portugueses. De acordo com a autora:

Da mistura da mandioca ralada e espremida com alguns punhados de carimã e torrada em panelas fazia-se a “farinha de guerra” que os índios usavam em suas viagens e expedições guerreiras. Ela tornou-se a principal provisão das bandeiras e foi usada pelos portugueses no campo, na cidade e nas longas viagens marítimas (MESGRAVIS, 1997, p.14).

Sergio Buarque de Holanda também faz algumas menções às heranças das culturas indígenas para os não-indígenas em obras como *Raízes do Brasil* (2014 [1936]) e *Caminhos e Fronteiras* (2017 [1956]<sup>50</sup>). No caso do milho, ou do “complexo do milho” como define Hollanda (2017, p. 227-228) esse destaca que:

Quando se queira compreender a facilidade com que em certas áreas pôde desenvolver-se o “complexo do milho” será preciso ter em conta, aliás, não apenas as condições de solo e clima, que favoreciam ali sua lavoura (capaz, por outro lado, de garantir, sem trabalho excessivo, o sustento de certas criações domésticas: cavalos, porcos sobretudo, e galináceos), mas a simplicidade e rusticidade das técnicas necessárias à elaboração de seus produtos. Tomadas, quase sem alteração, aos antigos naturais da terra, essas técnicas acomodavam-se mais facilmente à vida andeja e simples de

---

<sup>50</sup> As versões consultadas aqui são de edições posteriores e por isso, entre colchetes, decidiu-se pela citação do ano referente à primeira edição.

parte notável da população do planalto. Tratando-se, além disso, de gênero cuja produção visava, não o lucro comercial, mas à subsistência familiar [...].

Mesmo assim, considerando essa “herança imaterial”<sup>51</sup>, entende-se que, talvez, o emprego de termos como “rusticidade” e “simplicidade”, não sejam muito condizentes com as formas como os povos indígenas cultivavam ou consumiam produtos como o milho, por exemplo. Holanda (2017) pode ter “vislumbrado” as roças de milho cultivadas pelos indígenas sob uma perspectiva reduzida, simplificando em demasia algo que pode ser muito mais complexo, não muito diferente da forma como o senhor Joaquim Moura pensou a respeito desses cultivos, atribuindo-lhes um sentido de atraso.

Vale retomar o trabalho de Izaque João, apresentado no primeiro capítulo dessa dissertação, em que analisa o canto ritual *Jerosy Puku* entre os Kaiowá do Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, no Mato Grosso do Sul. Em sua dissertação, Izaque João destaca alguns alimentos como os derivados do milho *Saboró*, e de outros como mandioca, batata-doce, banana, cana-de-açúcar e peixes que, de acordo com o autor, “[...] são considerados alimentos adequados para o corpo ficar leve [...]” (JOÃO, 2011, p. 31).

Além disso, Izaque João (2011), também destaca a existência de uma preparação adequada para cada tipo de alimento, para que seja garantida uma refeição saudável.

De acordo com João (2011, p.31):

Para o Kaiowá, o milho e a mandioca são alimentos importantes para consumir acompanhados de todos os tipos de carne ou de peixes. A preparação dos pratos depende da arte das mulheres. Os derivados do milho e da mandioca, como *hu'i* (fubá grosso), *hu'i tine* (fubá de milho mais mandioca amolecida na água), *xipa*, *tapopi* (farinha de mandioca), *pirekái* (mandioca assada), *mandi'õ mimõi* (mandioca cozida), entre outros, levados para a pescaria ou caçada, devem ser consumidos completamente durante o período destas atividades. Caso restar algum tipo de alimento não é permitido trazer de volta para casa, pois, na concepção Kaiowá, esse se torna contaminado pelos espíritos antissociais, não tendo mais condições de ser consumido. Portanto, em casos assim a sobra deve ser jogada fora antes de voltar para a aldeia (JOÃO, 2011, p. 31).

A partir de João (2011), pode-se entender que o cultivo, a alimentação ou o preparo dos alimentos entre os povos indígenas não são tão simples como Hollanda (2017) faz parecer. O ritual que envolve desde o cultivo até o preparo para o consumo, denota a dimensão espiritual do alimento na concepção do indígena. De acordo com Izaque João:

---

<sup>51</sup> Termo “emprestado” de Giovanni Levi (2000) em referência a elementos (costumes, crenças e etc.) que são “transmitidos” de geração para geração e que não se confundem com bens materiais ou algo que seja palpável. Nessa obra, Geovani Levi usa o termo para se referir, ao que parece, ao “dom” do exorcismo que um exorcista de uma aldeia piemontesa do século XVII teria, aparentemente, herdado de seu pai.

Todos os produtos aqui destacados como alimentos importantes, e também como processo desde seu cultivo até o consumo, definem a perspectiva social do grupo e a espiritualidade individual entre os Kaiowá.

No sistema tradicional kaiowá, as coisas materiais naturais possuem uma origem divina, ou seja, cada objeto pertence a uma determinada divindade. Cada época do ano, com seu clima diferenciado, são interpretados como um pilar da estrutura do mundo físico, os quais definem as regras sociais externas e internas do grupo, tais como: hábitos e comportamentos, a exemplo de tomar banho frio de madrugada, como forma de renovar o corpo e a alma, à semelhança do mundo físico que se renova ao final de cada inverno; estratégia política de relacionamento com os deuses, como uma reza específica para chamar a geada, para que esta termine de secar as plantas e, assim, haja condições de brotar novamente. Estas regras são fundamentais para a interação constante com o mundo sobrenatural através do canto e também e[sic] para o trabalho [...] (JOÃO, 2011, p.33).

De qualquer modo, mesmo sendo importante ressaltar a forma particular de cultivo e preparo desses alimentos, diferenciada entre comunidades indígenas e não indígenas, é importante considerar que para ambas, sobretudo considerando o período de colonização agrícola, esses cultivos foram fundamentais para garantir um mínimo vital de nutrientes para essas famílias.

Antônio Cândido ([1964]2010<sup>52</sup>), em seu estudo sobre o caipira paulista na década de 1950, menciona a mandioca e o milho como importantes alimentos na dieta desses habitantes do meio rural:

A mandioca era, por autonomasia, o *mantimento*, e o milho, a roça. Mais rudes e fáceis de cultivar que o feijão, admitiam além disso uma série de transformações e empregos que este não comportava. Em São Paulo e área de influência, sobretudo o milho. Verde, come-se na espiga, assado ou cozido; em pamonhas; em mingaus; em bolos, puros (curau) ou confeccionados com outros ingredientes. Seco, come-se como pipoca, quirera e canjica; moído, fornece os dois tipos de fubá, grosso e mimoso, base de quase toda a culinária de forno entre os caipiras, inclusive vários biscoitos, o *bolão*, bolinhos, broas, numa ubiquidade só inferior à do trigo; pilado, fornece a farinha e o beiju, não esquecendo o seu papel na alimentação dos animais (CANDIDO, 2010, p. 66).

Candido (2010) insere no mesmo tipo de dieta, que esse define como “dieta de emergência”, os moradores da vila de São Paulo, dos povoados do interior do primeiro século e dos séculos subsequentes como o fazendeiro, o sertanista, o povoador e o caipira. De acordo com esse autor, todos esses se nutriam

[...] ao modo dos sertanistas, como quem se contenta com o mínimo para não demorar as interrupções da jornada. Este mínimo alimentar corresponde a um mínimo vital, e a um mínimo social: alimentação apenas

---

<sup>52</sup> A versão consultada é de 2010, porém a primeira edição é de 1964.

suficiente para sustentar a vida; a organização limitada à sobrevivência do grupo (CANDIDO, 2010, p. 60).

No caso dos colonos da CMD não foi muito diferente já que ao chegarem à região tiveram que desempenhar ao mesmo tempo tarefas como a obtenção de alimento e a derrubada da mata nativa.

Dona Maria dos Reis Doreto relatou que grande parte das dificuldades passadas por sua família se deu por seus pais terem acreditado que vendendo tudo o que tinham em São Paulo teriam condições de adquirir tudo o que precisariam na região da colônia com o dinheiro. No entanto, conforme já apontado anteriormente, a família apesar de trazer dinheiro, não encontrou locais na região da futura CMD onde se vendia alimentos tendo que recorrer aos comerciantes de Dourados.

Mesmo assim, a senhora Maria dos Reis Doreto relata que a sua família não passou fome devido aos alimentos que pôde adquirir das famílias que já estavam na região da futura Colônia Municipal e das viagens a pé de seus pais até Dourados:

A genti num passô fome porque... meus pais iam im Dorados a pé. Pra comprar as coisas porque... aqui num tinha [...]. Intão naquela época [1944]... nu... num tinha nada. Num tinha u arroz pra comprá, num tinha... a única coisa qui tinha era as veis u feijão i a mandioca. Intão aqui morava us mato-grossenses... ã... nus arredores né, nus sítios, iii... intão num faltava mandioca i u feijão... mas u arroz... era muito difícil. E a genti... tinha um senhor qui vêi cum nós, u cumpadre Antônio, eli... a genti matava vaca, eli matava, comprava nus sitiantes, matava vaca, e a genti comia aquela carne. Com mandioca, cum feijão. Mas u arroz mesmu... ou qualqué uma outra coisa qui si compra i armazena tinha qui... num tinha aqui. Num existia (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

O senhor Lauriton Simplício também contribui com informações a respeito desses alimentos cultivados na região da futura Colônia Municipal na chegada de sua família:

Olha Paulo... aqui quando nós chegemu... já lhi ixpiquei... foi nu anu di quarenta i patru [1944]! Então... era... noventa i cincü purcentu era mataria! Noventa i cincü purcentu ééé... mataria! Mais na época qui nós chegemu... [tosse] a pranta qui usava... era pranta di arroiz... nus vajão... pranta di arroiz dava muito bem... era pranta di milho... i era pranta di feijão. Feijão dessor di anu tombém mais feijão dessor... menus natural... aqueli di di... qui diz feijão di corda. Mais aí... era a u qui tinha. Dispôis... um anu... dois... três... patru... cincü... a pranta era essa! Iii cana tombém! Quem quirira fazê... meladu, rapadura, doce, essas coisa... então era essas, você tá marcanu vai vê! Vai era as pranta qui ixistia. Dispôis... du anu... [longa pausa] deixa eu mi lembrá... bem im quarenta i patru... quarenta i cincü... quarenta i pocos... aí tinha pranta di amenduim tombém qui entrô... tudu... i prantavam muito! I rendia dimais (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, ago/2018).

Conforme o relato do senhor Lauriton Simplício, já em 1944 - antes da criação da CMD-, havia algumas roças sendo cultivadas por posseiros<sup>53</sup> na região.

Cabe ressaltar que, não necessariamente se configurou esses primeiros cultivos como produtos reservados exclusivamente para a subsistência das famílias. Mesmo os posseiros, quando da abertura de pequenas áreas nos primeiros anos, investiram nesses cultivos visando o comércio do excedente produzido.

Entretanto, apesar de contar com um solo fértil que permitia o cultivo de uma variedade de produtos além do milho, como por exemplo, o amendoim, a mandioca, o arroz, o feijão e etc, com colheitas fartas, logo boa parte dos agricultores da região se depararam com um dos principais problemas que afetou a agricultura local: o escoamento da produção.

De acordo com as fontes orais analisadas nesse trabalho, boa parte do excedente produzido fora perdido na própria lavoura. O senhor Nelson Ferreira Brito descreve as perdas com relação às lavouras de milho, apesar de produzirem bem: “Você colhia bem! Mas num tinha pra quem vendê... o milho apodrecia na roça” (ENTREVISTA, Nelson F. Brito, nov/2015). Conforme o senhor Nelson, um dos motivos para as perdas era o fato de o excedente nem sempre contar com compradores.

De acordo com os entrevistados havia uma produção de alimentos abundante e variada, porém, não havia mercado consumidor satisfatório. Ao ser questionado a respeito da existência de compradores para os produtos da colônia, o senhor Inacinho Gimenez relata que

Não tinha! Tinha às veis, quem eu ti falei, qui as veis qui a genti vinha com o feijão... só tinha o João Preto aqui, qui tinha um mercadim, e aí eli já tinha bastanti... aí a genti vinha com o cavalo com carrinho, roda dura... é o qui a genti tinha... aí a genti vortava pra casa i ia jogando, abria us sacco di feijão... cinco, seis sacco, ia jogando na beira da istrada pra não perdê! Purquê in casa tinha bastanti (ENTREVISTA, Inacinho Moura Gimenez, out/2017).

De certa forma o despejo dos sacos de feijão no caminho de volta para casa, após não obter sucesso com a venda do mesmo para um comerciante local, de acordo com o senhor Inacinho, era uma forma de “evitar a perda” do produto.

---

<sup>53</sup> De acordo com Motta (2010, p.373) “Em linhas bastante gerais, posseiro é aquele que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade [...]. Ainda que se caracterize, entre outros elementos, pela ausência de um documento legal de propriedade, a posse enquanto forma de apropriação da terra é, ela mesma, legalmente definida, enquadrada e reconhecida juridicamente. Não havia, até a Lei de Terras de 1850, uma clara distinção entre posse e propriedade [...]”. Nessa mesma linha de entendimento pode-se acrescentar os colonos entrevistados para essa dissertação - que chegaram a região antes de 1946 - como o pai do senhor Lauriton Simplício já que, apesar da aquisição por compra do lote, o mesmo por não contar com um documento legal que atestasse a propriedade, pode ser reconhecido na condição de posseiro até a criação da CMD em 1946 quando os títulos definitivos passaram a serem legalizados.

Para evitar o pior restou aos colonos investirem seus esforços na construção de paióis<sup>54</sup>. Com base nas entrevistas o que se evidencia é que boa parte dos colonos contava com grandes quantias de produtos armazenados nesses locais, aguardando a eventual visita de um comprador.

Relatos envolvendo a perda da plantação ainda na lavoura, isto é, antes mesmo da colheita do cereal se repetem entre os entrevistados. A terra era produtiva, o colono trabalhava todos os dias desde o preparo do solo até o cultivo do cereal, porém, ao chegar na época da colheita não havia muitos compradores.

Além disso, deve-se considerar, conforme já apontado, as condições difíceis das estradas referidas entre os entrevistados, como as picadas, que muitas vezes impossibilitavam o deslocamento de caminhões para o transporte da produção.

Algumas pessoas como o senhor José Neves, por exemplo, encontravam “alternativas” como a armazenagem do milho na própria roça:

Aí ocê quebrava u milho drobava... i deixava guardadu era na roça assim... quebrado memu assim [...]. Nu pé da espiga, né! Aí ocê... quebrava ali assim ó... verdi... quebra eli verdi granadu, né. Aí droba... aí dexa aqui-lá [aquilo lá]. Aí ocê podia prantá feijão lá nu mei, tudo. Aí... ocê precisava du mi[lho] ia lá assim... ia quebranu. Ia quebrando. Fazendu as bandeirinha [...] ficava quase guardadu na roça memu (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Conforme a fala do senhor José Neves, seu pai utilizava a técnica conhecida como “bandeirinha”, que segundo esse consistia em dobrar a espiga de milho para baixo e, dessa forma, o milho durava mais tempo até sua colheita que era feita paulatinamente. Mesmo contando com uma tulha para a armazenagem dos produtos da roça, a mesma não dava conta de armazenar toda a produção, e por isso, o sistema de “bandeirinha” era uma alternativa nesse caso.

Nelson Ferreira Brito, em seu relato, também apontou outras formas encontradas para destinar parte das colheitas na ausência de compradores:

A vida era difícil! U qui cumê sobrava! Mais num tinha pra quem vendê o excedente! Num tinha dinheiro! Às veis dava graças a Deus quando chegava um companheiru na casa e cortava o cabelo da gente só de tesoura... mei mal. Com o tempo foi miorandu. Não?! Foi indo... foi indo... Mesmo quando eu morei em Montese, muitos ano, ainda solteiro<sup>55</sup>, era muito fraco de dinheiro. Iii... trabaiaava nu regime di multirão... Iii outras coisa

---

<sup>54</sup> O paiol era um armazém com estrutura rústica semelhante, muitas vezes a casa do colono. Entretanto, esse tinha dimensões maiores em comparação à casa e era o local onde se destinava os produtos da colheita, colocados em sacos ou a granel.

<sup>55</sup> O senhor Nelson Ferreira Brito casou-se em 1964 aos 27 anos de idade (ENTREVISTA, Nelson F. Brito, nov/2015).



... você fazia o chamado... cambio mesmo [inaudível]. Trocava arroz por milho, feijão, milho por arroz, se precisava arroz por milho, e vice e versa! Assim que levava a vida (ENTREVISTA, Nelson F. Brito, nov/2015).

A partir do relato do senhor Nelson Brito, evidencia-se outra dificuldade para a obtenção de alimentos: a irrisória circulação de moeda. Mesmo produzindo em abundância, a falta de compradores por vezes pode ter sido amenizada por meio de operações como as trocas – ou “câmbios”, conforme informado pelo senhor Nelson Brito, – em que aos colonos era dada a oportunidade de se “desfazerem” de parte de suas colheitas obtendo outros produtos em troca<sup>56</sup>.

É importante acrescentar, - já adiantando a discussão do capítulo 3 dessa dissertação -, que os colonos que optaram pelo plantio do café já no primeiro ano em que se estabeleceram na CMD, o fizeram sem necessariamente ter que abrir mão desses cultivos alternativos, importantes para a subsistência. Isso se deu ao fato de que a lavoura de café, devido ao espaçamento entre as plantas, possibilitava o plantio de outras culturas.

Além disso, os colonos também puderam contar com outra importante fonte de alimento que podia ser obtida diretamente da natureza: a carne de caça.

## **2.5 – A caça de animais silvestres**

A necessidade de derrubar a mata virgem para iniciar o plantio exigiu que o colono buscasse alternativas para a sua alimentação, sobretudo aqueles que chegaram à região das colônias agrícolas sem muitos recursos, na qual tiveram que retirar da natureza o que podiam para sobreviver, incluindo carne de caça para sua dieta, e os mais “sortudos” que se encontraram nas proximidades dos córregos, os peixes.

Laimas Mesgravis (1997), contribui para evidenciar o quanto a sociedade não indígena deve aos povos indígenas em termos de conhecimentos a respeito da fauna brasileira. De acordo com a autora:

A caça, alimento básico dos índios, foi também a fonte principal de proteína dos brancos, porque sua abundância supria a falta de diversos tipos de gado cuja criação começava a ser implantada. As capivaras, os porcos-domato, os veados, os tatus, as pacas, as cotias e as aves silvestres eram altamente apreciadas (p.18).

Da anta, o mais curioso e o maior dos mamíferos brasileiros – animal pacífico e tímido que se escondia na água quando perseguido –

---

<sup>56</sup> Também é digno de nota que parte dessas trocas ou desses “câmbios” poderiam estar muito mais relacionados às “políticas de vizinhança” que esses colonos mantinham entre si e que se fortaleciam na medida em que essas ocorriam (Ver tópico 2.6 dessa dissertação).

aproveitava-se, além da carne, a pele que, depois de seca e curtida, era utilizada para fazer couraças ou escudos contra flechas.

Para divertimento e regalo com sua beleza ou alegria existiam os papagaios, as araras e os macacos, que atraíam com imitações de gestos ou sons (MESGRAVIS, 1997, p.19).

Não é ilógico pensar que os colonos das décadas de 1940 e 1950 já conheciam boa parte dos animais silvestres que encontraram na região da CMD, assim como as técnicas necessárias para apresá-los e que essas fazem parte, da mesma forma como os produtos agrícolas referidos no tópico anterior, da “herança imaterial” proporcionada pelos povos indígenas.

Sendo assim, uma das alternativas possibilitada pela natureza local, na região da CMD, foi a oferta de animais para a caça. Com base nas fontes orais, animais como tatus, preás, porcos-do-mato, dentre outros, incluindo algumas aves, contribuíram para a complementação da alimentação dos colonos.

O senhor Mario dos Santos Nonato, por exemplo, evidencia a existência de animais silvestres em meados da década de 1950, quando chegou com sua família (o pai e os quatro irmãos, ainda crianças), no recém-criado município de Itaporã. Seu pai, viúvo, vendera todos os bens e a propriedade que possuíam em São Paulo após a morte da esposa e migrara com os filhos para o Mato Grosso na tentativa de uma vida nova. Ao chegar na região seu pai comprou um sítio na área conhecida na época como Sardinha. Entretanto, devido ao seu pai ter conhecimento da existência de escolas apenas na sede do município, o mesmo optou por deixar seus cinco filhos com seu irmão que morava na sede de Itaporã e passou a morar sozinho no sítio adquirido na região, que atualmente corresponde ao distrito de Montese.

Conforme a descrição do sítio feita pelo senhor Mario havia muito por se fazer, pois tratava-se de uma área que “estava abrindo”, isto é, grande parte se encontrava coberta por mata virgem. Com isso, fica mais plausível entender as condições de estabelecimento de seu pai quando o senhor Mario descreve, incluindo a anta que vinha comer sal dentro da casa de sapé do pai, que funcionava ao mesmo tempo como moradia e depósito de sal:

O meu pai... a casinha deli era... era... casinha... de coquero. Coquero que... tinha muito coquero naquela época. Partia us coquero... e fazia casa... cercada di... di coquero. Eee... no mei du mato... a... a Anta memu, principalmente, que é um animal que é muito restrito qui... povo até nem dexa mata porque elas [re]produz muito pouco, ela vinha lambê assim nu cocho! Assim ela... na bera da casa qui meu pai tinha aquela tempo... tinha saco di sal... comprado... e... ela vinha ruê u a lata pra querê cumê u sal lá dentru da... da casinha di meu pai. Morava sozim qui eli era viúvo naquela época [...] us fio tudo piquenu [...] tava lá in Itaporã [cidade, sede do

município] com a minha tia (ENTREVISTA, Mario dos Santos Nonato, nov/2017).

Apesar do entrevistado não dar muitos detalhes sobre o período de chegada do pai nesse sítio no recém-criado município de Itaporã, sua narrativa evidencia condições de sobrevivência que submeteram alguns dos migrantes como seu pai, a recorrerem à caça de animais silvestres. A região era abundante nesse aspecto, as entrevistas realizadas até o momento falam a respeito da “fartura” que havia desde a década de 1950 até meados de 1960, e, ao que parece, essa referência está intimamente ligada à natureza local. A caça de animais silvestres, perdura até meados da década de 1960, transpondo o sentido de complementação da dieta para uma preferência de alimento alternativo<sup>57</sup>.

O senhor Paulo dos Santos, nascido em 1962, ao relatar sobre suas lembranças desde a infância, foi enfático em afirmar que: “existia muita caça! Muita capivara! A turma caçava” (ENTREVISTA, Paulo dos Santos, jun/2016), isso no final da década de 1960 considerando a idade do entrevistado.

O senhor Antônio Candido Pereira relata sua experiência com a caça do tatu-galinha, que segundo o entrevistado, era um animal muito comum na região de Itaporã ainda em meados da década de 1950. Ao ser questionado sobre a alimentação com base em animais de caça, o senhor Antônio Pereira descreve dois momentos de sua vida em que esteve diante desse animal em seu habitat natural e tentou capturá-lo, sem estar de posse de uma arma de fogo:

**Cês comiam carne di caça?** Antônio - Ooooh... mais aqui [...] a genti, nós num caçava. Mais tem muita genti qui caçava. Agora Cutia nós matava dimais! Qui tinha dimais! Tatu-galinha! Um dia peguei Tatu-galinha à mão [...]. Sabe como? Eu vinha decendu da roça... e tinha dado uma garoinha, di tardizinha. I tinha essis cupim... grande... aí eu vinha vindo [...]. Aí era u carriadó... um carriadó, passava um caminhão e ia. Aí eu ia decenu, aí vinha aqueli tatuzim lá... in vorta du cupim. Aí deu di certo aí eu fui i... era beranu u mato. Aí eu fui... fui... fui... fui... aí deu di certo qui aí quando eli... qui u Tatu-galinha... o bicho é ligero mais duquê... dispois eu vô ti conta! Aí eli... virô assim... quando eli virô... aí eu meti-lhe u... num sei si era inxada qui eu vinha trazenu... quando eli virô assim... eu tava incostadim... batia neli e já... já tava ispertu, sabi purquê? Uma vêis deu uma... uma garoa, aí eu fui i falei: Vô andá nu mato! Vô vê si... si eu acho alguma abelha [...] tinha muita abelha. E a genti tirava u mel. Aí eu entrei dentu du mato, tinham tiradu... madera... igual u o [inaudível] tava falanu, qui pa serraria,

---

<sup>57</sup> É preciso considerar que a forma “gratuita” da obtenção do alimento por meio da caça pesava muito para a preferência por esse alimento. Deve-se considerar que havia ao que parece um certo racionamento dos animais criados nas propriedades pois só eram abatidos em condições específicas para não dizer, especiais, e os alimentos como os cereais produzidos na propriedade demandavam tempo e preparo para seu consumo. Sendo assim, a carne de caça, obtida na natureza que estava “logo ali” à “disposição” da população rural, talvez justifique a sua utilização ainda na década de 1960.

tinha as picada né [...] aí aquela mato meio fechado... aí eu escutei aquela baruinha... aí eu parei... aí escutei u bichinho vinu. Tatução-galinha! Veio... veio... veio... aí eu já vi eli mei di longi já... já ergui u machadu assim, quando eli chegô aqui perto qui eu... a feiz... pro chão! Machadu nu chão! Mi deu um pulo assim... **Eli escapô?** Escapô! Aí nesses dia [voltando ao dia do cupinzeiro]... já tinha... perdido o pulo, falei: Hoji não vô perdê o pulo não [...] aí essi eu... eu consigui inda... batê neli. Foi só uma (ENTREVISTA, Antônio Candido Pereira, out/2017).

A essa altura, meados da década de 1960, é inegável que já havia outras formas dos habitantes do campo alimentarem sua família na região sem, necessariamente, se submeter à caça de animais silvestres. A criação de suínos e aves, além de alguns que contavam com rebanhos de gado, se juntava com a produção de cereais para compor a alimentação dos habitantes do meio rural e urbano de Itaporã.

Os termos “fartura” e “dificuldades” para se referir a vida no campo desde meados da década de 1950 até meados de 1960 se tornam paradoxais. Os colonos do fim da década de 1940, e/ou migrantes recém chegados, após a criação do município na década de 1950, ou ainda, as áreas que estavam por serem “abertas” na década de 1960, tiveram em comum o fato de estarem sobre uma terra fértil, onde tudo o que se plantava colhia, porém, o trabalho para a produção do alimento demandava um certo tempo até sua colheita e, nesse sentido, não fica difícil entender porque mesmo diante da “fartura” foram tempos difíceis para a sobrevivência de muitas famílias rurais na região.

Nunca é demais enfatizar que os conhecimentos a respeito de técnicas para a caça de animais silvestres foram de suma importância para complementar a dieta desses habitantes do meio rural desde a década de 1940.

## **2.6 – Fortalecendo laços: relações de trocas e ajuda mútua**

Os relatos dos entrevistados apresentam as relações de reciprocidade como condição crucial para o convívio na CMD. Boa parte dos “códigos” comportamentais criados pelos colonos foram de suma importância, sobretudo para as famílias que contavam com poucos recursos, e que muitas vezes não contavam com um mínimo vital para se manterem até as primeiras colheitas, quando aí sim, poderiam usufruir do alimento produzido em seu próprio lote.

Vale lembrar o caso do pai do senhor Mario Nonato que, ao chegar na década de 1950 em Itaporã, precisou deixar seus filhos aos cuidados do irmão, já que o lote que o mesmo adquiriu ficava muito longe das escolas. Além disso, fica difícil imaginar que o mesmo, morando sozinho em seu lote, reuniria condições necessárias para derrubar a mata

e providenciar os primeiros cultivos, se não fosse pela ajuda dos vizinhos e parentes com a realização dos mutirões<sup>58</sup>.

O trabalho na lavoura era todo braçal exigindo o emprego de várias pessoas para concluí-lo em tempo hábil, qualquer que fosse a atividade, sobretudo em se tratando de colheitas.

Antônio Cândido (2010), em seu estudo sobre o caipira paulista na década de 1950, apontou a importância do número de membros em uma família em regime de parceria em condições de trabalho. De acordo com esse, “A extensão da área cultivada por cada parceiro, bem como o êxito do trabalho dependem do número de braços com que pode contar cada um. Daí a importância econômica da família numerosa [...] (CÂNDIDO, 2010, p. 134).

Esse autor, com base em sua observação e análise do sistema de parceria nos bairros de Roseira e Morro Grande em São Paulo, no fim da década de 1940, pressupôs que um trabalhador sozinho era capaz de cultivar 1 alqueire<sup>59</sup> de milho; ¼ de alqueire de feijão; ¼ de alqueire de arroz (CANDIDO, 2010, p. 134). Conforme Candido (2010), a partir dos relatos dos trabalhadores envolvidos com a parceria na época (1950), “Alguns acham possível tocar até 5 alqueires de roça, isto é, de milho, mas a ocorrência parece rara, mesmo no caso mais frequente, de haver pelo menos duas enxadas por casa [...]” (CANDIDO, 2010, p. 134).

Nesse sentido, pessoas como o senhor Nonato, talvez não teriam conseguido com a mesma sorte em sua propriedade se não fossem os mutirões.

Com base nas entrevistas realizadas para essa dissertação, no trabalho com mutirão os colonos se reuniam seja para a limpeza, o plantio, colheita ou outras atividades, como construção das casas de outros colonos que não tinham condições de pagar pelo serviço ou de realizar o trabalho sozinho.

Além disso, no mutirão o trabalho também podia ter um aspecto festivo. Nesse tipo específico, após concluído o mesmo, o colono que foi ajudado com o mutirão tinha como tarefa promover uma festa, inclusive com a realização de bailes como agradecimento, onde todos dançavam e se alimentavam por conta do beneficiado. Freitas (2014), em seu trabalho

---

<sup>58</sup> Mutirão é um auxílio gratuito prestado entre as pessoas de uma comunidade. No mutirão, sobretudo naquele que envolve comunidades rurais, as pessoas das redondezas se reúnem para trabalhar em proveito de um só (FERREIRA, 2000, p. 477).

<sup>59</sup> 1 alqueire equivale a 2,42 hectáreas.

analisa a prática do “Puxirão” (uma variação linguística do mutirão<sup>60</sup>). De acordo com esse autor:

[...] o *puxirão* era uma forma de ação coletiva de trabalhadores rurais, praticada em meados do século XX no interior dos estados do Sul do Brasil, para auxiliar um vizinho que estivesse precisando abrir uma posse. Além dos desgastes em empreender a derrubada da vegetação somente com a mão de obra dos integrantes de sua família, o posseiro encomendava o *puxirão* também por tratar-se de uma *prática tradicional* e um sistema de reciprocidade movido pela satisfação do trabalho/festa coletivo (FREITAS, 2014, p. 48).

Conforme Freitas (2014) a convocação para a realização do puxirão se dava da seguinte forma:

[...]. Primeiramente o posseiro, que encomendou o *puxirão*, convidava as pessoas mais próximas (os vizinhos) e distribuía a responsabilidade da empreita na quantidade de terras (em alqueires) para cada um deles. Em seguida os vizinhos formavam os grupos de trabalho convidando outros parceiros para ajudar o favorecido e assim sucessivamente [...] (FREITAS, 2014, p. 48).

O senhor Nelson Brito aponta para a importância dos mutirões na época devido à ausência de moeda em circulação suficiente para que as pessoas pudessem pagar: “era muito fraco de dinheiro. Ii... trabalhava no regime de mutirão” (ENTREVISTA, Nelson F. Brito, nov/2015).

Há indícios, a partir de entrevistas como a do senhor Nelson Brito, de que esse sistema de mutirão continuou a ser utilizado por alguns produtores até a década de 1970, mesmo com o início do cultivo da soja. Segundo o senhor Nelson Ferreira Brito, as primeiras colheitas da soja foram feitas através de mutirão entre os produtores:

As primeiras colheitas de soja você cortava tudo no facão... num tinha coideira, tinha trilhadeira [...] cortava tudo no facão, amuntava e fazia mutirão. O dia que ia colhar o teu ia todo mundo lá! Varava a noite! A turma ia durmiii... amanhã é nós! E assim por diante” (ENTREVISTA, Nelson F. Brito, nov/2015).

Nesse exemplo, relatado pelo senhor Nelson Brito, não se verificou a utilização dos bailes como agradecimento ou como recompensa pela ajuda dos vizinhos na colheita, mas, sim a obrigação do beneficiário do mutirão retribuir trabalhando nas colheitas dos envolvidos no mutirão imediatamente após a conclusão do trabalho em sua lavoura. Nesse caso, o mutirão se assemelha ao trabalho com a “troca de dia” que será melhor descrito nos próximos parágrafos.

---

<sup>60</sup> A palavra puxirão é uma variação linguística de mutirão o que também pode ser mencionado como muxirão. Muxirão, Puxirão ou Mutirão, portanto, são a mesma coisa.

De acordo com o senhor Antônio Gregório, outras circunstâncias também exigiam a realização do mutirão como em casos de problemas de saúde em que os vizinhos e amigos, por iniciativa própria, decidiam realizar o mutirão ou, em outros casos, quando o proprietário da lavoura “não gostava de trabalhar”:

Eu tô falando porque aconteceu isso na minha família né [...] o finado, meu irmão, deu um pobrema neli di... duenti, né, i a roça deli virô uma... quiçaça mesmo né [...] aí fizeram... us vizinho, os amigo deli, um mutirão iii... foi i limpou a lavoura deli toda. Mai di vêis in quando aparecia uumm... um mutirão pra isso. Pobrema di doença! Mai di vêiz in quando aparecia um tamém qui não gostava di trabalhá i queria fazê mutirão, sabe [...] intão é: Ah! vô fazê mutirão intão! E a noite fazia um baile pra turma, e tal [...] Intão num... era dessi jeito! Mais... era uma amizade boa assim (ENTREVISTA, Antônio Gregório, jun/2016).

O senhor Antônio Candido Pereira também relata essa utilização do mutirão como algo muito comum no fim da década de 1950 e início de 1960. De acordo com o entrevistado:

Di primeira [década de 1960] fazia muito mutirão [...] Era um dia di sábado. A genti nunca fêis. O seu... o seu Zé Nogueira qui chegô... aí fazia o mutirão. Aí a genti roçava nu sábado [...] roçava, trabalhava durante o dia... aí tinha o baile. A noite [...] i vinha nego lá du Panambi, era assim [...] iii... si num ganhava u dia... trocava u dia. Você vinha trabalhá pra mim, dispois cê tava pricisandu eu ia i pagava u dia pra você! Era assim! [...] Tudo diferente di hoje! [...] Si por acauso... é... como si fala... tinha condições di pagá: não, vô pagá! Aí a genti ganhava [...] mas é... muitos eram assim [usavam o mutirão]. Quando eu mudei daí du sítio du papai, qui fui pra Santa Terezinha... eu vi muito di lá da Santa Terezinha... mais o seu Manoel, o compadre Zé... o... ah quem vinha mais memu é o compadre Zé, qui seu Manoel [...] Cansaram di vim comigu aqui nu sítio, nós vinha di bicicleta, trabaiava aqui nu sítio... eu vinha pra ajudá [...] e aí eu vinha cum elis, quando elis precisava lá, eu pagava u dia. Essi seu Manoel veio mais ainda comigo! Tinha si... bom... todos tinha sítio! Aí... eu lembro qui... quando eli pricisava, aí eu ia pagá u dia qui eli vinha cumigu aqui pro papai. Depois qui eu casei... qui eu mudei pra lá [Santa Terezinha] eu ainda fiz muito isso. Prá vim... ajudá eli [o pai]! Muito (ENTREVISTA, Antônio Candido Pereira, out/2017).

Além do mutirão com realização de baile ao final do dia como agradecimento, conforme o senhor Antônio Pereira descreve, havia também a possibilidade da “troca de dia” que funcionava de forma semelhante ao mutirão. De acordo com o senhor Paulo dos Santos “ninguém pagava ninguém! Trocava um dia di serviçu” (ENTREVISTA, Paulo dos Santos, jun/2016).

Considerando a preferência de utilizar o mutirão com bailes ao sábado, tendo o dia seguinte, o domingo para o descanso, os demais dias da semana favoreceram a utilização da “troca de dia”.

Não foi possível identificar com mais precisão quando se começaram a utilizar as trocas de dias de serviço na região de Itaporã, porém, é importante salientar que esse tipo de ajuda mutua não se assemelha ao perfil festivo do mutirão. Além disso, o mutirão era importante considerando o fortalecimento do trabalho em grupo e do sentido comunitário que esse proporcionava.

A “troca de dia”, por outro lado, tinha um aspecto mais individual pois o indivíduo aceitava trabalhar na lavoura alheia com a certeza de que a hora que precisasse de trabalho em sua própria lavoura aquele beneficiário iria retribuir o dia trabalhado. Da mesma forma, o beneficiário desse trabalho ficava à disposição das pessoas que trabalharam em sua lavoura para “devolver a gentileza” da mesma forma.

Não foi possível verificar se houve casos em que não cumpriram com as obrigações recíprocas, isto é, casos de não retribuírem os trabalhos com as trocas de dias. Ao que parece, havia um forte senso de comunidade entre esses habitantes do meio rural itaporanense, senso construído desde as primeiras famílias de colonos de meados de 1940 que dependeram da ajuda mutua para se estabelecerem.

Carlos Rodrigues Brandão em sua obra *Os Caipiras de São Paulo* (1983), elenca o ciclo de trabalho do posseiro, que solitário, precisa desempenhar uma série de tarefas para produzir seu alimento e o excedente para o mercado ao mesmo tempo. Conforme Brandão (1983)

[...]. Um lavrador caipira trabalhando sozinho pode levar seis dias para plantar o milho “no risco”, no quadrado de um alqueire de chão; dois dias para riscar e um para semear. O mesmo lavrador solitário gastará até vinte dias para semear um alqueire de feijão “na cavadeira”. Mais difícil, “uma quarta de arroz” (a quarta parte de um alqueire) consumirá em média dezessete dias de trabalho “no risco” e dez “na cavadeira” [...].

Saída ao sol, a planta exige cuidados contínuos. O caipira realiza na roça o trabalho de “carpir”, de livrar os pés de “cultura” da proximidade das ervas daninhas. Faz o trabalho de “fofar” a terra ao redor de cada pé ou de cada touceira de planta semeada. Até perto do tempo de colheita, o milho e o feijão exigem uma “limpa” a cada vinte e dois dias. Menos quando a terra, já mais cansada, dá até menos “praga”. Este é também o espaço para a “carpição” da batatinha, enquanto o arroz vai precisar de três ou quatro “limpas”, uma a cada vinte dias, até ser colhido, dependendo do tipo de solo onde foi semeado.

O tempo dedicado à colheita e o tipo de trato posterior dado aos grãos ou tubérculos colhidos variam muito. Mas a regra é que o trabalho da safra seja feito em ritmo muito mais veloz do que todas as operações de trabalho agrícola anteriores (BRANDÃO, 1983, p. 53-4).

De certa forma, todo o ciclo descrito por Brandão (1983), se assemelha ao trabalho com a lavoura realizado desde o período da CMD até meados da década de 1970, quando se inicia com mais afinco mecanização da agricultura na região. Mas esse é um assunto



para o próximo capítulo, por hora, o que interessa aqui é analisar a importância dessas relações de reciprocidade para o estabelecimento e permanência dos colonos. Conforme já apontado, muitos colonos, não dispondo de recursos financeiros ou estruturais, puderam se estabelecer e conseguiram produzir contando com o auxílio de outros colonos.

Além disso, é sempre bom destacar que o mutirão tinha um sentido que transcendia o aspecto de adjutório para um sentido mais amplo, pois, tratava-se, sobretudo, de um costume que fortalecia o sentimento comunitário dessas pessoas. Sobre isso, Brandão (1983) traz uma interessante reflexão:

Quando o trabalho é muito e o momento permite, um camponês “com precisão” pode combinar com parentes e vizinhos, às vezes até com amigos de longe, de outros bairros, um *mutirão*, um *muxirão*. Este é o momento em que a lida da lavoura passa de familiar a comunitária e o puro trabalho camponês torna-se um ritual de troca e solidariedade através do trabalho (BRANDÃO, 1983, p. 80).

Talvez essa seja a forma mais ideal de se pensar o sentido que os mutirões e, até mesmo, as “trocas de dias” tinham para os colonos. É importante considerar esse aspecto em que os trabalhos coletivos se assentam em uma relação que permeia o sentido de pertencimento a uma comunidade. Afinal, realizava-se porque era costume e porque seus predecessores assim o fizeram desde antes mesmo da criação da Colônia Municipal.

Com efeito, a reciprocidade não se limitou aos trabalhos agrícolas. Com base nas entrevistas, ficou claro que essas famílias não trocavam apenas o esforço físico no labor com a terra, mas também, o que produziam e obtinham da natureza para sua sobrevivência. O senhor Paulo dos Santos, por exemplo, em seu relato descreve como se dava a relação entre a família de seu pai com os vizinhos em se tratando da alimentação:

Naquela época alegria também era muito boa né! Porque si você tivesse umas criação gorda nu.. nu... nu seu te... nu terrero, porque antigamenti us porco si ingordava assim nu terrero sabe! Elis ficava gordo até rachá as costa! Aí quando um vizinho matava um... ai você... pegava um pedaço, elis mandavam, aí o que cê tinha em casa, o arrois, ou feijão... a... a vasia num vortava... vazia! Era dessi jeito (ENTREVISTA, Paulo dos Santos, jun/2016).

Ao iniciar sua fala com a expressão “naquela época” o senhor Paulo já aponta para o fato de estar falando a respeito de algo que pertence ao passado, ou seja, algo que não ocorre mais no presente, segundo sua opinião. No caso descrito pelo senhor Paulo dos Santos, parece se tratar de uma “troca simbólica”<sup>61</sup>, já que ao doar um pouco do alimento

---

<sup>61</sup> O uso do termo troca “simbólica” está relacionado ao fato de que essas trocas estavam muito mais ligadas a um comportamento ritualístico de que ao receber um alimento o indivíduo sentia-se no dever de devolver a generosidade. Sendo assim, não se trata fundamentalmente de uma ajuda em si, ou de um ato de compaixão,

produzido, pela lógica das relações da época era natural que sua “vasilha não voltasse vazia”. Interessante pensar como seria a reação das pessoas no caso de a vasilha voltar vazia mesmo, entretanto, essa situação não apareceu nos relatos consultados.

No relato do senhor Antônio Candido Pereira há também uma ênfase a um “passado distante”, quando o mesmo utiliza a expressão “hoje não tem mais vizinho”:

Quando carniava u porco era assim... tudo diferente di hoji, hoje num tem vizinho! Si eu matava um porco... todos essis vizinho ganhava um pedaço [...] era assim. Todo os vizinho tinha um pedaço di pro... po armoço. Quando otro matava todos nós tinha um pedaço pro armoço. Qui aí eu casei [em 1962] fiquei morando nu sítio du papai, fiz uma casa i fiquei morando né, qui era o papai, seu Zé Nogueira, os Menani, i... seu Euzébio. Aí eu casei i fiquei moranu alí, quer dizer qui... mais um qui matava u porco e dava pros otro né! Era assim. Si carniava uma vaca, todo mundo ganhava um pedaço. Vizinho toda a vida era assim (ENTREVISTA, Antônio Candido Pereira, out/2017).

De certa forma, os relatos desses entrevistados evidenciam que essas trocas simbólicas entre vizinhos não são mais praticadas atualmente. Na verdade, ao usar a expressão “hoje não tem mais vizinho”, esse senhor não está querendo dizer que no meio rural ou urbano a vizinhança não exista, mas que essas relações envolvendo essas trocas simbólicas não são mais praticadas, pelo menos com mesma frequência e naturalidade como ocorriam na época da colonização.

A senhora Francisca Zanata também menciona essa troca de alimentos entre vizinhos na década de 1970, principalmente quando se tratava do que a entrevistada chama de “mistura”<sup>62</sup>:

O dia qui um matava um porco, qui a genti escutava qui tavam matanu falava: Vem a mistura! Vem uma mistura nova! Então cada vizinho era assim quando carneava todos os vizim ganhava um pedaço daquela carne. Então... era sempre unido” (ENTREVISTA, Francisca M. B. Zanata, mar/2016).

Vale mencionar também que a própria conservação dos alimentos era dificultosa pois não existia eletrodomésticos como geladeiras, por exemplo. A energia elétrica era um luxo até a década de 1970 de poucas pessoas. Não havia rede elétrica e, desta forma há menções a alguns motores de combustão, que funcionavam como geradores e muitas vezes

---

mas de um ato que simbolizava o fortalecimento dos laços comunitários e de relações de vizinhança. Além disso, também era uma forma de fortalecer os laços de amizade.

<sup>62</sup> A “mistura” de acordo com a senhora Francisca era todo o tipo de alimento que poderia ser acrescentado ao arroz como por exemplo, abóboras, alfaces, dentre outros legumes além, e é claro, de qualquer tipo de carne (ENTREVISTA, Francisca M. B. Zanata, mar/2016).

a eletricidade gerada era para lâmpadas ou, para os mais abastados, um aparelho televisor dos mais simples.

Com base nas entrevistas, até meados da década de 1970 a rede de energia elétrica era inexistente no meio rural de Itaporã. Na sede do município, conforme o senhor Antônio Candido relata, o que existia era um motor tocado a vapor que produzia eletricidade e distribuía a uma parte da população apenas (ENTREVISTA, Antônio Candido Pereira, out/2017).

Entretanto, com base nos relatos dos entrevistados, havia algumas técnicas para a conservação dos alimentos, sobretudo da carne. Uma dessas técnicas era a utilização do charque, conforme relato do senhor Antônio Candido Pereira: “Carniava uma vaca, charqueava tudu, ponhava pa... secá, cuidava pa num pegá... a mosca né, o... o bichinho qui ela ponhava, alí levava... e vivia... consuminu” (ENTREVISTA, Antônio Candido Pereira, out/2017).

Em alguns casos, havia métodos para a conservação de alimentos que basicamente consistiam na conservação dos mesmos imersos em banha de porco, conforme o relato do senhor Sebastião Rebeque “Não, num guardava comida! Era tudo natural [...]. Quinem nós matava porco aquela época ééé... fritava tudo a carne, enlatava. Porque não tinha como guardá! Aí fazia tudo frito! Fritava enlatava na lata” (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

O senhor Paulo dos Santos, além de também fazer menção a utilização da banha suína para preservar os alimentos, também ressalta o consumo do charque entre os colonos. De acordo com este a alimentação se dava da seguinte forma:

Comida? Óh! A comida era... era feróis cara! A fartura tinha! Mais us pai... elis ééé... vendia muito arroz, porque é... comia mais assim, canjica quebrada nu pilão e éra mai forte, aí punhava um pé di vaca nu mei... naquela época não tinha geladeira, um pé di vaca nu mei, fazia muito charque nus varal... era difícil dá essis [inaudível]. Elis tinha aquelas coisa di quintura [...] cê punhava por cima du fogão di lenha tipo eu tenho aí ó [apontando para o seu fogão de lenha] Aí a fumaça ía e ficava uma coisa maravilhosa (ENTREVISTA, Paulo dos Santos, jun/2016).

O senhor Mario Nonato também contribui para a descrição dessa dieta e da conservação de alimentos:

Num tinha mordomia! Num tinha nada [...] é porco, principalmente, quando matava, o porco assim... fritava! Pegava im... im... fritava tudo, e... inlatava [...] ponhava tudu na lata [...] As veis tinha porco lá qui dava... qui ponhava misturado na gordura, entende? Aquela carne. Aí ia tirando di lá, esquentando i comenu [...]. Protegia a carne [...] intão a manera di... di consumí! Ou quando fizesse às veis... ia carneá quarqué um... uma novia,

uma vaca... qui a famia era grande... aí... charquiava um pouco, entende? Aí charquiava i... i depois guardava. O charque (ENTREVISTA, Mario Nonato, nov/2017).

De todo modo, essas questões, envolvendo não apenas as dificuldades em se produzir na época o próprio alimento, como também, a sua conservação, ajudam a entender ainda mais a importância das trocas de produtos entre os colonos. Além de evitar o desperdício, essas, ao lado das trocas de serviços, também eram importantes elementos para o fortalecimento das relações de vizinhança e da vida em comunidade.

## 2.7- Nem tudo era trabalho: formas de lazer e sociabilidade entre os colonos

Apesar da forma como os relatos enfatizam as dificuldades da época desde o período da Colônia Municipal até as primeiras décadas da Itaporã emancipada, esses também demonstraram um certo saudosismo com relação ao passado, não só considerando as relações de reciprocidade, como também, a sociabilidade em si, sobretudo, quando envolvia momentos de lazer como na ocasião dos bailes de tulha e das serenatas.

Algumas entrevistas, como a realizada com o senhor Ernesto Rodrigues Vieira trazem menções sobre a realização das serenatas na década de 1950: “faziam muito [...]. Ah... u cara... cumbinava eli, cum músicu, i vinha di noiti né. Nessa u cara tava durmindu i chegava na porta i... tocava violão [inaudível] Acordava tudu” (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

O senhor Joaquim Moura também contribui com detalhes, um relato caracterizando a serenata como uma “festa surpresa” ao amanhecer:

Saía muita surpresa! **Ah é? Comu qui era?** Juntava a comunidade... nós tinha uma comunidadi... aí juntô aquela equipe né, du bairru, e aí fazia serenata. Saía di noiti cum us tocadô, violão i tudu, e falô: Óh, hoje vamu fazê na casa di fulanu! Aí tudu mundu levava ovo, lavava o café, oto levava... pa fazê u chá né... quentão, e levava aquelas coisa aí... fazia pão, naqueli tempu já fazia pão casero bastante, e ia acordá u cara. Chegava iii tocava u violão na porta da casa. Aí manhecia dançanu iii cumenu i bebendu, aquilu era uma feeesta! **Eli num ficava bravo não?** Não! Ficava nada! Us cara levantava tudu animadu! Era gostoso rapai! Aí depois si reunia iii... iii marcava na casa di oto... mais segredo ein, num podia sabê. Já era cumbinadu! Na casa di... Ah vamu fazê serenata ondi? Ah ninguém qué mais serenata! Só qui tudu mundu tava sabendu ondi qui era (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

No minidicionário de língua portuguesa, o *Mini Aurélio* (Ferreira, 2000, p.632), serenata é definida como: “Música de conjunto instrumental, cantada, melodiosa e simples, executada ao ar livre [...]”. Porém, no caso da serenata realizada no meio rural itaporanense da década de 1950, trata-se de uma prática mais complexa. Além da música “ao ar livre”, as pessoas envolvidas com a realização da serenata também levavam alimentos para o que mais parecia ser um “café da manhã surpresa”.

As serenatas ocorriam, ao que parece, com menos frequência do que os bailes de tulha que eram mais comuns sempre em decorrência de um mutirão concluído aos sábados. Entretanto, não foi possível verificar com exatidão, a partir das entrevistas, a duração da prática das serenatas.

Sobre os bailes de tulha, esses recebiam essa denominação justamente por acontecerem no local que inicialmente tinha a função de secagem e armazenagem dos grãos. Na entrevista com o senhor Nelson Florêncio e sua esposa Dona Elisa Florêncio, o casal relata a existência desses bailes nas décadas de 1960 e 1970, que eram realizados com certa frequência aos sábados:

Terrerão di café, baile de tuia [...] [risos]. É baile de tuia! [Dona Elisa explica:] É porque tinha um terrerão, a tuia alí assim né, [Seu Nelson interrompe] Tinha a tuia e o terrerão di café! Aí faiz baile na tuia! [Dona Elisa continua:] Tinha u terrerão aí todo mundo dançava nu... terrerão [...]. É! E era bem gostoso aquela tempo ein! Tinha baile todo sábado! Quase todo sábado (ENTREVISTA, Nelson Antônio Florêncio, nov/2015).

Interessante notar também que os participantes do baile não se restringiam aos vizinhos, mas contavam também com a participação de sitiantes e/ou colonos que vinham de longe, das regiões vizinhas, para participar.

É importante ressaltar que na época os bailes eram talvez os únicos momentos em que os jovens podiam se conhecer melhor e dali, provavelmente resultaram muitos casamentos. Porém, esses bailes contavam com certas regras de conduta que, de acordo com os entrevistados eram de conhecimento e respeitadas por todos.

O senhor José Neves de Oliveira descreve como era o ambiente desses bailes na época em que era criança, a partir da observação de seus irmãos mais velhos:

Nessi tempu nem... [incompreensível] nem aprendi dança [...]. Eu dancei nu tempu qui eu casei [...]. Aqueli tempu eu era mulequi. Mais eu via né! Eu via! O rapai chegava assim pegava nu... nu... nu braço né, assim... u sanfonero ficava nu mei, né. Em cima duma mesa né. Iii sentadu na cadera, né. U safonero... as veis tinha um violão outro tinha pandero... elis treis ficava lá em cima, ali. U safonero... tudu ali... intão ééé... dançando nu barraco ali. U cara ficava nu pé du poste nu mei. Dançandu. E tinha um banco assim... aí sentava um monte di moça! Em roda da barraca era chei di... di banco

assim... banco di tábua memu né. Pra fica sentadu [...]. Ocê ia tirá aaa... dama aí cê tirava quarqué uma daveis qui ocê gostô... daveis qui ocê ia... cumeçá namorá... tudu, cê chegava [inaudível] elas vinha i ficava tudu sentadu. Tudo sentadu. Os rapais era mais impé. Aí daveis qui ocê achava mais bu... bunita, tava gostando duma namorada aí dançando já ia conversando alí né, num sei oquê, si tinha namorado, ou não, então... aí daí dipois daveis cê... já tava namorando só... só... só dançava cum cê só! Ela num dançava mais cum outro! Já parava mais tamém, assim di dançá! Mais si uma dava um “tapa” assim... qui nem eu tirava outra pra dança lá... ela num ia... tipo na outra música ela foi aí se eu achava ruim falava: Ó! Cê tamém num dança cum eli agora! Eu cha... chamei você pá dança cê falô qui num sabia! Agora comu qui cê vai dança cum eli? Sempri tinha briga era pur causa disso (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Conforme o relato do senhor José Neves, os bailes davam a oportunidade dos rapazes e moças se conhecerem melhor. No entanto, conforme o mesmo descreve, havia uma certa tentativa de “controle” sobre as vontades das moças pois o “tapa” descrito pelo entrevistado consistia em uma recusa da moça em se dançar com um determinado rapaz. Porém, ao lançar mão do “tapa” para evitar a dança com uma pessoa de quem a moça não tinha interesse essa acaba ficando sem o “direito” de dançar com outro rapaz. Quando essa, não seguia essa regra dançando com outro após ter realizado o “tapa” o rapaz que “sofreu” o “tapa” se via no direito de tirar satisfações com essa.

Se tratava, por tanto, de um sistema com certo grau de controle sobre o comportamento das mulheres, pois essas não tinham muitas opções se quisessem dançar. Com exceção é claro, daquelas que conseguiam ser tiradas para dançar por parceiros em que estavam interessadas.

Entretanto, esses códigos de conduta ao não serem seguidos podiam resultar em eventuais desentendimentos entre os participantes dos bailes. Conforme o relato citado do senhor José Neves, a própria iniciativa das moças de não seguirem as regras tradicionais do “tapa” podia ser o início de uma briga em um baile.

O senhor José Neves menciona inclusive, a existência de inspetores na região que, além do delegado de polícia, eram responsáveis por manter a ordem local. De acordo com o entrevistado, os inspetores se dividiam por zonas de povoamento cada uma com denominação própria

Cada canto assim... qui nem ali... ali u Corgu Seco, né fala Corgu Seco, Panambi né, ééé... Taquiri, né, Arasselva, né, cada um pedacinho uma região... qui nem aqui... memu aqui ó... o Canhadão, lá onde nós tem a roça, lá é u Banderante [...]. É! Depois a Aldeia, né, então aí vai indo assim... intão, aí... aí tinha... tinha um... inspetor. Naqueli tempu. [...]. É! Aí cada lugar dessi tinha um chefe di inspetor. Mais era pra toma conta nu baile, pra vê [...]. Aí, aí eli sabia. Eli era quase quem assim... um delegado memu (ENTREVISTA, José Neves de Oliveria, out/2015).

Além disso, o senhor José Neves foi enfático ao descrever com detalhes a figura do delegado, destacando sua vestimenta em períodos de chuva, quando visitava a família de seu pai, com quem mantinha amizade:

Eu era piquenu ein! Naqueli tempu ein! Tinha seis anu [1962] ainda lembru deli! Sempre passava ali in casa pra conversar cum pai! Dia di chuva era nu cavalu! Tinha a capa! Aquela capa, né. Enfiava a mão assim né [inaudível] aí só ficava a oreia du cavalu di fora. A cabeça [...] eli jogava lá assim ó, eli jogava lá nu rabu du cavalo! Aquela capona tampava tudu! Eli vinha, essi delegado ficava u dia inteiro aqui, aí di tardi eli ia imbora! Nu cavalu deli [...] **Eli andava armado, eli?** É! Era armado! Revorvão (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Conforme a figura 21, é possível identificar ao fundo nessa fotografia, atrás das crianças, uma figura semelhante a descrita pelo senhor José Neves. Essa fotografia pôde ser consultada no perfil do *Facebook* “*Itaporã: o povo contando sua história*”, porém, não foi possível identificar com mais certeza se era, de fato, o delegado de Itaporã mencionado na entrevista do senhor José Neves.

Figura 21 - Fotografia tirada na década de 1950, em frente à Igreja Matriz São José.



Fonte: ITAPORÃ MS: O Povo Contando Sua História. **Facebook**. 08 de maio de 2018.

Sobre a existência dos inspetores na região não foi possível avançar muito. No entanto, Carli (2008, p. 168) menciona a implantação da Lei nº 17/55 que: “[...] criava o

serviço de fiscalização, um para a zona rural e outro para o município [...]” em 1955. A partir da entrevista com o senhor José Neves, fica evidente que esses inspetores possuíam atribuições semelhantes ao fiscal da época da Colônia Municipal que, além de orientações técnicas quanto ao trato da terra, fiscalizava a manutenção dos marcos que balizavam os limites das áreas.

Esse fiscal, de forma semelhante ao trabalho do inspetor descrito pelo senhor José Neves, era responsável não só pela fiscalização com relação à posse, conservação e utilização dos terrenos como, também, da “conduta agrícola e social da Colônia” (CARLI, 2008, p. 85).

Nesse sentido, a presença de uma pessoa autorizada a usar a força e a sua autoridade, (talvez mais sua capacidade de apaziguamento e de intermediação), não era totalmente dispensável, já que mesmo os entrevistados descrevendo a reciprocidade e a amizade entre os colonos e sitiantes, ainda assim, eventualmente podiam ocorrer confusões na ocasião dos bailes.

Conforme já mencionado, o “tapa” poderia funcionar como uma espécie de “gatilho” para o início de uma confusão em um baile, no entanto, outros “gatilhos” poderiam surgir, sobretudo, envolvendo diferenças ligadas às origens desses colonos, conforme o relato da senhora Maria do Reis Doreto:

**A senhora si lembra di baile nessa época?** Lembro. E como lembro!  
**Tinha bastante?** Era u divertimento delis né. Mais quando... ajuntava otros... aí saía briga! Quando era só a turminha... di... di paulistas, essas coisa... mais quando ajuntava otras pessoa já... [...]. Dava confusão (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

De certo modo, em meio às entrevistas sempre surgiam menções aos colonos organizados em “turmas” como, por exemplo, “turma dos paulistas”, “turma dos mineiros”, “os gaúchos” e etc. Ao que parece a ocupação dos lotes pelas famílias não se deu de forma aleatória. No exemplo da família da senhora Maria Doreto essa migrou acompanhando outras famílias da mesma região em que viviam em São Paulo. Algumas das famílias que ficaram um certo tempo depois também vieram a Colônia Municipal seguindo as informações dessas famílias que já estavam na Colônia. Sendo assim, é possível que todo um círculo de relações que existia em São Paulo fora “transportado” para a CMD.

Esse é um caso para um estudo a parte, o que não é a pretensão desse trabalho, porém, é interessante chamar a atenção para esse aspecto envolvendo diferenças culturais entre os colonos da CMD e como esses lidavam com isso. Com base nos relatos, o respeito pelo “outro” era a regra para o convívio entre os colonos na época. Ao mesmo tempo, ao



que parece, essas famílias se organizaram em espaços próximos às pessoas de costumes semelhantes, conhecidos, parentes, amigos ou originários da mesma região formando assim, essas “turmas”.

Talvez o mutirão, por exemplo, antes de ser uma ajuda mutua tenha sido uma forma de fortalecer as origens e as identidades desses grupos de colonos, assim como as festas, bailes e as serenatas. Porém, as informações sobre o local e o horário de um evento, (talvez esse não seja o caso da serenata que era uma “festa surpresa” então as informações eram restritas a um número reduzido de pessoas), poderiam ultrapassar as pessoas envolvidas diretamente com o mesmo, ou a “turma”, atraindo assim, outras pessoas que não faziam parte do convívio diário, ou, pessoas que não “pertenciam” àquela “turma”.

De todo modo, os bailes oportunizavam esses encontros com pessoas fora do convívio diário ou pessoas que não compartilhavam desde o mesmo sotaque às mesmas origens.

Mesmo assim, apesar de o relato da senhora Maria dos Reis Doreto evidenciar a ocorrência de confusões em decorrência da presença de pessoas fora do círculo de relações habituais, nas demais entrevistas, essas confusões aparecem como eventos isolados, não costumeiros.

Ainda assim, é importante chamar a atenção para circunstâncias que poderiam levar de uma eventual confusão, a ocorrência de uma defrontação mais grave, como o porte de armas de fogo. Na entrevista com a senhora Maria Doreto, essa ao solicitar a ajuda do esposo, Reinaldo Doreto, para falar a respeito das armas de fogo contribuiu para evidenciar além do perigo real das armas, o porte como uma regra entre as pessoas na época:

**Pessoal andava armado nessa época?** Sim. Não... não os meus né. Assim... os qui vinham, mais us daqui... né Reinaldo era... era normal andá armado né. [Reinaldo] Ah... era... quando nós chegô aqui... elis falava u qui num tava... num andava armado num era homi (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

Apesar de na entrevista com a senhora Maria dos Reis, a posse de armas de fogo parecer uma regra, inclusive quando seu esposo menciona a questão da posse como uma regra de “comprovar” a masculinidade, nem todos os relatos são enfáticos sobre isso. Na entrevista realizada com o senhor José Neves, por exemplo, evidencia-se pouca utilização de armas de fogo entre sitiantes e colonos na época do café (décadas de 1950 e 1960), porém, com relação ao uso de armas brancas, de acordo com esse entrevistado eram mais comuns.

Segundo José Neves, havia uma atenção redobrada por parte das autoridades com relação ao controle das armas de fogo, e também, das armas brancas na ocasião da realização de bailes e festas:

Aí essis tempu qui eu já sabia tamém í nu baile. Aí... **O inspetor andava armado também ou não?** Andava! Elis andava [...]. Aí falava assim pa turma assim ó: o qui tem, qui tem arma aí ó na cintura guarda qui as pulícia vai vim! Fazê um... um... uma revista aí. **Era proibido usá então?** Era! Aí muito carregava muito era faca! Assim faca qui é... aquelis punhal... meu irmão mais veio memu... meu irmão, viu eli, eli tinha um punhal assim ó du cabo verde era assim ó... u bicho [...]. Aí eli falava assim né, u meu irmão chamava João né, eli falava assim: Ô Dãozim! Ô Dãozim! Cuidado ein! Tira u punhal da... da... da cintura ein! A pulícia vai vim! Fazê arrastão! Aí eli guardava [...] Eli dava pra eli i eli guardava! Aí ia imhora daí eli intregava pu... pu meu irmão. Eli gostava deli né! Ocê pode ficá! Pode ficá cum eli na cintura! Sabia qui eli num brigava nem nada [...] (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Na entrevista com o senhor Nelson Florêncio, o mesmo evidencia o porte de armas de fogo entre os colonos ao passo, que também destaca a ausência de brigas com resultados fatais em decorrência disso:

Cada um respeitava um u otro, né. Tinha genti sim qui a famia [inaudível] turma du... esqueci u nomi deli agora... qui era respeitada né. Só qui ninguém brigava, um respeitava u outro. Todo mundo andava armado [...], um respeitava o outro, né. Sabia u qui num respeitasse... pegava, né [risos]! Intão... era assim (ENTREVISTA, Nelson Antônio Florêncio, nov/2015).

O uso tanto da arma branca quanto de armas de fogo se tornou comum desde a época da CMD, em meados de 1940, quando o colono as tinham mais como instrumentos que reforçavam uma certa reputação de valentia do que, propriamente, para a defesa pessoal. Além disso, havia muitos animais selvagens na época devido a existência de grandes áreas com mata virgem ainda, e com isso, o uso dessas armas possibilitavam um maior sucesso em eventuais encontros com esses animais, seja para obtenção de alimento, seja para defesa pessoal.

Passados duas décadas, o porte das armas de fogo ou armas brancas, se tornou comum, figurando-se como acessório pessoal geralmente carregado na cintura, costume esse, que pode ter durado até meados da década de 1980, e conforme os relatos mencionados anteriormente, traziam um certo “respeito”, que talvez seja melhor “traduzido” como “medo” diante de alguém armado.

Apesar das fontes orais não evidenciarem uma violência costumeira em decorrência da presença dessas armas entre os colonos, o risco que essas proporcionavam às pessoas

é evidente, pois os bailes, inclusive, poderiam desencadear desentendimentos sobretudo considerando o consumo de bebidas alcoólicas.

O senhor Inacinho Gimenez, em referência ao desarmamento da população no Brasil no início dos anos 2000, menciona o fato de o mesmo não ter sido favorável a campanha do desarmamento e, enquanto membro do Conselho de Moradores local ter lutado para evitar isso:

Eu fui contra u desarmamentu. Purque eu acho qui... toda casa divia tê uma arma pu ladrão respeitá! Intão, tirô as arma du... dus homis di bem e us bandidu tá tudo armadu! Intão eu fui contra nessa época. E aí eu fiz a reunião e falei pru coronel Adib, falei pu... coisa da federal, falei pra tudu: Tá errado! Quando eu era muleque eu usava dois revorvi! Nòis tinha nus baile... si nóis tinha dez pessoa... alí tinha quinze revorvi na cinta! E tinha muitos qui usava dois. **O pessoal tudo andava armado...** Tudo si respeitava! A genti saía assim pra fora, a música boa assim coisa, pegava u revorvi dava uns... seis tiro assim, ponhava seis bala, mais tod u mundo si respeitava. Num... num tinha briga, num tinha nada! Baile, tudo... **O senhor nunca chegou a presenciar...** Não, não! Num... u povo um respeitava u outro! Purqui... sabia né qui tudu... tava armadu i todos... si respeitava assim (ENTREVISTA, Inacinho Moura Gimenez, out/2017).

Sem a pretensão aqui nesse trabalho, de mergulhar em uma investigação mais profunda a respeito do uso de armas de fogo e da violência entre os habitantes do campo, já que se necessita para isso de uma pesquisa mais aprofundada e específica. É interessante pensar, com base nos relatos, como era contraditória a concepção entre esses da posse de armas de fogo.

Se por um lado, na entrevista com o senhor Inacinho Gimenez, por exemplo, a arma de fogo aparece como uma garantia de segurança e, sobretudo respeito, na entrevista com o senhor Reinaldo Doreto, a pessoa de posse de uma arma de fogo é representada como uma pessoa perigosa. Essa última, talvez, seja a sensação mais comum já que pode ser percebida através das entrevistas mais como sentimento de “medo” diante de uma pessoa armada do que propriamente “respeito”.

De acordo com o senhor Nelson Brito (2015), o uso de armas de fogo nem sempre significava imposição de respeito ou de uma conduta boa. O entrevistado cita com orgulho o fato de nunca ter usado armas de fogo, ou ter se envolvido em luta corporal com outrem: “Nunca carreguei uma arma na cinta! Nunca dei um tapa num homem, nunca levei! Toda vida eu subi saí e... e assim eu insinei us filho (ENTREVISTA, Nelson Ferreira Brito, nov/2015). Portanto, a conduta de valentia e o respeito nem sempre estava alicerçada na posse de armas de fogo.

De certa forma, a presença de armas de fogo em comunidades como as comunidades rurais dos anos 1950 e 1960, por exemplo, com códigos de comportamentos que muitas vezes estavam calcados na imposição do respeito e demonstração de valentia, dificilmente é convincente no sentido de que se tratavam de tempos mais seguros. Um simples desentendimento, por mais banal que fosse, até mesmo em decorrência de um “tapa” “sofrido” em um baile, poderia ocasionar uma fatalidade considerando a presença da arma de fogo, da bebida alcoólica e de uma reputação de valentia a ser mantida.

De todo modo, esses elementos contrastam com a sociabilidade e políticas de reciprocidade apontadas pelos entrevistados em que se prezava pelo fortalecimento de laços comunitários.

Contudo, essas relações passam a mudar na medida em que a própria agricultura passa por transformações envolvendo novas técnicas de produção. Alguns dos entrevistados, como o senhor Nelson Florêncio, por exemplo, apontam o fim dos bailes de tulha relacionado às transformações pela qual passou a agricultura na década de 1970. Com base em sua entrevista, evidencia-se que essas transformações impulsionaram a saída de muitas famílias que viviam no meio rural. De certo modo, essa mudança quebrou o vínculo que essas famílias mantinham até então, alternando profundamente a sociabilidade construída e fortalecida desde a época da CMD. Sobre essas, o capítulo 3 dessa dissertação dará uma atenção especial.

## **2.8 – A “medicina popular” no meio rural itaporanense**

Os cuidados com a saúde são muitas vezes dificultados no meio rural por conta das distancias que algumas famílias moram com relação aos centros de saúde. No caso da população rural das décadas de 1950 e 1960 isso era ainda mais difícil, pois ou o hospital ficava muito longe ou não existia na região. Sendo assim, a “medicina popular” teve importante papel para essas famílias como alternativa importante nos cuidados com as enfermidades.

Em *Doença, Cura e Benzedura: um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas* (1983), Elda Rizzo de Oliveira insere no que a mesma chama de “medicina popular” as práticas medicinais e de cura que tem como espaço de atuação o meio rural e que são praticadas por “agentes autônomos”.

Essa categoria, os “agentes autônomos”, segundo a autora, se contrapõe a outra categoria que ela define como “agentes institucionais”. Os agentes institucionais estariam

ligados ao trabalho com o que a autora chama de “cura religiosa popular” e seu espaço de atuação seria o mundo urbano.

Na categoria “agentes autônomos” Elda Rizzo insere curandeiros, raizeiros, benzedeadas, parteiras e ervateiros<sup>63</sup> (OLIVEIRA, 1983, p. 28) enquanto na categoria “agentes institucionais”, insere pastores, missionários e médiuns.

No caso de “agentes autônomos” como, por exemplo, as benzedeadas e benzedores em Itaporã, e que pode ser verificado no período atual, esses espaços de atuação entre rural e urbano não são tão definidos, já que é possível encontrar benzedeadas como a senhora Evanilde Machado Benites, atuando no meio urbano<sup>64</sup>.

Por outro lado, (insistindo nas tentativas de delimitações dos espaços urbano e rural), se atualmente dependendo do lugar em que se está na cidade de Itaporã, ainda é difícil concordar com as placas de sinalização que apontam para “perímetro urbano” quando se encontram nesses locais mais aspectos do mundo rural do que do mundo urbano, supõe-se que nas décadas de 1950 e 1960 com a recente criação do município e da cidade de Itaporã essas delimitações eram ainda mais difíceis de precisar.

Nesse sentido, talvez seja mais correto ao invés de tentar delimitar espaços de atuação envolvendo “agentes autônomos” entre meio urbano e meio rural considerar que o trabalho desses com a “medicina popular” se faz mais comum em comunidades rurais, já que essas comunidades muitas vezes estão mais distantes espacialmente dos centros urbanos, onde o acesso às instituições de saúde e/ou religiosas encontra-se mais facilitado.

Além disso, ainda sobre as diferenciações estabelecidas por Oliveira (1983), quanto aos “agentes autônomos” e aos “agentes institucionais”, a autora destaca que o fato de, no caso dos “institucionais”, dependerem de regras e atualizações com base em suas instituições, enquanto os primeiros, os “autônomos”, terem maior liberdade para criar suas próprias regras e até se reinventarem quando possível e necessário.

Apesar da autonomia para atuarem, os “agentes autônomos”, de acordo com Oliveira (1983), dependem da aceitação por parte das comunidades em que estão inseridos. Ou seja, a existência de um benzedead, por exemplo, depende do reconhecimento do mesmo como tal pela comunidade da qual faz parte, diferenciando-o de um padre ou médium, na medida em que esses pertencem a uma instituição, por exemplo.

---

<sup>63</sup> A autora utiliza o termo “ervateiros” em referência às pessoas que trabalham com ervas medicinais.

<sup>64</sup> Atualmente, mesmo dentro do perímetro urbano da cidade de Itaporã, na medida em que se distancia do centro, a delimitação rural/urbano fica mais diluída ficando difícil precisar onde termina um espaço para o outro começar.

Bianca Bazzo Rodrigues (2012), também chama atenção para isso, pois, de acordo com a mesma, acaba sendo: “[...] necessária a crença da população no dom dessas figuras” (RODRIGUES, 2012, p. 12). De acordo com essa autora:

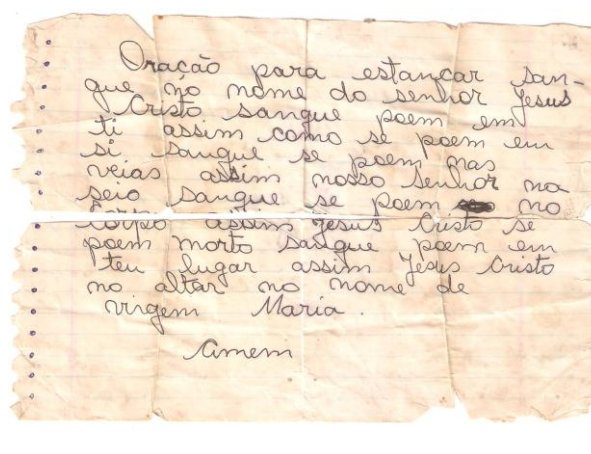
[...] é preciso a confiança e fé nas rezas e práticas simbólicas dos mesmos, e o reconhecimento da comunidade para com esses benzedores. Sem esse reconhecimento não poderíamos vislumbrar essas figuras, presentes e atuantes da comunidade ao qual se inserem (RODRIGUES, 2012, p. 12).

Infelizmente, não foi possível contatar figuras envolvidas com a “medicina popular” do meio rural itaporanense das décadas anteriores a 1970 a partir das entrevistas realizadas para essa dissertação. Os benzedores/benzedoras mencionados nos relatos e até o farmacêutico que ficou famoso na região desde a época da CMD por atuar como “médico” local, o Antônio “Japonês”, já são falecidos.

Porém, a senhora Evanilde Machado Benites, mesmo tendo chegado já no início da década de 1990<sup>65</sup>, trouxe importantes informações quanto ao trabalho com os benzimentos.

Essa senhora de 70 anos de idade (até a data da entrevista), quando aceitou gravar uma entrevista para um projeto de iniciação científica em 2013 (PIVIC-UFGD), apresentou algumas de suas orações que são utilizadas para os benzimentos, como a “oração para estancar sangue” (Figura 22):

Figura 22- Oração para estancar sangue utilizada pela senhora Evanilde Benites.



Fonte: Acervo pessoal de Evanilde Machado Benites.

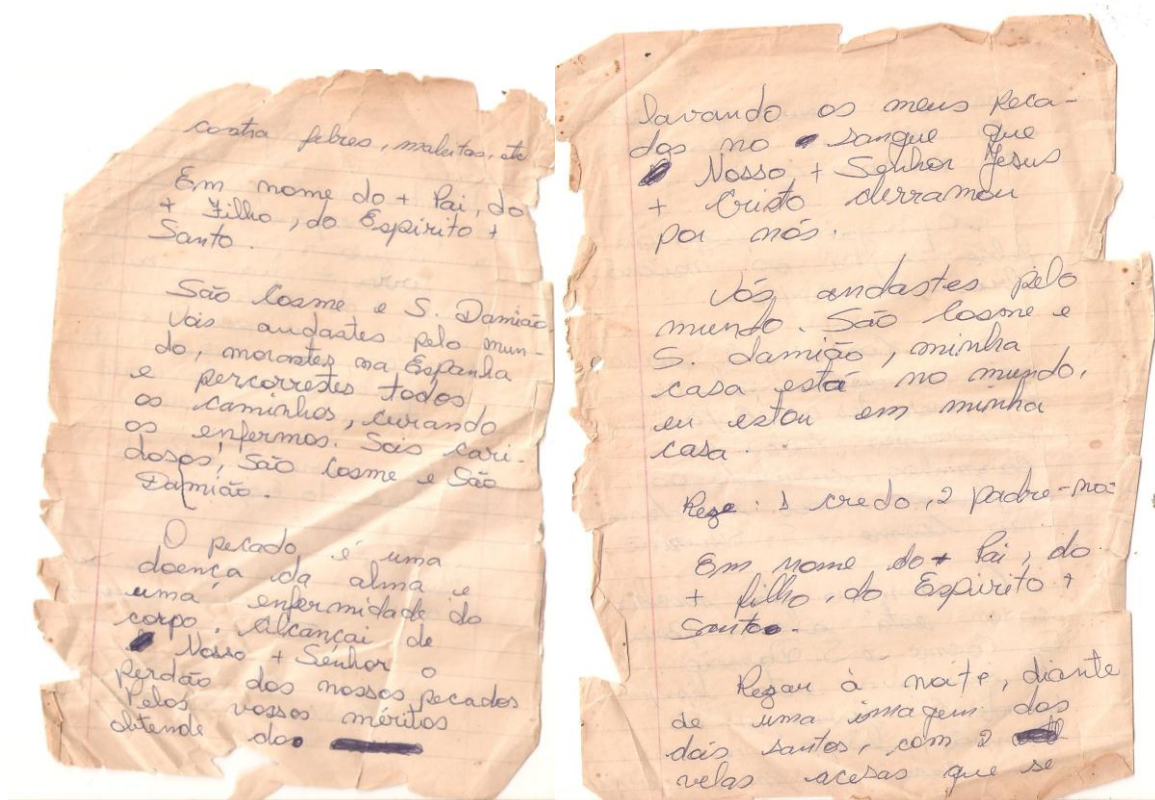
<sup>65</sup> Essa senhora é reconhecida no bairro em que mora atualmente como a benzedora local. Porém, atualmente segundo informações de moradores, essa atua apenas com o benzimento de crianças pequenas.

De acordo com Oiveira (1983, p. 306-307), existe: “[...] uma relação entre a crença religiosa partilhada pela agente [a benzedeira] e as características das suas práticas concretas de benção e de cura”.

No caso da senhora Evanilde Benites, tanto a “oração para estancar sangue”, já que utiliza o nome da Virgem Maria, figura sagrada do catolicismo, quanto à oração contra febres e dores de cabeça com alusão a dois santos, “São Cosme e São Damião”, outras figuras sagradas do catolicismo, “denunciam” a sua fé católica sem que essa tenha necessidade de se apresentar como seguidora do catolicismo.

Boa parte de suas orações estão escritas em folhas de caderno, (Figura 23) ou são buscadas em livros de orações católicas (Figura 24).

Figura 23 - Oração contra febres e dores de cabeça.



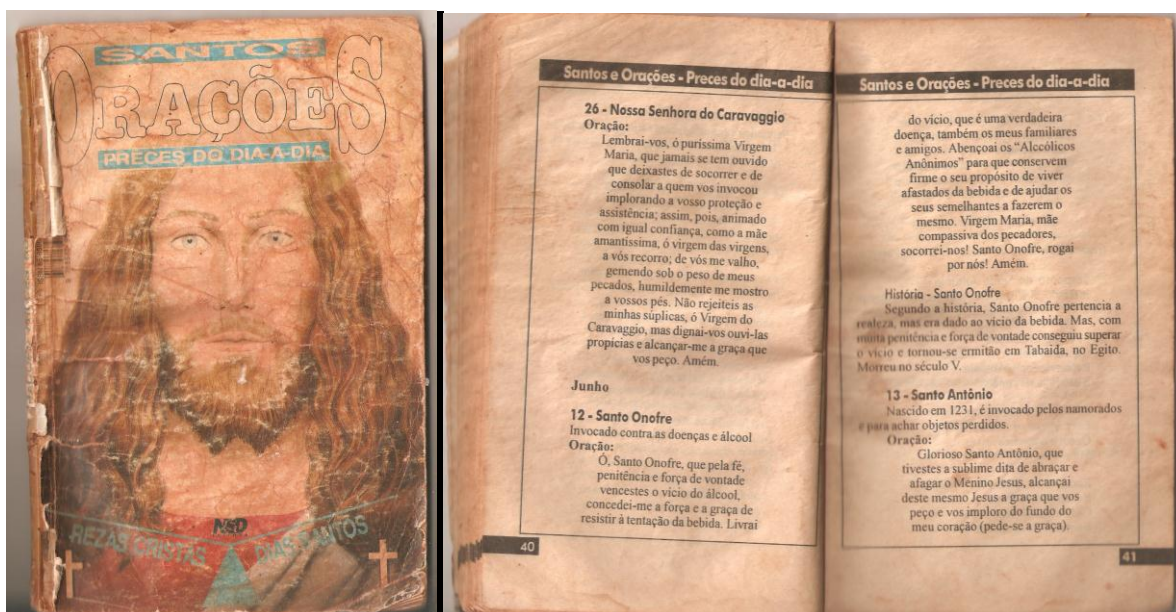
Fonte: Acervo pessoal da senhora Evanilde Machado Benites

Porém, isso não significa que seus benzimentos não tenham também contribuições de uma tradição oral. De acordo com a senhora Evanilde Benites, parte das orações que utiliza ainda hoje em seus benzimentos, escritas em bilhetes de papel, foram ensinadas por outra benzedeira, que a mesma só lembra pelo primeiro nome: Jacinta. De acordo com a



senhora Evanilde, quando ainda era muito jovem e morava em Bonito-MS na fazenda de seus avós, essa senhora, Dona Jacinta, compartilhou através da oralidade a ela e as demais jovens da família os procedimentos e orações que faziam parte de seu conhecimento sobre benzimentos.

Figura 24 - Livro de orações utilizado pela senhora Evanilde Machado Benites.



Fonte: Acervo pessoal da senhora Evanilde Machado Benites.

De acordo com a senhora Evanilde, Dona Jacinta, já em idade avançada na época, fora morar na fazenda de seu avô após a morte de sua avó. Conforme Dona Evanilde, seu avô ao perceber a tristeza das moças da família ao perderem a referência feminina que era a avó, decidiu chamar uma senhora que morava com um genro da mesma: “Ela era velhinha não tinha... cum quem morá assim, morava cum... genru né. Aí eli [avô] juntô ela pra vim morá cum nós, porque nós fiquemu muito sozinha, nós si sentia muito triste, né, sem a vovó im casa” (ENTREVISTA, Evanilde Machado Benites, dez/2013).

Nessa entrevista, a senhora Evanilde relata ainda que as conversas sobre benzimento começaram a surgir em meio ao trabalho das mulheres da família com a tosa de ovelhas da fazenda. A senhora recém-chegada a família por vezes puxava assuntos sobre benzimentos, porém, conforme a senhora Evanilde Benites relata, havia uma certa resistência com relação a crença nessa atividade com base nas orientações dos catecismos feitas pelos padres:



A genti assim qui prosiava... sentada né, lutandu cum lâ ali a genti ia conversanu, né. Dus tempu antigu. I aí ela ia contandu as coisa pra nós qui ela sabia isso [benzimento] desdi lá du Rio Grande onde ela veio né. Purque ela fazia isso. Mais nós num acreditava muito im oração, im coisa assim, benzimentu, né. **Mais purquê, cêis achava... ?** Não... purque us padre sempri fala né... qui num ixiste! Que... que u benzimentu é o qui elis fala lá né, que... intão a genti acreditava muito na conversa dus padre, nus caticismo (ENTREVISTA, Evanilde Machado Benites, dez/2013).

Nesse trecho da entrevista com a senhora Evanilde aparece um tema que é tratado em Rodrigues (2012), que é o problema do reconhecimento do trabalho de benzedeadas e benzedores. No caso de Rodrigues (2012), este aponta para a falta de reconhecimento por parte da sociedade, principalmente por parte das pessoas que trabalham com a “medicina oficial” ou, como define Oliveira (1983), “medicina erudita”.

No caso da senhora Evanilde, ela acrescenta a esse núcleo de pessoas que não reconhecem o trabalho das benzedeadas e benzedores, pessoas que fazem parte de instituições religiosas ou conforme Oliveira (1983) dos “agentes institucionais”.

Mesmo assim, na visão da senhora Evanilde Benites, a determinação da benzedeadas em ensinar as jovens da família evitou que seu conhecimento a respeito de benzimentos fosse perdido por completo com seu falecimento:

Intão ela benzia... aí ela falô, falô: Oia eu já tô bem velhinha... falô... i eu quero insiná pra vocês... a... tudu as oração qui eu sei. Aí... muitas oração qui ela insinô nós num demu nem... né... qui naqueli tempu a genti num... dava valor pra nada. Comu diz era... minina... quiria conversa fiadu. Intão alguma qui a genti aprendeu i a genti ficô cum ela né... dicerto ela memu qui feis aquilu entrá na cabeça da genti né pra... pra coisá... qui ela falô qui ela num quiria qui morresse a raiz da oração, sabe. Purque alguma pessoa tinha qui ficá pa fazê u bem pus outro (ENTREVISTA, Evanilde Machado Benites, dez/2013).

Com base no relato da senhora Evanilde, essa benzedeadas que queria “transmitir” seus conhecimentos a respeito dos benzimentos para as jovens da família se empenhou nisso por sentir a necessidade de perpetuar o trabalho com benzimento através das próximas gerações, nesse caso, as jovens da família da senhora Evanilde Benites. Na visão da senhora Evanilde, o esforço da senhora Jacinta em perpetuar o benzimento através das próximas gerações estava ligado a uma missão/obrigação de quem possui o conhecimento dessa prática pois: “[...] alguma pessoa tinha qui ficá pa fazê u bem pus outro” (ENTREVISTA, Evanilde Machado Benites, dez/2013).

Sobre essa “missão/obrigação” que envolve a sensibilidade e a disposição da benzedeadas para ajudar outras pessoas, Oliveira (1983) aponta para o fato de que: “[...] a atitude de benzer é vista como uma caridade [...]” (OLIVEIRA, 1983. p. 153). Mesmo

mencionando alguns exemplos, com benzedeiros ou benzedoras que cobram pelo trabalho, Oliveira (1983) destaca para o fato de ser mais comum benzedoras/benedores que fazem o trabalho sem cobrar nada em troca por sentirem ter a responsabilidade de usar esse “dom” para ajudar aos outros.

Oliveira (1983) menciona ainda a existência de um “código” entre as pessoas que praticam o ato de benzer. Um dos pontos que merece a atenção aqui é a cobrança pelos serviços que não é comum a todas, e que muitas vezes se configura como um “gesto de gratidão” do beneficiado pela benção à benzedora (ou benzedor) quando esse decide retribuir de alguma forma:

[...], no tocante a sua remuneração, seu código é bastante implícito. Ora nada aceitam, desde que seja configurado como um pagamento. Ora aceitam, como algo que brota da afetividade dessa relação, como um alimento (açúcar, macarrão, óleo, etc...). Às vezes aceitam uma quantia simbólica de dinheiro [...] (OLIVEIRA, 1983, p. 153).

Nesse sentido, benzer é considerado um ato de caridade em que a benzedora ou o benzedor se sentem na obrigação de utilizar o seu “dom” sempre que requisitados. Além disso, as benzedoras se apresentam como agentes de sua religião com a responsabilidade de combater as enfermidades causadas por entidades sobrenaturais, ou seja, elas entendem que boa parte das enfermidades que acometem os seres vivos<sup>66</sup> são resultado de ações de entidades não humanas.

O senhor Sebastião Rebeque, menciona uma benzedora que não aceitava dinheiro em troca de seus benzimentos: “Ilhh mai ela num recebia groja [dinheiro] di geitu nenhum! Ela falô: Si eu pegá dinheiro aí... começa num valê! Aí eu tô interessada! Eu tenho qui fazê u bem! Não a troco di dinheiro” (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Conforme o relato do senhor Sebastião, havia por parte da benzedora um temor quanto a perda do “poder” de seus benzimentos caso começasse a aceitar pagamentos por esses. Ao que parece, a benzedora temia que a benção ou o benzimento perdesse a característica de graça ou bem feito caso aceitasse pagamentos. Sendo assim, o segredo do poder da benção estaria relacionado com esse aspecto de caridade ou, de bem ao próximo sem cobrar nada em troca.

É preciso destacar que algumas enfermidades se apresentam como particulares ao universo da benção. Oliveira (1983) destaca que algumas das doenças “tratadas” pelo benzimento, não são entendidas como as mesmas que são “tratadas” pelos médicos

---

<sup>66</sup> Com exceção às benzedoras católicas que, com base em Oliveira (1983), benzem apenas seres humanos, as demais incluem além desses os animais em suas bênçãos.

apontando para a existência, segundo essa, de “doenças de médico” e “doenças de benzedeira”:

Na concepção das benzedadeiras os trabalhos desenvolvidos por elas se opõem radicalmente àqueles executados pelos agentes da medicina dominante em diversas situações. A dicotomia *doença de médico-doença de benzedeira*, atributo específico do fazer da benzedeira, do seu pensar sobre ele, é uma das expressões concretas desse confronto, fornece um quadro de referências que orienta as manipulações particulares que elas fazem dos elementos curativos próprios da sua cultura. De outro lado, essa dicotomia exprime em que medida *missão e talento* se opõem à educação formal, ao estudo de escritura (OLIVEIRA, 1983, p. 272).

A pesquisa de Oliveira (1983) insere o trabalho com benzimentos em um campo de disputa por autoridade diante das enfermidades, envolvendo médicos (medicina erudita) e benzedores/benzedadeiras (medicina popular). Com base nessa autora, algumas das doenças tratadas por benzedadeiras recebem nomes próprios diferenciando-as das enfermidades cuidadas pelos médicos como uma forma de atestar a sua autoridade.

Na visão de Oliveira (1983), a forma impessoal como o médico conduz o tratamento de uma enfermidade, de forma autoritária excluindo o paciente do conhecimento científico que detém a respeito de sua enfermidade, faz com que o paciente se sinta mais a vontade diante de uma benzedeira ou benzedor que apresenta/descreve a doença ao paciente, bem como, o tratamento de forma mais próxima a realidade e à cultura do mesmo. O senso religioso para explicar o fenômeno dependendo da enfermidade tem mais sentido para o paciente do que o científico do qual tem pouca [in]formação a respeito.

Daí a persistência do trabalho com benzimentos mesmo em lugares com mais facilidade de acesso a centros de saúde, como atualmente ocorre em Itaporã e, no caso da senhora Evanilde Benites, que ainda é muito procurada pelos moradores de seu bairro.

Na entrevista com o senhor Sebastião Rebeque, quando perguntado a respeito das ocasiões em que o benzimento era usado, o mesmo respondeu da seguinte forma:

**I benzimentu... usava?** Usava! Uh! Naqueli tempu é u qui usava! Era pa tudu! Picada di cobra, dor di denti, eee... era pra tudu! **E quem qui benzia?** Minha mãe era benzedera! **Era benzedera?** Minha mãe benzia di quebranti, ispinhela caída, mal oiado, uh! U qui vinha di genti si benzê! Ela pegava um... panim véio, uma agulha iii... [inaudível] aíí... ia dando ponto naqueli [costurando o pano] conforme a coisa... e aí si era ota coisa era cum gaio di arruda, otra era cum gaio de alecrim... aí dava água pa leva pa bebê im casa... sei qui sarava [risos] (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Nota-se no relato do senhor Sebastião a menção sobre doenças com nomes incomuns para a medicina oficial. Essas, por sua particularidade restrita ao mundo da benzeção, podem ser inseridas na categoria das “doenças de benzedeira” descritas em

Oliveira (1983). Além disso, conforme já mencionado anteriormente nesse tópico, o ato do benzimento é peculiar em si por abranger rituais que podem envolver uma série de elementos que correspondem ao universo religioso e cultural da benzedeira.

A senhora Evanilde Benites recorre em seus benzimentos não apenas às orações que aprendeu, mas também, a alguns “amuletos” ou objetos como galhos de plantas como a arruda<sup>67</sup>, a exemplo da mãe do senhor Sebastião Rebeque.

Na entrevista com o senhor Joaquim Moura Gimenez esse também menciona algumas das enfermidades tratadas pelos benzedores, nesse caso, seu tio que era um benzedor: “**E benzedeira? O senhor lembra... assim?** Tinha a muié do Roque era benzedera, tem meu tio... essi meu tio era benzedô. **E eli benzia pra quê?** Di tudu [inaudível]. Cobra... febre... era mei... espiritista” (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

Entretanto, a esfera de atuação dos benzedores podia ir além da medicina popular. Literalmente, utilizando as palavras do senhor Sebastião Rebeque, podia se “benzer de tudo”! Em três entrevistas o uso do benzimento chamou a atenção por se tratar de algo muito peculiar a esse universo: A benção de lavouras contra lagartas.

Na entrevista com o senhor Mario Nonato, o mesmo descreve a época em que precisou recorrer a uma benzedeira para livrar sua lavoura de arroz de lagartas:

Eu memu... prantei um... um arroiz lá... assim qui eu casei... i deu uma largarta pur dibaixo du chão. Ela vinha pra cortá u arroiz... u pé du arroiz. Ai mi falaram pra mim qui... lá na cidadizinha... Arasselva, tinha uma benzedera. Até hoje meu cunhadu tira u sarru di mim... meu concunhadu. Ai fui atrás da benzedera. Arriei a mula aí ponhei na carroça i fui lá. Fui lá busquei a muié, a muié vei lá... ela falô: Seu Mario pa qui lado u sinhor qué qui eu toco ela? Qui... tem qui tê três ladu i larga um! Intêndi? Largá um ladu da roça pra ela saí! **Não pode benzê tudo?** Não! Não! Não pode fechá eli! Ela tem qui saí da roça. Aí ela benzeu. Benzeu iii... aí... uns oito dia ela... eu sempri acompanhanu lá nu [inaudível]. Daí uns oito dia num tinha mai nada na roça. Limpô tudo! Cabô! A oração era muito forti i... a genti tamém tinha... um poco di fé né (ENTREVISTA, Mario dos Santos Nonato, nov/2017).

Na entrevista com o senhor Ernesto Vieira esse, de forma mais contida, apenas confirma ter “ouvido falar a respeito” de tais benzimentos: “Ah eu nem... nem sei comu é qui era. Eu sei qui... dava muita... praguinha, largarta, iii... tinha genti qui benzia. Na lavora aí cum três cantu na lavora i benzia. Falava qui u bichu [lagarta]... desaparecia tudu né” (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

---

<sup>67</sup> Vez ou outra, foi possível testemunhar o uso de galhos de plantas como arruda, em alguns dos benzimentos de bebês que eram levados até a casa da senhora Evanilde.

O senhor Joaquim Moura Gimenez, de forma semelhante ao senhor Ernesto, também menciona em seu relato os benzimentos contra lagartas em lavouras mesmo aparentando um certo ceticismo quanto a essa prática:

**O senhor chegô a... ficá sabendo di alguém qui benzeu assim... lavoura? Chegaram a benzê lavora? Sempri binzia... eu sei qui binzia [contra] largarta, binzia [contra] cobra... essi meu tio memu binzia. Podia... si tivesse cobra atacando nu pasto... se ia lá... chamava eli... eli binzia. O senhor lembra assim... comu é qui eli fazia isso? Não! Não qui eu num gostava di... di binzimentu na época. Eu num acreditava! O senhor não gostava. Eu era mei ateu na época (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).**

Mesmo o senhor Sebastião Rebeque que, a exemplo do senhor Mario Nonato, se apresenta como testemunha ocular do benzimento de lavouras contra lagartas assume uma postura cética a respeito:

**U senhor chegô a ouvir falar di... pessoas assim que chegaram benzê... igual... lavora... essas coisa? Cê ouviu fala? Eu ouvi falá essi... fêis na minha roça [...]. Na minha roça [...]. I eu num acriditu! benzia pra quê assim? Pa lavora benzia largarta! – Crodoaldo<sup>68</sup>: E o senhor não acredita? – Sebastião: Não acredito! – Crodoaldo: Até hoje não acredita? – Sebastião: Não acredito! So qui fêis na minha roça (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).**

Porém, mesmo se colocando de forma cética com relação a essa prática, o senhor Sebastião Rebeque descreve o benzimento feito em sua lavoura sem seu consentimento já que seu irmão sabia que ele não aceitaria benzimentos:

Na minha roça! Só qui sem eu sabê [...] tava cabanu cu soja [...]. Aí eu peguei conseguí uma bomba hidráulica emprestada lá dus padre. Aí elis mi imprestaram a bomba. Pa mim passá u venenu! Aí eu tava arrumanu a bomba pa í passa u venenu nu oto dia cedo. Aí veio u meu irmão. Eli tinha roça na divisa. Falô assim: Tem jeito di cê fazê uma viagi pra mim amanhã cedo? Im antes di saí u sol? Aí eu já tinha um... uma camioneta. Aí eu falei: Duardu! Eu não posso! A largarta tá acabanu cum meu soja! Eli falô: Mais eu preciso duma viagi amanhã im Itaporã [sede] im antis di saí u sol! Eu falei: Mais eu não posso! Eu vô cuidá da minha roça! Aí eli arrumô otro... foi im Itaporã pego a benzedera... só qui ela falô qui quiria tá na roça im antis di saí u sol! Nu saí u sol ela tem qui tá dentu da roça! Aí eu tinha dozi arqueru i meu irmão disessêis! Siguido (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

---

<sup>68</sup> Conforme já mencionado nos capítulos anteriores optou-se nessa dissertação pela utilização de palavras em negrito para apontar as intervenções do pesquisador/entrevistador. Porém, algumas entrevistas contaram com a presença de uma terceira pessoa, nesse caso, o senhor Crodoaldo, genro do senhor Sebastião Rebeque. Com isso, optou-se também em citar o nome da pessoa antes de sua intervenção/fala, para não confundir com as do pesquisador.

Um detalhe interessante, no caso do benzimento realizado na lavoura do senhor Sebastião é o fato do mesmo contar com equipamentos de pulverização (mesmo que emprestado) e um trator e também, por certo, de defensivos agrícolas para o combate da lagarta em sua lavoura. Mesmo assim, seu irmão insiste para que seja utilizada a prática da benzeção pois, de acordo com o senhor Rebeque, a altura da soja na época devido ao seu estágio de desenvolvimento dificultaria o deslocamento de uma máquina como o trator, ocasionando assim um possível esmagamento das plantas que já beiravam a fase adulta.

Tavez essa tenha sido a preocupação de seu irmão que justificou a sua insistência em trazer a benzedeira até a lavoura, mesmo com o senhor Sebastião já tendo disponibilizado os equipamentos necessários para o combate à lagarta.

O senhor Sebastião relatou ter testemunhado um comportamento inusitado das lagartas, enquanto se preparava para pulverizar sua lavoura:

Aí nu otu dia cedu [...] quem tocava bomba i tratô era eu memu! Catei u tratô i a boma... aí fui enchê na valeta di bardi. Inchia cum bardi qui num tinha cum quê puxá! Aí cheguei na roça qui incostei nu valetão, entrei na roça... cê num via uma largarta nu pé di soja! Tudú nu chão! Tudú andanu num distinu só! Ela [benzedeira] dexô um canto aberto, inda ela pidiu! Purque ela ia expursá as largarta (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Esse “sentido” que as lagartas seguiam, enquanto abandonavam a lavoura, são apontadas como a direção escolhida pela benzedeira que, em sua maioria conforme os relatos, era na direção de uma parte da propriedade escolhida pelo requisitante do benzimento:

**Comu qui era isso? Canto aberto comu qui era isso?** Um cantu qui num tinha lavora! Purque ela falô: tamém eu num faço... tirá da tua lavora pa jogá... na du vizinho! Aí lá tinha um bico qui era... um varjão abandonado. Aí... a roça tem quatro cantu... aí ela falô pu meu irmão: Cê arruma um cantu qui num tem coisa [cultivos]! Purque eu vô expursá as largarta [...]. Aí eu cheguei lá cedo... cedo i era bunito di vê! A largarta tudú num sentido só! Aí eu falei: Mai u qui qui será qui tá acontecendo? Aí cê num via uma largarta! Nu pé di soja! I aquilo foi... aquela camada foi indo! Tudú nu memu sentido! I num via uma largarta nu pé di soja! – Crodoaldo: Cê passô venenu? – Sebastião: Não passei! Peguei i vim imhora... daí dois três dias meu irmão falô: Cê foi lá vê tua roça? Eu falei: Eu fui. I as largarta? Eu falei: As largarta sumiu! Eli falô: É a benzi... ia buscá a benzedera cê num pôde ir... aí eu busquei a benzedera (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Curiosamente, o benzimento de pastos contra cobras é apresentado, em seu ritual, de forma semelhante a forma como era feito o benzimento contra lagartas em lavouras. De

acordo com o senhor Sebastião Benites, tal benzimento feito para “expulsar” cobras que andavam atacando as novilhas na propriedade da família:

Igual cobra. Cobra nós tinha um gadinho num... num sitinho qui u pai comprô. Era... terra qui eli num dava conta di fazê [inaudível]. Aí punhemu um gadinho lá. Numa semana matô quatro nuvia [novilha]. A cobra. Aí vinha u benzedô. Qui binzia. Essi binzia bichera, bichera tamém eli binzia... si num tivesse jeitu! Aí u pai foi lá aí eli falô: Faiz u seguinte! Te u ditadu: Quem caça cobra, caça mortil! Mai ucêis procura ela! Ela vai tá nargum pau podri, nargum buracu di tatu, mais vão cum cuidado! Qui quem caça cobra caça a mortil! Si vocêis num achá... cêis vem aqui di tardi! Aí u pai ponhô nós caçá... não achemu essa cobra... i nós cum poco di medu tamém... aí eli... fêis lá a benzeção deli... cabô. Num matô mais nenhuma nuvia! Aí eli fêis du memu geitu tamém, falô: Eu num mato! Eu vô expursá ela! Pra ondi cêis qué qui eu mando ela? Aí essi memu jeito [...]. Eli falô: Num vô madá pa roça di otro, pu pasto di otro! Só qui essa eli benzeu da casa deli. Eli num foi lá nu pasto! **Num foi lá?** Eli só falô: Mi dá u sentido [direção] qui é pra mim mandá ela imbora! **Eli num preciso ir?** Não! Eli benzeu da casa deli! Era um pretão! João da Cruz! **Já morreu também?** Morreu tamém (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Conforme o relato do senhor Sebastião, o benzimento contra cobras era semelhante ao benzimento contra lagartas, porém, o benzedor, diferentemente da benzedeira que benzeu sua lavoura, não precisou se deslocar até o local a ser benzido. O benzimento foi feito da casa do benzedor conhecido como João da Cruz.

Mesmo trazendo informações detalhadas desses benzimentos, realizados desde as décadas de 1950, 1960 e alcançando 1970, já com o crescimento da produção da soja no meio rural itaporanense, os entrevistados assumiram posturas céticas a respeito. Diferente do senhor Sebastião Rebeque, que ao passo que se coloca como uma pessoa que não acredita em benzimentos, afirma ter testemunhado a realização desses com detalhes em seu relato, os demais entrevistados foram relutantes em falar a respeito.

De todo modo, os benzedores e benzedoras fizeram parte dessa “medicina popular” no meio rural itaporanense e mesmo não sendo possível contatar benzedores/benzedeiros que estiveram em atividade nessa região entre as décadas de 1950 e 1960, a entrevista com a senhora Evanilde Machado Benites foi de grande contribuição, ajudando a entender um pouco sobre essa prática.

É importante acrescentar além dos benzedores/benzedeiros, outras figuras importantes na “medicina popular” do meio rural itaporanense desde o período da Colônia Municipal como as parteiras e o farmacêutico, que atuava como um “médico” local:

**Em Itaporã tinha médico nessa época?** Tinha! Antônio Japonês! Atendia im Andradina [São Paulo] tamém! Eli era farmacêutico im Andradina aí deu uma di médico aqui! Até hoje tem a farmácia Santo Antonio... é tradicional

deli. Antônio Japonês. Aí u pai era conhecido deli... a família... **O pessoal fala muito dessi Antônio Japonês.** Intão. Era colega du meu pai eli era... trabaivava di farmácia im Andradina. Aí eli vei pra cá... depois qui u pai veio [...]. I eli acertava! Eu memu fui sarvo por eli! Não tinha cura... aí eli falô pro meu pai: Si eli guentá três mês eu curo eli! Aí mandô vim um remédio du Japão... demorô três mês. Era um comprimido! Só qui u qui eu tinha... ninguém sabe! Amargo, secu, u pai levô... era só remédio casero... remédio casero... u pai levô lá iii... eli cunsurtô, cunsurtô, i falô pru pai: Eli... guentá noventa dia eu curo eli! Aí veio um... só um vidrinho assim ó... parecia chumbinho mostarda! Acho qui tinha uns... trezentu comprimido naqueli vidro. Tomava três pur dia! Sarei (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Conforme o relato do senhor Sebastião Rebeque a “autoridade” representante da “medicina oficial” ou medicina erudita em Itaporã das décadas de 1950 e 1960 era um farmacêutico. Isso não é nenhum absurdo já que até atualmente é muito comum as pessoas se tratarem de algumas enfermidades diretamente com os farmacêuticos, antes de qualquer consulta com um médico. Em uma época, em que Itaporã, recém emancipada, não contava com um sistema de saúde oficial, a atuação desse farmacêutico juntamente com os agentes da medicina popular foi de grande importância.

A partir do relato do senhor Joaquim Moura, a chegada do Antônio Japonês é mencionada ainda na década de 1940, em que a exemplo de sua família, a família Moura, esse farmacêutico também veio do Estado de São Paulo da região de Penápoles em meados da década de 1940 para a Colônia Municipal. O senhor Ichijo era um conhecido da família Moura, morava no sítio do avô do senhor Joaquim Moura e trabalhava em uma farmácia naquela região:

Mai vei um ano depois... deve tê vindo im cinquenta... quarenta i seis [1946]... por aí u... Antonio Japonês [...]. Fundador di Itaporã... farmácia [...]. É depois qui eli saiu lá di São Paulo né [...]. eli morava cum mou avô lá. Trabaivava numa farmácia na cidade di Penápoles parece... Penápoles ou Nicélia uma das duas farmácia. I eli ia a cavalo trabaivá di... na farmácia di... funcionário né. Assim... eli praticô. Num teve um doutor teve um farmacêutico prático né... praticava. **Aí eli já veio pra fazê a farmácia?** Aí eli já veio i pois [instalou] a farmácia i já trazia remédio di Dourados. As farmácia di Dourados fornecia remédio pra eli. Naqulei tempu num... num tinha nada qui proibisse né [...]. I eli num tinha medu di dá remédio! Eli dava remédio memu pra valê i u cara sarava memu [...] (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

Conforme o relato do senhor Joaquim Moura, o popular Antônio “Japonês” apesar de não ter feito medicina na época, usou sua prática farmacêutica para instalar sua farmácia na sede da CMD e passando a atuar como o “médico” da região.

De certo modo, esse senhor, Antônio Minoru Ichijo, o Antônio “Japonês”, teve autonomia para atender a comunidade itaporanense na época com prescrição de



medicamentos e outros cuidados que normalmente seriam de responsabilidade de um médico. Além disso, é claro, essa autonomia também decorreu de experiências positivas com seus tratamentos que deram resultados como o descrito pelo senhor Sebastião Rebeque, fazendo com que a comunidade local o reconhecesse como uma autoridade no assunto:

U Antonio Japonês era o... era o doutor! **Ah é?** Todo mundo [incompreensível]. Eli morava perto daquele cimitério antigo qui tem aqui. Procuravam Antônio Japonês [...]. I eli... dava remédio pra todo mundo! I... começô a ficá famoso... começô vim genti di fora... pra vim si tratá cum eli (ENTREVISTA, Reinaldo Doreto, out/2018).

Daí já vários anos qui a genti tava aqui... aí seu Antônio, como farmacêutico, era u nosso médico! E eli era muito bom viu [...]. Eu... eu mesmo... nossa u seu Antonio mi salvou muitas vezes (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

Farmácia... qui tinha... u Antonio Japonês [...]. **Era eli qui... qui as pessoas recorriam no caso... ?** Num tinha médico [...]. Na época era im Dourados [que tinha]. U Japonês era inteligenti rapaiz u Japonês... era inteligenti mesmu [...]. A farmácia... sabe ondi era a farmácia deli? Num tem a Farmácia Santo Antônio? **Ah hoje... ali na... perto da praça?** É! Alí qui era a farmácia deli (ENTREVISTA, Antonio Candido Pereira, out/2017).

Im Dourados... Dourados parece qui já tinha u... Hospital Evangélico si não mi ingano. Iii... aqui a maioria dipois... u Antonio Japonês é... é... é um qui cuidava aí qui era médico, qui era isso, qui era aquilo. Eu sei qui era u... qui cuidava u pessoal né. Quarquê doencinha [aplicava] era injeção! Injeção [risos]. Eli... eli cuidava, eli tinha uma farmacinha... qui qui eli cuidava... aplicava injeção bem im frenti u cemitério. Hoji alí... é outras coisa... era casinha di... di coquero. Buraco pra todo lado! Tinha nada... fechado. Naquela época ninguém roubava tamém né [...]. Iii... essi Antonio Japonês... já é falecido né... era u qui cuidava u pessoal vinha im vorta tudu! Num era nem um médico formado num era não essi... só qui era mais entendido né (ENTREVISTA, Antônio Gregório, jun/2016).

Os relatos apontam para a confiança das pessoas no conhecimento medicinal do farmacêutico: “Eli era u médico da nossa família” (ENTREVISTA, Franscisca Marques Bork Zanata, mar/2016). O reconhecimento como autoridade da “medicina oficial” desde o período de CMD até meados da década de 1960, tornou o senhor Antonio Minoru Ichijo, uma figura importante como parte da história do município, como é reconhecido pela comunidade itaporanense. Aurenô Cordeiro, em sua autobiografia também apontou para a importância desse farmacêutico e para parte do trabalho desempenhado por esse, sobretudo em épocas de epidemias:

[...] tinha muita certeza e segurança para prescrever medicação, assistia aos partos quando chamado, ele fazia desde curativos até grandes suturas.

Ele medicava contra qualquer sintoma e doença, além de dar acertadamente, remédios, para as pessoas atacadas por cobras e outros bichos venenosos.

Ele enfrentou e ajudou a população em epidemias violentas, como a malária, febre tifoide, surtos de gripes violenta, enfim, com competência, segurança e boa vontade, ele ajudou a salvar inúmeras vidas. Tanto foi, que o seu trabalho o tornou conhecido, respeitado e procurado por pessoas de várias regiões aqui no estado. Vinham também de estados vizinhos. Até do nosso, vizinho o Paraguai, por ser próximo (CORDEIRO, 2010, p. 54).

Mesmo não tendo sido possível avançar mais sobre essas enfermidades, sobretudo a respeito das epidemias desde a década de 1940, com as entrevistas, é possível encontrar menções sobre em outros trabalhos como em Carli (2008):

É interessante informar que uma região que fazia parte da CMD, localizada às margens do Rio Brilhante, até hoje (2005) é denominada *Malária*, nome esse recebido devido a ser uma região de brejo, onde se concentrava um grande foco do *Anopheles cambiae*, mosquito transmissor da malária [...] (CARLI, 2008, p. 116 [grifo da autora]).

Além do “Antônio Japonês”, é preciso acrescentar também outras figuras importantes da medicina popular do meio rural itaporanense: as parteiras. Nas entrevistas raras foram as menções sobre pessoas ou parentes que nasceram em hospitais. As parteiras foram durante muito tempo, pelo menos até meados da década de 1960 segundo os relatos, a principal (senão a única) opção das gestantes:

Naqueli tempu minha mãe era partera. **Ah sua mãe foi partera?** É! Minha mãe era partera! Ela... pegô [fez o parto de] muitas criança aqui im Itaporã. Quando acontecia di um caso di parto... qui a minha mãe num dava conta... a minha mãe falava pro [filho] mais vélho: Ó vai chamá u já... Antonio Japonês! Chegava u Antonio Japonês: Não! Não! Pode levá pra Dourados! Si a... si a dona... si a dona Deulinda num deu conta eu tamém num dô! Pode mandá pa Dourados (ENTREVISTA, Reinaldo Doreto, out/2018).

Conforme o relato citado, Antonio Japonês também respeitava a autoridade das parteiras reconhecendo, de certo modo, suas habilidades e competências. Quando um parto fugia à alçada das capacidades de uma parteira, o farmacêutico tratava de providenciar a transferência da responsabilidade para o hospital que existia em Dourados na época, o Hospital Evangélico.

Por outro lado, os conhecimentos que o farmacêutico trouxe foram de grande contribuição para o trabalho das parteiras principalmente considerando as dificuldades porque passaram a gestantes da década de 1940, antes da instalação de sua farmácia. Além disso, nem sempre era possível contar com uma parteira experiente o que tornava o trabalho de parto ainda mais arriscado:

As mulheres [...]. As mulheres engravidavam... quando chegô seu Antonio Japonês tudu bem. Antes du seu Antonio... era u maior sacrifício [...]. Aí minha sogra era partera i ajudô. Mas as mulheres era o maior sacrifício... uma acodia [socorria] a otra! Uma vizinha acodia a otra! Sem experiência... sem nada (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

A senhora Maria Doreto relata a ocorrência de falecimentos por conta de trabalhos de parto citando o exemplo de uma senhora, a sogra de seu irmão, que, devido a complicações no parto e às dificuldades de deslocamento devido a uma forte chuva, dificultara o socorro que poderia ser prestado pelo senhor Antonio:

**Chegô a morrer mulheres?** Ah! Sim! A mãe... a sogra du meu irmão... elis moravam nu Panambi... nu Panambi não na cidade, nu distrito assim.... acho qui é distrito lá né. Na... ao redor di... di... da cidadezinha lá... du Panambi elis... u sítio delis era aqui na Cabicera du Panambi. I... ela ingravidô iii... num pôde tê u bebê... tentaram levá pra Dourados... teve qui voltá du caminho... porque num deu pra í... i ela morreu. Morreu ela i morreu u bebê! A sogra du meu irmão! Num deu pra... pra salvá! Aí depois... aí quando chegô seu Antonio [Japonês] já [havia falecido]... não podia vir aqui buscá seu Antonio. Purqui era chuva. Tinha veis qui chuvia oito dias sem pará! Num deu pra pegá nem seu Antonio i... qui nem levá ela pra Dourados. Aí morreu a alí (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

O senhor Sebastião Rebeque além de mencionar o filho que nasceu na tulha de café, lembra das dificuldades que tiveram com o parto da filha, mesmo contando com a experiência de sua mãe:

Qui u Reginaldo, meu gurí mais véio, nasceu lá na tuia [inaudível]. Parto normal... nasceu im casa! Naqueli tempu num falava di hospital [...]. **Mas aí... veio partera como é qui é?** Veio partera [tosse]. **Ela já era conhecida aqui?** Já era. Já era... minha mãe era partera! **Sua mãe era partera?** Era partera. Só qui aí ela num deu conta. Aí eu busquei mais uma. Num deu conta [inaudível]. Quase morreu [...]. Só teve um gurí [filho] qui nasceu nu hospital... é dois guri. U Reginaldo e a Dinéia nasceu em casa [...]. A Dinéia ainda teve qui buscá partera aí a mãe da Neide qui teve qui pegá [fazer o parto] (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Sem dúvida, os relatos evidenciam os riscos que os partos feitos em casa, mesmo contando com parteiras experientes, podiam trazer para as parturientes. Mas conforme já apontado anteriormente e que também é a tônica dos relatos, não havia muitas opções para as mulheres, sobretudo, as mulheres do meio rural que moravam muitas vezes longe de locais que poderiam oferecer estruturas melhores para os cuidados necessários.

Por outro lado, houve também muitos sucessos nos trabalhos de partos realizados pelas parteiras. O senhor José Neves em seu relato enfatiza o fato de seus seis irmãos, incluindo ele, terem nascidos em casa com ajuda de parteiras contando apenas, com dois

irmãos que nasceram em hospital. Um fato curioso nesse caso, é a forma como ele relata a preocupação do pai em evitar que os filhos testemunhassem o trabalho de parto da mãe:

U véi [pai] ia buscar [a parteira] di noiti assim... num falava assim pra nós não. Nós era piquenu num falava nada [risos]! Eli ia quétim... aí pegava u animal [montaria] lá nu mei du pasto, lá di noiti lá, arriava, subia i ia qui... era... nós morava nu Corgu Seco... i ela [parteira] aqui nu Morro da Balança... [até] lá dá um... uns quatro quilômetru. Ia buscá a... parteira. Aí ficava im casa ela. Ficava im casa i... nós ia sabê dessas coisa só nu oto dia! Nu oto dia... intão tava... tava a muié lá [a parteira] [...]. Mai nós nem via (ENTREVISTA, José Antonio Neves, out/2015).

De certo modo, a partir dos relatos, ficou evidente que o trabalho das parteiras foi predominante pelo menos até meados da década de 1960. A partir daí começam a surgir relatos sobre pessoas nascidas em hospitais o que configura uma mudança na autoridade sobre os trabalhos de parto que começam a ter a presença do médico de ofício, substituindo as parteiras.

As benzedeadas e o farmacêutico “Antonio Japonês” por outro lado, mesmo Itaporã já contando com hospital, em meados de 1970, continuam a ser figuras importantes e com certa preferência por parte dos moradores, sobretudo do meio rural.

Não foi possível precisar quando a autoridade desses (se é que isso aconteceu) fora substituída pela dos médicos. Talvez, nem mesmo as parteiras tenham perdido sua autoridade sobre o trabalho de parto totalmente. Ainda podem ter havido pessoas que preferiram o parto em casa com parteiras de confiança do que nos hospitais com os médicos. Mas isso é um assunto que exige um trabalho de pesquisa que ultrapassa os objetivos dessa dissertação.

Nesse segundo capítulo, além da importância apontada para o trabalho dos agentes da “medicina popular” para os habitantes do meio rural itaporanense, buscou-se analisar as principais estratégias adotadas desde a colonização para efetivar a ocupação dos lotes e iniciar os primeiros cultivos. Com isso, foi necessário ao colono dispender de técnicas que envolveram desde a construção da moradia até a preparação da área a ser cultivada, sem deixar de mencionar a obtenção de alimento da própria natureza. Ao mesmo tempo, ocorreu um fortalecimento do sentimento de comunidade nesse meio rural por meio das relações de reciprocidade e momentos de lazer, sendo cruciais inclusive, para o sucesso da colonização e da agricultura.

Tais experiências irão caracterizar a vida e o trabalho no meio rural itaporanense até a década de 1970, quando se intensificam as mudanças no campo no âmbito da modernização agrícola com a entrada de novos cultivos e do trabalho mecanizado. Mas

esse aspecto, envolvendo as transformações na agricultura local, é tema para o próximo capítulo.

### **3 – DO CAFEZAL AO TRATOR: O TRABALHO COM O CAFÉ E AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA ITAPORANENSE ATÉ A DÉCADA DE 1970**

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, os colonos desde antes mesmo da criação da CMD, na década de 1940, se preocuparam em cultivar produtos visando o mercado. A produção dos lotes foi voltada para a produção de excedentes que pudessem ser disponibilizados para venda na ocasião da visita de compradores.

Mas existiu um produto em especial que se destacou desde o início e que, por sinal, fora fundamental para motivar a migração para a região da futura CMD: o café. As entrevistas destacaram o trabalho com o café de tal forma que foi necessário um capítulo especial para a discussão desse.

Vale adiantar que, além das experiências com a cafeicultura, esse terceiro e último capítulo irá tratar das transformações do meio rural com a modernização do campo iniciada na década de 1960 e intensificada na década de 1970 responsável por profundas mudanças no meio rural itaporanense.

#### **3.1 – A escolha do café**

Apesar da região Sul do antigo Mato Grosso ter sido área com vistas ao desenvolvimento de um campo experimental para o plantio do trigo desde 1923, pelo Ministério da Agricultura (CARLI, 2008, p. 130), a cultura que se estabeleceu com os primeiros colonos da Colônia Municipal de Dourados, desde meados da década de 1940, foi a do café.

O principal obstáculo na questão do trigo foi a indisponibilidade de verbas para a sua implementação em fase experimental. Carli (2008) enfatiza que a desistência de desenvolver o projeto experimental pelo Ministério da Agricultura se deveu ao reconhecimento das autoridades governamentais de que não seria viável para a administração, já que não contava com verbas suficientes. De acordo com a autora

O projeto de cultura do trigo origina-se na década de 1920, com a possibilidade de se desenvolver na área da futura CMD, e décadas depois ressuscita com as mesmas características, porém em área vizinha (CAND) e aproveitando dados informativos anteriores. E finalmente, depois de tantos anos de estudos, chega-se à conclusão de que os governos estadual e federal não dispunham de verbas para investir no experimento (CARLI, 2008, p. 130).

Com efeito, o café foi a principal escolha de cultivo desde os tempos de CMD na região. Para Carli (2008), as experiências com os cafezais paulistas levaram os colonos a optarem pelo cultivo do café na Colônia Municipal:

[...] O fósforo e o machado abriram as “roças” fornecedoras de víveres e os primeiros cafezais. Pode-se dizer que a cultura do café, implementada pelos colonos nordestinos que se estabeleceram na CMD, era uma prática desenvolvida anteriormente no Estado de São Paulo. Muitos dos nordestinos que na CMD se estabeleceram não vieram diretamente do Nordeste, primeiro fizeram suas tentativas de vida em São Paulo, daí sua experiência com a plantação do café [...] (CARLI, 2008, p. 144).

Carli (2008, p. 144-145) também menciona a produção do café no norte do Paraná que, juntamente com a experiência dos cafezais em São Paulo, foram significativas para motivar os colonos a investirem seus esforços, “[...] principalmente onde surgiam as ‘lavouras e mais lavouras’ do café, no que hoje é denominada a região da grande Dourados [...]” (CARLI, 2008, p. 145).

Talvez a experiência do café no Paraná, com o avanço da fronteira agrícola sobre terras que ainda contavam com mata virgem, tenha sido mais motivadora do que os cafezais paulistas, pois de acordo com Serra (1992, p.68), a economia cafeeira paulista entrou em crise em fins do século XIX, “[...] motivada, entre outros fatores, pelo empobrecimento do solo nas antigas zonas produtoras [...]”.

No primeiro volume de *O Café no Brasil*, Telles Junior e Camargo (1953) já chamavam a atenção para os problemas dos cafezais paulistas, mineiros e fluminenses devido ao desgaste do solo: “Os solos dos cafezais paulistas, mineiros, e fluminenses estão à mingua de matéria orgânica, tão necessária quanto imprescindível [...]” (TELLES JUNIOR; CAMARGO, 1953, p. 253). Conforme é apontado nessa obra:

Derrubada, porém, a floresta, tais solos entram numa deterioração de efeitos imprevisíveis. Em consequência das mesmas condições climáticas (temperatura favorável e chuvas torrenciais), a matéria orgânica vai se oxidando e, portanto, consumindo-se. Não há, economicamente, força capaz de alentar essa combustão violenta do solo, que anime o lavrador a mantê-la. A matéria orgânica é a base de sua fertilidade e também o recurso único capaz de evitar que os elementos alcalinos sejam liberados e postos ao sabor da primeira chuva que os arraste às profundidades (TELLES JUNIOR; CAMARGO, 1953, p. 252).

O trabalho de Telles Junior e Camargo (1953) atribui os problemas enfrentados pelos cafeicultores paulistas, das chamadas zonas produtoras tradicionais à forma como se deu o cultivo. Nas palavras de Telles Junior e Camargo (1953), a crise do café paulista é resultado de um “nomadismo predatório” (TELLES JUNIOR; CAMARGO, 1953, p. 475). O nomadismo

predatório a que se referem os autores consistia no avanço sobre novas áreas com florestas nativas assim que o café cultivado nas áreas mais antigas começava a demonstrar queda em sua produção, apontando assim para o desgaste do solo.

Para Telles Junior e Camargo (1953), a falta de manutenção do solo ou de sua adubação sistêmica esteve relacionada à disponibilidade de novas áreas que proporcionavam maiores lucros em terras novas com mata a ser derrubada.

Serra (1992) chama atenção, além do desgaste do solo, para a proibição do cultivo dos cafezais improdutivos em São Paulo. Porém, diante das condições apontadas por Telles Junior e Camargo (1953), não é difícil pressupor que os próprios cafeicultores não estavam mais interessados em continuar com a cafeicultura em São Paulo.

Priori (2012) também faz menção a proibição do plantio do café em São Paulo, juntamente com o desgaste do solo, que foram fatores motivadores para os cafeicultores paulistas buscarem novas áreas como o norte do Paraná:

No fim do século XIX e no início do século XX a extensão dos cafeeiros paulistas atingiu o Paraná. Com o aumento excessivo da produção e da oferta, em 1902 o Estado de São Paulo adotou políticas de restrição da produção do café, proibindo o seu plantio por um período de cinco anos. Em função desse problema, os fazendeiros paulistas optaram em procurar terras no Norte do Paraná, impulsionando a expansão cafeeira no Estado [...] (PRIORI, 2012, p. 93).

Com isso, o norte do Paraná se torna uma alternativa viável para continuar a cultivar o café por meio do lucrativo “nomadismo predatório”.

De acordo com Serra (1992):

Da década de 1930 em diante, quando os novos plantios nas zonas produtoras tradicionais, além de economicamente inviáveis, acabam sendo proibidos oficialmente como medida destinada a equilibrar o mercado, o polo cafeeiro se fixa de vez no Norte do Paraná onde, ao contrário do que acontecia em São Paulo, não havia qualquer restrição à formação de lavouras. A esta altura, fazendeiros paulistas que relutavam em abandonar a atividade, se deslocam quase que em massa para o Norte do Paraná, transferindo para a nova zona produtora toda a experiência armazenada durante seguidos anos no trato de lavouras. Com os fazendeiros, também se deslocam seus empregados que ao se incorporarem à nova frente pioneira vão garantir mercado fácil para a colocação de pequenos lotes, vendidos em profusão pelas companhias loteadoras (SERRA, 1992, p. 71).

Na entrevista com o senhor Reinaldo Doreto este relata uma das formas como algumas famílias tomaram conhecimento sobre os cafezais do Paraná e de como o problema da elevação dos preços das terras que acabou motivando a busca do estado do Mato Grosso como uma alternativa:



Qui tinha nu Paraná tava dando... com tudu o frio... tava dando muito café! Falô: O Mato Grosso tamém... vai dá! É mais retirado do sul... um pouco [...]. **E assim... seus pais chegaram a comentá com vocês assim sobre como qui elis ficaram sabendo das terras aqui do Mato Grosso?** Ah... a genti pegava pelo rádio... a genti tinha um radinho... a propaganda du Paraná! A propaganda du Paraná... das terras do Paraná! Intão... fêis meu pai í pro Paraná! Mais... como a terra já tava um pouco cara... eli resolveu... vim pra Mato Grosso na época. **Então eli chegô a procurá terra no Paraná?** Chegô a procurá terra no Paraná! **Só qui o valor não agradô eli.** Ah não! O valor já tava... muito cara já [...] e aqui no Mato Grosso do Sul... tinha a Colônia Federal... du Presidente Getúlio Vargas... i tinha... era a... Colônia Municipal criada por Fernando Correa da Costa, governador da época. Intão cada pessoa vinha i riquiria u seu lote. Mais quando nós chegamo já não tinha mais lote [para doação] pra essa [CMD] então... meus pais... compraram... um sítio (ENTREVISTA, Reinaldo Doreto, out/2018).

Oportunamente, em meados da década de 1940, antes mesmo da implantação da CMD, algumas famílias de posseiros a exemplo do que ocorria no Paraná também iniciaram o cultivo dos cafezais no SMT. Em sua autobiografia Aurenô Arnaldo Cordeiro (2010) também cita o Paraná como uma referência na época em termos de cafeicultura. Cordeiro (2010) destaca ainda a região do Canhadão (primeira zona de demarcação da CMD) como o lugar em que o cultivo do café já avançava. De acordo com esse:

Havia quase um consenso no pensamento daquelas famílias que aqui estavam: além das lavouras de subsistência, tinha em mente fazerem o plantio do café, motivados pela riqueza e exuberância já alcançada no Paraná, com tal atividade.

Os meus vizinhos já comentavam das lavouras de café que estavam sendo plantadas lá na cabeceira do Canhadão.

Fui encontrando as propriedades do Sr. Sérgio Moura<sup>69</sup>, depois o Sr. José Marques, e mais adiante ainda as terras do Sr. José Bernardes, do Sr. Norberto Soares Rodrigues, conhecido por “Berto” mato-grossense.

Alguns bastante animados já plantavam o café, outras lavouras branca<sup>70</sup> para a subsistência da família.

Estava tudo bonito a onde o café estava plantado.

E tinha aqueles que já esperavam que algumas variedades plantadas viessem a dar colheitas em médias nos próximos três anos, os de plantio mais antigo, e seis anos os de plantio mais novo (CORDEIRO, 2010, p. 29).

---

<sup>69</sup> A família Moura, juntamente com os Rodrigues citados por Cordeiro (2010), é remanescente das famílias apontadas como os primeiros a chegarem na área onde seria estabelecida a CMD (1946), no ano de 1944. Conforme o Perfil Histórico de Itaporã (1996, p. 7) “No ano de 1944 chegaram 7 famílias à região onde hoje é o município de Itaporã, instalando-se próximo ao Córrego Canhadão.

1º Sr. Rogério Moura e Srª Isabel Moura

2º Sr. Inácio Felix e Srª Joaquina Moura

3º Sr. Miguel Moura e Srª Maria Carolina Gimenez Moura

4º Sr. Antonio Camilo Diniz e Srª Maria Licinda Diniz

5º Sr. Januário Rodrigues e Srª Odília

6º Sr. Benedito Pereira e Srª Maria Camilo

7º Sr. Joaquim Rodrigues e Srª Brolínia Camilo”.

<sup>70</sup> De acordo com Motta (2010, p. 276) “[...]; lavoura branca ou cultura de ciclo curto são designações agrônomicas para o plantio de espécie vegetal cujo ciclo reprodutivo varia de 90 a 120 dias”. Essa autora cita como exemplos as lavouras de feijão e arroz.

A escolha do café foi importante, já que: “Tanto anteriormente como paralelamente ao café eram cultivadas outras plantas, mas como uma agricultura de subsistência, com a qual os colonos mantinham suas famílias [...]” (CARLI, 2008, p. 147). Além disso, o café levava em média quatro anos, de acordo com os relatos dos entrevistados, para atingir a maturação necessária para as primeiras colheitas.

O trabalho de Telles Junior e Camargo (1953) aponta para a importância de aproveitar os nutrientes do solo, após a derrubada da mata nativa pois esses com os anos se perderiam em decorrência das chuvas. Nesse sentido, nada mais justo, segundo esse, que os colonos aproveitem os espaços entre as covas com mudas de cafeeiros para cultivar outras plantas:

Quando se faz a derrubada de uma mata virgem, as reservas de nutrientes, então acumuladas à superfície do solo por milênios, são de tal monta que se torna lícito admitir a possibilidade de mais intensiva exploração da gleba. Por isso, alinhadas que sejam as covas e semeado ou plantado o cafeeiro, tornar-se-ia mesmo incompreensível que não se aproveitasse, para outras culturas de curto ciclo vegetativo, a área de solo perdido, e a que se dá comumente o nome de “rua” [...] (TELLES JR; CAMARGO, 1953, p. 479).

Ao ser questionado sobre o que se fazia enquanto se esperava os quatro anos até o café proporcionar as primeiras colheitas, o senhor Inacinho Moura Gimenez destaca o cultivo das plantas consorciadas ao café: “A genti prantava um milho, u feijão, dentu deli [do café] né, purquê... eli tava bem piquenu aí a genti prantava e culhia. Arroiz, prantava tamém” (ENTREVISTA, Inacinho Moura Gimenez, out/2017).

A cultura do café possibilitava o cultivo de outras plantas por seu espaçamento exigido no plantio. Era preciso considerar o tamanho que a planta adulta chegaria, e por isso, até que essa crescesse havia um espaço suficiente para o cultivo de outras plantas como o milho, feijão, amendoim e etc.

Mesmo sendo uma fotografia recente, de um cafezal do século XXI<sup>71</sup>, a figura 25 destaca o espaçamento deixado entre os pés de café formando as “ruas”, como são mencionadas entre os entrevistados, onde oportunamente eram cultivadas outras plantas como feijão, milho, amendoim, dentre outros, que garantiam o mínimo de alimentação possível para os colonos até que o café atingisse a maturação necessária para a colheita.

De acordo com Telles Junior e Camargo (1953):

---

<sup>71</sup> O autor não cita a localização desse cafezal.

[...], é possível admitir-se a plantação de leguminosas, como a de diversos feijões, bem como, de outros cereais, à proporção que o cafeeiro vai crescendo.

Enquanto para os cafezais a pleno sol, geralmente plantados em moitas, o espaço entre as covas permite uma maior exploração, durante 5 e 6 anos, até que os arbustos tomem corpo [...] (TEELES JR; CAMARGO, 1953, p. 481).

Figura 25 - Plantas de café em fase de crescimento.



Fonte: RONCA, Pedro Paulo de Faria. Manejo do Mato: Mudança de paradigma na cafeicultura. **CaféPoint**. 23 de fevereiro de 2007<sup>72</sup>.

Com base nas figuras 26 e 27, fica evidente a necessidade dos espaçamentos entre as ruas de café. Dependendo do espaçamento deixado na época do plantio, com o passar dos anos, na medida em que o cafeeiro atinge uma certa dimensão, não é difícil supor que a manutenção de cultivos intercalares com culturas consorciadas ao café fique impossibilitada.

No entanto, de acordo com Telles Junior e Camargo (1953), as culturas intercalares ao café devem ter seu cultivo suspenso depois de uma certa época, pois essas passam a prejudicar o desenvolvimento do cafeeiro:

No entanto, a exploração do solo com as culturas intercalares tem um limite, não devendo ir além do seu quarto ano de cultivo, mesmo em se tratando de lavoura insolada<sup>73</sup>. Neste regime, como se sabe, os cafezais são de duração efêmera, pois geralmente, nos Estados do Rio e de Minas,

<sup>72</sup> Disponível em: <<https://www.cafepoint.com.br/radares-tecnicos/manejo-de-lavoura/manejo-do-mato-mudanca-de-paradigma-na-cafeicultura-34267n.aspx>>. Acesso em 17/04/2018. Essa imagem foi utilizada aqui apenas para ilustrar o espaçamento entre linhas no cafezal que ainda é utilizado segundo Ronca (2007). Não se trata, portanto, de um cafezal da região de Itaporã.

<sup>73</sup> Telles Jr e Camargo (1953) apontam para dois tipos de cultura do café a “insolada” e a “sombreada”. Na primeira, a “insolada” o cafezal é plantado a “pleno sol”, isto é, a área de seu cultivo não conta com árvores ou arbustos próximos ao cafezal enquanto na segunda, a “sombreada”, junto ao cafezal são plantadas (ou conservadas) arbustos ou árvores que possibilitem uma redução do contato da luz solar com o cafeeiro deixando esse, boa parte do dia “na sombra”.

cafeeiros com 15 e 20 anos já estão definhados e deficitários, não produzindo mais que meio litro de café com côco [sic] por pé, a não ser que lhes ministrem frequentes adubações orgânicas. Já em S. Paulo, devido possivelmente a um maior interesse em conservar o solo humificado [sic], a longevidade produtiva do arbusto costuma atingir a 25, 30 e até mais anos. Por isso mesmo, é lícito conjecturar sobre a pobreza do solo em nutrientes, quando o húmus já foi queimado pela ação dos microrganismos. Neste período atual, que nem de longe pode lembrar o da fartura e o da prodigalidade do solo, nos seus dez primeiros anos de cultivo, o próprio aspecto do cafezal deperecido pelas adversidades é um quadro desolador. O arbusto, de encorpado e volumoso que era, [...] capaz de produzir até 300 arrobas, por mil pés, está transformado agora em “vâras sêcas [sic]”, sustentando, apenas, uma pequena “saia” de fôlhas [sic] miúdas, amarelecidas e encaracoladas (TELLES JR; CAMARGO, 1953, p. 481).

Figura 26 - Lavoura de café da família Moura (início da década de 1950).



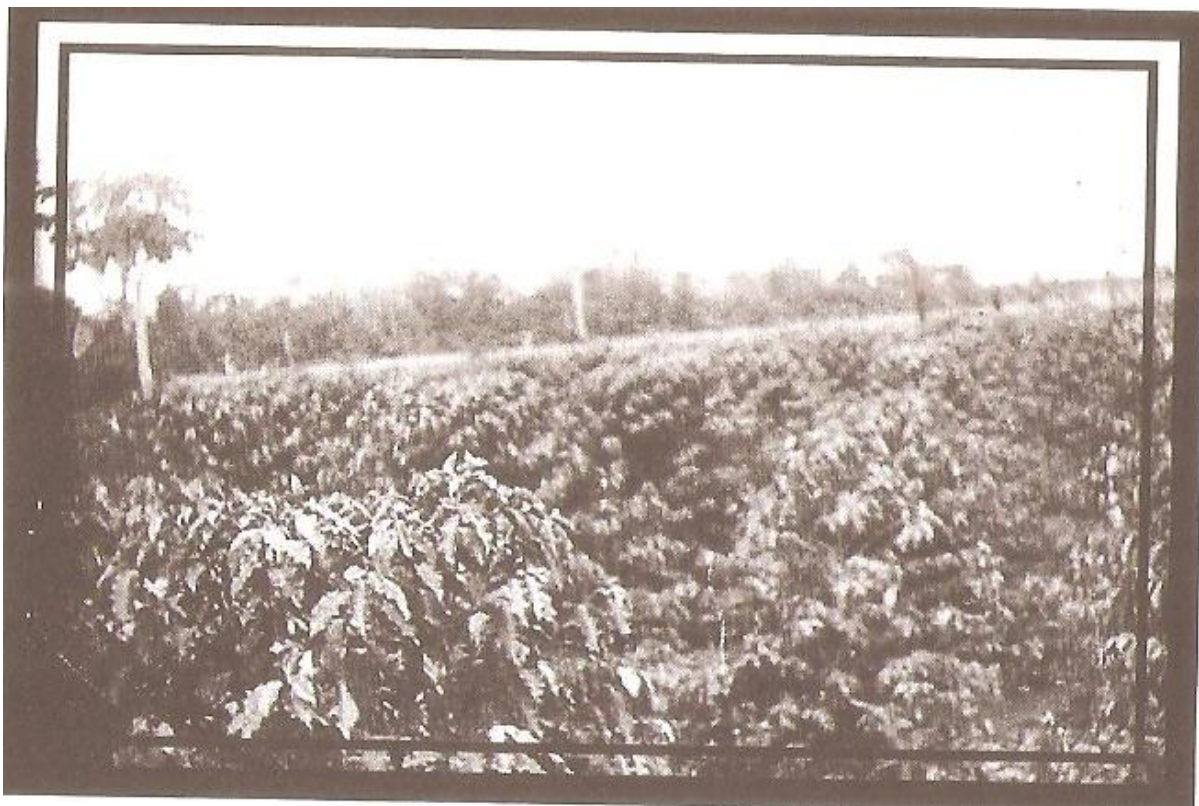
Fonte: CORDEIRO, 2010, p. 30.

De qualquer modo, nas entrevistas não houveram menções a respeito da queda de rendimento dos cafezais da região de Itaporã. Pode-se supor que o declínio da cafeicultura na região, a partir de meados da década de 1960, não teve relação com o desgaste do solo, mas se deu por outros fatores que serão discutidos nos próximos tópicos.

Interessa sobressaltar aqui, a importância da escolha do cultivo do café para o desenvolvimento da agricultura do município de Itaporã. Grande parte das famílias de migrantes que chegaram e se estabeleceram como colonos na CMD ou como sitiante no meio rural de Itaporã da década de 1950 depositaram seus esforços na cafeicultura.



Figura 27 - Lavoura de café de Aurenô Cordeiro em seu sítio, na região do Baixo Sardinha (início da década de 1950).



Fonte: CORDEIRO, 2010, p. 30.

Uma das vantagens que o cultivo do café possibilitava, conforme já mencionado, era a possibilidade de cultivar outras lavouras que não necessariamente poderiam se classificar como cultivos de subsistência apenas, já que, a partir dos relatos, evidencia-se uma preocupação em produzir excedentes. Algumas das famílias de colonos viram no café esse mercado em potencial no período ao passo que outras famílias também apostaram em outras culturas como feijão, arroz e até a laranja, por exemplo.

Com base em dados apontados em uma tabela no *Perfil Histórico de Itaporã* (ITAPORÃ, 1993, p. 40), é possível elencar os principais produtos agrícolas no ano de 1954 em Itaporã: Arroz com 4.483 toneladas, seguido de feijão com 1.448 toneladas; Mandioca com 7.000 toneladas; milho com 7.500 toneladas; Cana-de-açúcar com 4.416 toneladas e laranja com 43.200 cestos.

Não foram encontrados dados nesse perfil histórico referentes à produção do café, mesmo assim, com base nas entrevistas, os relatos evidenciam que muitos dos colonos e

sitiantes aguardavam uma colheita expressiva em 1955, porém, uma forte geada naquele ano danificou profundamente os cafeeiros, impossibilitando a colheita de seus frutos.

De qualquer modo, o café ganhou a preferência dos colonos ao passo que esse, também foi responsável pela existência de dois tipos específicos de trabalhadores: o meeiro e o formador de café. É sobre esses trabalhadores do café que o próximo tópico irá discorrer.

### 3.2 – Formadores e meeiros

Formar um cafezal era trabalhoso. Um colono sozinho dificilmente conseguiria desempenhar tal tarefa de forma satisfatória. Para isso, era preciso muitos braços pois o café desde o plantio até a colheita exigia uma série de técnicas envolvendo trabalhos manuais. Além disso, conforme já discutido anteriormente, muitos dos lotes ainda contavam com boa parte de sua área coberta por mata densa acrescentando assim, a derrubada e “limpeza” do lote antes de iniciar o plantio.

Conforme mencionado no capítulo 2 desta dissertação, os colonos adotaram práticas de ajuda mútua como os mutirões no trabalho envolvendo a preparação do lote que incluía desde a derrubada da mata, aos primeiros plantios podendo seguir até a época da colheita. Entretanto, a formação das primeiras lavouras de café possibilitou o surgimento de outras relações como o trabalho de meeiro e de formador de café.

O senhor Sebastião Rebeque menciona o trabalho do pai e de sua família como formadores de café em São Paulo, antes de migrarem para Itaporã:

Aí meu pai era... comu é qui fala... meieiro di formá café [em Andradina, São Paulo]. **Ah eli trabaivava di meeiro.** É! Aí pegava a terra bruta [com mata virgem] pa formá café. Quando formava cinco anu... aí u patrão pegava. Qué dizê qui [inaudível] era tipu duns iscravo! **U meeiro é assim qui funcionava?** Como? É! Já era o trato [contrato verbal]! Prantava a lavora di café... intão dentru di cinco anu ela já dava umas coieitinha, só qui era fraca. Quando ela vinha dá coieta boa... aí u patrão pegava. Então era meieiro! Falava. Formadô di café! Aqui tamém existia por aqui.... nós peguemu. Nós, us irmão! Pegô dus vizinho! Só qui depois di formado, elis pegava di vorta! Qui aí num tinha... [inaludível] comu si dis... mão de obra... então pro cê formá é mais difici (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

O trabalho como formador de café, grosso modo, consiste no preparo da terra envolvendo desde a derrubada da mata nativa, até o plantio do cafezal e sua manutenção por cerca de pouco mais de quatro anos, quando o cafezal atinge um grau de produção de frutos satisfatório para a primeira colheita. Chegada a época em que o cafezal se aproxima

da primeira colheita, o trabalho do formador é concluído e, assim, seus serviços tornam-se dispensáveis ao proprietário da terra em que se encontra morando como agregado.

Sobre o agregado, é importante esclarecer que o termo é utilizado em referência aos migrantes e famílias de migrantes que se encontravam morando em terras alheias, com base em contratos de trabalho ou de serviços a serem prestados ao proprietário da terra que, no caso aqui analisado, o proprietário referido, era o colono que já contava com lote da CMD. Na definição apresentada por Motta (2010):

Agregado é um trabalhador livre que mora nas terras do proprietário, mas que não faz parte da família nem do quadro de trabalhadores, estabelecendo com o proprietário uma relação de trabalho na qual cultiva as terras mediante acordos previamente fixados, como, por exemplo, dar alguns dias de trabalho ao dono das terras ou mesmo uma parte de sua produção como pagamento em troca da utilização das terras. Por meio desses acordos, esses trabalhadores conseguem uma oportunidade de trabalho e subsistência. Em suma, o agregado é uma pessoa livre, residindo em domicílio de terceiros, que fornece mão de obra em troca de um pagamento não salarial (MOTTA, 2010, p. 20).

Em seu relato, o senhor Sebastião utiliza a frase “era tipo duns iscravo” em referência a relação proprietário/agregado. Claro que há um certo exagero no contexto em que essa frase é enfatizada, pois há muito as relações dos cafeicultores paulistas deixaram para trás as formas escravocratas tradicionais, conforme pode ser verificado em Franco (1983), Stolcke (1986) e Costa (1999). No caso da realidade do meio rural itaporanense da década de 1950, e do período de existência da CMD, nem mesmo a figura do fazendeiro do café paulista serve de parâmetro para comparar as relações de trabalho que se estabeleceram nesse caso.

Além disso, o senhor Sebastião Benites em seu relato, descreve o meeiro e o formador de café como se fossem o mesmo tipo de trabalhador, quando na verdade, se tratavam de figuras diferentes. O relato do senhor Antônio Gregório, evidencia o quanto era tênue a “linha” que marcava a diferença entre o formador e o meeiro:

**Voceis chegaram a ter meeiro assim... pra... ?** Teeeeve! Formador di café... **Formador di café tamém?** É! Formador di café... aqui tinha só nessi sítio nosso aqui tinha... tinha... nossa casa, do meu irmão... tinha du... meu cunhado, formô café tamém aqui... u Dune Rontigali tamém famia deli, tudo. Elis formô café tamém aqui. Lázaro qui era genro du Seu Dune tamém morô aqui formô tamém café assim. Eraaa... formadô di café por seis anu... si falava naquela época, né. **Seis ano?** Seis ano! Intão... era seis ano pa formá i dexá. Aí dexava a lavora. Ou si ficasse... u cara ia pagá a... renda, né. Conformi combinasse. **Nossa!** I naquela época num si usava denfesivu nenhum (ENTREVISTA, Antonio Gregório, jun/2016).

Com isso, fica evidente o quanto pode ser comum confundir ambos, formador e meeiro como trabalhadores em mesma situação. Essa confusão, no entanto, acontece pelo fato de em certos casos, a mesma pessoa que trabalhou como formador também continuar como agregado do colono ou sitiante, proprietário da terra, trabalhando como meeiro.

Em suma, o formador de café tem como tarefa preparar a terra e formar os primeiros cafezais ao passo que o agregado, pode deixar de ser formador para continuar como meeiro, trabalhando na mesma propriedade para o mesmo proprietário:

Nóis tinha... nós tinha cinco família nu sítio nosso. **E como é qui era? Elis morava na... na... ?** Morava tudu... tudu incostado. Fazia as casa tudu mei emendada. Mei perto pur causa das água pa... u poço servia pa tudas família. Naqueli tempu tinha genti... qui aí punha... quem não podia tirá terra... a genti dava a troco du... pa prantá café. Im quatro... im quatro ano sem... sem cobrá nada. U cara tirava arroiz, feijão, milho... pra... i pra... deixava u café pra genti. Aí depois u café formava a genti dava u café... a meia pra elis... pra elis tocá. Tocá com a família. A uma porcentagi... e aí aqui tinha genti aí... isso começô im cinquenta i cinco [1955]... cinquenta i um [1951] começô juntá genti tudos... cada sitio tinha cinco, seis família (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, out/2018).

Conforme o trecho do relato do senhor Joaquim Moura, acima citado, as famílias de formadores de café, com o cafeeiro quase pronto para as primeiras colheitas, nem sempre deixavam o lote do colono proprietário pois esse, também poderia requisitar a continuidade dessas famílias em seu lote na condição de meeiros.

Com isso, se enquanto eram formadores, os agregados tinham total liberdade para desenvolver e colher algumas lavouras no lote do colono proprietário em troca de desenvolver o cafezal para esse, agora, como meeiros esses se viam na obrigação de dividir tudo o que produziam no lote, principalmente o café. No caso do senhor Joaquim Moura, sua família exigiu apenas a metade do café produzido pelos meeiros, mantendo a liberdade desses, de cultivarem outros produtos para o consumo próprio, desde que não prejudicasse o cafezal.

O trabalho de meeiro, por vezes, também poderia se estender para outras culturas além do café, conforme mencionado anteriormente. O próprio agregado por vezes é mencionado como “empregado” ou como “peão” do colono ou do sitiante, o que não é correto, já que não houve menções a respeito de trabalho assalariado na época a partir dos relatos dos entrevistados. O senhor Inacinho Gimenez, por exemplo, menciona um agregado da família que, assumindo o trabalho como meeiro, dividindo literalmente ao “meio” tudo o que produzia no lote da família, também gozava de algumas vantagens como:



morar na casa da família, consumir o alimento junto a essa e outras coisas como o benefício das roupas limpas:

**Como qui funcionava essa “meia” [meeiro] assim?** Essa foi... a mãe qui dava pu pião... ropa lavada e a comida né. Cama, ropa lavada... i u qui eli coiesse... suponhamos: coieiu... quarenta saco di feijão... vinte era deli i vinte era nosso. Eli coieiu... déiz carro di milho... cinco era deli i cinco era nosso. Num tinha comu pagá u pião! Intão a genti dava comida i... [...]. **I eli morava ondi? Morava...** Morava im casa (ENTREVISTA, Inacinho Moura Gimenez, out/2017).

Sobre esses agregados, não foi possível avançar muito a partir das entrevistas, entretanto, o relato do senhor Inacinho traz evidências de como para alguns o primeiro ano como agregado poderia ser difícil, já que as despesas com a viagem eram acrescentadas como dívidas a serem pagas por esses às pessoas responsáveis por sua viagem:

**Como qui era u nomi deli u... senhor lembra?** Era... Antônio Flor. **Antonio Flor.** É! Veio du Ceará. Veio naqueli caminhão di... **Pau de Arara?** Pau di Arara... u Raimundo Costa, finado Raimundo Costa qui trazia. Intão... Um anu... elis tinha di trabaiaá pa pagá a viagi. Aí nu oto anu eli já podia trabaiaá pa quarqué um. E essi anu qui elis trabaiaava pa pagá a viagi... eu lembro qui u nosso sítio era... embaixo u du Raimundo Costa era im cima. A comida delis mais era mamão. Tudú ciarense [inaudível]. Comida maior era mamão (ENTREVISTA, Inacinho Gimenez, out/2017).

De todo modo, o tipo mais comum mencionado nas entrevistas de agregado era aquele que vinha com família e se estabelecia em lotes de colonos como formadores de café, e posteriormente com o café formado, como meeiros. O trabalho de Carli (2008) através de um mapa apresenta a disposição desses, os agregados, em um lote da CMD:

Figura 28 - Disposição de um lote da CMD com base em Carli (2008).



Fonte: CARLI, 2008, p. 135

Com base na figura 28, é possível identificar a área das instalações dos agregados e do colono próximas umas às outras, e também, quando existia, da casa de engenho. Também é possível identificar partes do lote denominadas como espigão, considerada a área de terra mais rica, geralmente onde preferencialmente o café era cultivado e o brejo, a área de “terra fraca”, conforme os relatos denominam, onde culturas como o arroz são mais produtivas.

A partir dos relatos pode-se pressupor que essas famílias que se colocavam na condição de agregados não chegavam à região para essa função. O que na verdade elas buscavam eram terras disponíveis para que esses também pudessem produzir e se tornarem proprietários. Devido às dificuldades encontradas para conseguir um lote, já no primeiro ano de chegada, muitas famílias aceitaram trabalhar para os colonos já assentados como agregados até a liberação de novas áreas para colonização ou, quando possível, uma eventual venda de lote. Vale destacar o caso do senhor Nelson Brito, que em seu relato menciona ter comprado um lote na região com o trabalho como formador:

**Formador? É! Como qui era?** Derruba u mato i... pranta! Cê pega pur quatro anu pa ganhá pur cova ou cê pega pur seis... sem ganha nada. Mais u qui cê tirá é teu. Iii... nós conseguimos comprá um sitiozinho muito piquenu... toquei im sessenta i um [1961]... im sessenta [1960] deu uma giadinha até boa... aí cabô com a carga di sessenta i um qui era seis anu... esperava colhê um mil i duzentos [1200] saco num colhemu nem duzentos (ENTREVISTA, Nelson Ferreira Brito, nov/2015).

Perguntado sobre possíveis vantagens do trabalho como meeiro, o senhor Nelson enfatiza que alguns desses, com o trabalho no cafezal, puderam, com isso, adquirir lotes:

**Mais... dava pra tirá alguma coisinha... ?** Ah naquela época dava porque... valor da época eli... compensava né. Tinha muito meeiro. Aqui memu si tocava café nego comprava sítio! **Comprava sítio.** É! Só qui na época num tinha essi... essi juro alto qui tem hoji... essas coisera. Intão... hoje u juro é dimais. Intão... tem muito meeiro nosso memu qui comprô... comprô sítio (ENTREVISTA, Nelson Antonio Florêncio, nov/2015).

Ao mesmo tempo, em seu relato o senhor Nelson ressalta que os lotes na época quando eram vendidos, tinham valores baixos em comparação com o período atual.

De certo modo, a região da CMD ofereceu grandes atrativos como os valores baixos dos lotes, e principalmente, a fertilidade do solo que podia ser atestada já na década de 1950, com os cafezais em fase de colheita.

Por essas razões não é difícil supor que as famílias que aceitaram se estabelecerem na região mesmo como agregados de outros colonos também aspiravam se tornarem cafeicultores. Plantar café já era o objetivo de muitas das famílias no fim da década de 1940,

conforme relato do senhor Ramão Jara, que enfatiza a força que o cultivo foi tomando a partir dessa época com os primeiros plantios:

E aí começô u café! Aí veio u prantio du café! Aí entrô um pratio du café. Entrô i entrô forte memu! Iguar hoje u soja! Quando começô u soja! Aí entrô u prantio du café... tudu mundo café, café, café, i derrubava u mato, i só café. Aí foi, foi, foi, só nu café! Mais sempri a turma prantava um poco di arroiz, milho, intão... cê ia continuanu, prantava nu mei du cafezar (ENTREVISTA, Ramão Jara, abr/2011).

Sendo assim, se por um lado o café motivou a migração de muitas famílias para a região da CMD, por outro, foram os agregados na condição de formadores e meeiros que, de certa forma, fizeram a diferença possibilitando, assim, o desenvolvimento e predomínio da lavoura cafeeira no meio rural itaporanense, pelo menos, até a década de 1960.

### 3.3 – O trabalho com o café

O trabalho com o café era feito todo de forma manual e exigia uma série de técnicas e cuidados especiais. Nas entrevistas boa parte dessas técnicas foram mencionadas. Além disso, a forma como se dava o trabalho desde o plantio até a colheita reforça a necessidade do emprego de um grande número de trabalhadores.

O senhor Nelson Brito descreve a técnica de plantio do cafeeiro mais utilizada desde a década de 1950, na região da Colônia Municipal, que consistia na semeadura diretamente na cova:

**Como qui funcionava u cultivo do café assim?** Ah... primero ocê... cê derruba u mato! Derruba... toda arvi fica u gaiado i ocê já tem qui cortá... leva pareio... num pode deixá. Tudú di dois metro. Purque cê tem uma correnti... cê pega uma correnti grande i sai marcanu nela di quatro im quatro metro qui é a distancia... du... du café qui cê vai prantá né. Di quatro im quatro metro. Aí cê... pega uma vara di quatro metro... ou duas... infinca lá numa ponta, i infinca aqui. Aí cê ponha a vara dali outro puxa lá... sai us da inxada marcanu. Cê põe uma praquinha assim di quatro im quatro metro... marcanu u lugar da cova. [...]. Intão... cê fazia a cova di vanga [cavadeira] pur vanga i meia... i pur vanga di fundura. I aí já dexava... bem nu meio cortadu... sem tirá a terra. Pra quando for prantá cê passava um pau assim... tirava a terra i prantava café alí. Nessas artura tinha qui tê seis [inaudível] di mei metro qui era pra tampá a cova. Aí conformi... cada chuva qui dava cê tinha qui limpá tudu num podia terra nem... nem folha. Purque sinão entra inseto i comi alí... estraga u café. E alí qui as cobra morava! Quandu eli arcança a maderá... cê tira... dois ou três i... põe um di trabiceiro com us otro im cima para eli ficá mais aberto. Mais nunca aberto di tudu (ENTREVISTA, Nelson Ferreira Brito, nov/2015).

Conforme o relato do senhor Nelson Brito, após a “limpeza” do terreno para iniciar o plantio, era preciso delimitar as posições das covas onde seriam plantadas as sementes dos cafeeiros. O trabalho de Telles Junior e Camargo (1953) aponta para os benefícios que essa técnica possibilitava ao desenvolvimento do cafeeiro:

**Semeadura direta nas covas** – Êste [sic] sistema oferece reais vantagens sôbre [sic] os demais, quando feito no devido tempo, isto é, quando tôdas [sic] as condições ecológicas podem facultar uma boa germinação: - chuvas propícias, calor necessário, etc. As vantagens mais apregoadas consistem em que, abertas as covas, com certa antecipação de meses, as sementes serão depositadas numa terra fôfa [sic] e oxigenada, bastante decomposta, e onde as novas plantas encontrarão tôdas [sic] as boas condições de umidade e calor, desde que as covas sejam convenientemente fundas (cerca de 0,35 a 0,40 cm de profundidade). A semeadura direta impede, como é óbvio, qualquer traumatismo no sistema radicular [...] (TELLES JR; CAMARGO, 1953, p. 394).

O senhor Nelson Brito, conforme relato citado anteriormente, menciona que era preciso aguardar o crescimento do cafeeiro até ele “arcançá a madeira”. Isso porque era feito uma espécie de proteção da cova com uma armação com gravetos ou pedaços pequenos de madeira. O senhor José Neves também menciona essa técnica em seu relato:

Aí cê ponhava um pauzim. Essis pauzim aqui ó... até im antis deli saí nu buraco né. Aí cê ponhava uns pauzim assim ó. Mei aberto assim ó. Assim... otro aqui ó... otro aqui ó... outro aqui... otro aqui... ó. Até chegá aqui. Aí dexava. Aí quando u pezim di café tava querenu... pegá um solzim... aí cê tirava u pauzim. Dexava us pauzim fora... dechava... aqui ó. Dois pezim aqui i alí. Di vêis in quando cê limpava dentru (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Durante a entrevista mesmo descrevendo de forma detalhada através de gestos como era essa técnica, não ficou muito “visível” como era a proteção de madeira feita na cova do cafeeiro. Entretanto, o trabalho de Telles Junior e Camargo (1953) descreve a mesma com a ajuda de uma ilustração que lembra uma arapuca (Figura 29).

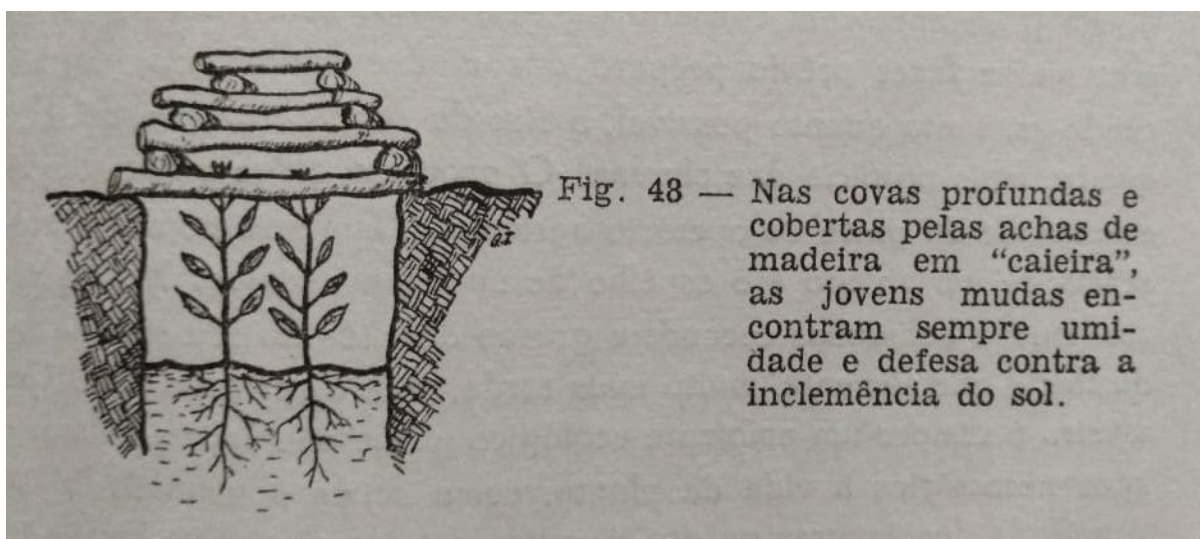
De acordo com o estudo de Telles Junior e Camargo (1953) essa técnica é mais comum nas lavouras insoladas, em que o cafeeiro jovem fica mais exposto às adversidades do tempo e da luz solar, além de garantir a umidade nos períodos mais secos:

Tais covas desde que cobertas com achas de madeira, são uma segurança às jovens plantas: 1º) porque garantem a umidade, mesmo nos períodos mais secos do ano; 2º) porque protegem as mudinhas contra o sol, os ventos frios e os calores excessivos. Nas lavouras sombreadas, porque as mudas são naturalmente protegidas pelas copas das árvores, torna-se desnecessário o emprêgo [sic] das arapucas de achas de madeira. Tais covas deverão ter cêrca [sic] de 40 cm de profundidade pro 20 cm de largura e 35 cm de comprimento. Colocada que seja uma camada de terra

humificada [sic] no fundo (duas enxadadas da terra gorda da superfície), as sementes deverão ser dispostas a 30 cm de profundidade (TELLES JR; CAMARGO, 1953, p. 395-396).

Ainda assim, com base nas informações das entrevistas e no trabalho de Telles Junior e Camargo (1953), era preciso considerar outro problema: a germinação da semente. Com isso, optava-se por plantar mais de uma semente por cova a depender do próprio cafeicultor a quantidade. Sendo assim, era possível depois do início do crescimento dos cafeeiros prosseguir com o desbaste ou desbrota em que eram “escolhidas” as plantas, como Telles Junior e Camargo (1953) se referem mais “robustas” para permanecer na cova.

Figura 29 - Ilustração de como era feita a cova para a semeadura do café.



Fonte: TELLES JR; CAMARGO, 1953, p. 395.

Ainda havia as covas “falhadas”, ou seja, as covas em que o cafeeiro não nasceu e por isso era preciso seguir com o replantio nas mesmas, conforme o senhor José Neves descreve: “Essi aqui tava faiado... aqui morreu... aí cê... fazia uma covinha aqui, outra veis ó, fazia uma covinha aqui ó... quadradinha... quadradinha assim ó... era assim ó... só qui era fundo ein! Aí cê prantava. Dois pezim di café” (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Depois de concluído o plantio do café era preciso seguir com o plantio de outros cultivos em meio as ruas do cafezal e, por conseguinte, era a vez da enxada entrar em ação e fazer a capina das plantas indesejadas que poderiam afetar tanto os cultivos em meio ao cafezal como, também, o seu desenvolvimento, o que evidencia a rotina de trabalho das pessoas envolvidas com o café:

Assim... cada um tinha um taião [talhão] né, nós das veis tinha assim ó [desenhando um retângulo no chão] mil [1000]... mil i duzentus [1200] pé di café aqui ó... era qui nós cuidava essi aqui, depois tinha um carriadó nu mei aqui depois outro tinha uma [inaudível] [...]. Dia intero! Era dia interu! Carpia... ocê terminava lá assim essi quadro aqui ó... quadrim aqui ó [inaudível] começava carpí... carpí... carpí, aqui ocê chegava terminava aqui ó. Quandu ocê terminava aqui... cê já tinha di vortá aqui outra veis. **Nossa!** Parava não, ein (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

A colheita era outra etapa que exigia muito trabalho conforme menciona em seu relato, o senhor José Neves:

No café era duro ein! Café ein! [...]. U café daí panhava u café, rastelava [...]. Aí ia ca penera! Bananu i ponhanu nu sacco u café. Saco... aquelis sacco di coronel qui falava... já vem cum barbante. Aquelis sacco di... di... di... di panu memu. Pano branco. Aí [inaudível] banava, rastelava, fazia rastelá [...]. Tirava a palha du café jogava em cima daquela lêra... num tinha nada, num tinha mais feijão alí. Aí vinha ca penera bananu... aí ficava uns... uns sacão nu mei du café assim ó. Nu mei da lêra. Aí... cê dechava a carroça aqui... ia é... carregando. Com a carroça (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Conforme o relato acima, a colheita envolvia uma série de processos envolvendo trabalhos manuais desde a colheita no cafeeiro até a sua armazenagem. Depois de colhidos e ensacados os grãos eram levados até o terreirão (Figuras 30, 31 e 32). Nesse local o café era despejado e colocado em processo de secagem, processo que também seguia uma série de técnicas com trabalho manual:

Depois ponhanu lá nu terrerão. Lá pertu di casa assim u... terrerão né... terreno di cimento assim. Aí ficava mexenu, secanu neli. **Ah... vocês memu qui secava?** É! Aí... juntava... tava seco... u pai via qui tava seco... aí nós carregava pa tuia. Assim. Aí ia dispejanu lá dentru! Um barracãozim né [...] aí inchia u bicho (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Vale ressaltar que, para esse processo, - e também para a colheita - eram necessários períodos de estiagem para evitar a umidade excessiva que poderia prejudicar os grãos. Depois de secos, os grãos de café eram colocados na tulha (figuras 33 e 34), normalmente a granel, caso a tulha contasse com bicas para facilitar seu ensaque quando da venda desse.

É! Era tudu insacado! U caminhão ia busca lá [...]. Aí nós tirava da tuia né... assim a tuia... era mei arta né. [...]. Aqui cê fazia uma janelinha [mostrando como fazia a bica para tirar os grãos]. Aí quem... insacá era só... ponhava aqui ó... a boca du sacco... inchia... inchia [...]. Tinha uma bica aqui... otra lá [...]. Pra cê num ficá... peganu na lata. Qui nem lá nu terrerão... nu terrerão pa tuia. Aí lá ocê tinha di... fica ponhanu na lata né. Já da tuia não. Da tuia já tinha a biquinha! Intão... todo mundo fazia uma biquinha [...]. Inganchava alí u sacco... abria... schhhhhh [fazendo o barulho dos grãos caindo no sacco]! Caía... quando u bichim inchia na boca... aí ponhava lá... aí tinha a

balancinha, ia pesanu na balancinha. Saco por saco! Sessenta quilo... sessenta quilo... sessenta quilo [...]. Só qui a balancinha era assim... pegava assim... pesava u com... quatro saco. Mais era costurado. Lá nu... pai pesava já... u saco aberto. **Ah é?** É! Pegava di lá, já ponhava na balança. Sessenta quilo deu! Aí tirava aqueli i ponhava assim ó... a paredi daqui... ia fazenu fileira assim ó. Quatro filêra assim ó. Uma filêra aqui otra aqui. Aqui já tava pesadu aí... ia só custuranu. Aí u caminhão mais tardi vinha buscá (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Figura 30 - Café em processo de secagem em terreirão. Município de Itaporã, década de 1960.



Fonte: ITAPORÃ MS: O Povo Contando Sua História. **Facebook**. 08 de maio de 2018.

Atualmente, é muito difícil encontrar partes dessas estruturas, como a tulha ou o terreirão de café no meio rural de Itaporã. Boa parte delas foram desfeitas e só podem ser testemunhadas a partir dos relatos de quem viveu na época, ou em fotografias, como algumas que estão disponíveis no *Facebook*, no perfil *Itaporã MS...* (Figura 31).

A tulha e o terreirão, com base nas entrevistas, eram estruturas cruciais para o trabalho com o café. O café só era vendido seco e na maioria das vezes era preciso esperar por melhores preços, ou até eventuais visitas de compradores, por isso a importância de ter um local adequado para sua armazenagem.



Figura 31 - Terreirão para secagem do café construído em inícios da década de 1950 pela família Nonato em sua propriedade.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador de janeiro de 2018.

Figura 32 - Terreirão e tulha construídos pela família Nonato para armazenagem do café.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador de janeiro de 2018.



Figura 33 - Abertura para armazenagem de grãos em tulha da família Nonato construída no início da década de 1950.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador de janeiro de 2018.

Figura 34 - Abertura (bica) feita na tulha para a retirada dos grãos armazenados a granel.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador de janeiro de 2018.

O senhor Everaldo José de Souza, em seu relato, destaca inclusive o trabalho do pai no comércio do café, ganhando comissão com a compra do grão diretamente dos produtores. O entrevistado destaca ainda que foi preciso negociar uma “representação” na época para atuar no comércio do café do meio rural itaporanense:

A cultura qui predominava era o café! E... meu pai como era bastante relacionado... meu pai conseguiu... uma representação do... falecido Antônio Tonani e seu José Floriano de Freitas im Dourados... i eli comprava café ganhando comissão (ENTREVISTA, Everaldo José de Souza, ago/2018).

Sobre o trabalho dos compradores de café no meio rural itaporanense os relatos apontam para os procedimentos de classificação que esses faziam já no terreirão antes de estabelecerem um preço para o produto:

Aí us compradô ia... passava assim... na... na sua... na... na... na sua sedinha lá... aí tirava u café... ponhava lá nu terrorão lá... pegava mei tijolo... quebrava... pa vê u... u tipo du café... si u café era bom ou não [...]. **Classificavam u café?** É [...]. Us comprador era assim. Já pegava seco! O muito ia com a botina memu... fazia assim ó [pisando no chão como se tivesse amassando um grão de café]. **Pisava em cima.** Aí elis banava alí... elis olhava u tipo. Elis olhava u tipo du café. Si... si tinha aquela di... xoxim... um carunchim... tudu. Aí eli falava assim: Eu pago tanto... na... na bolsa. Era... sessenta quilo [peso padrão da bolsa de café]! I um... naquela tempo... eu pago um real [usando a moeda atual [2015] como parâmetro de exemplo]... aí tinha otros já... falava assim: eu... eu pago um... um i dez. U outro já dava... é... eu pago um i doze. Aí quem achava u comradô qui era... vindia. **E era bom u preço será seu José?** É... era dessi geitu. Oitenta centavu inda... desdi u tempu di oitenta centavo (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

A classificação conforme descrita pelo senhor José Neves era feita de forma a se estabelecer um preço para o grão com base nas qualidades que esse apresentava e cabia ao proprietário do café aceitar o preço ou não. Em caso de muitos compradores, conforme o relato do senhor José Neves, o comércio se assemelhava a um leilão onde quem pagava mais levava o produto. Evidentemente a situação mencionada no relato do senhor José Neves está relacionada a períodos em que o café contava com grande procura, períodos que com base apenas nas informações das entrevistas fica difícil precisar.

De todo modo, o café teve por longa data mercado garantido. Segundo as entrevistas, sempre apareciam compradores. Isso o diferenciava dos demais produtos como o milho e o feijão por exemplo, em que o comércio era menos movimentado.

Em edição comemorativa, o jornal O Progresso publicou dados a respeito da produção agrícola de Itaporã que ajudam a ter uma ideia dos números referentes a produção de café e outros cultivos no início da década de 1960 (figura 35).

Figura 35 - Recorte do jornal O Progresso, com dados referentes à produção agrícola de Itaporã em 1964.

6a página

## Retrato de Itaporã...

Continuação da 5a. página

Agricultura: produção estimada.

|        |                          |   |   |
|--------|--------------------------|---|---|
| Arrôz  | 5.761.900 quilos em 1962 |   |   |
| Feijão | 2.735.460 «              | « | « |
| Milho  | 10.502.100 «             | « | « |
| Café   | 8.500.000 «              | « | « |
| Trigo  | 115.000 «                | « | « |

Produção estrativa: Madeira em tóra em grande quantidade, herva-mate, etc.

Minerais: Argila para fabricação de tijolos e areia para construção de casas.

Fonte: O PROGRESSO, 1 dez. 1964, p. 6.

É importante considerar que parte da produção de arroz, feijão e milho, sobretudo, estava sendo cultivada consorciada ao café devido ao espaçamento entre as plantas conforme já mencionado nesse capítulo anteriormente.

Voltando a questão do comércio envolvendo o café os entrevistados que mencionam a venda do café relatam que era comum o comprador enviar caminhões para buscar nos sítios o café negociado. Na entrevista com o senhor José Neves não ficou claro quais eram as máquinas a que se referiu. De qualquer modo, cabe destacar em sua entrevista a menção a um armazém em Itaporã a que era destinado parte do café produzido no município, armazém que continua em funcionamento, porém, agora para atender a produção de soja e milho:

Intão... aí... vinheru cas máquina delis aí... ca máquina delis... **Tinha máquina aqui?** É! Alí... ali... alí a... Parati [armazém] é du tempo du café. **É du tempo du café?** Aqueli... primero barracão era. I era tamém... era... tudu insacado. **Era tudu ensacado né?** É! Era tudu insacado! U caminhão ia busca lá. **O caminhão ia?** É [inaudível]. Aí nóis tirava da tua né (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

Para o carregamento do café conforme já mencionado era necessário retirar o grão da tolha em sacos e, com a ajuda de uma balança, aferir o peso desses para estabelecer uma quantia. Alguns optavam por encher primeiramente os sacos com a ajuda da bica na tolha e costurar logo em seguida deixando a pesagem para o final. Outros pesavam o saco após enchê-los para, em seguida, finalizar com a costura desses como, por exemplo, fazia o

pai do senhor José Neves conforme relato anteriormente citado. Depois cabia ao transportador destinar a carga ao armazém.

Na entrevista com o senhor Nelson Florêncio esse também menciona o destino do café da família para o mesmo armazém em que também era o comprador que ficava responsável pelo transporte terceirizando o serviço:

**Vocês vendiam pra quem u café?** A genti vendia pro... pro Mané Joaquim. **Mané Joaquim?** Ondi... ondi é a parati hoji alí. **Ah tinha um armazém... u armazém já existia.** É... era ali. Mané Joaquim. Quem comprô muito café naquela época era eli. **Eli vinha buscá?** Vinha cum fordim. **Ah é?** É! Eli vinha buscá [inaudível] vinha busca tamém. Eli tinha um fordim seisentus i oito [caminhão Ford modelo 608] vinha... carrega café aqui levava pra lá [...]. Família du Lopes. Elis tinha tinha um caminhãozinho i vinha... vinha buscá café da região aqui e levava pu Mané Joaquim. Lá elis pegava... beneficiava aqui [em Itaporã] i levava pa São Paulo [...]. **E o preço na época era bom?** Rapaiz num tô lembrado do preço da época não! Era cruzeiro na época... num sei quantu valia não (ENTREVISTA, Nelson Antônio Florêncio, set/2015).

Conforme mencionado anteriormente, os valores do café são difíceis de se precisar a partir das entrevistas. A maioria não se lembra dos preços da época e preferem não deduzir um valor aproximado ou possível para a época. No caso do senhor Nelson Brito, que inclusive cita uma cafeeira em Dourados na época e mesmo não tendo exatidão quanto aos valores do café, aponta para a “ingenuidade” de produtores como seu pai, que na época não contavam com nenhum meio de informação confiável, ficando refém dos valores definidos pelos compradores:

lii... aí im Dourados já tinha... as cafeeira lá... aí vindia. Era tudu... cê discascava u café, u montão di café i pesava... pesava i discascava... pa vê quantu dava di renda. Qui aí é qui dava u valor nu... nu preço du café. U... café bom dava até vinte um di renda, pur saco. U saco di café... é seis litro, pesa quarenta quilo. Intão teria qui dá vinte i um quilo... di café limpo. Tudú café [que fosse] torto, furado, i desse broca era... desvalorizado na mercadoria [...]. **Mas aí... essis compradores elis... elis vinham na fazenda... nu sítio ou elis... ?** Não cê... cê levava amostra di café lá i as veis elis vinha atrais tamém né! **Ah é?**É! Intão tirava amostra falava: vale tanto. I aí fornecia a sacaria... cê insacava i u caminhão buscava. **I... u senhor assim... naquela época o senhor acha qui era... era um... valor bom... u café rendia?** Ah a genti num sabia muita coisa não! A genti vivia num mundo iscundido. Arguém lá... puracaso qui tinha um rádio, nu mais cê num tinha nada cê... muitas veis u papai memu era mestre di olhá nu céu di noiti i vê qui hora qui era (ENTREVISTA, Nelson Ferreira Brito, nov/2015).

Na visão do senhor Nelson Ferreira Brito, é possível que alguns dos compradores tenham manipulado os preços, ou até mesmo o processo de classificação dos grãos para obterem vantagens às custas do produtor. O senhor Nelson enfatiza a “ingenuidade” de produtores como seu pai, tendo em vista que esses não tinham meios eficazes ou seguros

para obterem informações, citando inclusive o único meio do pai ter conhecimento das horas do dia e da noite, que era a partir da observação do céu.

De fato, é necessário todo um estudo a parte para entender, e até estabelecer se existiram realmente manipulações dos valores por parte dos compradores de café, possibilidade essa, que foge à alçada dessa dissertação.

Contudo, a partir das observações aqui feitas, fica evidente a importância de se ter um grande número de pessoas vivendo no meio rural. O café, durante seu período de predomínio, entre as décadas de 1950 e 1960, foi responsável por empregar grande parte da mão de obra disponível no campo, garantindo ainda, que parte desses trabalhadores se tornassem proprietários posteriormente, sobretudo, considerando os agregados que conseguiram desfrutar de boas colheitas, mesmo tendo que dar parte dessas como forma de “tributo” ao proprietário dos lotes em que estavam.

### **3.4 – As geadas e o declínio do café**

O cultivo do café foi predominante na região de Itaporã na década de 1950 e meados de 1960. As geadas são apontadas de forma unânime nas entrevistas como responsáveis pelo declínio do café a partir desse período. Entretanto, é necessário considerar outras variáveis que possam ter levado a isso.

A partir das entrevistas, foi possível verificar de forma recorrente e até comum, a ocorrência de geadas na região: “Era direto! Giada aqui era mei direto! Tempo as veis produzia u café i... outro tempo... giava i queimava uma parte du café, ou du lado, otra veis produzia um poco. Aí... isso aí veio tocando, coieu muito café naquela época” (ENTREVISTA, Antônio Gregório, jun/2016).

Apesar das menções a respeito de geadas ocorridas durante a década de 1950 e 1960, os relatos apontam para a insistência de meeiros e/ou cafeicultores com o cultivo do café. De acordo com os entrevistados, mesmo quando uma forte geada atingia o cafezal, depois de certo tempo, esse se recuperava por meio da brotação: “Vorta i meia... aqui giava muito naquela época, era muita giada. Aí... u qui aconteceu: Giava... aí elis vinha imbaxo... cortava, serrava u... u pé du café, aí vinha broto. Aí vinha broto du café” (ENTREVISTA, Mario dos Santos Nonato, nov/2017). Nesse sentido, não era necessário arrancar os cafezais atingidos, pois ao cortar a planta em uma certa altura, a mesma brotava novamente dispensando um replantio.



Mesmo assim, é preciso considerar as perdas devido a impossibilidade da colheita devido a queima das plantas pela geada. Telles Junior e Camargo (1953) descrevem o cafeeiro como um vegetal sensível a variações acentuadas de temperaturas. Por isso mesmo, nessa obra, Telles Junior e Camargo (1953, p. 309-310) recomendam o cultivo de lavouras sombreadas, isto é, plantações de café intercaladas a plantas de grande porte ou em meio a florestas por entender que essas protegem o cafeeiro não apenas do excesso de luz solar, como também, dos ventos que, sobretudo, quando ocorrem quedas de temperatura prejudicam o desenvolvimento desse vegetal.

[...]. Conforme suas exigências, o cafeeiro não suporta temperaturas inferiores a 5°C, por largo espaço de tempo. Como é do conhecimento de todos os lavradores, quando o termômetro desce abaixo desta mínima, o cafeeiro começa a sofrer, máxime quando há formação de geada. As geadas se formam, principalmente, nas baixadas, apesar de serem sempre as terras altas, em regra geral, mais frias, por estarem mais expostas aos ventos [...]. Como é sabido, o ar quanto mais frio, tanto mais pesado, razão porque procura sempre as camadas inferiores da atmosfera, resultando daí a sua acumulação nas baixadas (TELLES JR; CAMARGO, 1953, p. 308).

O estudo de Telles Junior e Camargo (1953) caracteriza as geadas em dois tipos: a geada branca e a geada negra. Sobre a primeira essa se origina da seguinte forma:

Quanto mais aquecido fôr [sic] o ar, maior será a quantidade de umidade que êle [sic] poderá conter. Ao se processar, por exemplo, o resfriamento noturno, a umidade que o ar continha, devido ao calor diurno, se precipita sobre a terra e sua vegetação, formando o orvalho. Se a temperatura continuar a baixar, as gotículas então se congelam, produzindo-se a *geada branca* [...].

Em noites encobertas, ou de ventos mais ou menos fortes, não há formação de orvalho e, portanto, não há perigo da geada branca, mas o frio, por si só, pode chegar a matar a planta [...] (TELLES JUNIOR; CAMARGO, 1953, p. 308 [grifo do autor]).

Os danos ao cafeeiro em decorrência da geada branca são menores se em comparação com a geada preta. Aprofundando um pouco mais a análise de como ocorre as geadas, de um modo geral, a partir de Telles Junior e Camargo (1953), fica mais latente os problemas que as mudanças acentuadas de temperaturas trazem ao cafeeiro:

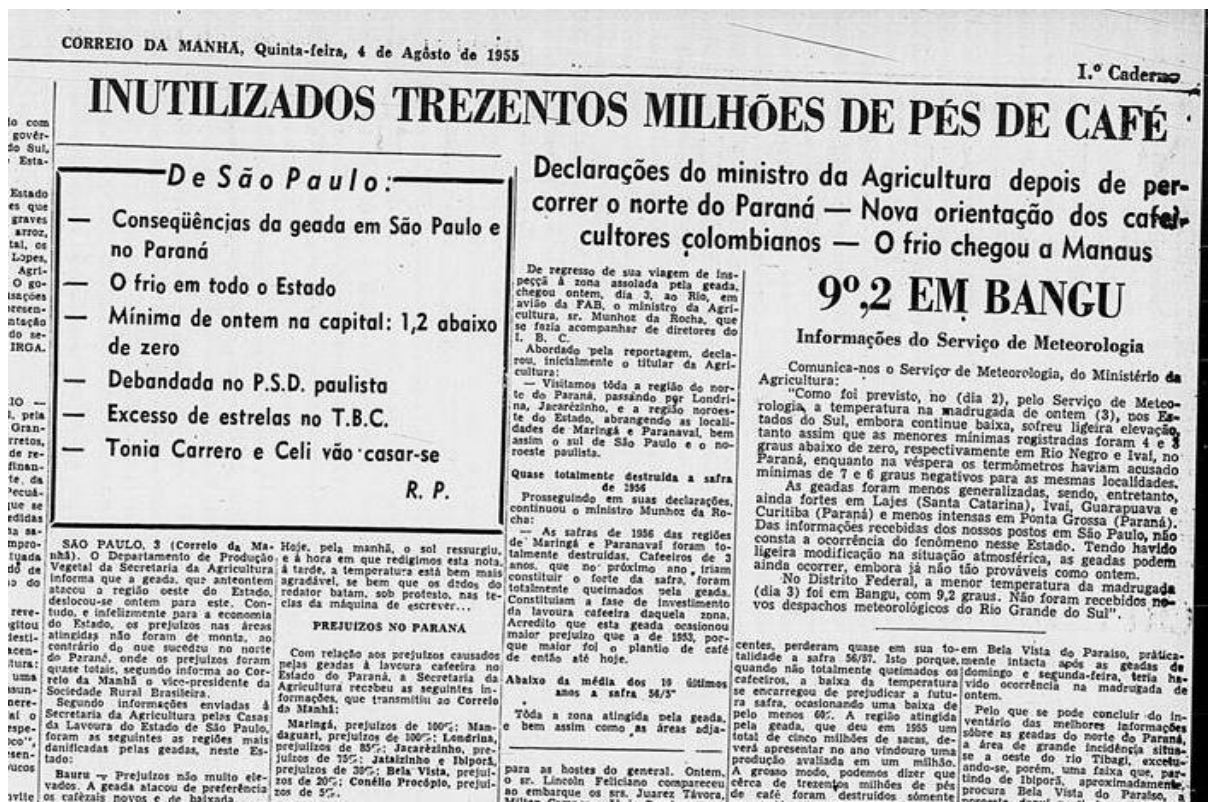
[...]. Com o abaixamento da temperatura, que causará a geada, as células do tecido vegetal entram em um estado de vida latente, e a seiva se congela nos interstícios celulares e nos vasos, acarretando a precipitação de seus sais em solução. Êstes [sic] fenômenos determinam a obstrução dos vasos capilares transportadores da seiva. Ao despontar do sol luminoso, na manhã límpida e clara, o rápido aquecimento do ar provoca uma reação de revivescência, estimulando as células vegetais para uma vida ativa. Após o degêlo [sic] do orvalho, a fim de não serem queimadas pelo calor dos raios solares, as partes expostas das plantas passam a

executar a sua normal função de transpiração. Mas por estarem os vasos da seiva ainda obstruídos, devido à rapidez do aquecimento, as folhas [sic] não conseguem suprir-se da água gasta pela transpiração e, daí, e seu *enegrecimento*, ocasionado pela queimadura e ressecamento [...] (TELLES JR; CAMARGO, 1953, p. 309).

Telles Junior e Camargo (1953) apontam para a formação da geadas negra devido a uma intensificação do processo de congelamento que a planta sofre, o que a torna ainda mais prejudicial ao cafeeiro se comparada à geadas branca:

À maneira insidiosa com que agem os ventos frios e as temperaturas em volta de 5° C acima de 0 provocam também grandes distúrbios ao cafeeiro, quando ele [sic] é assim fustigado durante vários dias. Embora longe de a temperatura cair para o ponto crítico cessa lentamente, tendo, como consequência, a destruição da clorofila. As folhas [sic] passam a murchar e, finalmente, caem em grande número. É a conhecida *geada negra*, que no Pauliplanalto [sic] é conseqüente [sic] dos ventos frios que vêm do sul [...] (TELLES JR; CAMARGO, 1953, p. 310 [grifo do autor]).

Figura 36 - Jornal impresso *Correio da Manhã*, edição de 4 de agosto de 1955, com manchete sobre a forte geadas daquele ano no Paraná.



Fonte: memoria.bn.br<sup>74</sup>

Os relatos dos entrevistados juntamente com jornais impressos apontam para duas geadas que marcaram pela intensidade com que afetaram os cafeeiros do Paraná e da região de Dourados sendo a primeira, em 1955, conforme o relato da senhora Maria dos Reis Doreto:

Em cinquenta i cinco [1955] [...]. Meu pai tinha um café qui era a coisa mais linda! Era a coisa mais linda! É como eu disse: Anoiteceu rico e manheceu pobre! Queimô até a raíz du café! [...]. Chegô já di dia! Era a tal da Giada Preta qui dizia né. Reinaldo: Quatro hora da tarde cê chegava nu pé di café fazia assim [gesto como se tivesse descascando o galho do café com as mãos] tira a casca! Maria: Tirava a casca [...]. Reinaldo: Diz qui a di setenta i cinco foi igual mais nós num tavam aqui, nós morava im São Paulo (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

Sobre a geada de 1955, o jornal *Correio do Estado* do Paraná naquele ano, publicou uma matéria informando as dimensões dos prejuízos causados aos cafezais paranaenses na época (figura 36).

O jornal *O Progresso*, do município de Dourados, em matéria publicada em 11 de dezembro de 1955, buscando um balanço sobre o cultivo do café na região, entrevistou um cafeicultor com área cultivada próxima a região de Nova América e, com base em seus registros, comparou a geada de 1955 com “uma epidemia das mais terríveis”:

As geadas que assolaram a região de Dourados em 31 de Julho, 1º, 2 e 3 de Agosto, foram das mais terríveis em todos os tempos. Na zona de Mbopehi, segundo anotações do sr. Francisco Alves de Souza, o frio foi tão intenso que o termômetro no interior de sua residência chegou a acusar 1 grau abaixo de zero. O resultado das geadas foi qual uma epidemia das mais terríveis [...] (O PROGRESSO, 11 de dezembro de 1955, p. 4).

Continuando a reportagem, evidencia-se, que mesmo com os problemas causados pela geada de 1955, o discurso sobre o cultivo do café na região permanecia otimista, o que ajuda a entender o porquê, mesmo com as geadas, alguns cafeicultores continuaram a cultivar esse vegetal até a década de 1970:

Do sr. Francisco Alves de Souza que é baiano de nascimento e aqui tem já enfrentado grandes dificuldades mas sempre animado pelo veemente desejo de dar á sua terra tudo o que lhe seja permitido, como encerramento de nossa reportagem ouvimos o seguinte: - “Não fora a geada, Dourados estaria hoje com uma possibilidade enorme. Porque o café fez São Paulo, porque o café fez o Paraná e porque o café fez o Brasil. Assim pensando e sempre com o entusiasmo próprio daqueles que lutam até o fim em demanda de um ideal, quero externar aqui a certeza de que continuarei lutando porque sei que a lavoura cafeeira ainda será o ponto base da redenção econômica de Dourados” (O PROGRESSO, 11 de dezembro de 1955, p. 4).



Vale mencionar ainda, que esse periódico destacou a intervenção do prefeito de Dourados na época, Antônio Morais dos Santos, com telegramas enviados ao governador do Estado, ao presidente da República e ao Ministro da Agricultura (figura 37).

Figura 37 - Jornal *O Progresso* destaca atuação do Prefeito de Dourados em favor dos cafeicultores da região.

## Defesa dos cafeicultores

Desde que as últimas geadas sacrificaram totalmente as lavouras de café do município, tornou-se inadiável a necessidade de serem tomadas imediatas providências de amparo aos cafeicultores a fim de que possam superar as dificuldades criadas pelos efeitos daquele fenômeno climatérico.

Interpretando os legítimos interesses da lavoura cafeeira o Sr. Prefeito Municipal endereçou ao Governador do Estado, ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura os seguintes telegramas:

DD. Governador do Estado Cuiabá nr. 5/55  
Apelo vossência interceder poderes competentes, a fim de amparar cafeicultores desta Região motivo perda total cafezais, com geadas.

Saudações

Antonio Morais dos Santos  
Prefeito Municipal

Santos.

Prefeito Municipal

\* \* \*

DD. Ministro da Agricultura Rio de Janeiro

Em nome cafeicultores município Dourados, solicito providências de V. Excia. sentido serem amparados os mesmos, motivo perda total cafezais com geadas.

SAUDAÇÕES

Antonio Morais dos Santos  
Prefeito Municipal

\* \* \*

DD. Presidente da República Rio de Janeiro nr. 7/55

Em virtude grandes geadas que assolaram este Município prejudicando totalmente cafezais, recorro v. Excia. sentido serem amparados melhor forma possível cafeicultores.

SAUDAÇÕES

Antonio Morais dos Santos  
Prefeito Municipal

Fonte: O PROGRESSO, 7 de dezembro de 1955, p. 1

Na edição de 21 de agosto de 1955, o jornal *O Progresso* publica em sua primeira página uma manchete referente a disponibilidade de um financiamento através do Banco do Brasil aos cafeicultores (figura 38).

Conforme informações da publicação a que a figura 38 faz referência, o Banco do Brasil disponibilizaria um financiamento em que esse se responsabilizava a pagar sete cruzeiros por cova de café aos produtores prejudicados pela geada.

Entretanto, de alguma forma, o jornal acreditava que os colonos da região talvez não fossem beneficiados com essa “ajuda” do Banco do Brasil conforme figura 38: “Esperamos

que os bravos colonos sejam também beneficiados como merecem, por esse financiamento” (O PROGRESSO, 21 de agosto de 1955, p. 1).

Figura 38 - Manchete do jornal O Progresso referente à disponibilidade de um financiamento para a recuperação dos cafezais atingidos pela geada.



Fonte: O Progresso, 21 de agosto de 1955, p. 1.

De todo modo, - mesmo na época, o jornal mencionando a participação da administração municipal de Itaporã na solicitação de ajuda aos cafeicultores de Itaporã -, ao que parece, não houve nenhuma ação mais efetiva na ajuda aos cafeicultores itaporanenses.

Da mesma forma, os relatos não evidenciaram nenhuma ajuda por parte das autoridades com relação aos cafezais do meio rural itaporanense afetados pela geada daquele ano, conforme relato do senhor Joaquim Moura: “[...] vinte e seis mil pé [...]. U qui pois nós à falência. Qui a giada vei e acabou com tudu! **Por causa da giada né?** Cabô com tudu rapaiz! Foi um... pipino qui nós tomô! Fiquemo a zero! Naqueli tempu num tinha siguro num tinha nada” (ENTREVISTA, Joaquim Moura Gimenez, set/2018).

Mesmo assim, o cultivo de café em Itaporã continuou seguindo por toda a década de 1960 até que, no ano de 1967, o discurso sobre os problemas da geada retorna com força renovada dessa vez com apoio financeiro para os produtores que decidissem por erradicar os cafezais plantados, conforme os relatos dos entrevistados: “Aí... u qui aconteceu: aí até u Banco do Brasil... é... entrô cum... um projeto pa financiá, pa rancá! Rancá us cafezal. Racá us cafezal pa... entrá ota lavora. I aí... eliminaro u café tudo, qui a giada... num teve acordo com a giada” (ENTREVISTA, Mario dos Santos Nonato, nov/2017).

Continuô plantanu! Tá cum... depois qui chegô u... u trigo, u soja, é qui... a turma... parô com o café né. Mais aqui u foco era o café! Reinaldo: Aí u governo pagava pra rancá u café! Maria: É u governo pagô pra rancá u café porque num dava mais... giada tudu... **Em qui época qui foi isso? Qui eli começô a... pagá pa tirá?** Reinaldo: Eu num mi lembro certo não mais... acho qui na data di setenta né meu bem? Maria: É eu acho qui mais ou menos. Na década de setenta. Porque enquanto nós estávamos aqui... elis

num tinham rancado o café. Nós mudamo pra São Paulo... im sessenta i três [1963]... é... mais ou menos isso mesmo! Im sessenta i cinco (ENTREVISTA, Maria dos Reis Doreto, nov/2018).

Aí foi até... aí u café foi bem até... sessenta i sete [1967]! E as giada matava! As giada acabava com tudo! Aí u pai pegô i disanimô. Aí im sessenta i sete [1967] saiu uma lei du governu... eli pagava pra arrancá u café! Purque aí num dava mais lucro! **O governo começo a pagá?** É aí pagô! Aí nós animemu! Aí ranquemu tudo! Tudim... aquilo limpô! A giada deu qui você... café di... três metru di artura... ou mais... cê ia na casca deli assim ó... cê passava a mão eli discascava! A giada braba qui deu! Torrô tudo! Aí disanimaram... aí u governo di certo... sentiu alguma... dó né... aí quem quisesse formá dinovo, formava, quem não quisesse eli pagô pra rancá! Aí a turma arrancô u café tudim nu inxadao... nós memu ranquemo (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Mesmo os entrevistados, em seus relatos, confundindo um pouco a data referente à campanha de erradicação dos cafezais foi possível verificar que a data correta foi o ano de 1967. Um dos entrevistados, inclusive, mencionou essa data com certa ênfase enquanto um marco decisivo para o declínio da produção de café na região:

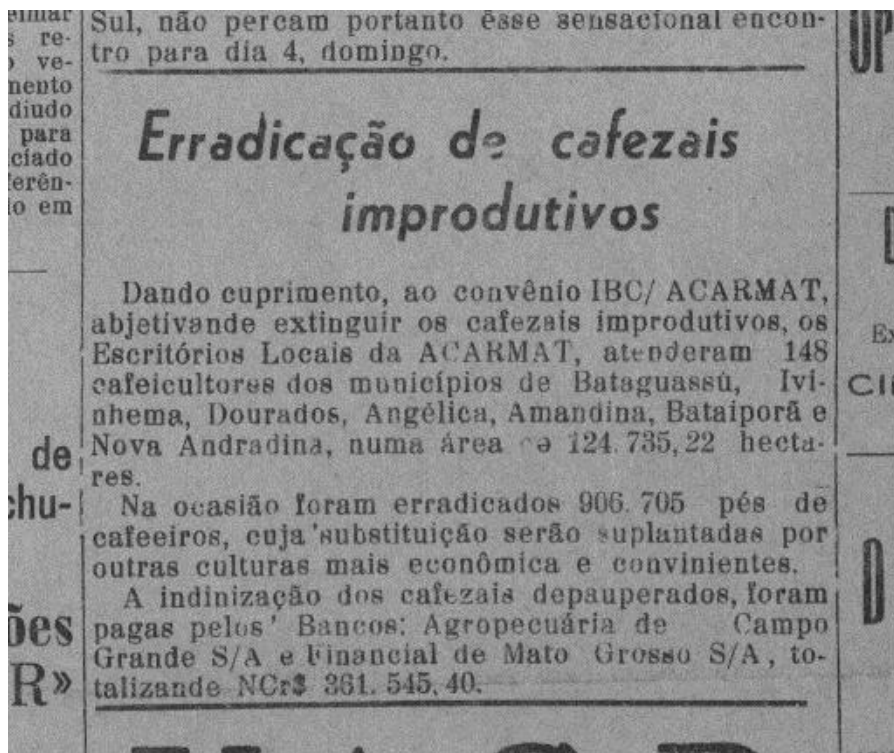
Aí foi até... aí u café foi bem até... sessenta i sete [1967]! E as giada matava! As giada acabava com tudo! Aí u pai pegô i disanimô. Aí im sessenta i sete [1967] saiu uma lei du governu... eli pagava pra arrancá u café! Purque aí num dava mais lucro! **O governo começo a pagá?** É aí pagô! Aí nós animemu! Aí ranquemu tudo! Tudim... aquilo limpô! A giada deu qui você... café di... três metru di artura... ou mais... cê ia na casca deli assim ó... cê passava a mão eli discascava! A giada braba qui deu! Torrô tudo! Aí disanimaram... aí u governo di certo... sentiu alguma... dó né... aí quem quisesse formá dinovo, formava, quem não quisesse eli pagô pra rancá! Aí a turma arrancô u café tudim nu inxadao... nós memu ranquemo (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

É importante destacar a importância de cruzar as informações através do diálogo entre diferentes tipos de fontes, nesse caso, fontes orais e fontes escritas, por entender que assim se conseguirá um melhor embasamento dos resultados. Nesse sentido, sempre que possível, foi feita uma consulta às publicações do jornal *O Progresso* das décadas de 1950, 1960 e 1970. Com isso, no caso do incentivo para a erradicação dos cafezais na região de Dourados, a data mais correta a se apontar foi o ano de 1967, conforme publicação do jornal *O Progresso* de 3 de junho de 1967 (figura 39).

Mesmo o periódico não apontando os cafeicultores itaporanenses na época, as entrevistas contribuem para evidenciar que os mesmos também foram beneficiados por esse financiamento. Mas o que interessa destacar aqui, sobretudo, com base no trecho do jornal em que é dado destaque a erradicação de 906.705 pés de café, sendo que em seu lugar seriam cultivadas “[...] outras culturas mais econômicas e convenientes” (O

PROGRESSO, 3 de junho de 1967, p. 3), são os incentivos para a substituição do café impulsionados pelo discurso dos prejuízos gerados pelas geadas.

Figura 39 - Notícias sobre a erradicação de cafezais na região de Dourados.



Fonte: JORNAL, O Progresso. 3 de jun. de 1967, p. 3.

Nesse sentido, mesmo com a insistência dos entrevistados de apontar os fenômenos das geadas, é importante considerar que apenas as essas não seriam suficientes para causar a desistência do cultivo do café, tendo em vista que ocorriam desde o início da década de 1950, conforme mencionado anteriormente.

Além disso, alguns dos produtores, mesmo com os incentivos do governo em 1967 para acabar de vez com o cultivo do café na região, continuaram a cultivá-lo. Prova disso são as menções sobre os cafezais afetados por uma geada no ano de 1975 que, teve a mesma, (senão maior) intensidade da que ocorrera em 1955: "A ultima giada foi in setenta i cinco [1975]! Aí... torrô! Aí acabô [...]. Aquilo acabô u cafezal aqui" (ENTREVISTA, José Neves de Oliveira, out/2015).

As entrevistas foram mais precisas quanto a data correta dessa geada, além de compará-la à ocorrida em 1955, caracterizando ambas como geadas negras:

Seu Nelson: Foi em setenta... setenta i cinco [1975]. Acabô com tudo! Aí inté fiquemu só cum ... mexenu cum soja i milho. Na época. Di lá pra cá

vem... veio vindo num mexemu cum café mais! Aí cabô a lavora! **O pessoal parô mesmo...** Parô! Dona Elisa: [...] No dia quinze di setembru ainda qui deu essa giada! Qui eu nunca tinha visto! Ficô u dia todo aquela gelo por cima da terra. Seu Nelson: Muita genti falava né, antigamente falava... falava Giada Preta né! **Geada Preta?** É! I giava di dia né! **Nossa** (ENTREVISTA, Nelson Antonio Florêncio, nov/2015).

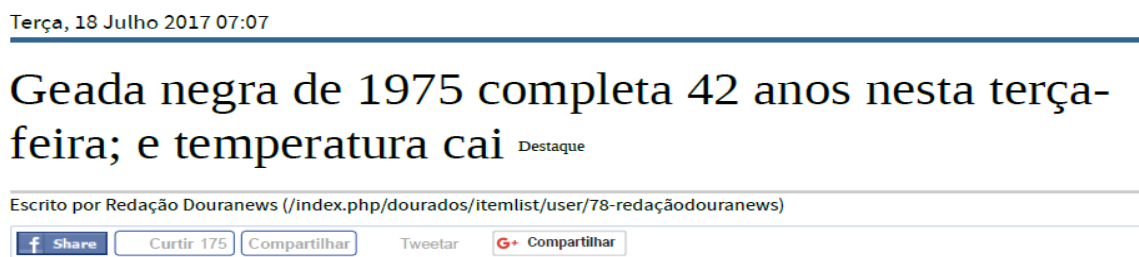
De todo modo, o jornal *O Progresso* na época deu maior destaque aos efeitos da geada de 1975 no norte do Paraná (figura 40).

Figura 40 - Destaque do jornal *O Progresso* para a situação da lavoura cafeeira do Paraná acometida pela geada de 1975.



Fonte: O PROGRESSO, 22 de julho de 1975, p. 3.

Figura 41- Print da página do site Dourados News com matéria sobre os 42 anos da Geada Negra.



Fonte: DOURADOS NEWS, 18 de jul. de 2017<sup>75</sup>.

Em busca de mais informações, foi possível encontrar em um jornal online local, *Dourados News*, de 18 de julho de 2017, matéria em memória aos 42 anos da “Geada Negra” (figura 41). Apesar de o texto dessa matéria ser bem curto, contribui com algumas informações que evidenciam o fato da geada de 1975 ter sido mais forte no Paraná afetando principalmente seus cafezais:

<sup>75</sup> Disponível em: <<http://www.douranews.com.br/index.php/dourados/item/108965-geada-negra-de-1975-completa-42-anos-nesta-terca-feira-e-temperatura-cai>> Acesso em 01/05/2018.

A geada negra, fenômeno atmosférico mais acentuado da história recente do Estado – à época, o Mato Grosso ainda era unificado – completa 42 anos nesta terça-feira. Na noite de 18 de julho de 1975, de uma vez só, a geada ‘colheu’ todos os pés de café que haviam sido plantados pelos produtores da região, eliminando todas as possibilidades de sobrevivência dessa cultura (DOURADOS NEWS, 24 de abr. de 2018<sup>76</sup>).

No caso do jornal *O Progresso*, mesmo dando maior destaque aos prejuízos da “Geada Negra” no norte do Paraná trouxe também algumas informações que reforçam as evidências das entrevistas a respeito da ocorrência de geadas na região de Dourados no mesmo período:

Em Mato Grosso, quinta-feira na cidade de Campo Grande, a temperatura máxima foi de 8 graus, registrada por volta de 15 horas e a mínima foi de 1,5 graus [sic].

Em Dourados, os gelos cobriram os telhados, as árvores. A geada registrada ontem em nossa cidade uma das maiores dos últimos anos. A temperatura do dia anterior, esteve entre 8 e 10 graus, durante todo o dia, chegando a [mancha na página] graus positivos a meia noite passada e zero grau [página manchada] atingindo à 0 hora da manhã, permanecendo até as 6 horas de ontem. Ontem os termômetros em Dourados marcavam 1 grau centígrado (JORNAL, *O Progresso*, 19 de jul. 1975, p. 8).

Apesar de não ter sido possível encontrar informações sobre a situação dos cafeicultores de Itaporã acometidos por essa geada, na edição de 26 de julho de 1975, o jornal *O Progresso* trouxe informações a respeito do município de Maracaju, vizinho de Itaporã, com base em entrevista realizada com o prefeito daquela cidade:

O Prefeito de Maracaju falou também a este jornal, com referência aos prejuízos que sofreram as lavouras de trigo e café de seu município. Segundo os cálculos, Maracaju perdeu 70 por cento de sua produção tritícola e com referência ao café, diz o prefeito, apesar de ser pouco o plantio, 4 milhões e 500 mil pés, foi totalmente dizimado (JORNAL, *O Progresso*, 26 de jul. 1975, p. 2).

Nesse sentido, a geada de 1975 é apontada como tão ou mais forte que a geada de 1955. Por isso, talvez, essas duas, apesar das geadas terem sido comuns por toda a década de 1950 e 1960, ganharam destaque em jornais impressos da época, e também estão presentes com maior ênfase nas memórias das pessoas que cultivaram cafezais na época.

No entanto, mesmo a geada de 1975, sendo apontada como um marco do declínio da lavoura cafeeira na região de Itaporã, é preciso considerar que ainda em meados de 1960, o café já dava amostras de que estava com seu prestígio e predomínio perto do fim. Se por um lado, em meados de 1950, houve incentivos, (mesmo que nem todos os

---

<sup>76</sup> Disponível em: <<http://www.douranews.com.br/index.php/dourados/item/108965-geada-negra-de-1975-completa-42-anos-nesta-terca-feira-e-temperatura-cai>> Acesso em 01/05/2018.

cafeicultores tenham tido acesso a esses), para a manutenção de sua produção, agora, mais precisamente no ano de 1967, os incentivos se deram no sentido de erradicá-lo.

Contudo, cabe notar que as geadas eram recorrentes, conforme evidenciado nesse tópico, desde a década de 1950. As geadas negras, responsáveis por significativos prejuízos aos cafeicultores da região do meio rural itaporanense, não ocorreram de forma regular, mas de forma pontual sendo uma na década de 1950 e outra apenas na década de 1970. Por essa razão, o declínio da lavoura cafeeira não deve ser atribuído apenas às geadas. Deve ser levado em consideração, sobretudo, as transformações pela qual a agricultura em âmbito nacional já passava desde meados da década de 1960 com o aprofundamento dessas na década de 1970. Ao que parece, conforme será melhor discutido no próximo tópico, havia interesses em jogo, sobretudo da indústria de máquinas, grande beneficiária dos novos cultivos que exigiram a mecanização da agricultura.

### **3.5 – Experiências com a mecanização da agricultura em Itaporã**

Gradualmente a mata virgem deu espaço para os primeiros cultivos e às monoculturas agroexportadoras. O solo fértil que atraiu boa parte dos colonos que se estabeleceram e implantaram a Colônia Municipal, atualmente recebe toneladas de fertilizantes. Além disso, o cultivo que se resumia em plantar, cultivar e colher inseriu nas últimas décadas o verbo “pulverizar”, colocando o município no mapa dos maiores consumidores de agrotóxicos do país<sup>77</sup>. Os lotes de 10 alqueires da época de colonização, (meados da década de 1940), deram espaço às propriedades com cerca de pouco mais de 100 alqueires, contando com pouca mão de obra, usando da mecanização para a maior parte das atividades da lavoura. Os pequenos proprietários, atualmente com média entre 3 e até 10 alqueires, mesmo não tendo condições de adquirir os maquinários necessários para a mecanização total de sua lavoura, recorreram à terceirização de algumas das etapas de cultivo.

Entender como a situação atual chegou a esse ponto não é uma tarefa fácil, tampouco simples. Para começar, é interessante pensar em como era o trabalho com a lavoura, nas décadas de 1940 e 1950, antes da chegada dos primeiros maquinários quando a força de trabalho era toda braçal, e por isso, era necessário o emprego de muitas pessoas no campo, conforme já mencionado anteriormente nesse estudo.

---

<sup>77</sup> Ver BOMBARDI, Larissa Miles. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. – São Paulo: FFLCH – USP, 2017.



Figura 42 - O senhor Lauriton posa para foto com seu rodo que de mexer grãos.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Na entrevista o senhor Lauriton Simplício, ao relatar sua experiência com agricultura desde a época da Colônia Municipal, aponta para a utilização da enxada e do arado de tração animal:

Era na inxada. Si eu lhi amostrá agora mesmu u rodo véio, du tempu antigu, quando eu tinha meus vinti i cincü anu [25]... trinta... trinta i pocos... cinquenta... até cinquenta i seis anu... eu trabaiava... trabaiava até cum... déiz, doze homi cumigu! Na inxada! Ai nu café... é comu eu disse... tem u rodo qui eu posso lhi amostrá! Eli já tá defeituoso... qui eu aproveitei ainda pra assim... pu quintal. U sirviçu qui um homi faiz cum [com um] rodo... us di inxada só faiz a metadi! Fazê... trabalhá nas mão! Nu aradu... é quando foi cum... nessi tempu... amansava cavalu, burru, tudu, já tinha aradu, tinha a meia lua dessa di carpi tombém. Tudu isso vei... nessi tempu qui... era a agricultura daqui i a mão di obra qui para agora i num tá (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, ago/2018).

O senhor Lauriton, com noventa anos até a data da entrevista, descreve com orgulho o fato de ter trabalhado na lavoura até cinquenta e seis anos. Em seu relato, também aponta a quantidade de pessoas que eram empregadas no trabalho com a lavoura, e, ao relatar “a



mão di obra qui para agora i num tá”, o mesmo faz uma comparação com o tempo presente em que os trabalhos no campo empregam menos “braços” (ENTREVISTA, Lauriton Simplício, ago/2018).

Na entrevista o senhor Lauriton fez questão de mostrar suas ferramentas que, inclusive, utiliza até hoje para alguns cultivos feitos no seu quintal (figuras 42 e 43).

Figura 43 - Matraca: ferramenta utilizada para a semeadura de grãos.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

O rodo comumente utilizado para o processo de secagem dos grãos no terreirão não foi deixado de lado pelo senhor Lauriton que o adaptou, afiando sua lâmina para substituir a enxada no trabalho com a capina (figura 42). A matraca (figura 43), por outro lado, fora comprada pelo senhor Lauriton a poucos anos e ainda é uma ferramenta utilizada para trabalhos pequenos como hortas e alguns cultivos em áreas pequenas no período atual, podendo ser encontrada em qualquer loja de produtos agropecuários.

Entretanto, desde o período da Colônia Municipal, a matraca juntamente com a enxada eram as principais ferramentas para o trabalho com a lavoura (figura 44).

Figura 44 - Colonos e seus instrumentos de trabalho no início da década de 1950.



Fonte: CARLI, 2008, p. 140-141.

Com base nas figuras 43 e 44, é possível notar que algumas ferramentas como a matraca, por exemplo, mantêm suas características, podendo ser utilizadas ainda hoje para o trabalho com a sementeira, mesmo que em áreas menores.

A enxada, outra ferramenta de grande importância para o trabalho com a lavoura, principalmente na época da Colônia Municipal, ainda hoje pode ser encontrada em qualquer loja de agropecuária, porém, atualmente é utilizada preferencialmente em áreas pequenas, assim como a matraca.

Na entrevista, o senhor Nelson Ferreira Brito enfatiza sua destreza com o trabalho do plantio utilizando a matraca: “Fui campeão di prantá cereais com matraca! Qui si fala porque é a máquina di mão. Fui campeão! Cheguei prantá setenta i cinco litro<sup>78</sup> di arrois num dia! A genti era novo né! Tinha... tinha força, boa votade” (ENTREVISTA, Nelson Ferreira Brito, nov/2015).

---

<sup>78</sup> Litro era uma medida utilizada pelos trabalhadores rurais na época em que, diante da impossibilidade de contar todas as sementes, eles contavam os frascos ou outros vasilhames que utilizavam para abastecer a matraca.

O senhor Mario dos Santos Nonato também aponta em seu relato para a utilização de implementos de tração animal e descreve o quanto era difícil trabalhar com eles quando ainda tinha quinze anos de idade:

Eu cum quinze anu já tombava [arava] cum burro! Já tombava varjão cum burro! Cum quinze ano. As veis nem guentava... u tombadô [arado] pesado... intendi? Qui aí naqueli tempo... era tudo toco! Us varjão era toco! I você ingatava [enroscava] u tombadô num toco daqueli i você gimia pa você vortá u tombadô pa você podê tirá po cê mandá u burro... pa tombá qui aqueli tempu tombava cum burro... i... u meu pai tombava cum burro. Us vizim a parti tinha junta de boi. Tombava com junta di boi. Us varjão. Intendi? A terra era lavrada... cum burro i boi! Quando num era a inxada! Intendi? A vida era sacrificada naquela época (ENTREVISTA, Mario dos Santos Nonato, nov/2017).

O senhor Ernesto Vieira também menciona a utilização do arado de tração animal:

**Cêis chegaram a usá arado di boi?** Ah tem muita genti qui arava! Quando num era cum boi era cum burro! Us aradim... Pica-Pau qui elis falava! **Era di quê? Di madera?** É! Fazia... [inaudível] grandi di madera mais botavam... botavam ferro assim né. Aí botavam um cabo comprido i só... botavam a canga i [inaudível] u boi né. U... burro também! Botava as quaiera nu pescoço do burro e... ingatava as correnti, pegava u... dessa altura assim... cê pega na ponta i vai... manejando. I vai abrindo a terra nu mei (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

O senhor Ernesto, além do arado, menciona também o plantio utilizando apenas o saraquá: uma ferramenta que consistia em um cabo de madeira com uma ponta de forma a possibilitar a perfuração do solo ao ser lançada em direção a esse. Conforme o relato do senhor Ernesto, outros tipos de cavadeiras como a cavadeira de ferro também podiam ser utilizadas:

Uns fala cavadeira outros fala saraquá. **Mais era cavadeira de ponta de ferro?** Elis fazia tamém assim... cavadeira di ferro. Fazia quem... fazia comprido assim... [inaudível] botava u cabo. Fazia quem... fazia quem a foice né. Botava u cabo comprido aqui né. Aí fincava nu chão i puxava. Pra tráis pra lá assim i abria... um tanto assim pur baixo i jogava u milho. **Nossa dava trabalho ein! Dava! E demorava pra plantá?** Demorava... as veis tava bem encharcado né. U... a base era... uns prantava menos outros prantava mais... eu prantava até seis litro pur dia! **Essis seis litro é u quê?** É... seis litro di milho né. Dibulhado! **Ah debulhado o senhor fala?** É! Quatro fazia as cova i os outro jogava quatro grão di milho. Aí com a mesma... cavadeira tampava i dexava né [...]. Hoji num vê fala mais né! Só prantadeira (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

Comparando as técnicas de plantio manuais aqui descritas, com base nos relatos do senhor Nelson Brito e do senhor Ernesto Vieira, evidencia-se uma diferença considerável no tempo gasto com o plantio utilizando o saraquá e a matraca. Mesmo se tratando de grãos com dimensões diferentes o milho e o arroz, é possível verificar a eficiência da matraca que,

inclusive dispensava a contagem das sementes por cova e era mais prática na abertura da cova. Por isso, talvez a quantidade de litros de sementes plantadas por dia pudesse variar bastante, dependendo do tipo de ferramenta utilizada.

Assim como o machado, a foice e o traçador foram por longa data as ferramentas usadas para a derrubada das florestas da região, a enxada, o saraquá e a matraca juntamente ao arado de tração animal foram as ferramentas utilizadas para a agricultura em Itaporã. Além disso, conforme já mencionado, culturas como o café, o produto mais visado na época, exigiam o emprego de muitos trabalhadores, e isso, conseqüentemente, fazia com que muitas famílias não encontrando mais terras disponíveis para colonização, ou a vias de demarcação e loteamento, aguardassem vivendo como agregados nos lotes dos colonos já assentados.

Ter um bom número de agregados era de suma importância para o colono ou sitiante, já que a agricultura na época exigia muito trabalho manual. Culturas como o arroz, o feijão e, principalmente o trigo, precisavam ser “batidos” ainda na roça após serem cortados no ato da colheita. O senhor Ernesto relata como era feita a colheita e a limpeza do arroz manualmente:

Nóis cortava u... arroiz... colhido a mão né... cortava u arroiz... dalí pa tarde nóis... fechava i carregava... pra dentro du galpão. Botava im pé assim, tudu us fecho, fecho assim [mostrando com as mãos]. Levantava di madrugada... nu outro dia nóis ia batê aqueli arroiz né. Até inxugá u arrozal pa í cortá mais né [...] naqueli tempo... ficava um arroiz liliimpo rapaiz (ENTREVISTA, Ernesto Rodrigues Vieira, nov/2018).

A senhora Francisca menciona a utilização do cambão para bater os cereais e a aquisição de uma trilhadeira pelo pai para facilitar o trabalho da família que chegou, inclusive, a colher soja manualmente, da mesma forma como se fazia com o arroz, por exemplo:

A genti arrancava u soja era na mão... eli conseguiu depois uma trilhadeira pra genti batê... porque antes era tudu nu... cambão. U arroz era cortado com... ferrinho di cortá arroiz... impilhadu... depois batia numa banca. Aí com o tempo... arrumô a trilhadeira pra genti batê (ENTREVISTA, Francisca Marques Bork Zanata, mar/2016).

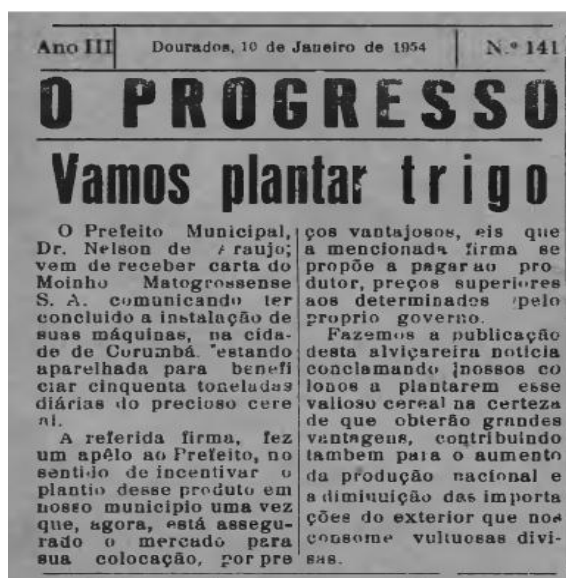
Apesar das lembranças da senhora Francisca serem referentes a sua infância e, por isso, se referem a década de 1970, antes dessa, a trilhadeira já havia sido inserida no meio rural itaporanense devido ao desenvolvimento da cultura do trigo. A trilhadeira foi uma das primeiras máquinas com base nas fontes aqui analisadas a adentrarem o meio rural itaporanense que até então contava com trabalho predominantemente braçal.



Nas entrevistas, o cultivo do trigo é mencionado como uma cultura que ganhou força com o declínio do cultivo do café. No entanto, desde meados de 1950 havia uma movimentação da imprensa douradense para incentivar o seu cultivo na região. O jornal *O Progresso*, em várias de suas publicações, demonstrou uma preocupação em convencer seus leitores da importância de desenvolver a produção do trigo nacional.

Conforme a publicação referida pela figura 45, a empresa Moinho Matogrossense S. A. em carta ao prefeito de Dourados, Dr. Nelson de Araújo, fez um pedido para que o mesmo incentivasse os agricultores da região a desenvolverem o plantio do trigo. Nesse sentido, o jornal *O Progresso* se torna um porta-voz de uma campanha, desde meados de 1950, buscando incentivar o cultivo do cereal na região<sup>79</sup>.

Figura 45 - O jornal *O Progresso* incentiva os agricultores da região a plantar trigo.



Fonte: *O PROGRESSO*, 10 de janeiro de 1954, p. 1

As publicações desse periódico na época, evidenciam que o Brasil vinha enfrentando problemas com a importação do trigo devido a sua política externa. Em edição de 31 de janeiro de 1954, o jornal *O Progresso* repudia o rompimento das relações diplomáticas com a Rússia, importante fornecedor de trigo para o Brasil:

### Trigo da Rússia para o Brasil

<sup>79</sup> Com base em matéria publicada pelo jornal online *DouradosNews*, em 19 de outubro de 2009, Dourados desde o início da década de 1950 já contava com moinho próprio, da empresa Moinho Catarinense Ltda de propriedade da família Werner. O moinho passou por uma ampliação de sua capacidade de moagem no ano de 1958 e em 1960, com a entrada de novos investidores a empresa passou a se chamar Moinho Catarinense S. A. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/noticias/nossa-historia-moinho-catarinense-veio-de-onde-a95e2bc5a9e02ee41855e30/371292/>> Acesso em 05/04/2019.

A verdade aí está. O Brasil, com relações diplomáticas rompidas com a Rússia, está agora necessitando de produtos daquele país. Ainda agora, dois grandes navios estão em viagem para o Rio de Janeiro, trazendo trigo russo que somos obrigados a comprar através de intermediários, e que, apesar disso ainda é mais barato do que o produto vindo de outros países. Somos daqueles que condenam as atitudes irrefletidas e por isso, condenamos o rompimento das relações com a Rússia, adotada por um capricho injustificável, quando de fato, podíamos exportar numerosos produtos para lá e obter em troca muitos outros, a preços compensadores. O fato de se combater o comunismo não implica na necessidade de romper relações com nações comunistas. Em verdade, os Estados Unidos que são os mais ferozes adversários russos, mantêm relações diplomáticas e comerciais com os soviéticos, tirando grandes proveitos. É tempo de nosso governo refletir o assunto e reconhecer que andamos errados, reatando as relações diplomáticas com a Rússia (O PROGRESSO, 31 de janeiro de 1954, p. 1).

O periódico ao que parece, era contrário ao rompimento das relações diplomáticas com a Rússia e, para exemplificar, cita o caso dos EUA que, mesmo sendo “ferozes adversários russos”, mantinham relações diplomáticas com esses.

Sem a pretensão aqui de alongar demasiadamente o assunto ou entrar em uma discussão que foge aos objetivos dessa dissertação, sobre a questão do trigo é importante apontar que se por um lado não foi possível avançar muito sobre o assunto, por outro, com base nas publicações do jornal *O Progresso*, é possível identificar que houve uma movimentação promovida pelo periódico buscando justificar e incentivar o cultivo do cereal na região, colocando-o como uma necessidade nacional.

Na edição de 19 de agosto de 1956, o jornal *O Progresso* menciona a distribuição de sementes por técnicos do Serviço de Expansão do Trigo em Mato Grosso. Além disso, o jornal também menciona garantias de escoamento da produção por conta da empresa Moinho Matogrossense de Corumbá: “O trigo produzido terá escoamento garantido, com pagamento à vista, pelo Moinho Matogrossense de Corumbá, consoantes os preços regulados, anualmente, pelo Governo Federal” (O PROGRESSO, 19 de agosto de 1956, p. 1).

Além disso, nessa mesma matéria, o jornal destaca a possibilidade de expansão da cultura do trigo com financiamentos do Banco do Brasil e com as “condições ecológicas” propiciadas pela região de Dourados e Itaporã: “Tratando-se de lavoura financiada pelo Banco do Brasil, é de se prever a sua intensificação em Dourados e Itaporã, dadas as condições ecológicas da zona, cujos clima e terra são propícios a essa grande fonte de riqueza que é a triticultura” (O PROGRESSO, 19 de agosto de 1956, p. 1).

Esse periódico, no entanto, já no fim de outubro, após as primeiras colheitas, chamava atenção para a necessidade de Dourados contar com um moinho para facilitar o escoamento da produção, conforme matéria publicada na edição de 28 de outubro de 1956:

Em sucessivas notas temos ressaltado a importância do cereal à vida econômica deste [sic] município. Salientamos até mesmo a necessidade de uma indústria moageira entre nós. O moinho (ou moinhos) teria a propriedade de dar maior elasticidade ao plantio do trigo em Dourados e nas localidades vizinhas (O PROGRESSO, **Investimentos de capitais na lavoura do trigo**. 28 de outubro de 1956, p. 1).

Não foi possível averiguar, a partir das fontes analisadas, até que ponto realmente era necessária a instalação de uma nova indústria moageira em Dourados. De certa forma, o jornal *O Progresso*, em sucessivas edições, dá a entender que Dourados não contava com uma. Entretanto, ao que parece, desde o início da década de 1950, já havia em Dourados uma empresa moageira: a Moinho Catarinense Ltda<sup>80</sup>.

De todo modo, um dos primeiros obstáculos que dificultaram o desenvolvimento da cultura do trigo no meio rural itaporanense apontado pelo jornal *O Progresso*, não foi a ausência de uma indústria que pudesse comprá-lo. O periódico enfatiza a ausência de trilhadeiras, máquinas utilizadas para o beneficiamento do cereal ainda na roça, após a colheita: “Em 1958 iniciou-se em Itaporã a cultura de trigo. O resultado foi muito bom, mas a maior parte do trigo produzido perdeu-se nas roças por falta de máquinas trilhadeiras. Por isso também, os colonos perderam logo o interesse [sic] neste [sic] plantio” (O PROGRESSO, 1 de dezembro de 1964, p. 6).

Nessa mesma nota, buscando fazer um balanço e destacar a triticultura no município de Itaporã, o jornal *O Progresso* destaca a entrada das primeiras trilhadeiras no município de Itaporã ainda em inícios de 1960:

Em 1960 foi iniciada uma nova campanha de trigo, principalmente pela Chácara São Francisco. Para a colheita daquele [sic] ano foi pela mesma Chácara adquirida um[a] bôa [sic] trilhadeiras (marca “Vencedora”), fato que deu início à entrada de muitas máquinas trilhadeiras no Município de Itaporã e Dourados [...] (O PROGRESSO, 1 de dezembro de 1964, p. 6).

De certo modo, se por um lado o café possibilitou o emprego de muitas famílias pois era todo feito manualmente, sem emprego de máquinas, com o trigo, principalmente

---

<sup>80</sup> Com base em matéria publicada pelo jornal online *DouradosNews*, em 19 de outubro de 2009, Dourados desde o início da década de 1950 já contava com moinho próprio, da empresa Moinho Catarinense Ltda de propriedade da família Werner. O moinho passou por uma ampliação de sua capacidade de moagem no ano de 1958 e, em 1960, com a entrada de novos investidores, a empresa passou a se chamar Moinho Catarinense S. A. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/noticias/nossa-historia-moinho-catarinense-veio-de-onde-a95e2bc5a9e02ee41855e30/371292/>> Acesso em 05/04/2019.

cultivado em larga escala, era necessário o uso de trilhadeiras para a sua limpeza e, dessa forma, esse era mais um argumento que alimentava o discurso da época favorável a mecanização da lavoura.

Para entender melhor esse momento pelo qual passava a agricultura itaporanense, é necessário considerar a situação porque passava o Brasil. A partir de 1964 o Brasil foi governado por um regime militar que tinha como referência modelos norte-americanos de economia como, por exemplo, o modelo que ficou conhecido como Revolução Verde<sup>81</sup>. Esse modelo se alicerçava sobre a forte industrialização do campo, ou seja, orientar a agricultura de forma que essa produzisse e consumisse produtos da indústria.

Ângelo Priori, *et.al* (2012, p.119) destaca que entre 1960 e 1980 a agricultura brasileira tornou-se parte fundamental do projeto de urbanização e industrialização do país. De acordo com o autor:

Entre os anos de 1965 e 1980 a agricultura no Brasil, além de estar articulada à economia urbano-industrial e ao setor externo, passou a sofrer intervenções ainda mais frequentes do governo nacional. Uma das alternativas do governo para controlar a produção agrícola nacional foi elaborar programas de financiamento, como a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965<sup>82</sup> (PRIORI, *et.al*, 2012, p. 119).

É importante ressaltar que entre 1945 e 1964, O Brasil já havia dado início ao processo de industrialização<sup>83</sup> e instalação de setores tecnologicamente mais avançados, além de migrações internas e da urbanização que ganham um ritmo acelerado. No entanto, é no regime militar que esse processo se intensifica às custas do capital externo, o que fica

---

<sup>81</sup> De acordo com Motta (2010, p. 407) “A expressão revolução verde tem sido utilizada para definir o conjunto de transformações ocorridas nas técnicas de produção agropecuárias, a partir da década de 1960. Essas mudanças relacionam-se ao intenso processo de mecanização da agricultura e da pecuária, o que pode ser percebido pela intensificação da utilização de tratores, fertilizantes químicos, agrotóxicos e também no uso de sementes selecionadas, rações, medicamentos veterinários etc., empregados de forma crescente nos diversos processos de cultivo e de criação de animais. Em síntese, trata-se da transformação capitalista da agricultura e da pecuária. Essa agricultura mecanizada é constituída com vista a dois objetivos básicos que são o aumento da produção e a maximização dos lucros. A sua dinâmica de produção é marcada por algumas particularidades como o cultivo intensivo do solo, a monocultura, a irrigação, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, o controle de pragas com agrotóxicos e, mais recentemente, a manipulação genética de plantas e animais com os chamados transgênicos. Todas essas práticas, de um modo geral, são implementadas sem uma preocupação com a dinâmica ecológica dos diversos ecossistemas”.

<sup>82</sup> De acordo com Rubenich (2004, p. 29) “No Mato Grosso do Sul, o sistema de extensão rural nasceu em 1965, através da ACARMAT (Associação de Crédito e Assistência Rural do Mato Grosso), época em que Mato Grosso do Sul era apenas o sul de Mato Grosso [...]”.

<sup>83</sup> É importante ressaltar, com base em Singer (1976, p. 90), que, antes de 1964, a “orientação geral dada à industrialização brasileira” foi voltada para a “substituição de importações no *mercado interno*” através de “uma série de mediadas nacionalistas” enquanto, a partir do regime instaurado em 1964, essa situação se reverte. De acordo com esse autor, “[...]. O novo regime mostrou-se interessado em atrair as multinacionais, oferecendo-lhes as mais sólidas garantias econômicas e políticas [...]”. Nesse sentido, o mercado externo passou a ser a tônica do momento, porém, de acordo com Singer, “em termos coloniais” já que as políticas de crédito vieram a favorecer “[...] as subsidiárias de capital estrangeiro e uma política de incentivos (no fundo de generoso subsidiamento [*sic*]) às exportações de manufaturados, que naturalmente vieram a beneficiar as mesmas subsidiárias” (SINGER, 1976, p. 90).



mais evidente a partir de Ribeiro (2008), quando pensa o Estatuto da Terra, criado nos primeiros anos do regime militar aliado ao modelo de desenvolvimento adotado a partir da gestão de Delfin Neto, em 1967:

De fato, o objetivo era efetivamente tecnificar o campo, e isso só poderia ser conseguido, pelo menos com a urgência requerida, a partir de grandes investidores que poderiam pagar a conta dos tratores, fertilizantes e sementes selecionadas. O projeto de tecnificação levado a milhares de pequenos agricultores, provavelmente evitaria o êxodo rural, mas o regime não estava disposto a pagar este custo, pois o camponês, ao menos num primeiro momento não teria como pagar a conta (RIBEIRO, 2008, p. 239).

De acordo com Coelho Junior (2005, p. 31), a política de Delfin Netto, a política do “crescimento do bolo”, atribuía o problema da agricultura brasileira ao seu baixo nível tecnológico e de capitalização e essa situação só poderia ser resolvida via modernização dos latifúndios.

Porém, é importante levar em consideração fatores que propiciaram a “modernização autoritária<sup>84</sup>” do campo. De acordo com Coelho Junior (2005, p. 28), o Brasil enfrentava uma “[...] crise do abastecimento de gêneros alimentícios básicos nas grandes cidades, com agudização em 1961 [...]”. Para o autor, isso foi resultado da exaustão do “[...] modelo Fordista-Keynesiano implementado pelo Estado Novo [...]” (COELHO JUNIOR, 2005, p. 25).

No entanto, é quando Ribeiro (2008) menciona a criação do Estatuto da Reforma Agrária no regime militar, o qual sua discussão aponta para outros fatores que levaram os militares a se preocuparem em atuar com transformações mais sistemáticas no campo. De acordo com o autor:

Desde a revolução cubana que levou Fidel Castro ao poder, o tema da reforma agrária, como meio de prevenir conflitos, estava na agenda dos planejadores da Aliança para o Progresso, do governo Kennedy, bem como de influentes círculos intelectuais na América Latina e foi objeto de atenção de setores militares (RIBEIRO, 2008, p. 226-227).

Ribeiro (2008, p. 229) aponta para o viés da reforma agrária pautado no regime militar a partir do temor por parte dos militares de “[...] um movimento armado, que viesse do campo e conseguisse o apoio dos camponeses”.

Com isso, o Estatuto da reforma agrária teria como papel impossibilitar futuros levantes, além de adequar o campo às necessidades da cidade e de arrecadação de divisas:

---

<sup>84</sup> Coelho Junior (2005, p.54-57) utiliza o termo em referência ao modelo de agricultura que se torna dominante a partir da década de 1970 no Brasil e o descreve como um pacote tecnológico imposto aos agricultores.

O Estatuto, em linhas gerais, definia a desapropriação como principal método para obter terras e não descurava a tributação. Determinava pela primeira vez em nossa história o que fosse latifúndio (seiscentas vezes o módulo rural de uma dada região), ou ainda por exploração. O modelo de empresa a ser buscado era o da empresa rural, tecnicizada e eficiente, para as tradicionais funções da agricultura, ou seja, garantir alimentos nas cidades e arrecadar divisas para o país (RIBEIRO, 2008, p. 223).

Ribeiro (2008, p. 233), cita ainda, a criação de dois órgãos para tratar a reforma agrária no regime militar, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) “[...] vinculado à presidência da República, cuidaria da reforma agrária no sentido de redistribuição de terras [...]”, e o “Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) vinculado ao Ministério da Agricultura, seria o responsável pelo aperfeiçoamento e pela colonização”.

No entanto, de acordo com Ribeiro (2008, p. 234), havia no governo uma concepção própria sobre o que seria reforma agrária, sobretudo, considerando posições como a do ministro do Interior Costa Cavalcante, “que afirmava fazer-se reforma agrária, sem tocar a estrutura fundiária. Na verdade, esta concepção não está em desacordo com o que viria depois. A reforma agrária, aqui ganha o sentido de aperfeiçoamento técnico da agricultura, nada tem a ver com redistribuição de terra”. Para Ribeiro (2008, p. 240) “[...] o que ocorreu foi que a parte efetivada do Estatuto da Terra, que dizia respeito à tecnificação, era coerente com a reordenação capitalista”.

Para Gomes (1998, p. 620):

O autoritarismo plutocrático instalado pela “Revolução de 64”, em lugar de promover a reforma agrária, reforçou o monopólio da terra, através da modernização selvagem do campo. A extensão do crédito subsidiado e a tecnificação dos processos produtivos levaram à industrialização da agricultura a se voltar especialmente para os produtos de exportação [...] boa parte das pequenas propriedades também se convertem em verdadeiras empresas rurais [...].

No caso do meio rural de Itaporã dos anos 1960, a modernização do campo se evidencia com a entrada das primeiras trilhadeiras, além de novos cultivos como o trigo, em substituição ao café. O senhor Nelson Brito, por exemplo, ao falar a respeito da mecanização da agricultura itaporanense, menciona as trilhadeiras como as primeiras máquinas a aparecerem na região:

**E assim... o senhor falou que tinha... chegô uma época em que começou aparecer maquinário... novas tecnologias... foi... em que época mais ou menos assim? Que década mais ou menos? Ah... já di... di sessenta [1960] pra cá começô aparecê as trilhadeira! Trilhadeira cum... motor branco! Quem vindia... era aqueli senhor alí di Dourados... da Weimar Torres... ino no sentido HU. Mais alí nu centro da cidade quase. Um predim**

di três andar. Qui... eli chamava Amo Werner... um alemão. Intão eli iscrivia Amo Werner Máquinas e Motores... eli é qui vindia essa trilhadeira... i cum motor! Iii... já pu milho... chegô a... umas máquina qui [era] tocada pelo trator já. Já é mais pa diante um pouco! Mais sempri na... década di sessenta, setenta pur aí já tinha! Tinha uns qui era... era tão eficiente qui... qui tinha qui juntá im doze pessoa purquê sinão cê perdia o tempo! Ela batia dimais! Rendia u serviço! Essa era só pa milho i feijão. Já pa arroz era mais a trilhadeira memu... a... tinha uma delas qui chamava... Vencedora. Puxado cum animal ou cum trator (ENTREVISTA, Nelson Ferreira Brito, nov/2015).

Em relatos como o do senhor Nelson Brito, aparecem evidências do início da mecanização na agricultura itaporanense denotando como essa foi paulatinamente adotada.

Outra variável, no caso de Itaporã, em referência à modernização da agricultura, foi a substituição do café por novas lavouras como o trigo e a soja. O senhor Nelson Florêncio, por exemplo, menciona o início do plantio do trigo pela família com o fim dos cafezais. Entretanto o cereal, de início cultivado para o consumo da família, dividiu espaço com a lavoura da soja:

Prantamu muito pra essas banda u trigo! Acabô u cafezal... prantava... nu mei du soja prantava u trigo [...]. Vendia... aquela época tudu mundo levava pu Moinho Catarinense né. **Ah tinha o Moinho Catarinense?** É! U Moinho Catarinense... falava. Aí dispois qui nós prantava di maquininha [matraca]... cortava i batia cum trilhadeira, levava pa fazê farinha né. Depois já veio u prantio já mais grandi... aí já vendia pra fora né. Aí tinha comprador di fora! Levava pra fora! Qui nós prantava di maquininha... prantava só pu gasto [consumo próprio] né! Prantava, cortava, depois batia na trilhadeira, ponhava na carroça i levava pu Moinho Catarinense. Aí vortava com a farinha. Era dessi jeito! [risos] (ENTREVISTA, Nelson Antonio Florencio, set/2015).

As entrevistas também mencionam o uso da trilhadeiras para outras culturas como o arroz e, principalmente, o cultivo da soja quando essa começa a ganhar espaço, principalmente com o declínio da cafeicultura:

Mais aí começô assim... antis di acabá di tudu u café [a soja] já tava entranu né. Aos poquinho... tudu nu facão... **Tudu nu facão?** É! Cortadu soja nu facão... qui naquela época prantava-se poquinho né. Eu memu tinha um café qui tava assim né, mais ou meno assim [mostrando a altura de pouco mais de meio metro do chão], aí foi us ultimo café qui eu prantei. Eu prantei soja dentro. Três carrera di soja assim! I deu muito soja assim! Mais i... é... a genti batia cum trilhadeira! Uma máquina piquena a motor né. Ou trator... puxava cum trator, lá ingatava na tomada di força, i tal [...]. Arroz, feijão, milho... batia di tudu! Só quiii... ééé... cê tinha qui arrastá ela né! Aqui teve genti qui andô cum trem daqueli até arrastadu por dois burro! Nus começo aí (ENTREVISTA, Antônio Gregório, jun/2016).

O senhor Antônio Gregório, em seu relato também evidencia como era feita a “limpeza” de cereais por quem não podia contar com uma trilhadeira:

Arroiz era nu... nus comecinho memu era tudu nu braço né. Antes dessi... dessi negócio da... da trilhadeira aparecê si batia arroiz era tudu... isso aí us primero arroiz qui colhia aqui tamém... foi tudu assim. Fazia us fecho assim i batia num... num... tipo duma mesa né. **Essa trilhadeira num era todo mundo qui tinha?** Não! Era muito raro (ENTREVISTA, Antônio Gregório, jun/2016).

O senhor Inacinho, em sua entrevista, se apresenta como o pioneiro no cultivo da soja na região de Itaporã. Segundo ele, após uma palestra com um técnico da ACARMAT aos agricultores da região no ano de 1957, quando tinha apenas doze anos de idade, o mesmo se interessou pelo vegetal apresentado pelo técnico e decidiu adquirir os cinco quilos levados como amostra por esse. No entanto, na época o mesmo não contava com nenhum tipo de maquinário, então teve que cultivar a soja aos moldes dos demais cereais da época:

Eu arrendei um [lote]... na cabeceira qui a terra era melhor... era café... aí a giada matô, arrancar o café intão ficô uma terra melhor né, duquê a nossa. Qui a nossa era só na enxada né aí ela vai ficanu dura né, purqui... num tinha... tombadô [arado], num tinha nada, só [...]. Aí eu arrendei... dum tio meu na cabeceira. I aí ondi foi qui... u Anselmo da ACARMAT... levô essi cinco quilo di soja, pra fazê uma demonstração... nu bairro São Francisco... aí quando eli acabô a demonstração... *slide* i tudu... aí eli falô: Quem quisé prantá essis cinco quilo di soja... só qui a EMBRAPA<sup>85</sup> [Empaer] vendi a cinco reais<sup>86</sup>! Ai eu paguei cinco real nesi cinco quilo i prantei. **Mais u senhor não conhecia u soja?** Não! Não [...]. Aí tinha u terrerão di café nu sítio qui eu arrendei... aí eu prantei... i deu grande... era um soja grande... aí eu cortei di facão, batí di cambão... u soja... i banei... nu vento assim, joganu ca pá... banei u soja i vendí! Doze saco deu! Vendi prus Balasso na época [...]. Aí depois nu outro anu já começaram a vendê a semente i tudu... aí já foi saindo a trilhadeira, aí (ENTREVISTA, Inacinho Moura Gimenez, out/2017).

De certo modo, a partir das entrevistas ficou evidente que os cultivos que foram adotados com o declínio do café usaram por longa data da mão de obra disponível no meio rural itaporanense. Mesmo quando da disponibilidade de trilhadeiras para a limpeza dos cereais o produtor necessitava de muitos trabalhadores desde o plantio até a colheita.

Era tudu braçal! Você com essa sojajada memu num tinha venenu pra matá mato! Era tudu braçal! Cê tinha qui fazê tudu braçal! **I ondi qui arrumava essas pessoa pra... ?** Ainda tinha genti. Ainda tinha muita genti! Naquela época! Intêndi? Purque ainda tinha muita genti purque... u pessoal quando cabô u café...qui entrô u prantio di soja, ainda tava usando essi pessoal. Intêndi? Quando cabô u café qui... entrô u prantio di soja intão u pessoal

---

<sup>85</sup> A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) só foi criada no ano de 1972, durante o governo de Garrastazu Médici por meio da lei nº 5.851. Disponível em <<https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa>> Acesso em 09/04/2019. Na verdade, o entrevistado se refere a Empaer (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural) que começou a atuar em 1964 e foi responsável pela criação da ACARMAT (CAMPOS, 2019).

<sup>86</sup> O entrevistado utilizou em seu relato a moeda corrente na época da entrevista, o Real, como parâmetro para o cálculo do valor da época que na verdade era em cruzeiros.

ficô purquê... ainda tinha serviço. Cortá soja, batê u soja, tinha... carpa di soja (ENTREVISTA, Mario dos Santos Nonato, nov/2017).

Vale acrescentar o papel desempenhado pelo jornal *O Progresso* como um porta-voz da modernização do campo. Na década de 1960, o periódico passa a trazer anúncios promovendo a mecanização da lavoura na região. O micro-tractor mais conhecido pelos entrevistados como “tobata” é um dos primeiros equipamentos mecanizados a aparecer nas publicidades nesse período (figura 46).

Figura 46 - Propaganda de um micro-tractor (Tobata) no jornal *O Progresso*.

**Rápido e econômico**

O Micro-tractor ISEKI é de notável rapidez em qualquer tarefa. Alcança um rendimento de 1.300 m<sup>2</sup> em apenas uma hora. De grande economia na manutenção e consumo de combustível. Perfeito na capina: a profundidade de penetração da lâmina é regulada de modo a não afetar a planta nem a raiz. Fácil de manejar por trazer mecânica simplificada. Prático. De pequeno porte. Trabalha em áreas cultivadas sem prejudicar o crescimento das plantas. Rápido e econômico, o Micro-tractor ISEKI se paga a si mesmo em pouco tempo de uso.

**ISEKI é lucrativo**

Aquisição facilitada por financiamento bancário  
Permanente estoque de peças  
Segurança de assistência técnica e de manutenção  
Fabricado por  
**ISEKI-MITSUI MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A.**  
Rua Jacarai, 11/17 - São Paulo - SP  
REVENDEDOR ISEKI AUTORIZADO:

Fonte: O PROGRESSO, 3 de agosto de 1966, p. 4

De certa forma, o micro-tractor, ao que parece, não teve a mesma adesão entre os agricultores se comparado ao trator no início da década de 1970. A senhora Francisca Zanata foi a única a fazer menção à “tobata” [micro-tractor] em sua entrevista:

[...] i tinha uns tombado [arado] qui era puxado cum cavalo, né... qui... é bem diferente dus tomabadô di hoje qui é tudu ni... maquinário né! Intão... é bem diferente! Aí com u tempo... eli comprô tamém um tobatinha... aí aquela tobatinha tinha tipo uma... grade embaixo, qui... tornô melhor pra genti né... pra... mexê com a... com as terra né. Qui aquilo... fazia tipo um... gradiá! Num era profundo, né! Mais... já melhorô du qui a genti fazia né cum... arado né di cavalo (ENTREVISTA, Francisca Marques Bork Zanata, mar/2016).

A senhora Francisca em seu relato enfatiza a aquisição do micro-tractor por sua família como algo que trouxe uma melhoria no trabalho com a lavoura ao substituir o arado de tração animal. De certo modo, é conveniente supor que o acesso a esses equipamentos, com pagamento à vista, era restrito a agricultores com melhor poder aquisitivo já que, com base nas entrevistas, custavam muito dinheiro na época.

Em algumas das entrevistas um fato que chamou a atenção foi a menção às primeiras máquinas, como o tractor e a colhedeira, adquiridas pela Missão Franciscana, que contava com um lote vizinho ao da família do senhor Sebastião Rebeque. Ao ser perguntado sobre a existência de tratores na época, década de 1960, respondeu da seguinte forma: “Tinha us padre aqui qui tinha um [tractor], mais num dava conta du serviço delis! Qui a chácara era sessenta arques né. Dus padre. Aí fazia só u serviço delis (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

O senhor Sebastião Rebeque menciona a primeira colhedeira que viu e que também foi uma aquisição dos padres franciscanos:

Aí já começô aparecê colhedera! I aí u pau torô! **A primeira colhedera qui... qui u senhor lembra assim?** Us padre qui comprô! Santa Matilde! **Santa Matilde?** Santa Matilde! - Crodoaldo: U quê? Era u nome da colhedera? - Sebastião: É! [...]. Ela num tinha... granelero! Ela insacava! Aí ia insacanu i dirrubanu na roça! – Crodoaldo: Insacanu? – Sebastião: Insacanu! Lá... era du jeito qui trilhava, ela colhia normal, colhia normal, só qui aí u granelero... subia lá im cima e tinha uma insacadeira igualzim trilhadeira! Copiaram da trilhadeira! Aí ficava um pião lá im cima! Aí... eli já... tirava aqueli saco, punhava u otro, custurava i jogava nu chão. **Já saía insacado?** Saía insacado! Só qui ficava tudu nu mei da roça esparramado! [...]. Crodoaldo: Ela colhia quantos sacos por dia? – Sebastião: Cem... cento i pocos saco (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Os anúncios de colhedeiros no jornal *O Progresso* aparece já no fim da década de 1960. A marca Massey Fergusson inicia as publicidades já no ano de 1968 (figuras 47 e 48), enquanto a Santa Matilde, (primeira colhedeira, de acordo com os entrevistados, a surgir no meio rural itaporanense), apenas em 1976 (figura 49).

Considerando todo o trabalho manual necessário para as colheitas antes da chegada das primeiras colhedeiros, é importante levar em conta a mão de obra dispensada por quem pudesse contar com uma máquina dessas.

Por outro lado, a adesão das colhedeiros não seguiu o mesmo ritmo em comparação ao tractor. Com base nas entrevistas, a colheita manual utilizando o facão e a trilhadeira seguiu predominante até o fim da década de 1970. A senhora Francisca relatou o uso do facão e da trilhadeira nas colheitas de cereais até meados de 1980 no sítio de seu pai (ENTREVISTA, Francisca M. B. Zanata, mar/2016).

Figura 47 – Anúncio das colhedeiras Massey Ferguson publicada no jornal O Progresso.

**Na safra passada,  
muita gente  
ganhou mais  
na colheita de arroz  
porque tinha  
boas colhedeiras.**

**Você estava entre eles?**

Ou você estava entre aqueles que tiveram um lucro modesto, mas não aproveitaram totalmente a sua produção de arroz? Então o enorme rendimento que você teria, se colheiasse com uma colhedora Massey-Ferguson. De milhares que compraram colhedeiras Massey-Ferguson não perderam nada de sua safra. Certamente você ganhou algum dinheiro e poderá comprovar o quanto ele está feliz por ter confiado em Massey-Ferguson, o maior fabricante de colhedeiras automotóricas. A sua colheita de próximo ano já estará totalmente garantida, quando você providenciar a sua colhedora Massey-Ferguson. Por que não providenciar agora? Estamos à sua espera com os melhores planos de financiamento.

**Massey-Ferguson**  
MECANIZAÇÃO INTEGRAL DA LAVOURA

REVENDEDOR EM DOURADOS:  
SAKAGUTI & CIA. LTDA  
Av. Marçalino Prest. 2117 - Fone: 3.611 - Caixa Postal 110

Fonte: O PROGRESSO, 3 de agosto de 1968, p. 3

Figura 48 - Anúncio apresentando a colhedora Massey Ferguson modelo MF 210.

**PLANTE MAIS E  
COLHA MELHOR  
COLHEDEIRA MF 210**



**FABRICADA  
NO  
BRASIL**

A MF 210 é a colhedora mais moderna fabricada no país. Resultado da experiência mundial da Massey-Ferguson, a MF 210 tem características exclusivas, especiais para as condições da nossa lavoura. Eis porque a MF 210 pode garantir mais lucros do que qualquer outra colhedora nacional:

- Todos os ajustes e controles são feitos pelo operador sem precisar sair do seu lugar.
- Seu tanque de grãos de 2.200 litros possibilita maior autonomia de trabalho.
- Possui ampla gama de velocidade de ventilação, assegurando grãos limpos de impurezas.
- Seu motor Perkins-Diesel é de fácil manutenção e comprovada eficiência.
- A plataforma do operador, ôtimamente posicionada, possibilita a visão total da colheita e do tanque de grãos.
- O picador de palhas, como equipamento standard, facilita a incorporação dos restos de cultura ao solo.
- Com tubo de descarga ultra-rápido, o tanque de grãos é esvaziado em apenas 2 minutos.
- A altura de corte pode variar de 5 a 65 cm. Plante mais. A MF 210 garante a colheita.

**Massey-Ferguson**

**SAKAGUTI & CIA LTDA**  
DOURADOS — MATO GROSSO

Fonte: O PROGRESSO, 2 de dezembro de 1970, p. 6



Figura 49 - Propaganda ilustrada da colhedeira Santa Matilde.

Dourados-Mt., Sexto-Feira, 3 de Dezembro de 1976 O PROGRESSO Terceira página

# Santa Matilde colhe o que a terra dá...

A COLHEDEIRA STA MATILDE SM - 1000

Além de colher com economia e rapidez, colhe limpo e sem danificar os grãos.

Leve, de fácil manejo e de desempenho excepcional.

Agora, melhor para todos nós,  
A SM-1000 TEM ASSISTENCIA  
TÉCNICA TOTAL.

- É A GARANTIA OESTEDIESEL -  
SUA SATISFAÇÃO É O  
NOSSO OBJETIVO



**Oestediesel**

OESTEDIESEL S.A. - Maquinas e Motores  
Av. Weimar G. Torres, 2.990 Fone: 2527 Dourados - MT

Fonte: O PROGRESSO, 3 de dezembro de 1976, p. 3

É importante lembrar que havia incentivos por meio de financiamentos de forma a facilitar a adesão desses maquinários, mas é preciso considerar também, que os valores, sobretudo em se tratando das colhedeiças, talvez fossem um pouco acima do que os agricultores estavam dispostos ou em condições de pagar<sup>87</sup>.

Já o trator, por outro lado, ao que parece era mais “barato” e isso, talvez, foi o que facilitou a sua adesão pelos agricultores dispostos a assumirem, como eles mesmos colocam, o “compromisso” do financiamento.

O jornal *O Progresso*, já em meados da década de 1960 apresenta vários anúncios de tratores com financiamentos (figuras 50, 51, 52 e 53).

O anúncio (figura 50) busca chamar atenção do leitor para a capacidade apontada do trator arar “¼ de alqueire por hora”, o que provavelmente era mais rápido do que o tempo gasto utilizando um arado puxado por um animal e também para o “sulco bem-feitinho” que, o trator puxando o arado, abria na terra.

<sup>87</sup> Em um anúncio de venda publicado na primeira página do jornal *O Progresso* de 10 de fevereiro de 1963, uma colhedeira motriz de esteira é colocada à venda “em estado de nova”, da marca Miniápolis, pelo valor de Cr\$ 3.000.000.000.



Figura 50 - Jornal O Progresso em um de seus primeiros anúncios apresentando o trator.

5.a página O PROGRESSO

Com três discos e tudo...  
Que sulco bem feitinho, hem...  
Com um pé nas costas...

Então, venha conhecer o Trator Ford!  
Testes oficiais provaram que o Trator Ford é o mais veloz de sua categoria. Isto graças à sua balanceada relação potência/peso, suas 8 marchas e seu motor de 56 H.P.  
As 8 velocidades do Trator Ford permitem executar todas as operações no menor tempo possível, sem forçar o motor e com grande economia de combustível.  
O controle automático de ondulação (transferência de peso) e a filtragem total do óleo pelo sistema "Full Flow", asseguram maior rendimento ao Trator Ford.  
Agora, mais vezeirão, com variações de peso e bitola.  
E você ainda tem estas vantagens! Nós estamos aqui para prestar assistência técnica permanente ao seu Trator Ford. Temos mecânicos treinados na fábrica e mantemos estoque das legítimas peças Ford. Peça uma demonstração.

APROVEITE!  
Com a nova Resolução n.º 8 do Banco Central, você compra o seu Trator Ford financiado em 4 anos e a juros baixíssimos. Procure-nos. Nós o ajudaremos a consegui-lo.

Brevemente no MÃRCA AUTO POSTO  
**Donato Francisco Sassi S/A.**  
Revendedores FORD exclusivos na região

Fonte: O PROGRESSO, 10 de agosto de 1966, p. 5.

Além disso, o anúncio também aponta para a possibilidade de financiamento disponibilizado na época: “Com a nova Resolução nº 8 do Banco Central, você compra o seu Trator Ford financiado em 4 anos e a juros baixíssimos [...]” (O PROGRESSO, 10 de agosto de 1966, p. 5).

Para Baunain (2014), os financiamentos foram, ao lado das pesquisas agrícolas e a da extensão rural, as principais estratégias utilizadas por instituições públicas a implantarem a modernização da agricultura brasileira na década de 1960:

[...], as raízes mais promissoras da moderna agricultura brasileira nasceram na década de 1960, com a instituição do sistema de crédito rural e a implantação de um modelo de modernização da agricultura largamente inspirado no caso norte-americano e fundado em um tripé indissolúvel: crédito rural subsidiado, extensão rural e pesquisa agrícola por instituições públicas [...] (BUAINAIN, Antônio M. *et. al.*, 2014, p. 1164).

Junto a isso, pode-se somar os anúncios publicados estrategicamente e de forma criativa em periódicos como o jornal *O Progresso*, de forma a despertar a atenção do leitor enquanto potencial consumidor (Figuras 51 e 52).

Não foi possível verificar a partir das entrevistas os efeitos que tais anúncios puderam ter nas tomadas de decisões dos agricultores da região. Em nenhuma das entrevistas os anúncios através de periódicos foram mencionados. Ao que parece, as propagandas de rádio e as informações transmitidas oralmente foram os principais veículos promovedores das inovações agrícolas, sobretudo, em se pensando nos tratores como potenciais substitutos dos equipamentos de tração animal e da enxada.

Figura 51 - O trator Ford apresentado no anúncio como se estivesse carregando uma espiga de milho gigante.

**Milho gosta do trator Ford**  
(...e as outras culturas também!)

E quem vai tirar vantagem disto é você!

O Trator Ford trabalha mais rápido, graças à sua balanceada relação potência/peso, suas 8 marchas e seu motor de 56 H.P. Você pode fazer tudo na época certa: arar, gradear, semear, transportar, etc. E isto é muito importante para quem gosta de ver o palco cheio no fim da colheita. Você não gosta?

São 8 velocidades diferentes, uma para cada tipo de operação.

O Trator Ford tem controle automático de ondulação (transferência de peso), para trabalhar até mesmo nos terrenos mais acidentados.

Agora, mais versátil, com variações de peso e bitola. Trabalha com qualquer implemento!

E você ainda tem estas vantagens. Nós estamos aqui para prestar assistência técnica permanente ao seu Trator Ford. Temos mecânicos treinados na própria fábrica e mantemos estoque das legítimas peças FoMoCo.

Peça uma demonstração.

**APROVEITE!** Com a nova Resolução n.º 8 do Banco Central você compra o seu Trator Ford financiado em 4 anos e a juros baixíssimos. Procurá-nos. Nós o ajudaremos a consegui-lo.

**Ford**  
TRATORES EQUIPAMENTOS

Fonte: O PROGRESSO, 13 de agosto de 1966, p. 2.

Figura 52 - Anúncio apresentando o trator Ford como se tivesse carregando sacos de arroz empilhados.

**Arroz gosta do trator Ford**  
(...e as outras culturas também!)

E quem vai tirar vantagem disto é você!

O Trator Ford trabalha mais rápido, graças à sua balanceada relação potência/peso, suas 8 marchas e seu motor de 56 H.P. Você pode fazer tudo na época certa: arar, gradear, semear, transportar, etc. E isto é muito importante para quem gosta de ver o palco cheio no fim da colheita. Você não gosta?

São 8 velocidades diferentes, uma para cada tipo de operação.

O Trator Ford tem controle automático de ondulação (transferência de peso), para trabalhar até mesmo nos terrenos mais acidentados.

Agora, mais versátil, com variações de peso e bitola. Trabalha com qualquer implemento!

E você ainda tem estas vantagens. Nós estamos aqui para prestar assistência técnica permanente ao seu Trator Ford. Temos mecânicos treinados na própria fábrica e mantemos estoque das legítimas peças FoMoCo.

Peça uma demonstração.

**APROVEITE!** Com a nova Resolução n.º 8 do Banco Central você compra o seu Trator Ford financiado em 4 anos e a juros baixíssimos. Procurá-nos. Nós o ajudaremos a consegui-lo.

**Ford**  
TRATORES EQUIPAMENTOS

Fonte: O PROGRESSO, 20 de agosto de 1966, p. 5.

Entretanto, o financiamento, algo novo na época para os agricultores, pode ter sofrido certa resistência. O senhor Sebastião Rebeque, por exemplo, relatou a dificuldade que teve para convencer seu pai a comprar um trator financiado, que, de acordo com esse, iria melhorar o trabalho com a lavoura no lote da família ao substituir a mão de obra empregada:

E aí nós fiquemo... tocano só qui aí u serviço era dimais! Dimais! E aí começô... é... tocá menos roça i punhá genti! Aí u pai era muito nervoso, esquentado, aí eu falei: U senhor qué pará di passá raiva? Eli falô: U quê? Eu falei: Vamu financiá um trator? Eli falô: Cê tá maluco? Cê qué mi vê na falência! Eu falei: Financeia um trator i podi mandá essis pião tudo imbora qui eu dô conta da roça! Aí im setenta i treis [1973] eu comprei um cinquentinha [trator modelo 1950]! Equipado! **Cinquentinha era o quê? Um [trator] Massey [Ferguson]?** Um Maseysinho! Cinquentinha! Um trator, um arado, uma grade, i uma carretinha! **Devia ser caro na época né?** Era caro! Na época u financiamento falava... é... milhão né... mil. Aí meu trator com tudo ficô im quarenta i três! Trator, arado, grade... **Era... cruzeiro né?** É! I uma carretinha! Cum três anu aí eu paguei elis! Qui aí u pai era muito sistemático i eli mi cobrava (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Conforme o senhor Sebastião menciona em seu relato, mesmo contando com cinco anos para quitar a dívida com o banco por conta do financiamento do trator, o mesmo pagou o empréstimo já no terceiro ano diante das pressões de seu pai:

Eu trepava naqueli trator eu trabaiava dia e noiti! Qui nem um condenado! Aí já comecei fazê servicinho pra fora! Aí eu tirava meus trocadinho tranquilo! Aí cum três anu... eu já tinha u dinheiro junto qui guentava pagá aí foi até u cara qui... fui lá nu banco eli falô: Não rapaiz! Cê tem mais dois ano! Purquê u pai num mi dava sussego! Eu trabaiva aqui quiném da chácara dus padre era uma turma. Mais elis falava: Comu essi pião guenta? É dia i noiti cê passa eli naqueli trator i pau! I pau! I eu falava... eu tomava comprimido. Naqueli tempo eu tomava Cibalena... com Coca Cola [...]. **Mais pra quê qui era?** Pra não dormí [...]. Eu chegava as veis... duas hora da manhã pa durmí duas três hora... i eu nem a butina num tirava! Deitava di travessado na cama! Aí eu já pegava i falava: Pai! Daqui duas hora mi chama! Aí eli chegava qui... qui eu morava junto mais meu pai... eli já ia i mitia u pé na porta! Tião! Tião! Tá na hora [...]. Eli tinha medo! Qui eli falava qui u... u banco é u di casa! Assim memu a genti di vêis im quando cai qui eli infraquece as perna! Eli falava: Di jeito nenhum! Sei qui eu falava: Pai! Si eu comprá um trator eu garanto tocá tudu essas roça i u senhor num vai passá mais raiva cum pião... paganu pur dia... i eu vô dá conta (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

Figura 53- Anuncio do trator Massey Ferguson.

Constitui parte da página

Vantagem Extra do Concurso  
"Compre um Trator MF e ganhe  
um Trator MF 50X inteiramente grátis!"

O TRATOR MF  
ADQUIRIDO  
AINDA  
ESTE MÊS  
TERÁ  
GARANTIA ATÉ 31  
DE AGOSTO DE 1969!



Não é formidável? Além dos prêmios oferecidos (1 Trator MF 50X, 1 Carréta MF 19, 1 Arado MF 64, de 3 discos, 1 Grade MF 23, de 24 discos e 1 Cultivador MF 67) e que podem ser substituídos por quaisquer outros produtos MF de valor equivalente... além das vantagens de qualidade e assistência Massey-Ferguson já conhecidas — Você ainda ganha na extensão da garantia do seu Trator MF adquirido agora. E isto porque todos os Tratores MF vendidos durante o período do Concurso terão sua garantia estendida, excepcionalmente, até o dia 31 de agosto de 1969. Isto quer dizer que, quanto mais cedo V

adquirir o seu Trator MF, maior será o prazo da garantia. E com direito, e claro, a mais revisões gratuitas. Por isso, não perca esta grande oportunidade. Fale o quanto antes, com o seu Revendedor Massey-Ferguson. Ele tem todas as informações sobre o Concurso... e lhe oferece condições ótimas para a aquisição de seu Trator MF.

**IMPORTANTE!** A compra de implementos MF somente dará direito a participação no Concurso, quando realizada conjuntamente com a aquisição de um Trator MF. Não serão considerados implementos MF e não terão valor para recebimento de cupons os seguintes produtos MF: a) Plataforma Transportadora, b) Guindaste, c) Capota, d) Para-choque.

**REVENDEDOR EM DOURADOS**  
SAKAGUTI & CIA. LTDA  
Av. Marcellino Pires 2217 - Fone. 536 Caixa Postal 142

**Massey-Ferguson**  
MECANIZAÇÃO INTEGRAL DA LAVOURA  
(Processo n.º 14907/61 - 17/6 Caixa Patente 330, Clavão)

Fonte: O PROGRESSO, 12 de fevereiro de 1969, p. 3.

É interessante notar também, que o dinheiro arrecadado para quitar o financiamento do trator não foi apenas resultado do trabalho com os cultivos no sítio da família. O senhor Sebastião também menciona o “trabalho para fora”, ou seja, vizinhos e outros agricultores terceirizaram trabalhos como a aração da terra, beneficiando pessoas como o senhor Sebastião que agora, com o trator, podiam contar com uma renda extra, trabalhando em terras alheias.

Vale ressaltar que a terceirização de algumas etapas de cultivo contratando pessoas que possuíam certos equipamentos se deu desde a chegada das primeiras trilhadeiras na região em meados de 1960, conforme relato do senhor Antônio Gregório: “Intão... us qui tinha [trilhadeira] ia batê pru... pru vizim, cobrava né! Pa ganhá dinheiro” (ENTREVISTA, Antônio Gregório, jun/2016).

A senhora Francisca também menciona a utilização da trilhadeira, adquirida pelo pai, como forma de conseguir uma renda extra, por meio do trabalho em lavouras alheias:

**E... quando eli adquiriu aquela trilhadeira qui você tava falando... pra... pru... foi pru arroiz? Foi pra... batê arroiz, batê soja... Era só us produto deli ou... dus vizinho trazia também?** Não aquela lá... eli usava pra eli i prus vizinho. Às veis um vizinho cortava um arroiz lá, precisava duma trilhadeira, aí vinha... aí eli ia. Eli começô a ganhá um dinheirinho tamém com essa trilhadeira. Aí tinha meu irmão, né... qui... trabalhava com essa trilhadeira, né. Meu irmão caçula né! lii... ganhava dinheiro com essa trilhadeira, batendo (ENTREVISTA, Francisca Marques Bork Zanata, mar/2016).

Por outro lado, mesmo com essas formas de terceirização do trabalho com os maquinários que iam surgindo no meio rural itaporanense, permaneceram de certa forma, as trocas de favores entre vizinhos, principalmente, considerando que alguns produtores dificilmente podiam contar com todos os equipamentos necessários para a efetivo trabalho mecanizado de toda a lavoura.

O senhor Sebastião Rebeque relata que, por sua família ser vizinha do lote dos padres, mantinham relações de amizade que asseguravam as trocas de favores:

**E essas colhedeira qui us padre trouxeram assim... elis colhia pra outras pessoas ou era só pra... só na lavoura deles?** Elis colhia. Mais era muito difícil! Elis fazia primero a delis tudim! E eles era divagar dimais [...]. Intão quem pra mim memo elis colhia... porque... elis dependia as veis di serviço braçal, daveis eu sobrava tempo... eu ajudava trabaiá lá. Aí pur causa di amizade (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

A senhora Francisca Também menciona as trocas de favores entre sua família e os vizinhos envolvendo o empréstimo de equipamentos agrícolas:

Eli [pai] tinha um tombador e um... uma grade, né. Aí eli pegava as veis emprestado uma... semeadeira né... pra... u qui eli num tinha... ou às veis um vizinho vinha né, qui u trator deli num era... forte né... vinha i fazia a terra pra eli, dava uma força pra eli. Então às veis trocava u serviço (ENTREVISTA, Francisca Marques Bork Zanata, mar/2016).

Desta forma, através dessas relações de trocas envolvendo equipamentos agrícolas, mesmo as pessoas que não tinham condições de adquirir todos os equipamentos necessários para a mecanização total<sup>88</sup> de suas lavouras, as mesmas usaram de trocas de favores envolvendo empréstimos de algumas máquinas, e também, da terceirização de algumas etapas do cultivo dispensando, assim, o emprego de mão de obra remunerada<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> A mecanização total aqui se refere ao emprego de máquinas e equipamentos desde o preparo da terra para o plantio até a colheita substituindo o trabalho manual.

<sup>89</sup> Com exceção da capina que com base em conversas com os entrevistados até fins da década de 1970 ainda era muito utilizada empregando muitos trabalhadores na condição de diaristas. Essa situação só irá mudar na década de 1990 com o aumento da utilização de herbicidas e nos anos 2000 com os cultivos transgênicos. Mas isso é uma questão para ser melhor analisada em um outro trabalho, aqui já está no limite do recorte temporal, fins de 1970.

Outra questão pertinente para se pensar a partir da análise dos relatos é a ausência de uma orientação técnica adequada para com os agricultores que não tinham experiência com máquinas como os tratores. No relato do senhor Sebastião Rebeque, este menciona que aprendeu a dirigir um trator no caminho de volta para o sítio no dia em que comprou o equipamento:

**E o senhor aprendeu com quem assim... dirigí trator? Sózinho! Sozinho? Sózinho! Sózinho! O senhor chegou a trabalhar com algum antes di... Eu nem tinha subido num paralama dum trator! Como que o senhor aprendeu assim? Ah... já mi intregaro i falaro: U trator tá liberado! Aí eu já peguei, catei essi trator, já vim rodando! Já vim rodando cum trator! Liberô já vim rodando cum eli! O senhor chegou, subiu im cima i... Subí... u cara só deu lá umas instruçõeszinha pa... pa... pa... pa... assim eu mi virei! Até aí o senhor nunca tinha subido em um trator? Mais nem di curiosidade (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).**

Na entrevista com o senhor Inacinho Gimenez, o referido também evidenciou a ausência de instruções técnicas para o aprendizado com o trator. No seu caso, o trator pertencia a um fazendeiro para quem o senhor Inacinho aceitou trabalhar sem remuneração em troca do aprendizado na prática, sem orientação de um profissional:

[...] eu trabaiei... eu num sabia dirigí... eu tirava leite, levantava duas hora da manhã pa tirá u leite meu... qui é... meu leite... da fazenda... aí eu ia trabaiaí di trator pra eli dado [sem cobrar]... pra aprendê dirigí! Globiá... derrubá pau tinha medo... porque erguia u trator assim eu tinha medo, né. Mais eu... tombá... um dia eu tava tombaru cum tombadô di três bacia, aquele di arrastão, grande, u CBTesão [trator da marca CBT] assim... eu tava danu vorta i era graaande... aí quando eu dei uma vorta daí eu... daí eu derrepente eu achei um tombado lá na frente. Eu falei: Oia! Achei um tombadô! Falei assim pra mim mesmo. Era umas onze hora da noiti... falei: Achei um tombadô! Aí eu fui olhá i cadê u meu [risos]! Tinha arrebentadu u fio... u pino né! I eu dei uma vorta... nu... nu quadro... quadro grande demorava meia hora pra dá a vorta né... era muito grandi u quadro. Aí... eu falei: Oia u meu tombadô! Aí fui com o trator sem graça... fui... pra casa né [...]. Aí nu outro dia cedo eu fui lá... ponhei outro pino i continuei u serviço (ENTREVISTA, Inacinho Moura Gimenez, out/2017).

O episódio, apesar de narrado de forma cômica pelo entrevistado, aponta para a possibilidade da falta de orientações técnicas mais precisas a respeito do uso de máquinas pesadas como o trator. Mesmo se tratando de um possível caso de quebra acidental do pino do engate responsável por fixar o arado (tombador) ao trator, é preciso se pensar sobre os riscos que um trabalhador mal orientado pode correr. Os pinos, quando são provenientes das fábricas responsáveis pela fabricação dos próprios implementos são preparados para resistirem por certo tempo aos solavancos ocasionados em terrenos acidentados, ou em casos da operação do equipamento em velocidades de trabalho recomendadas. Entretanto,

a existência de buracos, e até tocos de árvores derrubadas, podem ocasionar a quebra do pino acidentalmente. Ainda é preciso considerar os pinos improvisados quando da perda ou quebra do pino original do equipamento que podem não oferecer as mesmas condições de segurança.

A partir dos relatos, não foram mencionados casos de acidentes envolvendo máquinas pesadas. Em buscas sobre menções a acidentes com máquinas pesadas em publicações do jornal *O Progresso* na época, há uma notícia envolvendo um acidente com trator na estrada que liga Itaporã a Dourados ocasionando o falecimento do operador. A nota não trouxe maiores informações, ficando assim difícil estabelecer as condições reais para a ocorrência desse acidente (O PROGRESSO, 14 de novembro de 1964, p. 6). Mesmo assim, é importante considerar os riscos que um trabalhador pode correr ou expor outras pessoas, na medida em que o mesmo não dispõe de orientação ou treinamento técnico necessário para o trabalho com máquinas pesadas como o trator.

De acordo com o senhor Sebastião Rebeque apenas no início da década de 1980 surgiram na região do meio rural itaporanense cursos técnicos envolvendo o trabalho com o trator. Conforme o senhor Sebastião evidencia em seu relato, isso se deu em decorrência do aumento da utilização de máquinas pesadas na região:

Aí aqui si tornô até u lugar, qui aí começô mecanizá memu, aí aqui era u lugar di fazê... curso. Aí u pessoal fazia curso! **Em que época qui foi isso?** Setenta i três qui eu tirei u trator... aí já era... uns oito anu mais ou meno [1981]! **Depois de oito ano começo aparecê esse curso?** É! Curso. E aí já começô roça mecanizada (ENTREVISTA, Sebastião Rebeque, jan/2018).

As fontes analisadas apontam para a intensificação da mecanização da agricultura na década de 1970. Mecanização essa, que conforme discutido anteriormente, fazia parte das transformações decorrentes da política de modernização do campo que se inicia em meados de 1960, durante o regime militar, visando alinhar os interesses da agricultura aos interesses da indústria sob o pretexto de que boa parte dos problemas enfrentados, como a crise do abastecimento de gêneros alimentícios básicos nas grandes cidades, se devia ao “atraso” técnico da agricultura brasileira.

Nesse período, o meio rural itaporanense passa por profundas transformações, sobretudo, considerando os efeitos demográficos por conta da mecanização que substituiu gradativamente boa parte da mão de obra empregada no campo, levando muitas famílias a deixarem a região migrando para novas áreas da fronteira agrícola ou para as cidades. A tabela 1 apresenta em números os efeitos demográficos mencionados:

Tabela 1 - Resultados do Censo demográfico realizado pelo IBGE em Itaporã entre os anos 1960 e 1990.

| ANO  | TOTAL  | RURAL  | URBANA |
|------|--------|--------|--------|
| 1960 | 12.019 | 9.427  | 2.592  |
| 1970 | 20.283 | 14.758 | 5.525  |
| 1980 | 14.398 | 6.620  | 7.778  |
| 1990 | 15.935 | 5.964  | 9.971  |

Fonte: IBGE

\* No recenseamento geral de 1950 a população de Itaporã foi incluída na do município de Dourados. Sabe-se que com a constante imigração ela cresceu consideravelmente no período pós-censitário.

Fonte: ITAPORÃ, 1996, p. 29.

Conforme os dados da tabela 1, Itaporã contou com o aumento de sua população entre 1960 e 1970. De 1970 a 1980, é apontado uma redução de sua população atestando assim para as transformações do período que ficam mais latentes na medida em que se verifica a relação de número de pessoas vivendo no meio rural e urbano que, a partir de 1970, sofre uma inversão. A população rural passa a diminuir ao passo que há um aumento da população urbana. Mesmo com um novo aumento da população verificado pelo censo de 1990, percebe-se que a população rural continuou diminuindo, enquanto a população urbana aumentou.

Mas essa inversão demográfica da população urbana em comparação com a população rural, não foi exclusividade de Itaporã. Os estudos de José Graziano da Silva (1981) e Angela de Castro Gomes (1998), contribuem apontando para o êxodo rural, intensificado na década de 1970 como resultado da modernização do campo em âmbito nacional. De acordo com Graziano da Silva,

[...] na primeira metade da década de dos setenta a expansão da fronteira agrícola – ao contrário dos anos sessenta – deu-se com base em grandes fazendas [...].

[...] milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo proprietários que iam perdendo as terras que possuíam não tiveram nova oportunidade na agricultura. Em outras palavras, tiveram de se mudar para as cidades em busca de uma nova maneira (nem sempre satisfatória) de ganhar a vida (SILVA, 1981, p. 15).



Para Angela de Castro Gomes, em âmbito nacional, o período inserido entre os anos de 1950 e 1980 compreende a “anos de transformações assombrosas”, tendo como destaque o êxodo rural brasileiro quando, “[...] milhões de homens, mulheres e crianças arrancados pelo trator, pelos implementos agrícolas [...]” (GOMES, 1998, p. 580), se deslocam para “[...] o duro mundo da concorrência da grande cidade, ou para o mundo sem lei da fronteira agrícola [...]” (GOMES, 1998, p. 586).

A autora aponta ainda para a intensificação do êxodo rural com 14 milhões de pessoas que deixaram o campo na década de 1960, e outros 17 milhões na década de 1970 (GOMES, 1998, p. 680).

No caso do município de Itaporã, o Perfil Histórico de Itaporã, além de apresentar dados demográficos que apontam para o êxodo rural no município (Tabela 1), também responsabiliza a mecanização da lavoura por isso, principalmente com relação ao período posterior à década de 1970, em que houve uma queda, inclusive, na população do município como um todo:

A mecanização trouxe consigo o aumento da produtividade da região, consolidando cada vez mais a posição da agricultura na economia municipal, em contrapartida trouxe um problema social pois a população que em 1970 era de 20.283 habitantes, com 14.758 habitantes no campo e 5.525 habitantes na cidade, em 1990 caiu para 15.935 habitantes com 5.964 no campo e 9.971 na cidade (Perfil Histórico de Itaporã, 1996, p. 41).

Os relatos dos entrevistados traduzem a situação a partir de suas visões de mundo atribuindo a saída de muitas famílias do meio rural itaporanense, não apenas na medida em que a mecanização ganhava espaço, como também a entrada de novos agricultores na região, sobretudo, os migrantes sulistas:

**O senhor lembra assim quando começô a mudá essas... essas relação assim di... di vizinho... essas coisa?** Foi cheganu maquinário... quem nu nosso sítio moravam... uma, duas, três, quatro... cinco família! Cinco família trabalhava i vivia alí nu sítio né! Foi cheganu maquinário... aí... um só comprô cinco sítio! Intão supondo déiz, quinze família teve qui vim pra cidade pur farta di... [interrupção da gravação]. Tivero qui saí! Depois qui entrô maquinário. **Mais nu caso essis qui chegava já chegava com dinheiro?** Com dinheiro! Aí a genti qui é coisa... tinha qui... **O senhor lembra de onde vinham essas pessoas [compradores de terras]?** Ah veio bastante di São Paulo... vei du... du... Paraná... us gaúcho! Falava gaúcho [...]. Intão essis gaúcho branco qui vei du Paraná qui... qui [inaudível] us campo, tudu as coisa tocanu lavora! Prantanu soja, i prantanu... coisa. **Mais assim elis num tinham maquinário quando elis chegavam?** Tinha! Elis já vinha lá cum dinheiro lá du... di lá. **Já vinham com dinheiro.** Já vinha com dinheiro (ENTREVISTA, Inacinho Moura Gimenez, out/2017).

O relato do senhor Inacinho evidencia que os migrantes que chegaram a partir da década de 1970 compraram boa parte dos lotes da região, contribuindo não apenas para a saída dos sítiantes do meio rural como também das famílias que ainda estavam morando na condição de agregados.

Ao que parece os novos agricultores tinham perspectivas diferentes em relação a agricultura, alterando-a na medida em que investiam não apenas na mecanização como também nas monoculturas da soja e do milho, sem mencionar o uso de defensivos e de adubação.

Alguns dos entrevistados mesmo apontando o aumento da produtividade com as inovações da época, e também, os reconhecendo como sujeitos que contribuíram para essas transformações, na medida em que aderiam ao novo modelo de agricultura agroexportadora, trouxeram ponderações que remetem aos resultados negativos em se tratando, sobretudo, das famílias que não aderiram ao modelo ou dependiam do trabalho manual da lavoura para sobreviver:

Eee... a carpa du soja quando apareceu u soja... u café cê num passava... a meia lua qui si falava qui é cum animal... mais di soja tinha veis di tê treis cavalo bão... aquilo limpava u soja! Hoji não! Hoji faiz um prantio direto... não num... num dá mais serviço! Ah... como se diz? A automação e a... robotização tirô muito serviço né (ENTREVISTA, Nelson Ferreira Brito, nov/2015).

[...] aí começô entrá u venenu pa... é u soja... u soja transgênico eu tô ti falando, pra você. Começô entrá u soja transgênico. Aí qui foi matando mais u povo! Purque aí num tinha mais carpa! Intêndi? Aí num tinha mais carpa, aí num tinha mais soja... purque cortava nu facão... intêndi? E aí ficô difícil pur diante. E aí intão você... chegava hoji... hoje tá u venenu nu soja transgênico... você pode prantá eli i dexá um mato fica parelho cum eli! Renti cum eli! Renti cum eli! Aí você dá uma apricada di venenu cê elimina u mato! Cê elimina u mato u soja... vai imbora! Intêndi? Intão aí... us cara ia passá fome! Intêndi? Qual recurso? É... í imbora! Procurá melhora pra eli! Intêndi? Intão foi u qui aconteceu (ENTREVISTA, Mario dos Santos Nonato, nov/2017).

Hoji as lavora é u seguinte: lavora hoji... só quem tem istudu! Qui nem eu memu [inaudível] como diz u outro, num pego trator não! Trator tudu é... cum GPF [GPS]! Tudo pi... piloto mecânico [automático]! Tudo é hidramático! Tudo é... moderno... cara qui num tem leitura num pega! Num trabaia! **Ah é?** Não! Tudu é na base do GPF hoje! Tudu é de... de... tudo é deferente! Antigamente não! Antigamente era tudu nu braço memu! Hoji não! Hoji é tudu... hoje cê pega um trator cê munta neli cê... cê liga eli... liga u GPF... liga u piloto automático... cê vai... só nu fim da linha cê vai fazê a curva. Daí cê feis a curva, sortô eli vai imbora sozinho dinovo! I antigamenti não! Antigamenti cê tinha qui tê braço memu! Era queixo seco! Num tinha essis hidráulico não! Hoji tá moderno! Hoji... só trabaia memu cum trator quem tem istudu! Quem num tem istudu num trabaia não! Hoji cê entra dentro da colhedera aí cê sabe quantos alquero colhe pur dia, quantos saco

eli tem, quanto tá dando. **Naquela época era o quê? Nu zóio?** É nu zóio qui culhia! E... u comandu deli era seco! Tudú na mão! Hoji cê sorta a máquina na roça aí a hora qui ela... a plataforma dela... cê tem uma baixada ela baixa quando cê precisa ela levanta... i vai (ENTREVISTA, Nelson Antonio Florêncio, nov/2015).

A década de 1970, dessa forma, marca as memórias dos entrevistados como o momento no qual se inicia uma agricultura que em muito se diferenciou da agricultura iniciada na década de 1940 com as colônias agrícolas. Mas essa mudança não se fez apenas em termos de técnicas de produção e/ou de novos cultivos, mas também, com o universo rural como um todo sendo profundamente transformado.

Diante do que foi exposto nesse terceiro e último capítulo ficou evidente que atribuir o declínio da cafeicultura no meio rural itaporanense às geadas é um erro. O declínio da lavoura cafeeira na região esteve diretamente relacionado com a modernização do campo por meio da adesão de novos cultivos como a soja, por exemplo.

Além disso, essa modernização afetou principalmente os trabalhadores que estavam vivendo como agregados uma vez que as novas lavouras exigiram o emprego da mecanização substituindo, assim, esses trabalhadores em grande parte das etapas de cultivo. Com isso, se nas décadas de 1940, 1950 e meados de 1960, a cafeicultura do meio rural itaporanense atraiu e empregou boa parte das famílias de migrantes que chegavam à região. O que se verifica a partir da década de 1970 é a inversão dessa situação já que muitas dessas famílias deixaram o campo diante da impossibilidade de competir com as máquinas agrícolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como proposta inicial analisar as transformações do meio rural itaporanense nas décadas de 1960 e 1970, inseridas em um projeto de modernização do campo em âmbito nacional. Entretanto, ao longo do trabalho o diálogo entre fontes de diferentes tipos suscitou “abrir” um pouco mais o “leque” estendendo o recorte para os anos de 1940. Isso se deu pelo fato de que boa parte do trabalho com a agricultura na região, na década de 1960, tinha suas “raízes” naquele período.

A formação do meio rural de Itaporã e o desenvolvimento da agricultura na região se deve em grande medida ao período de colonização agrícola quando os colonos investiram seus esforços na derrubada da densa mata nativa que existia na região para iniciar os primeiros cultivos. Além disso, vale acrescentar a ocupação da área anterior a essa colonização envolvendo trabalhadores da erva mate e indígenas que não podem ser ignorados. A exploração da área de colonização anterior a chegada dos colonos contribuiu, de certa forma, para o estabelecimento desses, considerando, sobretudo, algumas estruturas que puderam ser encontradas prontas desde picadas em meio a mata, que ofereciam a possibilidade de conhecer melhor o território, além de algumas instalações como poços de água doce.

Mesmo assim, os primeiros anos de colonização não foram fáceis. Muitos desistiram de continuar tendo em vista que se sentiam sozinhos diante da ausência de um apoio mais efetivo por parte da administração da Colônia Municipal no período. Por outro lado, muitos dos que permaneceram, testemunharam os sucessos das primeiras lavouras com colheitas abundantes. O café foi um importante investimento para muitos colonos, pois além de possibilitar cultivos intercalares, também contava com o mercado consumidor garantido no período. Além disso foi uma ótima alternativa para os migrantes que chegaram, uma vez que não encontrando lotes disponíveis para ocupar, puderam se estabelecer nos lotes dos colonos como agregados por um período, podendo assim, mesmo estando em terra alheia, produzir alimento para sua família e até excedentes para o mercado.

O mercado consumidor dos produtos cultivados pelos colonos, por outro lado, foi um grande problema, tendo em vista que, por diversas razões, desde a capacidade de absorção da produção do meio rural como um todo, até problemas de logística envolvendo o escoamento desses produtos, prejudicou a agricultura no período. Além disso, existia as geadas que eram comuns e podiam trazer muitos prejuízos aos agricultores locais dependendo de sua intensidade.

Por outro lado, ficou evidente que as geadas apesar de um obstáculo para o café, não foram as responsáveis pelo seu declínio. No contexto do declínio do café no meio rural itaporanense pesaram os incentivos para a sua erradicação. Aliados a esses, os incentivos para o desenvolvimento de outras culturas como o trigo e a soja, através de financiamentos que prometiam grandes lucros com a adoção de modernas técnicas de agricultura, também foram cruciais para o abandono de culturas como o café.

Essas mudanças, porém, não foram percebidas de forma positiva em sua unanimidade por parte dos entrevistados que vivenciaram esse período. Na verdade, antes da mecanização da lavoura iniciada em meados de 1960, o que se percebe é a referência como tempos de “fartura”. Mesmo não tendo muitas oportunidades de mercado para alguns cultivos os moradores do meio rural vivenciaram um período de tranquilidade em termos de alimentação, uma vez que produziam quase tudo o que precisavam para sobreviver. Muito dificilmente faltaria trabalho ou um lugar para morar ao migrante que chegasse de súbito à região antes de fins da década de 1960.

No entanto, as promessas com a modernização da lavoura em curso contribuíram para que logo esse cenário se transformasse por completo. Muitas das famílias que ainda estavam vivendo como agregados tiveram que deixar o meio rural, tendo em vista que o trator fazia em grande parte o seu trabalho e em menor tempo agora. Nem mesmo aquela senhorinha com as “habilidades” de combater as lagartas da lavoura sobreviveu a “eficiência” dos inseticidas.

Contudo, algumas das pessoas que vivenciaram esse período de grandes transformações no campo olham para esse passado já com uma visão nem tão saudosa com relação a modernização do campo na década de 1970. O semblante e a sensação passada durante os relatos dos senhores Mario Nonato e Nelson Brito é de que, de fato, a agricultura “evoluiu”, porém, não se tratou de uma evolução em um sentido positivo. O meio rural a partir de suas visões deixou a muito tempo de ser um bom lugar para se viver. As mudanças iniciadas nas décadas de 1960 e 1970 não alteraram apenas os cultivos ou técnicas de produção, mas, principalmente, as relações de sociabilidade no campo. Na visão desses entrevistados, o individualismo predominante dificulta o fortalecimento de laços de fraternidade como se fazia antes de 1970. Mas essa visão pode ser ainda mais negativa se considerarmos a experiência dos agregados que tiveram que deixar o meio rural tendo que se deslocar muitas vezes para o meio urbano, tendo assim, que passar por um processo de adaptação ainda mais profundo e dificultoso.

## FONTES

### Fontes Orais

ENTREVISTA, **Antônio Candido Pereira**. (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2017. 100 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Antônio Gregório** (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Dourados: UFGD, 2016. 40 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Francisca Marques Bork Zanata** (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Dourados: UFGD, 2016. 65 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Inacinho Moura Gimenez (Parte 1)**. (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2017. 30 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Inacinho Moura Gimenez (Parte 2)**. (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2017. 13 min. (aprox.).

ENTREVISTA **José Neves de Oliveira** (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Dourados: UFGD, 2015. 170 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Mario dos Santos Nonato** (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Distrito de Montese - Itaporã: UFGD, 2017. 50 min. (aprox.).

ENTREVISTA **Nelson Antônio Florêncio** (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Dourados: UFGD, 2015. 35 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Nelson Ferreira Brito** (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Dourados: UFGD, 2015. 40 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Paulo dos Santos** (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Dourados: UFGD, 2016. 48 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Sebastião Benitez**. (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2018. 30 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Sebastião Rebeque** (áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2018. 100 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Lauriton Simplício (Parte 1)**. (Vídeo-color). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2018. 50 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Lauriton Simplício (Parte 2)**. (Vídeo-color). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2018. 45 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Antonino Rebeque**. (Vídeo-color). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2018. 20 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Everaldo José de Souza**. (Vídeo-color). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2018. 22 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Joaquim Moura Gimenez**. (Vídeo-color). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Distrito de Montese – Itaporã: UFGD, 2018. 80 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Reinaldo Doreto**. (Vídeo-color). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2018. 49 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Maria dos Reis Doreto**. (Áudio-mp3). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2018. 55 min. (aprox.).

ENTREVISTA, **Ernesto Rodrigues Vieira**. (Vídeo-color). Produção: Paulo Rodolfo Bork Zanata. Itaporã: UFGD, 2018. 52 min. (aprox.).

### Periódicos

O DOURADENSE – 1948 a 1950 (CDR)

O PROGRESSO – décadas de 1950, 1960 e 1970 (CDR)

### Páginas da Web

CAMPOS, Max. **Empaer comemora 50 anos a serviço das famílias rurais em Mato Grosso**. In. OLHAR AGRO & NEGÓCIO, 06 de abril de 2019. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/agro/artigos/exibir.asp?id=232&artigo=empaer-comemora-50-anos-a-servico-das-familias-rurais-em-mato-grosso>> Acesso em 06/04/2019).

DICIONARIO INFORMAL. **Pindó**. Disponível em <<https://www.dicionarioinformal.com.br/pind%C3%B3/>> Acesso em 25/01/2019.

DOURADOSNEWS. **Geadas Negras de 1975 completa 42 anos nesta terça-feira; e temperatura cai**. Julho/2017. Disponível em: <<http://www.douranews.com.br/index.php/dourados/item/108965-geada-negra-de-1975-completa-42-anos-nesta-terca-feira-e-temperatura-cai>> Acesso em 01/05/2018.

EMBRAPA. **Memória Embrapa**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa>> Acesso em 09/04/2019.

IBGE. Itaporã: **censo agropecuário**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/itapora/pesquisa/24/65644>> Acesso em 02/08/2016.

\_\_\_\_\_. **Itaporã**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500450>> Acesso em: 02/08/2016.

ITAPORÃ MS: O Povo Contando Sua História. [Perfil criado por moradores da cidade]. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/Itapor%C3%A3-MS-O-Povo-Contando-Sua-Historia-290187711147595/> Acesso em maio de 2018.

LEXICO. **Macega**. Disponível em <<https://www.lexico.pt/macega/>> Acesso em 25/01/2019.

PEREIRA, Levi Marques. Atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS. In: **38º Encontro Anual da Anpocs**. GT21 Metamorfoses do rural contemporâneo. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt21-1/8809-a-atuacao-do-orgao-indigenista-oficial-brasileiro-e-a-producao-do-cenario-multietnico-da-reserva-indigena-de-dourados-ms/file>>. Acesso em 22/07/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ. **História de Itaporã**. Disponível em: <<https://www.itapora.ms.gov.br/institucional/historia>> Acesso em 9 de maio de 2018.

PRIORI, A., *et al.* A modernização do campo e o êxodo rural. In: \_\_\_\_\_. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. p. 115-127. Disponível em: Scielo Books <<http://books.scielo.org>> Acesso em 22 de novembro de 2017.

RIO BRILHANTE, Prefeitura Municipal. **Histórico do Município**. Disponível em <<http://riobrilhante.ms.gov.br/historico-do-municipio/>> Acesso em 02/01/2019.

RONCA, Pedro Paulo de Faria. Manejo do Mato: Mudança de paradigma na cafeicultura. In: **CaféPoint**. Disponível em: <<https://www.cafepoint.com.br/radares-tecnicos/manejo-de-lavoura/manejo-do-mato-mudanca-de-paradigma-na-cafeicultura-34267n.aspx>> Acesso em 17/04/2018.

#### **Outras fontes consultadas:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. **Decreto nº 70, da Regulamento à Colônia Agrícola Municipal de Dourados**. Outubro de 1946.

ITAPORÃ, Prefeitura Municipal. **O Perfil Histórico de Itaporã**, 1996.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Ervais em queda**: transformações no campo no extremo-sul de Mato Grosso (1940-1970). – Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. – 2. ed – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALÉM, Fernando de Castro. **O Jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)**. Dissertação (Mestrado em História), Dr. João Carlos de Souza [orientador]. Dourados, MS: UFGD, 2011.

ANDRIGHETTI, Yná. **Nordeste: mito & realidade**. – São Paulo: Moderna, 1998.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra**: os trabalhadores da Matte-Larangeira. - Londrina: Ed. da UEL, 1º ed., 1997. pp. 29-46.

BARRET, Rafael. **El Dolor Paraguayo y lo que son los Yerbales**. Biblioteca del Pensamiento Crítico Latinoamericano, Capital Intelectual Editora. 2010. pp. 125-141.



BLOCH, Marc. **Apologia da história** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 3. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOMBARDI, Larissa Miles. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. – São Paulo: FFLCH – USP, 2017.

BONI, Ademir Aparecido. **O processo de concentração de terras e a introdução da monocultura de soja em Itaporã**. Monografia (Especialização em História) – UFMS, Dourados, 2000.

BRAND, Antonio J. O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá. Dissertação de Mestrado em História – PUCRS, Porto Alegre, 1993. In: JOÃO, Izaque. **Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi**: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, Dourados, 2011, p. 37.

\_\_\_\_\_. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese de Doutorado em História – PUCRS, Porto Alegre, 1997. In: JOÃO, Izaque. **Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi**: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, Dourados, 2011, p. 37.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. – Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

BUAINAIN, Antônio Márcio, *et. al.* Sete Teses sobre o mundo rural brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **O Mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1160-1183.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: **PORTO, ROTAS E COMERCIO**, vol. I. Eurípedes Simões de Paula (org.). Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo:1971. p. 225 - 239. Disponível em: < <https://anpuh.org.br/uploads/ANPUH.S05.pdf>>. Acesso em: 25/03/2019.

CANDEAU, Joel. **Antropologia de la memoria**. 1º ed. – 1º reimpressão. Nueva Visión, Buenos Aires, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. - 11º ed. Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro, 2010.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. – Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. – 2º ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

CERTEAU, Michel. de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1982.

CHAMORRO, Graciela. **Panambizinho: lugar de cantos, danças, rezas e rituais Kaiowá**. - São Leopoldo: Karywa, 2017.

COELHO JUNIOR, Euripedes Vieira. **A modernização da agricultura brasileira e alguns de seus aspectos socioambientais: o caso da região de goianópolis – GO**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Albuquerque [orientadora], Goiânia: UFG, 2005.

COONEY, Jerry W. Los yerbales del norte: la explotación de la frontera paraguaya, 1776 - 1810. In: \_\_\_\_\_; WHIGHAM, Thomas L. **Campo y Frontera: el Paraguay al fin de la era colonial**. Ed. Servilibro, Asunción-PY, 2006. pp. 35-99.

CORDEIRO, Aurenô Arnaldo. **A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos**. (Autobiografia), Itaporã, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências. In: \_\_\_\_\_. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. pp. 195-231.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**. – São Paulo, n. 35, dez. 2007. p. 253-270.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Vol. 1. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, São Paulo, 1901.

DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964 – 85. In: SOARES, Gláucio Ary; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 198-227.

DORIA, Luis A. Campos. **Apuntes de Historia Económica del Paraguay**. Desarrollo, auge y decadência de una economía de enclaves. 2<sup>o</sup>. Edición. Ed. Intercontinental Editora. 2013. pp. 127-177.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. – Campinas: Papius, 1993.

FERNANDES, José Antonio. **Erva mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943-1970)**. Dissertação (Mestrado em História), Paulo Roberto Cimó Queiróz [Orientador]. – Dourados, MS: UFGD, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. – 4. ed. Ver. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3<sup>o</sup> edição, Kairós Livraria Editora. – São Paulo, 1983.

FREITAS, Anderson Arilson de. **Trabalho também é festa: história(s) e memória(s) de antigos posseiros da região oeste do Estado do Paraná (1930 – 1970), MS.** - Dourados, MS: UFGD, 2014.

GADDIS, John L. **Paisagens da história:** como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GALETTI, Lylia S. G. **Sertão, fronteira, Brasil:** imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: Entrelinhas, 2012. [Versão Kindle – n.p].

GARCIA, Carlos. **O que é nordeste brasileiro.** 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOETTERT, Jones Dari. **O Espaço e o Vento:** olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. – Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 399-558.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras.** 4º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, [1956] 2017.

JARA, Alan Luiz. **Paraguaios, Paraguias e descendentes: memórias e trajetórias de vida entre Paraguai e Mato Grosso do Sul.** Dissertação (Mestrado em História), Eudes Fernando Leite [orientador]. – Dourados: UFGD, 2018.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva Mate: O Outro Lado. A presença de produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970.** Dissertação (Mestrado em História), Dr. Paulo Roberto Cimó Queiróz [orientador]. Dourados – MS: UFMS, CPDO, 2004.

JOÃO, Izaque. **Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi:** origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, Dourados, 2011.

KOPENAWA, Davi e BRUCE, Albert. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami; Trad. Beatriz Perrone – Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** – 2. ed. rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Bernardo Leitão... [et al.] – Campinas, SP Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, Eudes Fernando. **Marchas na História: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal.** – Brasília: Ministério da Integração Nacional: Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

LEITE, Eudes Fernando e FERNANDES, Frederico. **Trânsitos da voz; estudos de oralidade e literatura**. Dourados/Londrina: Ed. UFGD/EDUEL, 2013.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. 2.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

LEVI, Giovanni. **Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "Présentation". Chroniques d'une Conquête, Ethnies, v. 14, pp. 5-7, 1993, p. 7. In: KOPENAWA, Davi e BRUCE, Albert. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**; Trad. Beatriz Perrone – Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 5.

LIMA, Solange Ferraz e CARVALHO, Vânia Carneiro de. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). **O Historiador e suas fontes**. – 1. ed., 4º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015. p. 29-60.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. – 2. ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 111 - 153.

MACIEL, Nely Aparecida. **História da Comunidade Kaiowá da Terra Indígena Panambizinho (1920 – 2005)**. – Dourados: Ed. UFGD, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. In: **HISTÓRIA**. – São Paulo, v.22, n.1, 2003, p. 59-79.

\_\_\_\_\_. José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. – São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. – São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. A modernidade do "passado" no meio rural. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. **Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 23-31.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo, 1996.

MELLO, João Manuel Cardoso de. e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-658.

MESGRAVIS, Laima. **O Brasil dos séculos XVI e XVII**. – 3.ed., São Paulo: Contexto, 1997.

MOISÉS, Clecita Maria. **Um Favo de Cultura(s): territórios identitários e lugares de memórias de migrantes nordestinos em Dourados – MS – (1989-2017)**. Dissertação (Mestrado em História), Jiani Fernando Langaro [orientador]. – Dourados: UFGD, 2018.

MONTEIRO, Charles. **Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Livro 3 - Rio de Janeiro, 2003. p. 155-194.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da Terra**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MÜLLER, Aline Maria. O jornal como fonte de pesquisa histórica e antropológica: entre o monologismo e a polifonia. In: **BIBLOS**: revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. – n.1, 3º série; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 269-286.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, 1943 – 1960**. – Dourados, MS: UFGD, 2007.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do estado novo em Mato Grosso (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado) - Assis, 1999. 255p.

\_\_\_\_\_, Elda Rizzo de. **Doença, Cura e Benzedura: um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Carlos Rodrigues Brandão [orientador], Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983.

\_\_\_\_\_, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). **O Historiador e suas fontes**. – 1. ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. p.3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. p.200-215.

PRIORI, Angelo, [et al]. A cefeicultura no Paraná. [in]. PRIORI, A., [et al]. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 91-104. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-08.pdf> Acesso em 18/02/2019.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira. **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. – Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. pp. 15-75.

- RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. A Terra e a Farda: a questão agrária sob regime militar no Brasil e no Peru. MOTTA, Márcia Menedes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. **História Agrária: propriedade e conflito**. – Guarapuava: Unicentro, 2008. p. 223-240.
- RIVAROLA, Milda. **El Chaco paraguayo en la guerra y en la paz**. – Servilibro, Asunción, Paraguay, 2011.
- RODRIGUES, Bianca Biazzo. Poetas da benzeção – ramos, santos, velas e benzimentos na criação cênica. **Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades**. nº 10, mai/out: 2012. p. 1-26.
- RUBENICH, Claudir José. **Avaliação da eficiência da escola família agrícola – CAAMS no desenvolvimento de comunidades rurais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Dr<sup>a</sup>. Antonio Railda Roel [orientadora]. Campo Grande: UCDB, 2004.
- SANTOS, Camila Comerlato. **Território Federal de Ponta Porã: o Brasil de Vargas e a “Marcha para Oeste”**. - Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2016.
- SANTOS, Vicência Deusdete Gomes dos. **A contribuição da colônia agrícola nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul meridional**. Monografia (Especialização em Geografia), UFMS, Dourados, 2000.
- SCHROEDER, Jose Tiaraju Rodrigues. **Exploração e Violência: um estudo sobre a formação do mercado de trabalho assalariado em Mato Grosso (1870-1930)**. – Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, 2008.
- SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. In: **Boletim de Geografia**. Ano 10, nº 01, UEM, 1992. p. 61-93.
- SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 4<sup>a</sup> ed, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SINGER, Paul. A economia brasileira depois de 1964. In \_\_\_\_\_. **A crise do “milagre”**: Interpretação Crítica da Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 77-97.
- SOUZA, João Carlos. **Na luta por habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: EDUC, 1995.
- STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, 1850-1890. In. \_\_\_\_\_. **Cafecultura: homens, mulheres e Capital (1850-1980)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. pp. 17-52.
- TELLES JR, Adalberto de Queiroz; CAMARGO, Rogério de. **O café no Brasil: sua acimação e industrialização**. Vol 1, Série Estudos Brasileiros nº 4, Rio de Janeiro, 1953.

## ANEXOS

Informações gerais das entrevistas realizadas para essa dissertação.

| Entrevistado             | Data da entrevista | Idade (até a data da entrevista) | Duração aproximada | Região de realização da entrevista | Onde nasceu         |
|--------------------------|--------------------|----------------------------------|--------------------|------------------------------------|---------------------|
| José Neves de Oliveira   | 24/10/2015         | 57                               | 180 min.           | Cidade de Itaporã                  | Itaporã             |
| Nelson Antônio Florêncio | 01/11/2015         | 65                               | 35 min.            | Zona rural de Itaporã              | CMD <sup>90</sup>   |
| Nelson Ferreira Brito    | 08/11/2015         | 75                               | 40 min.            | Cidade de Itaporã                  | Dourados            |
| Francisca M. B. Zanata   | 04/03/2016         | 51                               | 65 min.            | Distrito de Indápolis              | Distrito do Panambi |
| Antônio Gregório         | 16/06/2016         | 72                               | 40 min.            | Zona rural de Itaporã              | CMD                 |
| Paulo dos Santos         | 22/06/2016         | 54                               | 48 min.            | Cidade de Itaporã                  | Itaporã             |
| Inacinho Moura Gimenez   | 19/10/2017         | 74                               | 30 min.            | Cidade de Itaporã                  | Birigui - SP        |
| Antônio Candido Pereira  | 30/10/2017         | 84                               | 100 min.           | Cidade de Itaporã                  | Assaré - CE         |
| Mario dos Santos Nonato  | 17/11/2017         | 66                               | 50 min.            | Distrito de Montese                | CMD                 |
| Sebastião Benitez        | 28/01/2018         | 83                               | 30 min.            | Cidade de Itaporã                  | Fazenda Pulador     |

<sup>90</sup> Colônia Municipal de Dourados.

|                          |                                       |    |                   |                       |                           |
|--------------------------|---------------------------------------|----|-------------------|-----------------------|---------------------------|
|                          |                                       |    |                   |                       | (próximo a região da CMD) |
| Sebastião Rebeque        | 29/01/2018                            | 71 | 100 min.          | Zona rural de Itaporã | Andradina - SP            |
| Lauriton Simplício       | 24/07/2018 e 28/08/2018 <sup>91</sup> | 90 | 52 min. e 46 min. | Cidade de Itaporã     | Canabrava - PE            |
| Everaldo José de Souza   | 08/08/2018                            | 72 | 22 min.           | Cidade de Itaporã     | Piacatu - SP              |
| Joaquim Moura Gimenez    | 06/09/2018                            | 80 | 80 min.           | Distrito de Montese   | Penápoles - SP            |
| Reinaldo Doreto          | 23/10/2018                            | 83 | 49 min.           | Cidade de Itaporã     | Américo de Campos – SP    |
| Maria dos Reis Doreto    | 19/11/2018                            | 76 | 55 min.           | Cidade de Itaporã     | Araçatuba - SP            |
| Ernesto Rodrigues Vieira | 30/11/2018                            | 94 | 52 min.           | Cidade de Itaporã     | Ponta Porã                |

<sup>91</sup> No caso do senhor Lauriton Simplício houve a necessidade da realização de uma segunda entrevista.



Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 30 de agosto de 2019.



---

Paulo Rodolfo Bork Zanata

